MARCELO CARLUCCI

PARADIGMAS DE
INTERVENÇÃO
SOBRE O
DISTRITO DE
BONFIM
PAULISTA-SP

SÃO CARLOS – SP

2015

Universidade de São Paulo

Instituto de Arquitetura e Urbanismo

Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Subárea de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Tese de Doutorado

**PARADIGMAS DE INTERVENÇÃO SOBRE
O DISTRITO DE BONFIM PAULISTA - SP**

Versão corrigida

Doutorando: Marcelo Carlucci

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Telma de Barros Correia

Tese apresentada à Comissão de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo (IAU-USP) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

São Carlos, setembro, 2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

C278p Carlucci, Marcelo
Paradigmas de Intervenção sobre o distrito de
Bonfim Paulista-SP / Marcelo Carlucci; orientadora
Telma de Barros Correia. São Carlos, 2015.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em
Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo --
Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo, 2015.

1. Patrimônio Urbano. 2. Bonfim Paulista. 3.
Requalificação Urbana. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: Arquiteto e Urbanista **Marcelo Carlucci**

Título da tese: **"Paradigmas de intervenção sobre o distrito de Bonfim Paulista-SP"**

Data da defesa: **13/11/2015**

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. **Telma de Barros Correia (orientadora)**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP)

Profa. Dra. **Anja Pratschke**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP)

Prof. Dr. **Paulo Cesar Castral**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP)

Prof. Dr. **Nilson Ghirardello**
(Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação – UNESP)

Prof. Dr. **Vladimir Benincasa**
(Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação – UNESP)

Resultado:

Diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP: Prof. Dr. **Carlos Alberto Ferreira Martins**

AGRADECIMENTOS

Na verdade as histórias, fatos, documentos, levantamentos, tabelas e imagens que compõe este trabalho foram em grande parte um esforço de busca e reunião de ideias, iniciativas e pesquisas de diversos outros profissionais que também se debruçaram sobre a difícil arte de se entender Bonfim Paulista. Assim, foram imprescindíveis para que esse trabalho fosse levado a termo:

Os dois anos de trabalho junto à rede de cooperação identidades culturais que me fizeram estar imerso em questões ligadas ao patrimônio local, sobretudo no que se refere ao meu objeto de estudo: aos colegas e coordenadores do grupo minha eterna gratidão;

A acolhida que a coordenação do IPCCIC (Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais) me ofereceu; quero registrar aqui meu agradecimento;

O trabalho de dissertação de mestrado de Tânia Bulhões e seu preciso levantamento sobre a situação dos condomínios fechados próximos a Bonfim;

O cuidadoso livro do arquiteto Domingos José Lopes Guimarães sobre Bonfim Paulista;

O trabalho do arquiteto e professor Henrique Telles Vichnevski desenvolvido para o Plano de Diretrizes Urbanas da Fundação Alphaville cujas leituras e interpretações sobre a arquitetura tradicional de Bonfim Paulista foram muito importantes;

As conversas com a arquiteta Marcela Cury Petenusci responsável pelo Plano de Diretrizes Urbanas de Bonfim Paulista, bastante esclarecedoras sobre o tema;

A participação dos alunos do escritório modelo do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNISEB (Ribeirão Preto-SP) nos trabalhos de pesquisa, entrevistas e tabulação de resultados sobre o perfil dos moradores de Bonfim e dos condomínios;

A sensibilidade e identificação com os propósitos desta pesquisa dos técnicos do Arquivo Histórico de Ribeirão Preto que, informalmente, me tornaram acessível materiais que a burocracia escondia;

As sugestões e reflexões levadas a cabo da banca de qualificação pelos professores Paulo César Castral e Nilson Ghirardello, fundamentais para o fechamento do trabalho;

Por fim registro a imensa dívida que contrái com minha orientadora Professora Dra. Telma de Barros Correia cuja participação no resultado final deste trabalho é absolutamente plena, pois através de recorrentes leituras, releituras, sugestões, acréscimos e revisões acolheu e acreditou no trabalho e no trabalhador.

RESUMO

CARLUCCI, Marcelo. **Paradigmas de intervenção sobre o distrito de Bonfim Paulista-SP**. 2015. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

O distrito de Bonfim Paulista localizado próximo à cidade de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, nasce no final do século XIX a partir da implantação de uma estação da estrada de ferro da Cia Mogiana. Razoavelmente preservado em vários de seus aspectos arquitetônicos, urbanos e ambientais tem sido objeto há alguns anos de planos e ações provenientes de diversos setores da sociedade voltadas à proteção e revitalização de seu patrimônio. Esse trabalho visa mapear convergências e divergências desse conjunto variado de propostas de intervenção por parte de estudantes, arquitetos e urbanistas provenientes de instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos e iniciativa privada. Nelas podemos identificar, entre outras coisas, a preocupação com a crescente transformação das áreas rurais adjacentes à vila, onde condomínios residenciais horizontais fechados voltados para classes de alto poder aquisitivo parecem provocar mudanças importantes de hábitos e valores tradicionais do núcleo urbano. Como poderá ser visto ao longo desse trabalho as propostas guardam entre si consensos e dissensos: se atores ligados ao poder público, à academia e a iniciativa privada compartilham a percepção de que Bonfim é um lugar que pede uma intervenção, um projeto, uma postura, pois há ali valores a serem resgatados ou mantidos, os moradores e usuários locais divergem quanto aos objetos e princípios dessa intervenção. Assim as soluções propostas para os problemas da vila variam na mesma medida em que variam as leituras da área e os interesses que informam tais leituras. Refletir sobre essas diversas percepções é também repensar sobre os pressupostos que o conceito de requalificação urbana apresenta contemporaneamente.

Palavras-chave: Patrimônio Urbano. Bonfim Paulista. Requalificação Urbana.

ABSTRACT

CARLUCCI, Marcelo. **Paradigms of intervention in Bonfim Paulista district**. 2015. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

The Bonfim Paulista district is located near Ribeirão Preto city in São Paulo state, servant in the final of XIX century through the implantation of a train station belonging to the Mogiana INC. Reasonably preserved in many of their architectural, urban and environmental aspects, the village has been used as an object of plans and actions originating from different areas of the society forward-looking the protection and revitalization of its heritage. This thesis intends to map convergences and divergences about these various sets of intervention proposals originating from students, architects and planners arising from universities, research centers, public agency and private initiative. In all of them it was possible to identify, among other things, an important phenomenon: the rural areas near around the village are being hardly occupied by horizontal closed condominiums built for high purchasing classes and it seems to cause important changes in the village's traditional habits and values. As we will can see in this work, the proposals have consensus and conflicts: if people linked to the public agency, university and private initiative share the perception that Bonfim is a place that asks for an intervention, on the other hand, residents and local users diverge about the objects and principles of this intervention. The solutions proposed for the village's problems vary as the same way different views and perceptions about the area. Then we intend with this work to reflect about these different perceptions and rethink about the assumptions of contemporary urban renewals proposed in these cases.

Keywords: Urban heritage. Bonfim Paulista. Urban renewals.

O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.

O Tejo tem grandes navios
E navega nele ainda,
Para aqueles que veem em tudo o que lá não está,
A memória das naus.

O Tejo desce de Espanha
E o Tejo entra no mar em Portugal.
Toda a gente sabe isso.
Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia
E para onde ele vai
E donde ele vem.
E por isso, porque pertence a menos gente,
É mais livre e maior o rio da minha aldeia.

Pelo Tejo vai-se para o Mundo.
Para além do Tejo há a América
E a fortuna daqueles que a encontram.

Ninguém nunca pensou no que há para além
Do rio da minha aldeia.
O rio da minha aldeia não faz pensar em nada.
Quem está ao pé dele está só ao pé dele.

Poema XX de **O Guardador de Rebanhos**, de Alberto Caeiro (Fernando Pessoa).

Casa de Bonfim Paulista. Fotografia de Carolina Simon.
Rede de Cooperação Identidades Culturais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: BONFIM COMO LUGAR	11
 1. BONFIM PAULISTA	
1.1 - Um passado para Bonfim Paulista	19
1.2 - O café, o trem e a vila	31
1.3 - Bonfim como Patrimônio Imaterial	52
1.4 - A arquitetura e a paisagem como patrimônio	60
 2. OS CONDOMÍNIOS FECHADOS	
2.1 - Bonfim Paulista, “tranquilidade” e “qualidade de vida”	82
2.2 - A vida intramuros e a cidade intersticial	106
2.3 - Uma Bonfim para os condomínios?	121
2.4 - O Novo Urbanismo e os condomínios	131
 3. PARADIGMAS DE INTERVENÇÃO	
3.1- O olhar do Poder público: o INRC de Ribeirão Preto e o “Projeto Paisagem Cultural do Café”	137
3.2 - O olhar da iniciativa privada: o projeto da Fundação Alphaville	177
3.3 - Bonfim cidade criativa: o projeto IPCCIC	198
3.4 - O olhar da Academia: os Trabalhos de Conclusão de Curso sobre Bonfim Paulista	207
 PENSAR BONFIM	231
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	243
 ANEXO 1: Legislação sobre uso e ocupação do solo em Ribeirão Preto	259
 ANEXO 2: Levantamento de dados sobre os condomínios	260
 ANEXO 3: Tabulação dos resultados das entrevistas com moradores de condomínios	
- GRUPO 1	270

ANEXO 4: Modelo de entrevista com os moradores de Bonfim Paulista - GRUPO 2	276
ANEXO 5: Tabulação das entrevistas com moradores de Bonfim Paulista - GRUPO 2	277
ANEXO 6: Modelo de entrevista com os comerciantes de Bonfim Paulista - GRUPO 3	281
ANEXO 7: Tabulação das entrevistas com comerciantes de Bonfim Paulista - GRUPO 3	282
ANEXO 8: Lista de imóveis em Bonfim Paulista a serem tombados ou com indicação para serem classificados como de interesse patrimonial e histórico	286
ANEXO 9: Entrevista com a ex-secretária da cultura Adriana Silva sobre o Plano de Diretrizes Urbanas para o Plano de Diretrizes para o Centro Histórico de Bonfim Paulista.....	297
ANEXO 10: Entrevista a arquiteta Marcela Cury Petenusci sócia-proprietária do escritório de arquitetura responsável pela elaboração do Plano de Diretrizes Urbanas para o Distrito de Bonfim Paulista	299

INTRODUÇÃO: BONFIM COMO LUGAR

Charge de Renato de Andrade sobre Bonfim Paulista. Fonte: SÁ Filho, Cordeiro de (org.) **RPHQ** (Ribeirão Preto em Quadrinhos), vol.2, Ribeirão Preto, 2014.

Cada vez mais os espaços ocupados pela cidade contemporânea vêm se tornando incapazes de cumprir uma função que desde há muito deles se esperava: serem âncoras de representações identitárias de seus habitantes. Aquilo que comumente chamamos de “memória coletiva” não prescinde de suportes espaciais que a definam e materializem. Essa cidade marcada pelo que Marc Augé chamaria de pós-modernidade urbana ou supramodernidade (AUGÉ, 1994) – a incontrolável extensão ou *sprawling* das áreas urbanas através de rodovias, subúrbios, dispersões e descentralizações apoiadas e viabilizadas pela tecnologia – não só torna difícil o encontro e a troca de vivências como também reduz a relevância de relações sócio-afetivas inerentes à vida humana. A sociologia reforça esse pressuposto: “a memória coletiva se

apoia em imagens espaciais e não existe memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (Halbawachs apud JODELET, 2002, p. 32).

Como resolver esse conflito, partindo do pressuposto que, grosso modo, tais necessidades humanas ainda existem e são veementemente demandadas num quadro onde as referências materiais urbanas estão cada vez mais sendo alteradas? Respostas parciais, ainda que intensas, têm aparecido sob a forma de comunidades, guetos ou “tribos urbanas”¹ evocando diferenças étnicas, culturais, religiosas ou comportamentais, firmando suas desigualdades e definindo territórios próprios. Por outro lado, de forma mais institucional e ampla, classes sociais que se vêm distintas e exclusivas também circunscrevem territórios próprios e apartados e, ao fazerem isso, contribuem para transformar a cidade em um lugar fragmentado e descontínuo, reflexo de uma convivência indesejada; mais uma vez vê-se como o suporte espacial é essencial à afirmação de um valor ético ou moral e pertencer a um lugar, seja como for, é parte intrínseca da construção do ser. Para Jodelet (2002, p.37) haveria um **passado ambiental do sujeito**, “um pot-pourri de memórias, concepções, interpretações, ideias e sentimentos, a propósito dos diferentes espaços e lugares vivenciados ao longo da vida”, lugares que dão suporte e bem-estar ao indivíduo em contraposição àqueles que lhe imputam dor, medo, ameaça ou insegurança. A cidade tem sido, enfim, esse repositório de memórias e identidades a serviço daqueles que nela vivem e nela constroem suas histórias:

Quaisquer que sejam as mudanças de significado desses vestígios monumentais e arquitetônicos do passado, o importante é que eles estejam sempre disponíveis às atribuições de significados. (...) A memória dos lugares não toca sua partitura sozinha; ela tem necessidade das vozes e do trabalho daqueles que a buscam, nelas se encontram ou a constroem (JODELET, 2002, p.40).

Se por um lado têm-se a marcação de uma territorialidade demandada pelos grupos humanos percebidos como iguais e que causa a fragmentação do

¹ O termo foi criado pelo sociólogo francês Michel Maffesoli em 1985 identificando comunidades de jovens que afirmavam sua identidade através de roupas, práticas esportivas ou ideologias, como, por exemplo, os surfistas, skatistas, punks, góticos ou emos. Ver em MAFFESOLLI, Michel. **O tempo das tribos**. São Paulo: Forense, 2006.

tecido urbano, por outro lado a cidade, como lugar limitado e circunscrito, impõe uma coexistência entre “desiguais” a partir do fato elementar de compartilhamos necessariamente esse espaço onde nascemos, crescemos e nos reconhecemos.

É sobre identidades, territórios, contemporaneidade e percepções urbanas que esse trabalho procura se debruçar. O pequeno núcleo urbano de Bonfim Paulista, um distrito ² da cidade de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, gerado a partir do final do século XIX e razoavelmente preservado em vários de seus aspectos arquitetônicos, urbanos e ambientais tem sido objeto há alguns anos de planos e ações voltadas à proteção e revitalização de seu patrimônio provenientes de diversos setores da sociedade. O que se buscou identificar aqui foram as convergências e divergências entre este conjunto variado de propostas de intervenção por parte de estudantes, arquitetos e urbanistas provenientes de instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos e iniciativa privada. Nelas podemos identificar, entre outras coisas, a preocupação com a crescente transformação das áreas rurais adjacentes à vila, onde condomínios residenciais horizontais fechados voltados para classes de alto poder aquisitivo parecem provocar mudanças importantes de hábitos e valores tradicionais do núcleo urbano. Como poderá ser visto ao longo desse

² No Brasil a organização territorial e administrativa interna de todo município apresenta duas possibilidades: 1) o município é constituído por apenas um distrito (o distrito sede) cujo território corresponde à configuração territorial do município a que pertence; 2) o município possui dois ou mais distritos sendo um deles, necessariamente, o distrito-sede, isto é, aquele onde se encontra o núcleo urbano definido por lei como sendo a sede do município, designada por cidade. De 1967 até 1989, todas as alterações do quadro administrativo e territorial realizavam-se conforme a Lei Complementar Federal nº 01 de 09/11/67 e Decreto-lei Complementar nº 9 de 31/12/69 (Lei Orgânica dos Municípios), com modificações que regulamentavam esse processo. Com a promulgação da Constituição Federal, a partir de 1988, a criação, organização e supressão de distritos passou a ser responsabilidade do município, observada a legislação estadual. Se sobre as cidades temos um material bibliográfico farto a nos balizar o caminho, o fenômeno dos distritos municipais e sua relação com a cidade-sede ainda carece de estudos e produções mais específicas. Há certa especificidade em lugares dessa natureza: “Qual a verdadeira função de um distrito? A criação de um distrito beneficia todos os seus moradores? O distrito está mais próximo do urbano ou do rural? Além dos aspectos meramente conceituais, percebe-se também como temática importante a criação do distrito a partir da construção sociológica, presentes as formas peculiares de relações sociais, as quais configuram a noção de espaço tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo. A partir do momento em que se observa a cidade, levando-se em conta a sua formação, é possível enxergar um espaço, na maioria das vezes, marcado por características mais simples, em que os pequenos detalhes de um cotidiano comum são observados e sentidos por quem vive nesse espaço. Por isso, o estado mais próximo do original se faz numa perspectiva mais simples, sendo que as formas de produção, as relações sociais e as marcas da paisagem caracterizam uma ausência de complexidade” (LIMA, PINA, SILVA, 2008, p.10).

trabalho as propostas guardam entre si consensos e dissensos: quanto aos primeiros a percepção de que Bonfim é um lugar que pede uma intervenção, um projeto, uma postura, pois há ali valores a serem resgatados ou mantidos; quanto aos últimos percebe-se que as soluções para os problemas variam na mesma medida em que variam as leituras da área e os interesses que informam tais leituras.

Bonfim Paulista é uma vila-distrito de Ribeirão Preto com uma população estimada de cerca de 27.000 habitantes, cuja economia depende substancialmente de atividades agropecuárias desenvolvidas nas fazendas que cercam suas divisas. Margeando a rua principal da vila, um conjunto de casas construídas entre fins do século XIX e início do XX, chamado de “núcleo histórico”, já foi objeto de pedido de tombamento pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico de Ribeirão Preto, porém sem resultados concretos. Para além de uma antinomia entre preservar, revitalizar ou restaurar o “centro histórico” – conceitos também discutidos e problematizados neste trabalho – e emprender cruzadas contra os condomínios residenciais tomados como os grandes inimigos da cena, nos interessa nesse trabalho investigar as representações criadas sobre a relação entre o lugar e seu patrimônio material e imaterial, conceitos estes também amplos e difusos que não prescindem de reflexões mais cuidadosas. Tais representações por vezes tornam-se paradigmas consistentes e nos reportam aos processos de significação que a sociedade produz sobre o espaço. Se essa significação já era historicamente construída através de uma inter-relação direta entre o homem e o meio, sobre a ação daquele sobre este, hoje ela se produz preponderantemente a partir de imagens criadas e difundidas sobre e *no* espaço urbano. Esse novo traço da relação do homem com a cidade intermediado e criado pela imagem é tratado pelo cineasta Win Wenders:

Assim como o mundo de imagens que nos circunda é cada vez mais cacofônico, desarmônico, ruidoso, proteiforme e pretensioso, as cidades se tornaram por sua vez mais e mais complexas, discordes, ruidosas, confusas, massacrantes. Imagens e cidades vão bem juntas. Observe essa quantidade de imagens urbanas que tudo submergem: placas de sinalização, gigantescos anúncios em neon sobre os tetos, vitrines, telas de vídeo, bancas de jornal, etc. (WENDERS, 1998, p. 187).

Bonfim não é a cidade polifônica citada por Wenders, mas o fenômeno descrito pelo cineasta pode ser considerado válido, ainda que sua escala urbana seja outra. Intervir e projetar na cidade e posicionar-se quanto à forma como lidamos com seu passado são sinais dos tipos de representação que construímos sobre esses objetos – cidade e passado. E nesse processo corre-se também o risco de negligenciar os atores fundamentais da cena, os moradores:

Praticamente todas as cidades de porte sofreram planos e projetos de renovação de seus velhos centros ou de áreas classificadas como “deterioradas”. Ainda são recentes as cicatrizes promovidas pelo urbanismo modernista, as vastas operações de demolição que visavam inserir essas áreas em uma nova ordem e abrir caminho para o “progresso”. (...) Muitas dessas operações estavam ligadas à questão de percepção e do conflito de valores e expectativas. Para a classe dirigente e seus tecnocratas, esses bairros e suas estruturas estavam deteriorados, não correspondendo a suas imagens de civilidade e modernidade, aos seus sistemas de valores morais, sociais e culturais. O mais evidente destes conflitos de percepção residia no simples fato de que o que era deteriorado para uns não era para outros. Muitas vezes os tecnocratas sequer visitavam as áreas que se apressavam por categorizar: “a decadência estava nos olhos de quem olhava” (Frieden & Sagalyn, 1989 apud DEL RIO, 1996, p.4-5).

O atual plano de “renovação” urbana da área portuária do Rio de Janeiro, batizado de Projeto Porto Maravilha, é um exemplo possível desse descompasso entre imagem e realidade. O mesmo ocorre em outros projetos já realizados em núcleos urbanos tradicionais no Brasil onde o pastiche e a cenografia sobrepõem-se em relação a espaços plenos de vivências sociais, frágeis e importantes³. Esses exemplos mostram como um conjunto de atores

³ Referimo-nos às experiências relatadas no bairro do Catumbi no Rio de Janeiro em SANTOS, Carlos Nelson F. dos. (org.) **Quando a rua vira casa. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. São Paulo: FINEP/Ibam/Projeto: 1985; a crítica precisa sobre a restauração do Pelourinho em FERRAZ, Marcelo. “O Pelourinho no pelourinho: 1º ato”. Em *Metrópole*, n.5, Salvador, outubro de 2007, disponível em <<http://www.revistametropole.com.br>>, acesso em janeiro de 2009 e, por fim, a análise da exploração turística da cidade de Ouro Preto e suas consequências para a população local em CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Anablume, 2009, p.131, 151.

sociais provenientes do poder público e de setores privados, estâncias cujas ações surgem por vezes mescladas e indistintas, acaba por conformar espaços urbanos sem vínculos com usuários e moradores. Este, exatamente, é o risco que corre Bonfim Paulista atualmente, guardadas as evidentes diferenças entre o distrito estudado e as grandes cidades objeto de análise de Wenders e Del Rio. Ali a disputa entre o núcleo urbano e os condomínios fechados também se torna tema central, fazendo emergir questões como a relação entre o passado e o novo, o regional e o universal, o típico e o padrão.

Para entender tais dinâmicas ligadas a Bonfim Paulista este trabalho se estrutura em três partes: no primeiro capítulo a história da formação urbana da vila é tratada a partir da esparsa, precária e contraditória historiografia existente sobre ela e analisa-se uma possível relação entre a implantação da linha férrea do século XIX e o traçado urbano do lugar, buscando situar esse aspecto no contexto da formação de outros núcleos urbanos do interior do estado de São Paulo. Em seguida, no capítulo 2, lançamos um olhar sobre a chegada dos condomínios residenciais fechados e seus possíveis desdobramentos sobre a identidade urbana da vila: se existe, de fato, essa identidade ou o quanto esse novo arranjo - vila e condomínio - impactou a vida e o cenário local. É nesse momento também que buscamos identificar nas tipologias arquitetônicas remanescentes da transição do século XIX ao XX traços de uma possível identidade urbana calcada em um passado com resquícios arquitetônicos ainda visíveis e, uma vez mais, refletir sobre a classificação desse conjunto como um patrimônio histórico. No capítulo 3 são discutidas ações de diferentes atores - o poder público, a academia e a iniciativa privada - que de formas distintas buscam se posicionar a respeito do lugar através de planos, estudos e propostas, de onde se percebe o despontar de paradigmas, valores e percepções, cuja análise é o objetivo central desse trabalho.

A pesquisa elegeu, portanto, como objeto as representações e as propostas urbanísticas para Bonfim Paulista. O método adotado privilegiou as reflexões sobre a relação do local com seu passado, com a cidade de Ribeirão Preto e com os condomínios de seu entorno, mas é possível identificar grandes eixos teóricos que orientaram a revisão bibliográfica realizada: a história da implantação das ferrovias no estado de São Paulo; a análise da morfologia

urbana histórica de pequenos núcleos urbanos e cidades; obras publicadas sobre a história de Ribeirão Preto; trabalhos e teses sobre condomínios fechados residenciais; patrimônio urbano; cidade e memória; arquitetura e urbanismo no Brasil e obras sobre preservação e renovação urbana. A pesquisa envolveu também visitas a órgãos públicos ligados ao patrimônio histórico da cidade de Ribeirão Preto (Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto) onde pudessem ser colhidos dados sobre o distrito; a leitura de publicações em jornais e revistas não especializadas sobre o distrito e sobre os condomínios fechados ao seu redor que possibilitaram antever as diversas visões que diferentes personagens construíam sobre o lugar; a busca de informações junto a moradores e comerciantes da vila e moradores dos condomínios, sobre suas percepções e expectativas em relação à situação de coexistência entre ambos e a pesquisa em relatórios e projetos elaborados pelo poder público, por empresas e estudantes, que tiveram como objeto de trabalho a vila.

Mas, por que estudar Bonfim Paulista? Em primeiro lugar pelo interesse a respeito das perspectivas que a convivência entre uma zona de expansão urbana caracterizada por condomínios residenciais voltados às classes média e alta de uma cidade média do interior do estado de São Paulo e uma pequena vila de fins do século XIX preservada no que se refere a aspectos relevantes de seu patrimônio imaterial e material (arquitetônico e ambiental) poderia ensejar. O que nos parece instigante, além desse possível conflito aqui pré-estabelecido, é como o caso particular de Bonfim pode estar ligado a outros contextos urbanos de caráter mais geral. Por fim, a noção de uma vida urbana onde a cordialidade entre moradores é amplamente praticada, como a charge aqui reproduzida mostra e traduz, talvez seja o índice de algumas perdas que a cidade contemporânea inevitavelmente contabilizou como um preço a ser pago pela eficiência e pela tecnologia. Há algo de um resgate que os olhares sobre a vila encerra, um alento em relação ao que se perdeu, ao que ficou para trás e não há mais. A memória então é algo maior que o patrimônio: é um desejo de volta, ainda que sob outros contextos e circunstâncias a vivências e experiências que estão sendo suplantadas. O patrimônio, sobretudo material, é marca, registro, sinal do tempo passado; memória é sentido e valor.

O estudo sobre o distrito de Bonfim Paulista aqui proposto é uma reflexão sobre o lugar: sua história, sua arquitetura, a gênese e a permanência de sua forma urbana, seu cotidiano e sua relação com seu entorno (Ribeirão Preto, os condomínios e as extensas áreas rurais a sua volta). Alvo de planos, projetos e leis que reproduzem a complexa relação entre patrimônio, revitalização e planejamento, presentes não só em Bonfim, mas em outros lugares do mundo. Os olhares voltados a Bonfim e as diversas prescrições sobre o que esse distrito é – ou poderia ser – constitui-se o objeto central desta história.

1 - BONFIM PAULISTA

1.1 - Um passado para Bonfim Paulista

Bonfim Paulista é hoje um lugar que atrai olhares de pesquisadores e administradores públicos, como um resquício precioso do mundo do café. É uma vila-distrito de Ribeirão Preto (SP), distante pouco mais de 10 km do centro e com uma população estimada de 27.000 habitantes (**Figura 1**). Sua economia ainda se mantém estreitamente ligada à agropecuária, mas a atividade terciária (comércio e serviços) tem ganhado força.

Sua origem como núcleo de povoamento faz parte de um conjunto de estratégias de incorporação de terras devolutas aos seus já amplos domínios, pelos grandes latifundiários paulistas do café do século XIX. Estes lançavam mão da doação de terras à Igreja a fim de constituir os chamados **patrimônios religiosos**, glebas separadas de suas propriedades destinadas à construção de uma capela a partir da qual se organizavam quadriculas urbanas cujos lotes seriam transferidos para os interessados em estabelecer moradia no povoado que então se delineava. O objetivo da formação destes núcleos de povoamento forjados pela vontade e iniciativa do fazendeiro era a valorização e o progresso de suas terras com a possibilidade de atrair mais interessados em habitar e trabalhar em áreas tão remotas como o oeste paulista. Uma primeira e importante característica destes povoados, portanto, é sua origem não espontânea nem naturalmente criada por influências diversas como foi o caso das cidades mineiras do ciclo do ouro. Ainda que o intento de valorização e progresso de terras tenha sido alcançado em um relativamente curto período de tempo, o acesso a essa nova fronteira era ainda precário. Referindo-se às áreas de avanço do café no estado de São Paulo, Guirardello mostra que “Não havia profissionalização na empreita de abrir e manter estradas; a tarefa de abertura de caminhos e picadas, bem como sua manutenção, era confiada pelo governo aos inspetores de estradas da província” (GUIRARDELLO, 2010, p.44).

Seguindo esse padrão de fundação que representou a origem de grande parte dos atuais núcleos urbanos do interior do estado de São Paulo, data de 10 de fevereiro de 1894 a doação pelo fazendeiro Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim de uma área de 10.000 metros quadrados⁴ para a construção da Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim, daí a primeira denominação que povoado ganharia: Vila Bonfim. Quatro anos depois o vilarejo é elevado à categoria de paróquia pertencente à Diocese de São Paulo. No final do século XIX: “Bonfim já contava com mais de seis mil habitantes, 40 fazendas povoadas, quase 500 crianças nascidas por ano, poucos falecimentos, 300 casas quase todas colocadas na parte baixa da vila” (AHRP, cx. 67, proc. 1304 apud GUIMARÃES, 2012).

O fazendeiro que dá nome à vila faz parte de um elenco de figuras que se tornaram amplamente estudadas no cenário político e econômico do início do século XX: os coronéis do café. Porém, ao contrário destes, muitos dos quais imigrantes aventureiros do decadente ciclo do ouro mineiro em busca de riquezas nas terras férteis de São Paulo, Francisco Bonfim, nascido na cidade do Porto em Portugal, em oito de maio de 1849, chega ao Brasil e se estabelece em Resende (RJ) vivendo inicialmente como pequeno comerciante. Posteriormente transfere-se para São Simão – localidade a 42 km distante de Bonfim Paulista – e por volta de 1886 para Cravinhos – a 20 km de Ribeirão Preto – onde se tornou rico proprietário de terras e também comerciante. Amealhando, com o passar do tempo, significativa riqueza, adquire terras na região circunvizinha, fundando várias fazendas: Limoeiro (São Simão), Bonfim (Cravinhos), Sapecado, Jardim, Santa Luzia, Boa Esperança, Santa Silvéria, Brasil e Fazendinha Bonfim (GOMES, 1922, p 19). A partir de então, Francisco Bonfim passa a fazer parte da elite latifundiária da região de Ribeirão Preto, ao

⁴ Na verdade a porção de terra doada por Francisco Bonfim tem como origem desmembramentos sucessivos de fazendas que ocorreram ao longo de todo o século XIX. Inicialmente havia a fazenda Rio Pardo fundada em 1811 pelo português José Dias Campos com aproximadamente 10 mil alqueires de extensão e a fazenda Retiro (ou do Ribeirão Preto Acima), pertencente a Vicente José Dias e sua mulher Maria Silvéria da Anunciação com aproximadamente 4.600 alqueires. Como explica GOMES (1922, p. 12): “(...) Com o falecimento de Vicente José dos Reis em 1839, sua mulher vendeu as terras a José Borges da Costa. Com a divisão da Fazenda Retiro em vários quinhões de terras, coube a Antônio Borges da Costa Sobrinho (falecido em 1864) e sua mulher Luíza Maria de Jesus (ou Oliveira), a posse das terras que abrangem o atual Distrito de Bonfim Paulista. Em 1891, Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim, um dos condôminos da Fazenda Retiro do Ribeirão Preto Acima requereu a divisão judicial das terras”.

Figura 3: Igreja Matriz de Bonfim Paulista em 1906.
Fonte: Jornal A Cidade. 25 de julho de 2008.

Figura 4: Políticos integrantes do PRP – Partido Republicano Paulista. Data: c. 1890/1900. Fotógrafo: não identificado. (APHRP, F271). Fonte: Relatório do Inventário de Referências Culturais (INRC). Ribeirão Preto. Prefeitura Municipal, Secretaria da Cultura, Rede de Cooperação Identidades Culturais. Ribeirão Preto, SP. Novembro de 2010. Arquivo digital.

lado de outras personalidades cujas trajetórias de enriquecimento e poder se assemelham.

O poder econômico advindo da lavoura cafeeira ligava-se intimamente à obtenção de ampla influência política, tanto na esfera municipal quanto na federal. Vale lembrar que:

Os rendimentos da maior parte dos municípios, sob a influência dos cafeicultores, dependiam das safras de café que serviam de alavanca para o comércio, para a indústria e para o setor de prestação de serviços, tornando as cidades do interior do Estado de São Paulo verdadeiros polos de atração populacional. Foi o que ocorreu em Ribeirão Preto (SECR.MUNIC.CULT. RIB. PRETO, 2010).

O Partido Republicano Paulista (PRP) núcleo político representativo dos grandes produtores de café do estado de São Paulo no século XIX, tinha como um de seus principais projetos políticos o aumento da autonomia municipal das cidades onde sua influência se espalhava. Fortalecendo a base regional através da autonomia política municipal obtinha-se a possibilidade de negociar diretamente com o governo federal preços e medidas favoráveis aos cafeicultores e à região onde suas propriedades se localizavam. O coronel do café era bem mais que o promotor do desenvolvimento econômico da região por ele influenciada. No caso de Bonfim Paulista a presença da categoria se manifestava, por exemplo, através dos nomes dados às ruas: *Coronel Américo Baptista da Costa*, fazendeiro, proprietário das fazendas Tambaú, Bela Aurora, Boa Vista e Lageado; *Cel. Emílio Moreno de Alagão*, proprietário das fazendas Boa Vista e Santa Virtude e *Cel. Furquim*, proprietário da fazenda Furquim. O título de coronel que figurava antes de seus nomes significava a láurea pelo poder alcançado que se concretizava com sua incorporação à Guarda Nacional⁵.

⁵ “A Guarda Nacional era recrutada entre os cidadãos com renda anual superior a 200 mil réis, nas grandes cidades, e 100 mil réis nas demais regiões. Era vista por seus idealizadores como o instrumento apto para a garantia da segurança e da ordem, vale dizer, para a manutenção do espaço da liberdade entre os limites da tirania e da anarquia. Tinha como finalidade defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, mantendo a obediência às leis, conservando a ordem e a tranquilidade pública. (...) Tudo isto no período em que o Brasil era o Império do Café, mesmo quando o processo econômico brasileiro se desenvolvia nas condições de economia incipiente nos moldes de um capitalismo tardio, com traços coloniais, dependente e mercantilista, ainda que no século XIX o mercantilismo já tivesse sido superado como modelo internacional, os pequenos e médios cafeicultores coexistiam, agiam e

Francisco Bonfim falece em 1898 na cidade de Cravinhos (próxima de Bonfim) em circunstâncias obscuras: atingido por um tiro cuja autoria seria de um pistoleiro local contratado para “acertar contas” por desafetos da vítima. Exceto os registros sobre sua vida pública e alguma lenda em torno de seus feitos pessoais, a memória da contribuição de Francisco Bonfim para a vila que leva seu nome se resume a um busto e um nome de escola: a Escola Estadual Francisco Bonfim de ensino fundamental, que, curiosamente, não se localiza na vila, mas no bairro Ipiranga, em Ribeirão Preto (**Figura 5**). No busto, no entanto, não se encontra qualquer inscrição sobre a identidade do retratado.

Desde sua origem, Bonfim Paulista mudou sua denominação algumas vezes: em 1944 deixa de ser “Vila Bonfim” para chamar-se “Gaturamo” (ave abundante na região). Em 1953, altera-se a denominação de “Gaturamo” para “Bonfim Paulista”, seu nome atual.

Na historiografia local, nomes, datas e eventos estruturam uma cronologia em que as diferentes narrativas levantadas sobre a vila se apoiam para construir um passado que lhe dê nota e substância. Dentre elas a que mais nos pareceu germinal foi a obra intitulada “Bonfim Paulista – Edição Histórica”, publicação independente de um morador, Walter Alves Neves, datada de 1999. Como o próprio nome sugere, o objetivo é escrever uma história oficial do povoado fixando datas, personalidades e eventos marcantes, ou que o autor considera como tal:

O que se pretende com esse trabalho de pesquisa e memória dos descendentes de famílias verdadeiramente pioneiras é “reescrever” a história de Bonfim Paulista, ainda hoje Distrito do município de Ribeirão Preto, majestosa cidade paulista (GRELLET ET ali., 1999, p.7).

Além de uma história definitiva, o autor procura ao longo da obra pleitear uma tradição etnográfica do lugar baseada em vínculos de família: aquelas que seriam “verdadeiramente pioneiras” engendram bonfinenses “autênticos”, vale dizer, sem a mistura com forasteiros que, vindos de outras paragens, não estariam ligados identitariamente com a vila.

interagiam no tão afamado mundo das grandes propriedades, formando neste caso um contingente com poder político e econômico. Pois fazendo parte ativa dos Corpos da Guarda Nacional se viam como verdadeiros baluartes da independência e a integridade do Império e braço de Sua Majestade Imperial Defensor Perpétuo do Brasil.” (SOARES, 2011, p. 17).

Figura 5: Busto de Francisco Bonfim. Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Fonte: AHRP. Disponível em: www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br.

Figura 6: Tronco da CM em 1935 que chegava até Bonfim Paulista. Fonte: Estações Ferroviárias do Estado de São Paulo. Disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br.

A ideia de uma história tecida por “famílias tradicionais” transparece já no prólogo do livro: “Edição especial publicada com a autorização das famílias aqui apresentadas” (GRELLET ET ali., 1999, prólogo).

Mantendo o tom celebrativo, a obra segue estabelecendo uma cronologia marcada por eventos que ora ajudam a definir um processo de formação urbana, ora se perdem em referências sem muita relevância. O ano de 1856 marca a construção de um viaduto pela Cia Mogiana de estradas de Ferro, ocasião em que o povoado já existente ganha o nome de “Chave de Viaducto” (GRELLET ET ali., 1999, p.9); em 1894 Francisco Bonfim doa um lote “(...) para que se construísse passagem ferroviária, transportadora de produção agrícola da região.” (GRELLET ET ali., 1999, p.10) e o lugar passa a se chamar Villa Bonfim, informação reiterada posteriormente: “Villa Bonfim foi fundada ao se inaugurar a estação ferroviária da Mogiana” (GRELLET ET ali., 1999, p.37); a datação é precisa: “Calendários marcavam 10 de fevereiro [de 1894]. Pela primeira vez, colocados sobre um pequeno viaduto, trilhos suportavam o peso e o ruído do trem de carga (...)” (GRELLET ET ali., 1999, p.10). Segue assim a cronologia agora marcada pela construção da primeira casa (ano de 1900), pela instalação das primeiras lojas e empresas: matadouros, açougues, fábrica de macarrão, de carroças, sabão, padaria, cerveja, roupas (entre os anos de 1900 e 1910); as primeiras pensões, a primeira escola, a inauguração da iluminação pública, o jornal e os taxistas, tudo acontecendo nas primeiras décadas do século XX.

De súbito a cronologia salta para o capítulo XIV intitulado “Chegando ao presente”. Desse ponto em diante os marcos cronológicos escasseiam: a passagem de uma rodovia pelo centro da vila (1924), a reforma da capela (1925), as mudanças de nome (1944, 1953), ponto em que o autor conclui: “Bonfim Paulista tem ares de importância desde sua fundação, fato que se constata através de seu passado” GRELLET ET ali., 1999, p. 3), um passado, então, nobre e glorioso porém velho de um século, intervalo dentro do qual não cabem na narrativa do autor feitos e acontecimentos significativos.

Por que essa eleição de um passado distante como marco de identidade e coesão à vila? Por que a omissão da história recente? A crise do café de

1929 é retratada em tons dramáticos tendo como ícone o fechamento de um dos principais hotéis da vila:

(...) o governo de Getúlio Vargas pôs abaixo o brilho dos cafeicultores, compradores e coronéis, mandando sua tropa de soldados incendiarem os grandes cafezais para “reativar o preço do café brasileiro” no comércio exterior. Os bagos brilhantes dos cafezais vermelhos choraram até a última gota de sua succulenta polpa e a derrocada foi fatal. Todo brilho se desmorona, toda fortuna se desfaz. Também o Hotel Moré assistiu seu melancólico fim. Acabou. Cerrou suas postas. Já não havia café, cafeicultores, negócios, coronéis de mando. Tudo terminara e o Hotel Moré de Villa Bonfim também (GRELLET ET ali., 1999, p. 21).

Seria então a crise da cafeicultura a explicação da interrupção de um “passado glorioso”? Isso nos levaria a acreditar que, então, esse passado acalentado pelo autor tem íntima ligação com os tempos áureos do café, do sistema político coronelista, de um contexto sociocultural extinto, mas que deixou marcas importantes na memória, na arquitetura e nas ruas daquele lugar. A narrativa de Walter Neves não só delimita um período histórico dentro do qual a vila se urbaniza e cresce economicamente em função da atividade cafeeira, como sugere que o fim desse ciclo marca também o fim de um processo de desenvolvimento. A partir de então Bonfim para de crescer e preserva seu aspecto pitoresco e interiorano até hoje, sem ter visto seu tecido urbano ser corrompido por uma industrialização recorrente em outras cidades paulistas no período do pós-guerra:

Com o golpe de 1930 a policultura era a melhor alternativa de recuperação. Plantavam-se então cereais como arroz, feijão, milho e também algodão. Sabe-se que, apesar da produtividade da terra roxa, o plantio desses cereais nunca alcançou a grandeza do café. A cultura polivalente de Villa Bonfim não pode ser considerada de grande porte (GRELLET ET ali., 1999, p.17).

Portanto, o período entre 1894 – data de sua fundação formal – e meados dos anos 30, um intervalo de 35 anos, foi o tempo que a vila teve para se formar e ser o que ainda é hoje.

Talvez mais sugestivo que o tom celebrativo e ufanista que a obra de Walter Neves empresta à epopeia histórica de Bonfim Paulista, seja o fato de que essa narrativa tem se desdobrado e sido aceita como oficial e definitiva. Trabalhos recentes sobre Bonfim⁶ incorporam e reproduzem a cronologia estabelecida por Neves, adotando o mesmo procedimento de demarcar a história da vila a partir de fatos como a primeira padaria, as primeiras fábricas de macarrão, os pioneiros ilustres e os feitos notáveis de seus habitantes. Elencar fatos, citar nomes e sobrenomes de pessoas que viveram e trabalharam no passado e nele construíram o cotidiano local (como donos de uma padaria, um açougue, uma loja) é uma operação que tece uma história paralela à da elite cafeeicultora criadora de riquezas e possibilidades. Tal operação nos faz pensar como a narrativa opera no sentido de reconstruir e valorar esse passado, pelo simples fato de contar e registrar por escrito fragmentos de uma memória inexata e emotiva.

O declínio do ciclo do café nas terras roxas do oeste paulista marcando o fim do ciclo de maior desenvolvimento urbano de Bonfim e a ausência de um sucedâneo a sua altura está também presente em narrativas contemporâneas sobre a vila:

A desativação da estação ferroviária de Bonfim marcou o fim dessa era. Ao entrevistar os moradores percebemos que se estabeleceu um sentimento de perda de parte da identidade dessa localidade. Segundo Vanderlei Pipa, que registrou em fotografia a última passagem do trem de passageiros com destino a Campinas, em 15 de agosto de 1963: “[...] o que marcou muito em Bonfim Paulista ficando assim um negócio meio difícil, foi a retirada da CIA Mogiana, marcou muito. A gente sente muita falta dessa estrada de ferro. Quando eu era criança com idade ainda de seis, sete anos eu viajei varias vezes com meu avô para São Paulo e nós pegávamos o trem aqui, nessa praça aqui em frente [...]” (GUIMARÃES, 2012, p. 32).

⁶ Notadamente o livro recém-publicado pela Secretaria Municipal de Cultura de Ribeirão Preto “De viaduto a Bonfim Paulista” (GUIMARÃES, 2012); o levantamento histórico do Plano de Diretrizes Urbanas para o Centro Histórico do distrito de Bonfim Paulista - Ribeirão Preto, SP. (FIÚZA, 2012) e o Relatório do Inventário de Referências Culturais - INRC (Secretaria da Cultura, 2010).

Figura 7: Vila Bonfim, 1963: última composição de trem de passageiros que teria passado em Bonfim Paulista (acervo Dr. Fernando Cavallari, morador local). Fonte: Relatórios da Cia. Mogiana; disponível em www.associacaomogiana.com.br e pesquisa realizada por Rodrigo Flores a partir de relatos de Fernando Cavallari.

Figura 8: Parte de trilho ferroviário em calçada na Praça Bonfim. Foto do autor, 2011.

Cabe-nos aqui reconhecer a força e presença dessa trama narrativa: a história que se conta sobre Bonfim pode ser tomada também como parte de sua história, como explica MARTINS (1987):

A obra [arquitetônica] é reconstituída pela sua inserção numa trama que, por ser outra, desloca o ponto de vista e reconverte o objeto. O processo de leitura é um mecanismo de recarga semântica que opera sobre a obra e, através dela, no campo da cultura arquitetônica. Esta ideia aparece formulada em Argan a respeito da leitura da obra de arte em geral, mas se aplica perfeitamente à arquitetura. A obra de arquitetura, como toda obra de arte, coloca diante do seu historiador a situação *sui generis* de fazer história em presença do seu objeto. (...) Juízo sobre as obras e urdidura de tramas, interrelacionando-as em sua própria série e com todo o campo da cultura de um período, a tarefa do historiador passa a constituir o próprio campo do que pretende investigar. O historiador é parte da história. (...) Afirmar valores, reforçar tendências, contribuir para o esquecimento ou a institucionalização de projetos ou autores é estar participando do processo permanente de ressemantização da obra, ou seja, é estar também ele, historiador, agindo diretamente na “geração de cultura arquitetônica”. (p.5)

E conclui, em trecho posterior de sua tese, afirmando: “sabemos que o processo de constituição de uma trama tem sua própria historicidade. Neste caso, uma historicidade que por assim dizer se agrega e passa a incorporar o próprio objeto que investiga” (MARTINS, 1987, p.71). Martins fala de uma trama historiográfica relacionada a determinadas produções da arquitetura moderna brasileira; nós falamos de espaços urbanos e memória. Ainda que a escala e a abrangência do objeto seja diversa, o fenômeno descrito – contar e falar sobre ele – pode ser o mesmo. O autor indica como o trabalho do historiador dedicado à arquitetura e ao urbanismo carece de uma base metodológica rigorosa e estável, fato que a historiografia montada sobre Bonfim confirma e reforça: afinal de contas, como saber qual a verdadeira história sobre as origens de Bonfim, partindo do pressuposto que as fontes são escassas, inconsistentes e o passado que construímos sobre o lugar – inclusive neste trabalho – parte essencialmente de narrativas que podem ser reais ou fictícias, objetivas ou subjetivas? Então podemos identificar não uma

história concretamente verificável sobre Bonfim, mas uma narrativa construída a partir de fontes possíveis que acaba por tecer essa história; no ato de contar e recontar os fatos e acontecimentos que marcaram a trajetória da vila do final do século XIX até hoje, esse trabalho se colocaria então como um continuum dessa tarefa, antes nas mãos dos “memorialistas” locais e moradores, agora como objeto de reflexão acadêmica; ambos, no entanto, constituintes de uma mesma sequência narrativa.

1.2 - O café, o trem e a vila

A regulamentação fundiária levada a cabo pela Lei de Terras e a normatização de um desenho urbano voltado ao ordenamento e saneamento das cidades em meados do século XIX no Brasil não podem ser entendidos como fenômenos distintos dos agenciamentos urbanos embasados pelas formulações teóricas e científicas provenientes de pensadores e cientistas europeus da época⁷. O modelo de um poder burguês, baseado na sua exuberância econômica, que eventualmente aliado a um poder instituído, a monarquia constitucional, toma as rédeas da história, serve tanto à Europa como ao Brasil.

Aqui, no caso do noroeste paulista, o poder burguês, rebatizado de “aristocracia rural paulista” – nome proveniente talvez da efetiva falta em terras brasileiras de uma nobreza que no caso europeu Hobsbawm chama de “aristocracia apagada” – demanda, promove e financia a nossa “revolução industrial”.

Lideranças políticas da região de Ribeirão Preto – lê-se burguesia cafeicultura e personalidades lotadas em cargos públicos a ela ligadas – diante da precariedade dos meios de transporte e escoamento da produção de café

⁷ As reflexões foucaultianas a respeito do nascimento da medicina social (capítulo homônimo da sua obra “Microfísica do poder”) ao longo dos séculos XVIII e XIX esclarecem e contextualizam o quadro brasileiro. Essas reflexões parecem guardar estreita relação com as estratégias políticas usadas no contexto histórico descrito neste trabalho. “As técnicas de controle do meio e os dispositivos disciplinares produzidos a partir do saber médico subsidiaram a idealização de espaços modelares e corretivos por homens do século XIX” (CORREIA, 2004, p.25).

das longínquas fazendas do oeste paulista, à época realizado em tropas conduzidas por animais, mobilizaram-se a fim de pressionar o Estado na busca de soluções para o problema. Esta ação dava continuidade ao movimento de expansão de ferrovias no estado. Em 1865 foi criada a Companhia São Paulo Railway⁸, uma associação entre o capital privado dos cafeicultores paulistas e empresas de construção civil inglesa. Houve também a participação do capital público nessa empreitada, ainda que de forma indireta através de desapropriações e emissão de papéis no mercado a fim de co-financiar as obras. O resultado final foi a formação de uma malha ferroviária significativa que se irradiava por toda a região oeste do estado de São Paulo e cujo traçado seguia a lógica do escoamento da produção agrícola convergindo à cidade de São Paulo de onde o café descia ao porto de Santos. Os custos com o transporte do café, antes realizados através de carros de boi, foram reduzidos em 20% (SILVA, 2006, p. 29); mas essa era apenas uma das muitas vantagens que o caminho de ferro proporcionava aos seus empreendedores. Além de providencial para o escoamento da produção, o trem deveria ser lucrativo para o comércio e pequenas atividades industriais por conta da comercialização de passagens e transporte de cargas. Sua participação na economia e na geração de emprego não pode ser desprezada: segundo CANO, 1983 (apud SILVA, 2006, p.30): “(...) enquanto a indústria paulista empregava 24.186 pessoas em 1907, as ferrovias eram responsáveis pelo emprego de 18.501 trabalhadores em 1910”.

O projeto ferroviário brasileiro do século XX estava alinhado a uma tendência marcante do mundo europeu no século XIX:

Por volta de 1875, o mundo possuía 62 mil locomotivas, 112 mil vagões de passageiros, meio milhão de vagões de carga transportando, como era estimado, 1.371 milhões de passageiros e 715 milhões de toneladas de mercadorias ou, em outras palavras, nove vezes mais do que era carregado anualmente por via marítima (média) naquela década. A época que estudamos (1848-1875) era, em termos quantitativos, a

⁸ Pioneira na história das ferrovias paulistas, a São Paulo Railway foi seguida por um número significativo de subsidiárias a ela – como a Cia Mogiana de Estradas de Ferro ou a Noroeste Paulista – ou de empresas menores de abrangência regional. Para uma referência mais precisa sobre o assunto ver MORAIS, 2002.

primeira autêntica idade das estradas de ferro (HOBSEBAWM, 1987, p. 86).

E esse “novo mundo” marcado pela aceleração do transporte e das comunicações, ao mesmo tempo em que criava um abismo entre aqueles lugares aonde essa nova rede não chegava e aqueles onde essa modernidade já aportara, tinha o condão de transformar de forma rápida e irreversível o perfil de sociedades isoladas:

A intrincada rede da economia internacional trazia mesmo às áreas geograficamente mais remotas para ter relações diretas com o resto do mundo. O que contava não era apenas velocidade – embora uma crescente intensidade do tráfico também trouxesse uma maior demanda por rapidez – mas o nível da repercussão (HOBSEBAWM, 1987, p. 75).

Menor diferenciação e maior padronização: parece ter sido esta uma das principais contribuições das ferrovias, não só no Brasil, mas no mundo:

Hoje estamos mais familiarizados do que os homens de meados do século XIX com este desenho totalizante do planeta em um único mundo. Mas há uma diferença substancial entre o processo que nós vivenciamos hoje e o do período que este livro abarca [1848-1875]. O que é mais impressionante neste aspecto, mais adiante no século XX, é a padronização que vai bem além da puramente econômica e tecnológica. (...). As estradas de ferro, telégrafos e navios de 1870 não eram menos identificáveis como "modelos" da era onde ocorriam do que os automóveis e aeroportos de 1970. (...) O que pouco ocorria então era a padronização internacional, interlinguística da cultura, que hoje distribui os mesmos filmes, tipos de música, programas de televisão e mesmo estilos de vida através do mundo. Os "modelos" do mundo desenvolvido eram copiados pelos mais atrasados em um punhado de versões dominantes – os ingleses, através de seu império, nos Estados Unidos e, com menos ênfase, no continente europeu; os franceses, na América Latina, no Levante e partes da Europa oriental; os alemães e austríacos, através da Europa central e oriental, na Escandinávia e um pouco nos Estados Unidos. Certo estilo comum visual, o interior burguês superlotado de móveis, o barroco público dos teatros e óperas

podiam ser vistos onde europeus ou colonos descendentes de europeus tivessem se estabelecido (HOBSEBAWM, 1987, p. 79).

Onde se instalou, a ferrovia operou mudanças significativas: “como meio para facilitar as viagens e os transportes, para unir a cidade ao campo, as regiões pobres às ricas, as ferrovias foram admiravelmente eficientes. O crescimento da população deveu muito a elas” (HOBSEBAWM, 2001, p. 122). O trem possibilitava a existência de um comércio internacional de produtos agrícolas onde a especialização na produção e comercialização de um determinado produto num quadro de plena monocultura (como é o caso do café do nordeste paulista no período estudado) era característica comum a muitos países da África e América do Sul. Para atender a uma demanda cada vez mais crescente por produtos agrícolas – para a indústria e para o consumo humano direto – em grandes centros urbanos espalhados pelo mundo, núcleos agrícolas se formavam em áreas longínquas acessíveis a partir de agora pela estrada de ferro.

O caso do interior paulista no século XIX pode ser tomado aqui como um exemplo importante deste impulso remodelador do trem, pois a transformação desses lugares remotos em núcleos urbanos de razoável dinamismo econômico era um fenômeno indissociável da economia globalizada. A transformação do cotidiano e da dinâmica urbana com a instalação dos equipamentos necessários para o funcionamento da linha de trens parece ter encontrado certa unanimidade em trabalhos acadêmicos que tratam de São Paulo no século XIX e início do XX⁹. A grande e linear “gare” da estação de trem, as casas de turma, armazéns e pátio de manobras ao mesmo tempo em que instauram uma nova centralidade no tecido urbano onde se inserem, atraem as atividades comerciais para junto de seus domínios e, conseqüentemente, os passageiros que para lá se deslocam, num fenômeno algo parecido com o dos terminais rodoviários contemporâneos¹⁰. Vale lembrar,

⁹ Assinalamos, nesse aspecto, a tese de livre docência da professora Ana Lúcia Duarte Lanna, **Ferrovias, cidade e trabalhadores 1870-1920**. São Paulo: FAU-USP, 2002, onde a relação entre formação urbana e a implantação de infraestrutura ferroviária ocupa lugar de destaque.

¹⁰ A comparação é válida se levarmos em consideração o fato de que os terminais rodoviários contemporâneos se constituem como centralidade da região onde se localizam, não da cidade como um todo. Na maior parte das cidades brasileiras a região da rodoviária é o lugar do

porém, que a presença física da ferrovia não se constitui como o único motivo de progresso: as atividades econômicas advindas da facilidade do transporte férreo também provocaram a transformação nas feições urbanas da localidade. Na verdade esse impacto estaria diretamente relacionado com o grau de desenvolvimento urbano e econômico: quanto mais solidificado este, menor aquele e vice-versa. Como lembra Anna Lanna referindo-se a Campinas e a Jundiaí:

A Mogiana marcou mais a cidade [Campinas] com seu agrupamento de atividade em Guanabara, mas já era então a cidade dos barões e de outras tantas atividades. (...) Jundiaí, por sua vez, teve seu padrão urbano completamente alterado pelas oficinas da Cia Paulista, o que lhe deu forma, fazendo-a identificar por uma cidade de ferroviários e fabril. As oficinas começaram a ser construídas em 1893, com uma área de 45 mil m² (LANNA, 2002, p. 177 e 183).

Mais comércio, mais indústrias que o abastecessem: olarias, serrarias, ferramentarias e fábricas se disseminam junto com a estrada de ferro e transformam as relações de trabalho da localidade. E não só isso:

O tráfego gerado nos cruzamentos e entroncamentos de ferrovias estimulariam o comércio local, criando áreas de influência que excederiam os limites municipais e, com o passar do tempo, criariam necessidades de estabelecimento de postos de administração pública, bancos e hospitais.” (LUZ, 2006, p. 54).

A crença no progresso como o promotor definitivo de uma sociedade melhor para todos pode ser considerada uma das forças ideológicas que promove no Brasil do século XIX o desenvolvimento de núcleos urbanos. A difusão do uso das alvenarias de tijolos na arquitetura das estações de trem em pouco tempo seria popularizada e acessível aos edifícios residenciais das vilas onde o trem parava; nesse tempo a taipa passa então a ser vista como material menor: “A alvenaria de tijolos vem substituir a taipa de pilão nas construções, a partir da sua introdução na edificação da estação da estrada de Ferro Sorocabana em 1875” (PRESTES, 2001, p.189, apud LUZ, 2006, p.51). Na

comércio popular, de rua, de certa marginalidade controlada e de um lazer urbano voltado a classes de menor poder aquisitivo.

escala da cidade, o grande terrapleno necessário à instalação da estação e seus trilhos e a necessidade da proximidade de um curso d'água para o resfriamento da caldeira da locomotiva são as duas grandes constantes que se repetiriam em qualquer núcleo urbano contemplado com o serviço ferroviário.

O trem chega a Bonfim Paulista através da Cia Mogiana de Estradas de Ferro com a instalação da **Estação Bonfim Paulista**, pertencente ao município de Ribeirão Preto, cuja data de inauguração ocorreu em 10 de fevereiro de 1894 (CIONE, 1996; MARTINS, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE RIBEIRÃO PRETO, 2010) ¹¹. Embora quase nada desse patrimônio ferroviário tenha restado para nos lembrar sua história – tanto as edificações, quanto os trilhos foram destruídos e removidos na década de 1970 – pistas desses equipamentos ainda podem ser encontradas, tais como fragmentos de antigas barras de ferro usadas nos trilhos hoje servindo de cercas de proteção em calçadas (**Figura 8**), além de uma edificação bastante adulterada, mas que pela volumetria e localização faria parte do conjunto arquitetônico da antiga estação (**Figura 9**).

A estação de Bonfim se localizava numa extensão da linha-tronco da Mogiana que:

(...) teve o primeiro trecho inaugurado em 1875, tendo chegado até o seu ponto final em 1886, na altura da estação de Entroncamento, que somente foi aberta ali em 1900. Inúmeras retificações foram feitas desde então, tornando o leito da linha atual diferente do original em praticamente toda a sua extensão. Em 1926, 1929, 1951, 1960, 1964, 1971, 1973 e 1979 foram feitas as modificações mais significativas, que tiraram velhas estações da linha e colocaram novas versões nos trechos retificados. A partir de 1971 a linha passou a ser parte da FEPASA. No final de 1997, os trens de passageiros deixaram de circular pela linha. (Relatórios da Cia Mogiana, 1891, citado em <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em 09/12/2011).

¹¹ Em dados obtidos no site: <http://www.estacoesferroviarias.com.br> acessado em 09/12/2011, a data de inauguração da estação está definida como sendo no dia **20 de julho de 1892**.

Figura 9: Fotos da edificação na Praça Bonfim remanescente do conjunto arquitetônico da estação ferroviária. Fonte: fotos do autor, 2011.

Figura 10: Foto do local na década de 60. Fonte: Acervo pertencente ao Sr. Wanderley Pippa.

Quanto à área destinada à estação, os relatórios comentam: "(...) em terreno cedido gratuitamente, está sendo construída uma estação que além de beneficiar a zona, vai também aliviar a afluência das duas estações próximas, Cravinhos e Ribeirão Preto" (Relatórios da Cia Mogiana; 1891, citado em <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em 09/12/2011). A estação inaugurada em Bonfim levava inicialmente o nome de **Viaducto** em função da existência de um grande viaduto próximo à vila construído para vencer um acidente geográfico local na Serra do Cantagalo. Esse viaduto composto por 13 vigas metálicas apoiadas em cavaletes metálicos, chamado de viaduto de Cantagalo, foi desmontado em 1965. Seu material foi recolhido em Guanabara, na cidade de Campinas. Um ano depois o nome da estação foi mudado para Villa Bonfim.

A data precisa da desativação do trem em Bonfim permanece desconhecida: "Walter Alves Neves, historiador local, afirma que o último trem de passageiros teria passado em Bonfim, em direção a Campinas, em 15/08/1963, mas essa informação é diferente da presente no relatório oficial da Mogiana". (Relatórios da Cia Mogiana; 1891, citado em <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em 09/12/2011). Durante o tempo que serviu como escoamento da produção de café local o tráfego de trem em Bonfim foi intenso: quatro trens diários saíam da Vila rumo a São Paulo e dali até o porto de Santos, numa viagem que durava em média dez horas¹².

A influência da estrada de ferro sobre a forma urbana de Bonfim parece ter sido efetiva. A ferrovia era a resolução dos problemas de escoamento da produção de café, mas, também, como vimos, vetor de estabelecimento de novos valores, usos e informações que influenciariam o cotidiano e a forma urbana das localidades por onde passava:

¹² Informação proveniente de material disponível na sede do Arquivo Público de Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/historia/bonfim>>. Acesso em 09/12/2011.

Figura 11: Foto do local com datação de 1910.
Fonte: Acervo pertencente ao Sr. Wanderley Pippa.

Figura 12: mapa de uso e ocupação da área central de Bonfim Paulista. Em laranja os edifícios comerciais e em amarelo os residenciais; em verde a atual Praça Bonfim antiga esplanada da estação. Fonte: CAMARGO, Diana Andrade. Reforma Urbana e Parque Linear em Bonfim Paulista. TCC – IAUSC, Dezembro de 2009, p. 26.

Ao iniciar-se o arruamento destes povoados, foi tomada por base, em todos os casos, a longa reta originada pela linha da ferrovia, ou mesmo, os limites da divisa da esplanada. Tais demarcações eram físicas, pois fechadas por cerca, como forma de impedir a entrada dos animais, que poderiam provocar acidentes, quando junto aos trilhos. (GIRARDELLO, 2001, p. 144).

Em Bonfim, a centralidade gerada pelas edificações da estação de trem parece ser algo incontestável, como mostra a **Figura 12**. Esse espaço definiu e conduziu o adensamento da malha urbana: num primeiro plano (atual rua Felisberto Almada) o casario eminentemente comercial (em cor laranja no mapa) devido à proximidade com a estação, está com suas testadas totalmente voltadas para a antiga estação. O desenho dos lotes mostra forte subordinação à testada, pois, lembrando o lote urbano usual do período colonial, se apresentam bem mais compridos que largos, como se buscassem o fundo de vale, onde se localiza o curso d'água. Por outro lado o predomínio de habitações (volumes em amarelo) acontece em espaços contíguos ao eixo comercial, como consequência natural destes. A edificação que ocupa a área central da praça Bonfim se refere a um dos possíveis remanescentes da antiga estação (conforme mostrado nas **Figuras 9,10 e11**).

Nos chama atenção o fato de não terem sido localizados, ao longo das pesquisas, quaisquer mapas ou textos relativos à planta da fábrica da matriz de Bonfim Paulista¹³. Esperávamos encontrar mapas semelhantes ao da **Figura 13** relativo à cidade sede Ribeirão Preto, onde se percebe a centralidade gerada pelo largo da matriz, assim chamada a capela fundadora do patrimônio da fábrica e um arruamento que seria o embrião da futura cidade. Como vimos, a doação do fazendeiro Francisco Bonfim de 1894 e a construção da Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim marcam a fundação do lugar; mas foi a implantação da linha ferroviária que fez surgir a estrutura urbana ainda hoje

¹³ Foram consultados o Segundo Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto responsável pelas averbações dos imóveis de Bonfim Paulista e a Secretaria paroquial da vila (Paróquia Senhor Bom Jesus Bonfim) a fim de identificar a existência de cobrança do Laudêmio (imposto relativo à transmissão de propriedade de lotes pertencentes ao Patrimônio da Fábrica da Matriz revertidos à Igreja Católica) o que seria um indício da existência da Fábrica da Matriz, porém ambos declararam não existir o tributo no distrito.

existente, ou seja, a grande área central antes ocupada pelo trem e seus edifícios e hoje por duas grandes praças. Mesmo que não existam mais o trem e seus edifícios, permanece ainda a centralidade que estes imprimiram ao lugar.

A observação dos mapas das **Figuras 14 e 15**, que se supõe sejam referentes a um período entre 1870 a 1902¹⁴ deixa claro que a esplanada do trem, como descreve GHIRARDELLO (2001) esteve presente na disposição da volumetria urbana desde meados do século XIX. Vale assinalar que a datação atribuída à inauguração da estação ferroviária é de 1896 pela maioria das narrativas pesquisadas, o que releva uma incoerência: se, de fato, o mapa da **Figura 14** se refere a um período entre 1870 a 1893 – como foi encontrado na pasta do APHRP –, a estação não poderia ter sido inaugurada em 1896, ou seja, três anos depois do período em que o mapa foi supostamente confeccionado. No entanto, ele mostra a linha do trem e os edifícios da estação, o que nos leva a supor que o mapa é, de fato, de 1896, não de 1893 e pode ter sido confeccionado pelos engenheiros da Cia Mogiana ocupados com o projeto de implantação da esplanada.

A situação do núcleo urbano original de Bonfim Paulista encontra eco em relação aos aspectos levantados por GHIRARDELLO (1999) em sua tese de doutorado. Nesse trabalho o autor demonstra como o traçado da esplanada da estação de trem exerceu influência marcante sobre o traçado urbano das cidades do noroeste Paulista¹⁵. A escolha do sítio obedecia sempre às imposições técnicas do sistema ferroviário: topografia plana, área razoavelmente larga e proximidade a um curso de água. Assim, essa esplanada se dividia em espaços claramente definidos: o rio, de onde vinha o recurso imprescindível para o maquinário ferroviário; a praça da estação, local de carga e descarga da estação, de encontros e partidas, além de formação do comércio de conveniências; a estação propriamente dita e o pátio de manobras do trem, como mostram as **Figuras 16 e 17**.

¹⁴ O ano de 1893 o povoado deixa de se chamar Gaturamo, como está denominado na Figura 14 e passa a se chamar Villa Bonfim, como está denominado na Figura 15.

¹⁵ O autor cita e expõe os exemplos das cidades de Presidente Alves, Cafelândia, Albuquerque Lins, Promissão, Avandava, entre outras.

Figura 13: Planta da Fábrica da Matriz de Ribeirão Preto onde se evidencia a capela da matriz e o arruamento que deu origem ao núcleo urbano. Nenhum mapa como este que mostre o patrimônio religioso inicial de Bonfim foi encontrado pela pesquisa. Fonte: APHRP.

Figura 14: Planta cadastral denominada: “Distrito de Gaturamo, município de Ribeirão Preto” sem datação expressa. Na caixa em que foi encontrada no Arquivo do Patrimônio Histórico de Ribeirão Preto aparecia a o período “1870-1893”, o que nos leva a supor ser a situação urbana de então. Fonte: APHRP.

Figura 15: Planta cadastral de “Villa Bonfim” também sem datação expressa. Na caixa em que foi encontrada no Arquivo do Patrimônio Histórico de Ribeirão Preto aparecia o período “1893-1902”; supõe-se ser a situação urbana de então. Fonte: APHRP.

Figura 16: Corte esquemático da esplanada ferroviária. Desenho de Nilson Girardello. Fonte: GHIRARDELLO, 1999, p. 146.

Figura 17: Perspectiva esquemática de uma formação urbana junto aos trilhos da C.E.F.N.O.B. Desenho Nilson Girardello. Fonte: GHIRARDELLO, 199, P. 147.

Segue explicando GHIRARDELLO (1999, p. 144):

Ao iniciar-se o arruamento desses povoados, foi tomada por base, em todos os casos, a longa reta originada pela linha da ferrovia, ou mesmo, os limites de divisa da esplanada (...). Verifica-se que a ferrovia além de possibilitar vida econômica ao futuro povoado, gerou seu próprio desenho urbano.

Porém é importante frisar que essas características são definidas pelo autor como típicas do Noroeste paulista:

As cidades formadas no século XIX, particularmente as paulistas, se caracterizavam por serem constituídas a partir de patrimônio religioso administrado pela fábrica paroquial. (...) No caso das cidades da Noroeste, a povoação se originará a partir da estação. Ela presidirá o espaço urbano. “(...) será a estação, por muitos anos, o principal edifício desses pequenos lugarejos e que mesmo diante de sua rusticidade terá, podemos afirmar, a mesma importância que tiveram as capelas nas antigas cidades” (GHIRARDELLO, 1999, p. 146).

As semelhanças com o caso de Bonfim Paulista não param por aí:

Esta cidade ainda [o autor se refere ao seu foco de estudo: as cidades do Noroeste Paulista], diferentemente daquela, terá ocupação de seus lotes de forma linear, paralelamente aos trilhos e daí para as vias subsequentes, sempre paralelamente, em direção aos limites da cidade. (GHIRARDELLO, 1999, p. 147).

Bonfim, como vimos, nasce como patrimônio religioso a partir de uma doação de terras em 1894; a ferrovia vem depois, em 1896¹⁶. Poderíamos propor, assim, que o esquema ensejado por Ghirardello para as cidades do Noroeste Paulista, no que tange à influência da implantação da linha ferroviária no desenho urbano, possa ser aplicável ao caso em questão; guardando a diferença de que, naquelas a ferrovia aparece como fator determinante e

¹⁶ A inauguração de uma estação de trem em Bonfim, que acontece entre 1892 e 1894 (as narrativas levantadas divergem quanto à data precisa da fundação), não exclui a possibilidade de já estar em funcionamento a linha da Cia Mogiana que passava pela região, o que reforça a tese de sua influência no traçado urbano da cidade.

principal da formação urbana, enquanto no caso de Bonfim o patrimônio religioso entra também como parte fundamental:

A capela, depois Igreja Matriz, também terá lugar nestas futuras cidades, porém em área doada por algum fiel. Essa capela será construída a *posteriori* e unicamente com auxílio da comunidade e não mais através da Fábrica Paroquial. (GHIRARDELLO, 1999, p. 148).

Ao contrário do que o autor descreve em relação às cidades do noroeste paulista, a capela de Bonfim teria sido construída exatamente quando da doação das terras de Francisco Bonfim para a constituição do patrimônio religioso, ou seja, em 1894; houve, portanto, a existência de uma Fábrica Paroquial anterior à chegada do trem.

Na **Figura 18** percebe-se como a implantação da capela não só se caracteriza por um distanciamento do núcleo urbano original onde a esplanada do trem se instala, como também não qualifica um espaço público com alguma centralidade à maneira de tantas outras cidades do interior do estado de São Paulo, onde a praça da igreja ainda hoje marca e define uma origem de povoamento, como é o caso da vizinha Ribeirão Preto. O espaço frontal à igreja de Bonfim forma, ao contrário, um largo ao fim da rua Coronel Furquim, num procedimento muito parecido com algumas cidades mineiras do século XVIII. Porém, mesmo não ocupando a posição de diretriz do desenho urbano, sua implantação em cotas altas, como mostra a **Figura 19**, lhe confere destaque na paisagem urbana e acentua ainda mais a especificidade da vila: um espaço nascido entre a igreja e estação de trem, ambas ligadas por um eixo, a rua Coronel Furquim.

Entre a capela e a estação, o fato concorde é que a vila cresce sob a égide da elite cafeeira e é habitada por uma população que vive num espaço urbano engendrado e disciplinado pelo trem e seus rígidos expedientes. Hoje essa relação política tem sua exteriorização material – a cidade e suas arquiteturas – cogitadas de serem elevadas à categoria de patrimônio histórico. A discussão em torno da conservação e/ou revitalização deste núcleo urbano adquire, a partir dessas observações, novas perspectivas

Figura 18: Planta cadastral de “Villa Bonfim” sem datação expressa (supõe-se ser entre 1893-1902). No círculo vermelho a capela e no azul a estação de trem.
 Fonte: APHRP, com alterações do autor.

Figura 19: Imagem atual (2012) da capela de Bonfim. Fonte: GUIMARÃES, 2012, p.7

O edifício tomado como objeto central de memória e preservação assume uma importância parcial e relativa frente a um desenho urbano e a uma volumetria que se destacam como marcas de um tempo em que o trem e suas demandas exerciam influência decisiva sobre as localidades por ele servidas. Estaria aí talvez o principal referencial de memória: a paisagem urbana legada por essa época, a “ambiência urbana” que se manteve e dá a graça e a atratividade tão reverenciadas ao vilarejo.

A definição do perímetro urbano de Bonfim atual se dá através do Ato nº 28 assinado pelo prefeito municipal de Ribeirão Preto Fábio de Sá Barreto em 1938 (SILVA; ROSA, 2012, p. 78), oito anos depois do “crack” da bolsa de Nova York, processo desencadeador da crise do café na região. Da monocultura do café partiu-se para a produção de algodão, milho, amendoim, tomate e cana-de-açúcar, mantendo o mote agrícola da região, enquanto a vila seguia como local de referência urbana das fazendas vizinhas. Como explica Grellet (GRELLET ET ali.1999), desde sua fundação a vila se caracterizou como um núcleo urbano voltado a suprir as extensas áreas rurais de gêneros de primeira necessidade com suas fábricas de pequeno porte, lojas de comércio e serviços. Ao longo da década de 1930 essa característica se manteve: em 1933 vários comerciantes do povoado solicitaram a autorização da Câmara Municipal para funcionamento aos domingos, a fim de melhor atender a freguesia das fazendas vizinhas (SILVA; ROSA, 2012, p.79). Fatos como a construção do Necrotério Municipal em 1935 e a remodelação da Praça Barão do Rio Branco em 1939 (**Figura 20**) indicam a vitalidade da vila mesmo após a decadência da lavoura de café, base da economia local até então.

Em 1943 Bonfim Paulista passa a contar com um posto médico voltado ao tratamento de tracoma (**Figura 23**). Esse fato liga a cidade a uma importante campanha de prevenção epidemiológica de âmbito nacional chamada "Campanha Federal Contra o Tracoma", iniciativa do Departamento Nacional de Saúde Pública, iniciada no mesmo ano da inauguração do posto de Bonfim (CVE/CCD-SES/SP, 2014). Desde 1938, o Estado de São Paulo havia iniciado a implantação de uma rede de serviços especializados em tracoma, os "Dispensários do Tracoma", que chegou a ter mais de 200

unidades, cobrindo quase a totalidade do Estado.¹⁷ Vale ressaltar o fato de que Ribeirão Preto, a cidade a que Bonfim estava subordinada, não possuía tal equipamento de saúde, o que tanto pode indicar que a vila era privilegiada em termos de assistência médica, quanto que era foco desta doença. Quatro anos depois (1948) é realizada a pavimentação das principais ruas da vila com paralelepípedos, ainda existentes em algumas vias mais antigas (**Figura 21**). Neste ano é inaugurado também o Grupo Escolar de Bonfim Paulista¹⁸ instalado em edificação de amplas dimensões com beiral largo, pé-direito alto, piso cerâmico vermelho, portas almofadadas, forro em madeira e janelas basculantes de ferro e vidro (**Figura 22**), cujo vocabulário arquitetônico nos remete aos grupos escolares paulistas da década de 1940, onde a incorporação da linguagem arquitetônica moderna ocorria como parte de um movimento de âmbito nacional (OLIVEIRA, 2007), ainda que neste caso o uso desse repertório se faça de modo tímido e pontual.

Nos anos 50 alguns fatos marcam a vitalidade da vila: a inauguração de um pronto socorro e a criação do Clube Atlético Bonfinense, o único clube esportivo da cidade com time de futebol próprio, ainda existente. Em 1958 é inaugurada a nova estrada que liga Ribeirão Preto a Bonfim Paulista, em substituição a estrada velha ou Via do Rosário (**Figura 24**).

¹⁷ A epidemia de tracoma no Brasil teria se iniciado com a intensificação da imigração europeia a partir da segunda metade do século XIX, momento em que se inicia a formação da Vila Bonfim: "Com a expansão da fronteira agrícola em direção ao oeste, o tracoma foi disseminando-se e tornou-se endêmico em praticamente todo o Brasil, sendo encontrado hoje em todo o território nacional. A primeira medida de controle do tracoma adotada no Brasil foi de iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, que em 1904 proibiu a entrada de imigrantes com tracoma no porto de Santos, a exemplo do que era feito nos Estados Unidos. Esta medida, porém, teve vida curta. A pressão dos fazendeiros de café, que necessitavam da mão de obra imigrante, acabou por derrubar a proibição, substituindo-a por uma multa para o dono do navio que trouxesse imigrantes com tracoma. Em 1906, inicia-se em São Paulo a primeira "Campanha Contra o Tracoma" realizada no país, e em 1914 começam a ser instalados, também em São Paulo, os primeiros serviços especializados em tracoma, os "Postos Anti-tracomatosos". Em nível nacional, a primeira medida de controle do tracoma foi em 1923, quando foi decretado o "Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública" e foi justamente a proibição do desembarque de imigrantes com tracoma, medida esta que, naquele momento, já era totalmente inócua, pois o mesmo encontrava-se amplamente disseminado no país, e não mais dependia da imigração para sua manutenção". (CVE/CCD-SES/SP, 2014).

¹⁸ O edifício abriga desde 1980 um núcleo assistencial à criança e ao adolescente, unidade de caráter social de apoio à Secretaria Municipal do Bem Estar Social de Ribeirão Preto. Na década de 1970 funcionou no local um posto de saúde e uma agência de correios.

Figura 22: Grupo Escolar de Bonfim Paulista. Fonte: Fotos do autor, 2014.

Figura 23: Edifício onde em 1942 funcionava o posto de Tracoma. Datação da foto desconhecida. Fonte: GRELLET et. ali, 1999, p.49.

Figura 24: Estrada ou Via do Rosário, Bonfim Paulista, antiga via de acesso da vila à cidade de Ribeirão Preto. Fonte: Foto do autor, fevereiro de 2014.

Figura 25: Romaria de Nossa Senhora Aparecida em Bonfim Paulista. Fonte: Site de Bonfim Paulista. Disponível em: <<http://www.bonfimpaulista.com.br/fotos/>> e <<http://4.bp.blogspot.com>>, acesso em 12/03/2013.

É por essa antiga via de ligação, cujo nome se preserva até hoje, que anualmente, desde 1964, no dia 12 de outubro passa a Romaria de Nossa Senhora Aparecida reunindo uma multidão de fiéis que saem do espaço da Câmara Municipal de Ribeirão Preto e seguem até o distrito de Bonfim Paulista (**Figura 25**). Se mudam os caminhos que levam ou saem de Bonfim, permanecem costumes, tradições e práticas que constituem parte importante do seu patrimônio, como se verá a seguir.

1.3 - Bonfim como Patrimônio Imaterial

Um aspecto que tem sido enfatizado pelas narrativas sobre a identidade de Bonfim Paulista se refere à sua condição de patrimônio imaterial.

As festas religiosas populares, como a Romaria de Nossa Senhora Aparecida de Bonfim, se constituem marcos importantes de ancoragem identitária em núcleos urbanos tradicionais por todo o Brasil, pois o objeto da devoção religiosa encontra em base materiais como capelas, imagens, lugares e trajetos determinados segundo as tradições locais uma necessária exteriorização e vivência concretas. É nesse sentido que o espaço da cidade (ou de zonas rurais a ela adjacentes) e suas arquiteturas adquirem valor de “posse” e identidade em relação aos moradores à medida que se tornam palco e cenário dessas manifestações de fé coletiva. Para além desses suportes materiais, a celebração de cunho religioso coletivo é uma forma importante de afirmação da esfera pública de uma dada comunidade¹⁹, um meio através do qual cada membro do grupo se vê como parte dessa coletividade.

Na vida social de Bonfim desde o início do século XX estas comemorações foram registradas:

¹⁹ O sentido da palavra comunidade se refere a: “Estado do que é comum; paridade; comunhão, identidade: comunidade de sentimentos. Sociedade religiosa submetida a uma regra comum.” Sob o aspecto sociológico é um: “agrupamento social que se caracteriza por acentuada coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que o constituem”. HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

Aquelas festas tradicionais promovidas no Distrito de Vila Bonfim eram verdadeiramente pitorescas e divertidas. A povoação ficava superlotada e forasteiros afluíam ao local para se divertirem no decorrer das festas. Havia toda sorte de distrações: eram parque de diversões, os circos de cavaleiros, os cavaleiros de pau, e até as célebres cavalhadas dos velhos tempos, havia na vilazinha, para o completo abrilhantamento das festividades. Anexo tudo isso, havia também muitas barracões com as mais variadas espécies de jogos. Ali se jogavam os dados, as roletas, os búzios e mesmo carteados, onde os que não desejavam divertir nos “bancos” distraíam-se nos estiques ou no pôquer. A noite uma grande parte da população de Ribeirão Preto partia para a cidadezinha em automóveis, caminhões, trolleys, motocicletas e bicicletas. Além destes que partiam em demanda de Vila Bonfim, levando em sua totalidade os comerciantes que na época “gramavam” no emprego até às 18 horas (PRATES, 1971, apud GUIMARÃES, 2012, p. 36).

Pagãs ou religiosas, os festejos populares em Bonfim desde seus primeiros tempos (**Figura 26**) parecem ter criado certa vocação de seus habitantes a esse tipo de evento, como é o caso da romaria citada acima. Sem que tenhamos obtido registros do contexto em que ela teve início, o fato marcante é que ainda hoje a romaria é um acontecimento de vulto e significado para seus participantes: dentre as 20 mil pessoas estimadas em 2013²⁰ estão pagadores de promessas por graças alcançadas, devotos da Santa e organizadores voluntários trabalhando na distribuição de comida e bebida aos romeiros.

Outro marco importante para os habitantes de Bonfim (ou a parcela mais antiga deles) é a “capela da chuva”, pequena edificação na beira de uma estrada de terra, demolida em 2011 (**Figura 27**). O nome veio do costume de agricultores e proprietários de lavouras de fazer rezas, orações e procissões em homenagem a São Sebastião, padroeiro da capela, para pedir chuva em épocas de seca; com garrafas de água na mão os devotos se dirigiam até o local a fim de fazer seus pedidos (Folha de Bonfim, apud GUIMARÃES, 2012,

²⁰ Portal de notícias globo.com/eptv; disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/10/romaria-nossa-senhora-aparecida-deve-reunir-20-mil-em-ribeirao-preto.html>; acesso em 03/03/2014.

p.44). Porém há outras versões para a construção da capela, segundo foi levantado pelas entrevistas realizadas com os moradores locais pelos pesquisadores da Rede de Cooperação Identidades Culturais²¹.

Com as mesmas características de santificação de lugares que teriam sido palco de eventos trágicos com morte violenta, vinganças ou crueldades, combustíveis de fé religiosa calcada nos mártires mais celebrados das histórias bíblicas, a chamada “festa da cruz do Pedro” relembra e celebra a morte de um menino escravo que teria acontecido também à beira de uma das estradas de terra da região no século XIX²². Hoje o local se transformou num bem equipado “santuário” (**Figura 28**), onde, na data da morte do menino e do santo, se realiza uma festa com fogos, música e comida típica com rezas, cânticos religiosos e procissão, saindo da fazenda Boa Vista (aquela de onde partiu o menino e o seu algoz) e chegando até a “capela” da cruz do Pedro, onde se realiza a festa, organizada hoje por uma “Comissão da Cruz do Pedro” formada por moradores da fazenda Boa Vista e de Bonfim.

²¹ Segundo relato colhido pelos pesquisadores: “Esta capela localizada na antiga fazenda pertencente ao Dr. José Gutenberg de Souza Meirelles não existia. Ali existia uma triste cruz de madeira, que segundo pessoas muito antigas de Bonfim, marcava a morte de uma jovem que viera para casar-se e que, naquele lugar, num acidente de montaria, caiu, feriu-se gravemente e morreu vestida de noiva. O tempo passou e a cruz abandonada e triste, narradora de um caso de amor que não se consumou, sensibilizou dois moradores do distrito e, então, o senhor José Alexandre mais o senhor Eduardo Vercezi (Dodô) uniram-se para ali construir uma capela dedicada ao São Sebastião, guardando suas características do tempo, isto é, pequenina, pintada de branco e solitária a beira da estrada. A construção deu-se em 1960; ela foi construída e pintada, tornou-se um pedacinho da história de Bonfim, um patrimônio histórico do distrito” (Jornal Folha de Bonfim apud GUIMARÃES, 2012, p.46). Outros relatos falam de uma emboscada organizada pelo pai da noiva que não concordava com o enlace, da qual resultou a morte da noiva e de seu futuro marido (relato de Aureliano Borges em entrevista a pesquisador da Rede de Cooperação Identidades Culturais, 2011; apud GUIMARÃES, 2012, p.46). Como consequência nasceu o segundo nome do lugar: a capela dos noivos.

²² A história, que se passa em 1885, fala de uma entrega de cargas que deveria ser feita da fazenda Santana à fazenda Boa Vista em um carro de boi conduzido por um feitor de nome Teodoro, auxiliado pelo menino Pedro, então com nove anos de idade (GUAZELLI, 2012). Na volta, já noite, tendo o menino a frente iluminando o caminho, o feitor, cansado e faminto, pede a ele a matula com as provisões de comida para a jornada que teria deixado sob sua guarda; constatando sua ausência e tomado de fúria, o estrangula e pendura-o em uma árvore simulando um suicídio. A mãe do menino, desesperada, não acreditando na versão do feitor, “roga-lhe uma praga” predizendo uma imobilização total de suas mãos pela maldade não assumida. Em poucos dias a profecia se concretiza: as mãos de Teodoro estão paralisadas, sem explicação por parte dos médicos. Algum tempo depois já havia a cruz de madeira marcando o local da morte do menino Pedro e um número considerável de devotos a visitá-la (GUAZELLI, 2012, p 33), sobretudo por que, conta a história, o fato teria ocorrido justamente no dia que se celebra a festa de São Pedro, dia 29 de junho.

Figura 26: Bonfim Paulista em dia de evento festivo; data desconhecida.
Fonte: APHRP; SILVA; ROSA, 2012, p. 74.

Figura 27: Capela da Chuva, Bonfim Paulista, 2011. Fonte: Rede de Cooperação Identidades Culturais, 2011.

Figura 28: Festa da cruz do Pedro, Bonfim Paulista, 2011.
Fonte: Rede de Cooperação Identidades Culturais, 2011.

Ainda que não se tenha chegado à data exata do início da festa²³ podemos supor que se trata de uma tradição de pelo menos setenta anos e representa um indicio importante de coesão social dos atores sociais que a engendram. A despeito de a religiosidade estar atuando como sistema de dominação ideológica e da dramatização catártica que a celebração da suposta tragédia representa (lembrando que a história narrada não encontra suporte em fontes históricas senão nos relatos orais que a formulam) a manutenção de uma tradição como esta mostra como ainda há espaço em Bonfim Paulista para a manifestação de encontros e celebrações sociais destituídas de interesses mercadológicos ou ligadas à indústria cultural do entretenimento, como são as feiras agropecuárias, festivais de música ou rodeios tão difundidos atualmente em cidades do interior por todo o Brasil.²⁴

Outra festa que também faz parte das tradições locais é a de Cosme e Damião, ainda que em escala mais restrita que a populosa romaria de Nossa Senhora e a festa da cruz do Pedro. Manifestação local que incorpora uma tradição brasileira²⁵, a comemoração foi iniciada na vila pelos moradores Sergio Morgado e Josephina Savóia (BAPTISTA, 2014, p.4) há trinta anos. Todo dia 27 de setembro, um grupo de vizinhos próximos a Sra. Josephina preparam doces e quitutes que são distribuídos àqueles que, sabendo da tradição, vão ao local saborear as guloseimas (**Figura 29**).

²³ Em CIONE, 1989, p. 424 e 425 apud GUAZELLI, 2012, P. 32 há uma sugestão de data: “Em nenhuma das fontes consultadas foi possível determinar o ano inicial da festa, mas já em 1938, da madrugada do dia 28 para 29 de junho, o senhor Antônio Rodrigues Nunes organizava o terço e a procissão do menino candeiro transformado no mártir da Fazenda Boa Vista”.

²⁴ Curioso notar que a história do menino Pedro guarda estreita semelhança com a lenda gaúcha conhecida como “O negrinho do pastoreio”. Em ambas a marca trágica da violência contra crianças escravas intensifica a comoção por parte dos que contam e dos que escutam a história no tecer da trama oral que a sustenta, favorecendo sua atualização e vitalidade por gerações. Há também algo de um libelo velado contra as injustiças sofridas por muitos negrinhos de pastores espalhados pelas estâncias do Rio Grande do Sul e muitos meninos Pedro nascidos em fazendas de café do oeste paulista do século XIX: “A lenda do Negrinho do Pastoreio não deixa de se configurar em manifestação de resistência escrava, ainda que no plano das mentalidades e do imaginário, contra um sistema de organização social e econômica iníquo, posto que baseado na mão de obra escrava, trazida para o Brasil em condições subumanas e tratada como *res*, com pouca possibilidade de liberdade e uma existência digna” (TRAPP, 2011, p.45).

²⁵ Longe de poder ser vista como um evento típico da vila, a festa dos santos médicos está ligada ao sincretismo religioso brasileiro, que estabelece uma ponte entre a religiosidade católica e as crenças africanas que acabaram por gerar manifestações como, por exemplo, o candomblé baiano.

Figura 29: Festa de Cosme e Damião, Bonfim Paulista, 2013.
Fonte: BAPTISTA, Jornal de Bonfim Paulista, 2013.

Figura 30: Desfile no carnaval de Bonfim em 2014 (imagem superior) e 2012 (imagem inferior).
Fonte: Jornal a Cidade. Disponível em <<http://www.jornalacidade.com.br>> e <<http://benjamimqs.blogspot.com.br>>, acesso em 01/04/2013.

Figura 31: Praça Barão do Rio Branco, Bonfim Paulista, 2014. **Fonte:** Fotos do autor.

Da mesma forma, os desfiles de Carnaval, manifestação típica da cultura brasileira, também estão presentes no rol de festas da vila. Desde 1980, Bonfim possui duas escolas de samba, a “Unidos da Vila” e os “Acadêmicos de Bonfim” (GUIMARÃES, 2012, p.90) que desprezam expedientes ligados à competição entre ambas para apenas garantir a manutenção do evento carnavalesco. Mesmo sendo recente a formação das escolas de samba, o carnaval de Bonfim parece estar presente no seu passado: “Adoro o carnaval. Quando era moça, andava seis quilômetros da fazenda Tamburi a Bonfim Paulista para assistir aos blocos de carnaval”, conta Alzira Alves, 92 anos, destaque na escola de samba Unidos da Vila em 2011 (BAPTISTA, 2014, p.6).

O que surpreende, porém, no que se refere a esse evento coletivo popular é a atual mobilização que provoca nos moradores que preferem brincar o carnaval ali mesmo e não nos clubes e boates de Ribeirão Preto (**Figura 30**). Repetindo os anos anteriores, em 2014 o desfile foi realizado na rua Professor Felizberto Almada, região central da vila, ao longo dos quatro dias de carnaval²⁶.

Mas, para além do carnaval, se nos propusermos a eleger um marco que sintetiza o significado da vivência cotidiana de um *corpus* social, coletivo, seria a Praça Barão do Rio Branco, formada pelo grande espaço central deixado pelas instalações ferroviárias do início do século XX. Conhecida como o centro da vila, onde se concentra a maior parte do comércio local, desde o mais tradicional até o mais recente, ela é o local do *footing* dos finais de semana e ponto principal de encontros e paradas ocasionais cotidianos. Ao contrário da maior parte dos núcleos urbanos brasileiros, a praça central de Bonfim não é a praça da igreja, a qual está localizada ao fim de uma rua duas quadras acima da praça (**Figura 19**). Seu marco arquitetônico originário foi a estação de trem que já não existe e, o que parece, poucos moradores de Bonfim têm conhecimento desse fato. Por vezes esse grande espaço público central se torna vazio, pouco utilizado (**Figura 31**), talvez em função de um desenho de praça pouco adaptado aos usos do lugar, ou talvez pelo fato de

²⁶ Os desfiles de sábado e domingo foram reprisados na segunda e na terça, com cada escola sendo responsável pelo desfile do dia. Além da administração regional, as secretarias municipais de Infraestrutura, Saúde, Transporte, Limpeza Urbana, Fiscalização Geral e Guarda Civil Municipal, órgãos públicos de Ribeirão Preto, colaboraram com o evento dando suporte logístico e operacional, que reuniu, segundo a Polícia Militar, 12 mil pessoas no sábado (dia 08/03) e mais de 14 mil no domingo (dia 09/03). Dados coletados da versão digital do Jornal “A Cidade”, de 03/03/2014. Disponível em: <<http://www.jornalacidade.com.br>>; acesso em 10/03/2014.

que os centros de interesse estão nas bordas desse grande espaço: as lojas, os carros, as calçadas de maior tráfego e as demandas que esse fluxo normalmente gera, como bares, postos de gasolina, bancas de revistas, etc. Ainda assim esse “centro” marca e organiza o uso da vila: é a partir dele que se está longe ou perto, acima ou abaixo, chegando ou saindo. Mesmo que “vazio” no sentido de um programa que o qualifique de forma mais concreta - uma praça formada por bancos, caminhos e vegetação, como tantas outras no Brasil - converge para si o papel de ícone do espaço público possível, onde o morador constrói representações de sua urbanidade, seu “eu coletivo”. Daí sua importância.

1.4 - A arquitetura e a paisagem como patrimônio

Bonfim Paulista apresenta uma coleção de edifícios com tipologias residenciais concebidas entre fins do século XIX e início do XX. A preservação desse conjunto arquitetônico local é defendida pelos moradores, comunidade acadêmica e poder público²⁷ como ação de resgate da memória do lugar, cujo processo de formação urbana é visto como distinto em relação à cidade matriz – Ribeirão Preto – que teve seu núcleo urbano gestado no seio de um ecletismo mais elaborado, representativo de uma elite econômica cafeeira que elegeu a cidade como segunda moradia.

Sem contar com presença opulenta do ecletismo urbano do início do século XX, propusemos-nos a lançar um olhar mais atento sobre esse conjunto que, na verdade, abarca toda a área urbana do distrito. Porém, mais uma vez, a Praça Barão do Rio Branco, antiga área ferroviária, se mostra como um possível ponto de partida da construção da paisagem urbana e suas arquiteturas. É ao redor da antiga estação de trem, atual praça, que estão os edifícios mais antigos. Quanto mais a vila avança para longe desse núcleo central, mais as arquiteturas vão se tornando diferenciadas, como veremos. A proposta aqui estruturada de um modelo de desenvolvimento do desenho urbano de Bonfim ao longo do tempo se baseia na análise dos mapas das **Figuras 14 e 15** encontrados no Arquivo Histórico Público de Ribeirão Preto. Ainda que com datações imprecisas (a mapa cita um período

²⁷ A definição mais acurada desses atores que pensam e colocam suas posições sobre a questão do patrimônio histórico em Bonfim Paulista serão mais bem estudados em capítulo posterior neste trabalho.

entre 1870 e 1893) acreditamos serem estes os primeiros esboços de ocupação da vila que indicam, desde aquele momento, a formação de cinco núcleos básicos de ocupação do território (**Figura 32**): o **núcleo central primitivo** (A), o **núcleo Major Gandra** (B), o **núcleo da Matriz** (C), os **eixos transversais** (D) e o **núcleo de expansão** (D), que não se organizam segundo uma sequência cronológica, pois, além do desenho não sugerir um crescimento orientado ao longo do tempo, em todos os núcleos encontramos edificações com datações de fachada (como era de costume até meados do século XX) muito próximas. É importante frisar também que esse traçado, tal como é apresentado aqui – irregular, incompleto e com eixos que não se justificam – foi integralmente mantido no desenho e na trama atual das ruas da vila, obviamente com algumas ampliações e poucas supressões. Cada uma dessas áreas reúne características urbanas específicas ligadas ao esquema geral de ocupação daquele território, como veremos a seguir.

Na área a que chamaremos de **núcleo central primitivo** (**Figura 32, A**), encontram-se as edificações do século XIX, muitas delas bastante modificadas, ao lado de outras que não sofreram adaptações e intervenções ecléticas nos seus aspectos externos. É o caso da edificação da **Figura 33** que parece não ter sofrido alterações significativas em sua estrutura e volumetria originais. O mesmo não se verifica no conjunto de edifícios em renque da **Figura 34** ou da **Figura 35**, onde as aberturas foram amplamente transformadas, ainda que alguns adornos, a volumetria e alguns detalhes construtivos (pilastras e beiral com madeiramento aparente) tenham sido mantidos. Essas edificações apresentam estreita relação com modelos da arquitetura rural paulista que se consolidam ao longo do século XIX. A estrutura de madeira de origem mineira se mescla com os pilares de tijolos mais espessos que a parede a fim de sustentar a cobertura, procedimento comum em edificações rurais da região como pode ser visto nos exemplos da **Figura 36**, onde pode-se inferir que houve uma transferência para o povoado do que se fazia costumeiramente nas edificações mais simples das fazendas de café.

Figura 33: rua Felisberto Almada, Bonfim Paulista. Fonte: foto do autor; maio de 2011.

Figura 34: rua Felisberto Almada, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 35: rua Felisberto Almada, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 36 A: Casas de colono da Fazenda Boa Vista do Quinzinho em Bonfim Paulista.
Fonte: GUAZZELLI et.al., 2012.

Figura 36 B: Edifício rural na Serra da Mantiqueira, MG, 1983. Arq. Marcelo C.Ferraz.
Fonte: FERRAZ, 1992.

Figura 36 C: Fazenda Cruzeiro em Bonfim Paulista.
Fonte: Acervo da Rede de Cooperação Identidades Culturais, 2012.

Mas, a despeito dessa proximidade com a arquitetura rural, é importante ressaltar a influência da atividade comercial originária do local, pois como ocorreu em outras cidades do interior paulista, as áreas próximas à estação ferroviária concentravam importantes núcleos comerciais (empórios, armazéns, lojas especializadas em determinado tipo de produto, pensões, hotéis, etc.). Mesmo a estação da Luz na capital do estado (São Paulo) é um exemplo importante desse fenômeno:

A presença desses equipamentos ferroviários [a estação da Luz] gera um processo de mudanças profundas na área [o bairro da Luz, contíguo à estação]. Até o final do século XIX, o entorno imediato das estações define o seu perfil como o de um centro de comércio diversificado e de serviços voltados ao viajante, especialmente restaurantes e hotéis (JUNIOR & RIGHI, 2001, p.139).

Ribeirão Preto também possui uma manifestação parecida com o caso de Bonfim: a rua José Bonifácio. Paralela à antiga estação de trem conhecida como a Estação Central da Mogiana (já demolida) a rua era pontuada ao longo de seus oito quarteirões por estabelecimentos comerciais de diversos portes e especializações, prédios ecléticos do início do século XX que abrigavam no térreo salões comerciais e no primeiro pavimento salas ou habitação. A vocação da área ainda hoje se mantém com um comércio de cunho bastante popular e define no centro da cidade uma referência importante da época do trem. Diferente de Ribeirão Preto, as edificações de Bonfim apresentam ainda hoje uma tipologia específica do lugar: fachadas dotadas de amplas e regulares aberturas destinadas às lojas e os ambientes domésticos locados na parte posterior (**Figura 37**). Partindo dessa arquitetura rural possível àquela realidade de fins do século XIX, esse núcleo central, seguindo a onda modernizante dos anos 30 no Brasil, remodelou suas fachadas segundo os partidos do *Art Déco*. Telma Correia escreve a respeito do Art Déco:

Na arquitetura, a partir de construções de maior porte, o vocabulário conquistou o gosto popular e disseminou-se em grandes e pequenas residências e em prédios comerciais. Suas linhas geometrizadas – especialmente os volumes, os vãos e as superfícies escalonadas – popularizaram-se em cidades grandes e pequenas, convertendo-se em marco do cenário urbano brasileiro das décadas de 1930 a 1940. (CORREIA, 2008, p. 54)

Figura 37: Fachada Art Dèco, rua Felisberto Almada, Bonfim Paulista.
Fonte: foto do autor; maio de 2011.

Figura 38 A: Fachada Art Dèco, rua Cel. Furquim, Bonfim Paulista.
Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 38 B: rua Dr. Marciano, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 38 C: rua Felisberto Almada, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 39: Foto de Anna Mariani; casa na cidade de Duas Serras, interior da Bahia, 1985.
Fonte: MARIANI, 2010.

Os exemplares *Art Déco* de Bonfim Paulista (**Figura 38**) foram possivelmente remodelações de edifícios antes adornados com fachadas ecléticas, num momento onde os proprietários buscavam atualizar seus imóveis com uma visualidade mais moderna. Falamos aqui de uma apropriação vernacular do repertório *Déco*, ou seja, expedientes calcados em disposições dos próprios moradores ou mestres de obras, sem a participação de arquitetos ou engenheiros. Mas na apropriação vernacular o estilo se reinventa: “(...) Ao pensarmos em apropriação é preciso conceber a via dupla em que se dá esse processo. Os repertórios se repetem e se diferenciam, outras soluções são inventadas.” (GALEFFI, 2004, p. 19). Nesse sentido, a obra da fotógrafa Anna Mariani que percorre as vilas do interior nordestino registrando fachadas de casas é uma mostra da amplitude desse fenômeno (**Figura 39**).

Além desse **núcleo central primitivo**, sem que possamos delimitar datações precisas, identificamos o **núcleo Major Gandra (Figura 32, B)**. A Rua Major Gandra apresenta-se curiosamente paralela à rua do núcleo central. A razão para tal pode ser explicada pela ligação que ela realiza entre a estação de trem e as estradas para as fazendas de café. Ao mesmo tempo, ali, onde a cota era mais alta que na área central, têm-se uma vista privilegiada do conjunto urbano, o que nos permite pensar em uma “cidade alta”, de localização mais privilegiada. Seu traçado parece querer alinhar volumes remanescentes de fazendas como se percebe na **Figura 40**. De qualquer forma, o mapa de 1893 mostra algumas edificações de programa inovador que estavam sendo planejadas para a vila: o terreno destinado à construção de um “Grupo Escolar” (**Figura 22**), onde de fato isso se deu em 1948 e a prestigiosa Estação de Força e Luz (**Figura 41**), exemplar de uma série de edificações propostas por Victor Dubugrás para uma companhia municipal de eletrificação de capital inglês.

Neste núcleo aparecem fachadas que remetem ao neoclássico (**Figuras 42 a 44**). Como lembra LEMOS (1999):

O café foi o divisor de águas, separa a São Paulo pobre, caipira, da província riquíssima. E com ele veio também a substituição da arquitetura bandeirista por construções inspiradas pelo mais recente gosto europeu - o neoclássico (p.125).

Figura 40: A rua Major Gandra no mapa de 1893. Fonte: APHRP, 2013, com modificações do autor.

LEGENDA

- Alinhamentos pré-existent de volumes pertencentes a fazendas vizinhas
- Alinhamento urbano

Figura 41: Edifício da Estação Força e Luz, projeto de Victor Dubugrás, rua Major Gandra, Bonfim Paulista. Fonte: Fotos do autor, maio de 2011.

Figura 42: Rua Francisco Gandra, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 43: Rua Francisco Gandra, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 44: Rua Francisco Gandra, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011

Telma Correia descreve também essa arquitetura em suas versões mais despojadas, referindo-se a casas em vilas operárias:

Trata-se, salvo exceções, de prédios simples, erguidos com materiais baratos e, geralmente, de pequenas dimensões, nos quais a busca de economia é um dos norteadores principais da construção (...). A busca de simetria e o eventual emprego de elementos como pilastras, cornijas, frontões (sempre lisos e tendo, no máximo, um óculo), platibandas, colunas, entablamento e cercaduras, são as ferramentas básicas que compõe o escasso vocabulário estilístico mobilizado (CORREIA, 2008, p.80).

O estilo Neoclássico pode ser situado como uma das vertentes da arquitetura brasileira do século XIX que recebe influência marcante de profissionais europeus atuantes no Brasil, como o do arquiteto francês Grandjean de Montigny integrante da missão francesa de Dom João VI em 1806 e do engenheiro Louis Vauthier, também francês, que atuou no Recife em meados do século XIX. Porém o estilo se difundiu a partir, sobretudo, da ação de arquitetos e engenheiros, formados no Rio de Janeiro na Escola Nacional de Belas Artes. Em que medida, no entanto, tais manifestações do neoclassicismo numa longínqua Bonfim Paulista guardam alguma relação com esta produção erudita?

Durante muito tempo o neoclassicismo brasileiro foi tido como um estilo “importado”, ainda que amplamente difundido na arquitetura civil brasileira do século XIX. O que, no entanto, caracteriza mais fortemente essa apropriação da citação clássica pela arquitetura civil é a simplificação dos ornatos talvez em função dos custos, da precariedade da mão de obra, ou ambos, como se pode perceber na **Figura 43**, onde apenas duas pilastras encimadas por uma cornija, além duas sobrevergas, caracterizam o estilo. Nos prédios referentes às **Figuras 42 e 44**, dois outros elementos típicos do repertório do neoclássico surgem: os arcos plenos e o frontão. Já do outro lado da esplanada do trem, em sentido apostro ao **núcleo Major Gandra**, está a Igreja Matriz da vila – inspirada na arquitetura românica – e seu entorno urbano, espaço a que chamamos de **núcleo da Matriz (Figura 32, C)**. Até 1903 existia no local a capela primitiva que marcava a doação de terras por Francisco dos Santos Bonfim para a criação da vila. Segundo GUIMARÃES (2012):

Figura 45: Igreja Nossa Senhor do Bonfim, Bonfim Paulista.
Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 46: Rua Sete de setembro, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 47: Rua Sete de setembro, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 48: Rua Sete de setembro, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 49: Imagem da Rua Coronel Furquim, Bonfim Paulista, com a Igreja ao fundo. Mapa mostrando a implantação da Igreja (em vermelho) e a praça central (em verde).
Fonte: Foto do autor; maio de 2011 e Google maps, com modificações do autor.

A igreja foi construída com sua frente voltada para a parte baixa do distrito, área com maior concentração populacional e também com maior densidade de ocupação. Do lado oposto (atrás da estação de Villa Bonfim), em uma das entrevistas realizadas pela Rede de Cooperação Identidades Culturais, um morador afirma que esse era o lado “rural” do Distrito. A implantação da edificação religiosa católica na área urbana influenciava na definição e no processo de ocupação do terreno (p. 39).

Em 1925 a Igreja se torna a Matriz da vila, com a conformação arquitetônica que tem até hoje (**Figura 45**). De fato, a caracterização da área como de baixa densidade pode ser confirmada pelo fato de que para além do entorno imediato da Matriz é que estão as áreas de expansão da vila com tipologias mais contemporâneas, desvinculados dos modelos antigos, como falaremos a seguir. Nas ruas mais próximas à Igreja, portanto de urbanização mais antiga, encontramos casas de feição mais rústica, primitivas, onde os adornos, quando existem, buscam superar essa condição, “ecleticizá-las”, provavelmente depois de passados alguns anos de sua construção. Pelas imagens (**Figuras 46 a 48**) podem-se perceber as alterações contemporâneas que as descaracterizam, como a colocação de janelas de ferro pré-fabricadas e as mutilações de ornatos provavelmente provenientes de reformas e ampliações, deixando marcas sutis de sua antiguidade, tais como o alicerce ciclópico aparente, o alto pé-direito, os beirais aparentes e os ornatos pré-fabricados ecléticos preservados.

A marcação dessa área como um dos núcleos estruturais do tecido urbano se realiza, sobretudo, a partir do eixo visual formado pela Rua Coronel Furquim em relação à praça central (**Figura 49**). Pela imagem percebe-se como o traçado urbano se desenvolve “preservando” o espaço da Igreja, localizada ao fim de uma rua sem saída. Cabe lembrar que, nesta pesquisa, não obtivemos acesso a qualquer informação relativa a um projeto de arruamento ligado ao patrimônio da fábrica da matriz. Com isso nos parece que, efetivamente, a capela primitiva e a igreja matriz posterior tenham se incorporado ao tecido urbano num esforço de “costura”, uma vez que sua presença na vila era algo tido como de valor incontestável.

Identificados esses primeiros três núcleos urbanos a que poderíamos chamar de estruturais (a praça central, a rua Major Gandra e a Igreja Matriz), retornamos ao lado oeste (oposto ao da Igreja) a fim de descrever outro núcleo, o chamado núcleo **eixos transversais (Figura 32, D)**. Esse núcleo se estabelece em função da existência do **núcleo Major Gandra** e do **núcleo urbano central**, sendo formado pelas vias que ligam esses dois núcleos, daí a denominação proposta de “eixos transversais” (**Figura 50**). Sem as edificações de caráter institucional como as da Rua Major Gandra, nem a proeminência do comércio da área central, esse núcleo se caracteriza pelo uso quase eminentemente residencial. Se em alguns casos há uma estreita vinculação à tipologia rural (**Figura 51**), em outros o estilo missões mostra-se evidente (**Figura 52**) Na casa alta da Rua José da Silva (**Figura 53**) o alpendre que guarda a entrada social, o jardim (ambos laterais ao volume principal) e o porão (lacrado) são indícios da adoção de inovações de ordem higienista, introduzidas em cidades brasileiras nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX. Essas tipologias aqui analisadas nos parecem próxima da descrita por Telma Correia nas vilas operárias:

Na arquitetura de vilas operárias e núcleos fabris, no período entre 1880 e 1950, surge frequentemente exemplares inspirados em modelos tradicionais brasileiros de moradia urbana. Nesse momento foi bastante comum nestes lugares a ocorrência do padrão urbano de casas térreas de porta e janela, dispostas em renque, desprovidas de recuos frontais ou laterais. Os telhados em duas águas têm cumeeira perpendicular à rua e são cobertos com telhas cerâmicas do tipo canal ou francesa (CORREIA, 2008, p.70).

As casas em renque da Rua Carlos Norberto exemplificam o modelo descrito acima (**Figura 54**). Outro grupo de edificações são aquelas provenientes dos bangalôs norte-americanos e/ou do chamado “estilo missões”, disseminados ao longo das décadas de 1920 a 1950 no Brasil, como se percebe nas **Figuras 52, 55 e 56**. Os bangalôs difundem-se amplamente como um modelo de moradia pitoresco, dotado de terraço e cercado de jardins, sendo que alguns incorporam elementos do estilo missões. Estamos aqui

diante do que Carlos Lemos²⁸ chama de “Neocolonial simplificado” ou popular, vertente oposta ao neocolonial ortodoxo ou erudito presente nos grandes edifícios públicos e palacetes.

Assim poderíamos entender que por aqui se processaram certas adaptações do estilo à cultura brasileira: ao repertório colonial brasileiro tradicional são acrescentadas soluções arquitetônicas divulgadas pelo cinema e pelas revistas ilustradas, o estilo missões californiano, com recorrência de elementos como o tijolo a vista, as faixas de argamassa caiada, os beirais estucados com falsos cachorros, os beirais lisos e aparentes, as jardineiras (curiosamente sempre adornadas por gerânios) e as colunas torsas. Foi um repertório estilístico largamente utilizado em projetos residenciais entre as décadas de 1930 até os anos 1950²⁹.

Para além destes quatro núcleos urbanos descritos até aqui restaria o que chamamos de **núcleo de expansão (Figura 32, E)**, uma área bastante extensa que cobre todo o setor leste da vila, atrás da Igreja Matriz. É para lá que a vila cresce e mostra suas outras faces: o conjunto habitacional construído em 1976, os novos bairros e os edifícios altos. Na face oeste, oposta a essa (**Figura 32 B**), o crescimento foi contido pela presença das propriedades rurais vizinhas, desmembramentos e desdobros das antigas fazendas de café, responsáveis pela formação do núcleo Major Gandra.

Enquanto o núcleo Major Gandra representa a parte mais evidente da relação entre o rural e o urbano, a zona leste (**núcleo de expansão**) possui um comércio que permite atuar de forma mais livre sobre as fachadas talvez bastante antigas (**Figura 57**); novas tipologias são propostas menos ligadas aos modelos residenciais tradicionais e mais afinadas ao mercado imobiliário ávido por maximizar a ocupação do lote a custo de minimizar as áreas internas de unidades habitacionais cada vez mais compartimentadas (**Figura 58**); o mito da segurança mesmo onde isso não se coloca como um problema dos mais urgentes, acaba por eleger um modelo de edificação que pouco se relaciona com a cidade (**Figura 59**).

²⁸ Ver: **Ecletismo em São Paulo**, de Carlos Lemos; In: FABRIS, Anna (org) *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p. 69-103.

²⁹ Sobre o “Mission Style” e seus rebatimentos na arquitetura popular brasileira ver ATIQUE (2011) e SANCHES; CACOPARDO (2012).

Figura 52: Rua Barão de Ataliba, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 53: Rua Dr. José da Silva, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 54: Rua Carlos Norberto, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 55: Rua Dr. José da Silva, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 56: Rua Dr. José da Silva, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 57: Edifícios adaptados ao uso comercial na rua Cel. Emilio Moderno de Alagão, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; maio de 2011.

Figura 58: Prédios residenciais multifamiliares contemporâneos na rua Cel. Emilio Moderno de Alagão, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; fevereiro de 2014.

Figura 59: Residências contemporâneas na rua José C. de Lacerda, Bonfim Paulista. Fonte: Foto do autor; fevereiro de 2014.

Figura 60: Edifícios de apartamentos na rua José C. de Lacerda, Bonfim Paulista.
Fonte: Foto do autor; fevereiro de 2014.

Na Bonfim Paulista do século XXI, ao largo das áreas onde vários setores postulam que sejam preservadas e que mantenham sua graça e qualidade de outros tempos, os elementos urbanos tradicionais que de alguma forma ali se conjugam para construir a ambiência tão festejada - a escala humana, as casas que se debruçam sem medo sobre a rua, o gabarito controlado que dá unidade e identidade ao espaço e a legibilidade das estruturas espaciais da vila - são esquecidos para dar lugar à outra cidade que não esteja “defasada” em relação aos modelos urbanos contemporâneos, baseados na repetição de padrões e fórmulas quase sempre ditadas ao sabor do mercado. Talvez por isso as tipologias verticais (**Figura 60**) já estejam apontando em Bonfim, não porque há falta de espaço pra construir, mas porque o morador contemporâneo talvez não reconheça nas casas antigas uma forma adequada de morar, preferindo a praticidade dos apartamentos de poucos metros quadrados isolados da cidade pretensamente insegura.

2 - OS CONDOMÍNIOS FECHADOS

2.1 - Bonfim Paulista, “tranquilidade” e “qualidade de vida”.

Em abril de 2010 foi lançada a primeira etapa de comercialização dos lotes do Condomínio Alphaville Ribeirão Preto, localizado à beira do núcleo urbano da vila de Bonfim Paulista; “segurança”, “liberdade”, “clube com lazer completo”, “centro comercial com setenta unidades” (número, talvez, um pouco menor que o total de estabelecimentos comerciais de Bonfim Paulista, conforme **Figura 61**) e a promessa de um “contato mais próximo com a natureza” foram os slogans da campanha de lançamento do empreendimento. Mas o Alphaville, em que pese sua escala e o possível grau de impacto sobre o núcleo urbano da vila, apenas segue uma tendência de ocupação da área que se apresenta ascendente e constante, ao menos nos últimos vinte anos: desde 1993 foram construídos aproximadamente vinte e seis condomínios fechados horizontais na zona de influência imediata da vila.

A legislação urbanística municipal mostra-se ambígua em relação à situação, pois ao mesmo tempo em que prevê a especificidade da área reconhecendo-a como patrimônio histórico, não propõe a criação de instrumentos que protejam essa condição ou controlem os processos de ocupação das áreas próximas a Bonfim por condomínios residenciais fechados ou quaisquer outros empreendimentos que possam representar potencial risco. A área urbana de Bonfim Paulista é classificada pela lei de parcelamento, uso e ocupação do solo de Ribeirão Preto – Lei Complementar nº 2.157/2007 (RIBEIRÃO PRETO, 2007) – como **ABP**, Área Especial de Bonfim Paulista (ver **Figura 62**): “[...] composta pelo núcleo urbano central deste Distrito, integrante do patrimônio histórico do Município” (RIBEIRÃO PRETO, 2005, seção II, artigo 6º, item sete). Ao mesmo tempo em que a lei reconhece a importância histórica do lugar, não define de forma clara e específica quais as implicações práticas e efetivas dessa proteção.³⁰

³⁰ A indicação da necessidade de uma legislação regulamentadora posterior fica expressa no artigo 37 da mesma lei: “[...] nas Áreas Especiais de Proteção à Paisagem - APG, bem como

Figura 61: A área em amarelo será integralmente ocupada pelo projeto Condomínio Alphaville e a em azul o mostra núcleo urbano central de Bonfim Paulista. Fonte: Acervo do Autor, baseado na pesquisa e tendo como base cartográfica o Google Maps.

Figura 62: área delimitada como ABP (Área Especial de Bonfim Paulista). Fonte: Google maps e Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental com modificações do autor.

no entorno de imóveis de interesse histórico, ambiental e cultural, os usos, gabaritos e respectivos limites serão fixados através de lei específica em função da topografia do entorno, da necessidade de proteção ambiental e demais aspectos relevantes, conforme cada caso. Estas áreas de proteção à paisagem se aplicam a áreas já consolidadas e que para novos empreendimentos a proteção se dará pelo cumprimento do determinado nas diretrizes ambientais e urbanísticas” (RIBEIRÃO PRETO, 2005).

Pelo plano de Macrozoneamento da cidade (artigo 5º item II) a região de Bonfim Paulista é classificada como Zona de Urbanização Controlada (**ZUC**). Os condomínios fechados são disciplinados pela mesma lei, na seção IV (Dos Empreendimentos de Grande Impacto Urbanístico e Ambiental), artigo 31, caput:

Consideram-se empreendimentos de grande impacto urbanístico e ambiental aqueles cuja implantação possa causar sobrecarga na capacidade de suporte da infraestrutura urbana instalada ou causar impactos ao meio ambiente natural ou construído fora de suas divisas, tais como, dentre outros especificados nesta lei, aqueles com área de terreno igual ou superior a 10.000 (dez mil) metros quadrados ou área construída igual ou superior a 10.000 (dez mil) metros quadrados, quer sejam de iniciativa pública ou privada. [...] Parágrafo Único: Enquadram-se na definição do “caput”, dentre outros: [...] VIII - loteamentos, desmembramentos e condomínios” (RIBEIRÃO PRETO, 2007).

Loteamentos, desmembramentos e condomínios horizontais são, portanto, elencados como empreendimentos de grande impacto urbanístico e ambiental (§2º), determinando-se que para sua instalação será necessária a preparação de um **EIV** (Estudo de Impacto de Vizinhança), onde serão analisados aspectos como adensamento populacional, equipamentos urbanos e comunitários, uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, geração de tráfego e demanda por transporte público, ventilação e iluminação, paisagem urbana e patrimônio natural e cultural, infraestrutura pública disponível e estimativa de atendimento da demanda futura. (RIBEIRÃO PRETO, 2007, artigo 31, § 3). Porém esse estudo de impacto abrange uma área diminuta em relação à área ocupada por um condomínio residencial fechado:

Os aspectos relacionados no “caput” deverão ser estudados levando-se em conta a região em torno do empreendimento, numa faixa de, no mínimo, 200 (duzentos) metros, a contar do perímetro do terreno onde se situa o prédio do empreendimento (construído ou a construir) ou do terreno ou gleba a ser parcelado (RIBEIRÃO PRETO, 2012).

Loteamentos fechados e condomínios urbanísticos (tratados neste trabalho com a denominação comum de “condomínios fechados”) são categorias distintas para a legislação municipal de uso e ocupação do solo:

loteamento fechado é aquele que, apresentando as mesmas características do loteamento comum, tem seu perímetro circundado no seu todo ou em parte por muro ou outro elemento de vedação de acesso (RIBEIRÃO PRETO, 2012, art. 61, item II), enquanto que **condomínio urbanístico** é a divisão do imóvel em áreas de uso comum e de uso privativo, em frações ideais para unidades autônomas em que a construção das edificações é feita pelo empreendedor, concomitante à implantação das obras de urbanização, admitindo-se vias de uso privado para circulação interna (RIBEIRÃO PRETO, 2012, art. 61, item VIII). Em que pese importantes diferenças jurídicas e patrimoniais implícitas nessa classificação³¹, tal diferenciação não nos parece relevante nesse trabalho, uma vez que ambos configuram-se fragmentações do tecido urbano e têm como premissa a separação em relação ao entorno, conformando conjuntos segregados, não plenamente integrados à paisagem e à vida urbana.

Bonfim, portanto, está se inserindo em um novo contexto de urbanização. A vila cercada por áreas rurais está dando lugar a uma vila inserida na urbanização difusa típica das vastas ocupações periféricas por condomínio horizontais de classe média. Tais condomínios – com gênese em urbanizações periféricas como cidades-jardim, núcleos fabris, subúrbios burgueses, etc. – começaram a se difundir ainda no século XIX:

Blakely e Snyder (1997, p.7) registraram os primeiros antecedentes de *Gated Communities* nos Estados Unidos em finais do século XIX com a privatização das ruas em San Louis (Missouri) e a criação de subúrbios fechados em Tuxedo Park, New York. A partir da década de 1940, proliferam os *country clubs*, sobretudo no estado da Califórnia. Os mesmos autores documentam o crescimento da cidade fechada a partir de 1970 (Barajas, 2003, p. 58, apud SPOSITO, 2013, p.62).

³¹ As diferenças entre ambos ocorrem, sobretudo, da fonte do ordenamento jurídico que os regula: enquanto o loteamento fechado é regido pela lei federal de parcelamento do solo (lei nº 6.766) o condomínio é regido pela lei 4.591/64, além do artigo 1331 do Código Civil Brasileiro. Outros aspectos estão envolvidos nessa diferenciação: no loteamento o fechamento é concedido pela Prefeitura, gerando direitos e obrigações tanto para o governo quanto para o morador; no condomínio o fechamento é pré-existente, portanto as responsabilidades do poder público são menores que as do particular e o fechamento do da gleba é legítima e regulamentada.

As autoras citam ainda o empreendimento de Llewellyn Park no município de New Jersey em 1853:

[...] inclusive as ruas eram consideradas propriedade particular, sendo proibido o acesso, controlado por uma cerca rodeando a área e um portão de entrada [...]. Esse tipo de enclave exclusivo passou a ser uma espécie de cidade, composta apenas de casas particulares, socialmente homogêneas e administradas por particulares (SPÓSITO, 2013, p. 62).

No pós-Segunda Guerra o processo de suburbanização norte-americana deu um impulso decisivo à adoção do modelo condominial em vários países, não só como padrão de ocupação – extensas áreas estritamente residenciais distantes das áreas centrais da cidade e servidas pelo *Comercial Mall* (embrião do Shopping Center) – mas, sobretudo, como um estilo de vida. O modelo chega à América Latina já nas primeiras décadas do século XX, enquanto que no Brasil os primeiros condomínios residenciais verticais aparecem na cidade de São Paulo ainda nos anos 20, porém a modalidade horizontal se estabelece só nos anos 80 (CALDEIRA, 2003) com os empreendimentos da empresa Alphaville na região de Barueri. A geração de novas centralidades – ao mesmo tempo causa e efeito desse novo modelo – acontece quando o centro tradicional da cidade deixa de ser o foco de interesse, dando lugar ao sistema de vias que dá acesso a outras regiões (REIS, 2006, p.89) onde se localizam shoppings e condomínios. É o caso da rodovia Bonfim-Ribeirão: um eixo rodoviário que liga Ribeirão Preto à vila e estrutura a ocupação dos condomínios, como veremos a seguir. Algumas perguntas iniciais de pesquisa eram: em que medida a chegada dos condomínios seria um fator de desestabilização de um *genius loci* vernacular e característico de Bonfim Paulista? Como essa mudança é vista por parte dos moradores da vila? Até que ponto os valores e demandas dos moradores intramuros influenciam a pacata vila?

Em outras cidades brasileiras, a implantação de novas, extensas e muradas áreas urbanizadas, em curtos períodos de tempo, provocou impactos na configuração social, econômica e espacial dos núcleos vizinhos de forma intensa e concreta. A empresa de urbanização Alphaville tem no caso da região de São Paulo um exemplo típico:

A região de Barueri viria a se destacar, após a construção e sucessivas expansões do condomínio Alphaville. Este condomínio espalhar-se-ia para outros municípios como Jandira e, principalmente, Santana do Parnaíba. A presença desses núcleos viria a ter um peso expressivo no crescimento populacional desses municípios, seja pela população de classe média que se muda para estes condomínios fechados, seja também por atraírem população de menor poder aquisitivo para prestar serviços a esta nova população de classe média. Nos anos 1980, a população de Santana do Parnaíba cresceu mais de cinco vezes e, ao longo das últimas três décadas, a população de Barueri aumentou também cinco vezes. Outro exemplo significativo é o do bairro de Granja Viana, construído ao longo da década de 1960, no município de Cotia e que contribuiu para que este município chegasse ao ano de 2000 dez vezes mais populoso [...] a partir da implantação dos Condomínios Alphaville e congêneres, o município de Barueri apresentou crescentes acréscimos populacionais, especialmente a partir da década de 1990. Vários fatores podem ser correlacionados a este crescimento do processo de suburbanização da região de São Paulo: busca de melhores condições de vida em local com menor poluição, segurança, fatores econômicos e status (MENEZES, 2009, p. 67).

Resguardadas as perceptíveis diferenças entre o caso de São Paulo e o de Ribeirão Preto e das regiões de Barueri e Bonfim Paulista, nos parece possível a repetição do quadro de adensamento populacional acompanhado de uma mudança significativa dos valores e modos de vida, fruto da atração operada pelos condomínios sobre atividades e categorias sociais e de seus impactos sobre o mercado imobiliário e o uso do solo:

Durante quase 40 anos, a neta de imigrantes japoneses Maria Iwase, 52, teve como vizinhos pequenos chacareiros e sitiantes. Hoje, sua chácara em Bonfim Paulista, distrito localizado na zona sul de Ribeirão Preto, está cercada por dois condomínios de alto padrão e o quintal da família foi arrendado para o plantio de hortaliças. (...) O terreno da frente, uma área de 52.000 metros quadrados onde a família Iwase plantava banana e café para comercializar em Ribeirão, foi vendido para uma construtora em 2001 (RIBEIRO, 2008, p.21).

O fenômeno do esvaziamento das propriedades rurais como resultado da expansão da atividade imobiliária e do avanço do plantio monocultor de cana-de-açúcar é recorrente na quase totalidade das cidades médias do estado de São Paulo. No caso de Bonfim, sua localização tangencial à zona sul da cidade vizinha fez que com a vila se tornasse um vetor importante da expansão urbana da cidade. Em Ribeirão Preto o número de propriedades localizadas na zona rural se reduziu em mais de um terço em 13 anos³² e, ao mesmo tempo, é exatamente na região sul onde se concentra a maior parte da área rural do município: 188 quilômetros quadrados de um total de 330 quilômetros (58,5%)³³.

Essa inversão entre vida rural e urbana é vista com certo assento progressista por parte da imprensa:

[...] Bonfim Paulista, [...] hoje é uma das regiões mais valorizadas da cidade. Trata-se de um imenso bairro de Ribeirão Preto, dentro da Zona Sul. Por estar localizado a cerca de 4 km da área urbana considerada mais efervescente, Bonfim Paulista possui algumas particularidades. Em sua região mais central, **predomina o clima tranquilo típico das pequenas cidades do interior**, em meio a uma boa estrutura já implantada. Ao redor, uma série de **modernos projetos**, predominantemente residenciais, forma um **ambiente mais progressista que contempla a qualidade de vida dos moradores** (Revista REVIDE, nº 38, set. 2012, p. 27, grifos do autor).

Ideias ligadas ao progresso e à modernidade urbana, aliados a valores como tranquilidade e qualidade de vida se unem para criar este prognóstico para a região:

Bonfim Paulista nunca mais será o mesmo. Vai perder a cara rural e ainda deixar de ser chamado de distrito. Ribeirão Preto, que já havia tomado a extensão da rodovia José Fregonesi com condomínios

³² Os dados são do escritório da C.A.T.I. (Coordenadoria de Assistência Técnica), órgão ligado à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. Segundo um levantamento censitário das unidades agropecuárias de Ribeirão e Bonfim Paulista realizado pela instituição entre 1995 e 1996 existia, na zona rural da cidade, 1.284 casas habitadas em 518 propriedades rurais. No levantamento realizado no ano passado e neste ano, foram identificados 845 imóveis habitados em 334 propriedades da zona rural, uma queda de 34,19% com relação ao anterior. (RIBEIRO, 2008).

³³ Os dados são da Secretaria de Planejamento e Gestão Pública (RIBEIRO, 2007).

horizontais, agora avança pelas laterais, em mais dois eixos, para além do anel viário Sul, na rodovia Prefeito Antonio Duarte Nogueira. Na área, há um vai e vem de veículos que chama atenção para os novos traçados de malha urbana. Além dos recentes empreendimentos imobiliários dos quais já se tinha noção da localização pelos informes publicitários, já existem empresas de comércio e serviços funcionando (Revista REVIDE, nº 29, jun. 2011, p. 10).

Esses empreendimentos imobiliários que a reportagem cita se referem a um novo Shopping Center da rede Iguatemi e a um hospital da cooperativa Unimed. Novos empreendimentos aliados a novos investimentos públicos na rede de transportes viários aproximam a pacata vila da cidade, conciliando, na visão de alguns, uma vida tranquila com as oportunidades de trabalho oferecidas pela cidade grande:

“Viver em Bonfim Paulista é um verdadeiro privilégio. Grande parte dos moradores acorda com o cantar dos pássaros, vai facilmente trabalhar em diversas partes de Ribeirão Preto, volta para almoçar em casa e, depois de uma tarde de trabalho, retorna para descansar em meio ao sossego característico de lá”, afirma Tiago Cintra, gerente de projetos e especialista em desenvolvimento imobiliário. [...] “Os acessos, que tendem a ficar cada vez melhores, vão tornar a vida de quem mora nas redondezas, mas possui uma rotina em Ribeirão Preto, muito mais prática” conclui Tiago Cintra. (Revista REVIDE, nº 29, jun. 2011, p. 08).

Enquanto os novos moradores, aqueles que optaram pela promessa de segurança dos condomínios fechados, não criam expectativas em relação à pequena vila vizinha além da promessa de paz e sossego, seus moradores mais antigos, habitantes da vila sem muros e que se dedicam ao comércio e à prestação de serviços, parecem estar motivados com o desenvolvimento da região:

Morador de Bonfim Paulista há 53 anos, Antônio Carlos Ganzella é sócio-proprietário de um tradicional depósito de materiais de construção. A loja fornece produtos a vários empreendimentos construídos na região: “Antes, a economia do Distrito era muito ligada à atividade rural. Hoje os moradores estão trabalhando no comércio ou nos condomínios, o que fez a renda aumentar. [...] Vejo um centro mais

histórico [se referindo a Bonfim Paulista] com o jeito do interior e o entorno com empreendimentos modernos, de alto padrão. Essa junção, que a princípio pode parecer contrastante é boa para todos os lados e a tendência é continuar melhorando” (Revista REVIDE, nº 29, jun. 2011, p. 10).

Se da equação entre tradição e modernidade resultar progresso e desenvolvimento econômico, seja qual for o preço ou as perdas contabilizadas ao longo do processo, o saldo, na visão de muitos moradores promovida e difundida pela imprensa local, ainda será positivo:

Dona Maria Aparecida Ferreira mora em Bonfim Paulista há 50 anos. Ela, a filha e o genro são proprietários de uma quitanda localizada nas proximidades de vários condomínios residenciais construídos recentemente. “Com isso o movimento aumentou bastante. Para facilitar, instalamos um serviço de disque-entrega em domicílio. Tem dia que não dá nem para almoçar. As duas linhas de telefone ficam congestionadas. Por isso contratamos mais dois funcionários. [...] Também temos maior quantidade de frutas, legumes e verduras além de outros produtos alimentícios principalmente por causa dos condomínios. São clientes exigentes me qualidade. [...] O importante é que o Distrito não perca sua identidade. [...] O progresso está aí e é inevitável. Temos uma população [...] que quer aproveitar as novas oportunidades que esse desenvolvimento nos proporciona”, afirma (Revista REVIDE, nº 29, jun. 2011, p. 11).

A afirmação da senhora Maria Aparecida parece indicar que a identidade do local não deve se perder ainda que modos tradicionais de subsistência tenham se transmutado nos últimos anos, seja na dicotomia entre o campo e a cidade ou no atendimento a um novo padrão de consumidor, como ela mesma diz, mais exigente e de gosto mais diversificado.

Bom para quem vem de fora e para quem chega agora, o negócio se estabelece sem dubiedades: em troca da qualidade de vida, da tranquilidade e do sossego o dinheiro novo e abundante do morador do condomínio. Aparentemente, de comum acordo, novos e antigos moradores, de dentro dos muros e fora deles, compactuam um “futuro brilhante” para o Distrito, acreditando que serão capazes de conjugar diferentes projetos e expectativas

frente a um mesmo espaço. Novas habitações criam novos mercados consumidores: supermercados, lanchonetes, varejões, lojas de roupas e calçados, empregados domésticos, bancos, academias e postos de combustível fazem parte do rol de necessidades que públicos classificados como A e B, moradores dos condomínios, demandam em áreas próximas de onde residem.

Dentro dessa lógica, aparentemente inexorável, não se deve perder de vista que acordos mais amplos entre o poder público e os grandes grupos empresariais regem essa realidade e lhe dão os contornos definitivos. A este respeito, referindo-se a condomínios no estado de São Paulo, Nestor Goulart escreve:

De fato, ao atuar no âmbito de um *território de dispersão*³⁴, utilizando terras que até então eram consideradas como rurais, os empresários [do mercado imobiliário] aumentam extraordinariamente suas possibilidades de escolha, o que lhes permite a compra ou simples contratação de compromissos de compra de áreas com custos bem reduzidos. Com tais condições, lhes é possível assumir as obras de infraestrutura, o que reduz o grau de dependência de decisões do poder público [...]. A dispersão permite ao empresário escolher municípios com população reduzida, nas quais um investimento de maior porte, sem grandes custos para a prefeitura, será recebido como uma oportunidade importante de aumento de renda, de atração para setores da população de renda média e alta, para aumento de consumo no comércio local e aumento do número de postos de trabalho. [...] Em alguns casos, segundo os depoimentos, as prefeituras e as câmaras são estimuladas a aprovar leis específicas sobre loteamentos fechados, para viabilizar a implantação de projetos com esse perfil, em seus territórios (REIS FILHO, 2006, p. 178, com grifos e notas do autor).

Ainda que haja uma motivação econômica estrutural para a disseminação de condomínios fechados horizontais nas áreas rurais adjacentes aos grandes centros urbanos baseada num estímulo do

³⁴ O conceito é tratado pelo autor ao longo da obra. Resumidamente, se refere às grandes áreas adjacentes ao perímetro urbano e sem regulamentação urbanística formulada, podendo ser também as áreas rurais onde a expansão urbana se realiza. É precisamente sobre esse processo que se debruça o autor em sua análise.

empresariado em vender um produto imobiliário altamente rentável – como é o caso de Bonfim – há também a vinculação da ideia de que essa modalidade habitacional é mais segura e oferece certa intimidade acolhedora e pitoresca não encontrável nos bairros tradicionais e nos condomínios residenciais verticais:

Estaria havendo uma volta aos padrões das residências isoladas unifamiliares, que nas décadas anteriores haviam sido substituídas pelos condomínios verticais nas áreas centrais e nos bairros adjacentes às principais cidades. Haveria uma busca de outros modos de vida mais familiares, que não corresponderiam aos dos bairros tradicionais das cidades do interior nem às das áreas ocupadas das regiões metropolitanas (REIS FILHO, 2006. p. 131).

Para o autor, a possibilidade de instalação das residências em terrenos de maiores proporções e a oportunidade de um maior contato com a natureza têm sido constantes em compradores de empreendimentos como Granja Viana e Alphaville em São Paulo. São situações onde dois vetores atuam: de um lado a forte ligação com os recursos da vida metropolitana (trabalho, cultura e entretenimento) e de outro a busca pelo contato com a natureza, antítese do ambiente metropolitano. Essa relação com a natureza, no entanto, se coloca mais como um processo de dominação e reconstrução pelo homem civilizado dos espaços rústicos e não civilizados, ainda que “naturais”, onde se modela uma paisagem de fruição e não de vivências concretas (REIS FILHO, 2006). Presentes nos projetos paisagísticos renascentistas e barrocos, onde os jardins do palácio de Versalhes são o paradigma mais evidente, essa forma controlada de aproximação da vida rural encontra, posteriormente, eco no conceito de *pitoresco*³⁵.

³⁵ Com derivações que abarcam tanto a arquitetura romântica quanto o *Arts and Crafts* o conceito de *pitoresco* encontra forte vinculação com o resgate de uma noção mítica da natureza: “De uma forma geral, pode-se dizer que o *pitoresco* constitui, em sua origem, uma manifestação tipicamente inglesa do sentimento de nostalgia pela natureza e pelo passado pré-industrial, característico de um período de urbanização intensa e de destruição acelerada dos recursos naturais e das relações tradicionais de produção. Caracteriza-se pela busca de integração entre o meio ambiente (tanto o natural como o construído, vale dizer, histórico) e a arquitetura, valorizando as especificidades locais, desde a paisagem natural de uma determinada região até sua arquitetura própria, inclusive vernacular. Assim, o *pitoresco* procura estender à arquitetura alguns dos atributos da natureza, tais como: adaptabilidade, flexibilidade, casualidade, variedade, equilíbrio” (PINHEIRO, 1998, p 4).

Esta articulação entre as vantagens de uma vida urbana em contato com a natureza se materializa no projeto cidade-jardim, difundido no livro de Ebenezer Howard “Cidades Jardins do amanhã” de 1902 e em várias experiências urbanas realizadas desde o início do século XX. Considerado um dos mais bem sucedidos movimentos do urbanismo moderno, em termos acadêmicos e empresariais, propõe uma saída para a cidade industrializada, vista como caótica e deteriorada: “um agrupamento urbano equilibrado, usufruindo das vantagens do campo e da cidade e evitando a deficiência de ambos” (HOWARD, 2002, p. 39).

Mais que uma proposta de aproximação entre cidade e natureza, o movimento cidade-jardim tinha uma proposta revolucionária de gestão da propriedade: a socialização do solo urbano através de cotas de participação a serem pagas mensalmente pelos proprietários dos lotes que financiariam a implantação de toda infraestrutura urbana e a manutenção necessária. A iniciativa da construção e comercialização do empreendimento estaria a cargo de um empresário loteador, que cuidaria também da formação de um grupo de futuros moradores, nos moldes do hoje se convencionou chamar incorporação imobiliária. Ninguém seria proprietário real da terra ou das edificações nela construídas, apenas arrendatários, algo que aproxima o modelo do atual cooperativismo. Outro aspecto importante seria o do crescimento controlado: os núcleos urbanos não passariam de 32.000 habitantes e caso a expansão fosse inevitável seriam formados outros núcleos que não passariam desse número, ligados por rodovias e ferrovias e separados pelos cinturões verdes. A proposta de Howard seduz e convence pelo seu teor ao mesmo tempo romântico e francamente utilitário:

Após sua leitura, o conteúdo dessa utopia é rapidamente absorvido e o leitor se conscientiza de que o sonho de viver em habitações individualizadas envolvidas por ambiente saudável e extenso verde, não é só realizável a custo convidativo, mas também socialmente desejável (HOWARD, 2002, p. 45).

Em grande parte os condomínios horizontais e o discurso de seus atributos bucólicos, como é o caso dos empreendimentos localizados em Bonfim, podem ser tomados como heranças indiretas deste movimento no que

se refere à relação entre cidade e natureza, ou seja, a rejeição à cidade e a busca de maior contato com a natureza³⁶. Mas, como lembra CALDEIRA (2003), não seriam apenas os modelos de Howard que contribuiriam conceitualmente para a formação do quadro de segregação espacial das cidades contemporâneas, onde os condomínios fechados são uma de suas faces. A própria noção de planejamento urbano, que se estrutura enquanto valor e procedimento a partir de pressupostos modernos (modernistas?), também se apropria do modelo cidade-jardim semantizando-o em outros contextos e manifestações: o “terraço-jardim”, o “térreo livre e ajardinado”, a “cidade-parque”, entre outros exemplos. E vai além organizando a cidade em setores especializados pela função (setor residencial, comercial, industrial) o que acaba por reforçar a segregação elegendo áreas e usos mais nobres (setores estritamente residenciais, por exemplo) em detrimento de outros mais populares, vale dizer, menos valorizados, como as áreas onde o uso misto (comércio e serviços) é legalmente permitido. Com isso o planejamento urbano se torna sinônimo de um expediente público administrativo quase exclusivo das elites, ou seja, utilizado, sobretudo, para projetar os espaços da cidade onde elas habitam ou trabalham. O que não é planejado, ou seja, o caótico e o desorganizado se torna o espaço residual destinado àqueles que não têm dinheiro para pagar pelos espaços organizados.

Seja como desdobramento do planejamento modernista ou do modelo cidade-jardim, a chamada suburbanização, hoje um fenômeno mundial, atua isolando o morador do “caos” urbano para ofertar a ele espaços pretensamente mais qualificados. A ampla casa unifamiliar isolada em meio a um extenso gramado, jardim murado, ou algo parecido com isso, localizada em bairros estritamente residenciais molda um estilo de vida (sub)urbano baseado na exclusividade, no isolamento e no “ser normal”. Segundo TREVISAN (2006, p.112) os condomínios fechados:

³⁶ “Os atuais condomínios fechados paulistas e os CID’s (*common interest developments*) americanos exemplificam a influência do modelo cidade-jardim e também o quanto ele foi modificado. Os muros e o caráter privado dos empreendimentos atuais, a ausência de preocupação com uma ordem urbana como um todo e o estilo de vida exclusivo e excludor contradizem diretamente os ideias originais. Entretanto, o imaginário da cidade-jardim ainda é significativo” (CALDEIRA, 2002, p. 309).

(...) costumam ter uma preferência consolidada por casas, pelo tipo horizontal de moradia, em busca de quintal e de uma cultura que mistura reminiscências rurais com suburbanas, em geral associando este padrão a sossego, tranquilidade. Curiosamente, é um tipo pouco tranquilo, porque a disposição horizontal das unidades no lote permite que janelas se vejam e ouçam entre si, coisa que raramente ocorre em edifícios de apartamentos. Outro elemento comum é a busca inconsciente de alguma fantasia, como a casa na árvore, a casa de bonecas ou um desenho da Disney. Obviamente existe um grande risco de decepções por este viés.

Como fenômeno global, certas constantes se repetem nos condomínios horizontais fechados e conformam uma particular concepção de moradia e de relação com a cidade existente. Uma destas constantes diz respeito à localização distante da região central, induzindo o uso do carro como única forma de deslocamento e caracterizando um núcleo urbano dormitório: morar no condomínio e trabalhar na cidade. Essa característica está ligada à própria conformação do espaço suburbano. A distância da cidade vista como poluída, corrompida e violenta onde o centro histórico passa a ser somente um índice museológico sem significado na dinâmica contemporânea, reforça e induz a ocupação de áreas para além da malha urbana contínua, em busca do ameno e seguro. Mas essa fuga para lugares distantes só se viabiliza com a possibilidade do transporte veicular, que acaba por se tornar quase a única forma de se deslocar na cidade: da casa para o trabalho, da escola para a casa e do lazer (sempre em áreas internas como clubes, shoppings ou espaços institucionais) para casa. Assim, mora-se distante do trabalho e não se cria vínculos consistentes com nenhum desses lugares, nem entre eles. Entre Ribeirão e Bonfim Paulista a distância de quinze quilômetros se torna mais significativa e extensa exatamente pela conformação de territorialidades especializadas (a casa e o trabalho) representadas pela vila-dormitório e pela cidade das oportunidades, do trabalho e do lazer diversificado (Ribeirão Preto). Como consequência cria-se uma representação de Bonfim como um espaço sem lugar para mudanças ou re-significações, uma “vila eterna”, pacata e graciosa com poucos recursos em termos de comércio, serviços e infraestrutura.

Outra característica refere-se à função predominantemente residencial, onde eventuais núcleos comerciais e de prestação de serviços se estabelecem em função dos moradores-consumidores. Talvez um dos principais reflexos do modelo setorizador seja a busca pela homogeneidade social que não traz problemas de convivência e valoriza financeiramente a propriedade. Nesse sentido ela pode ser considerada um reflexo do uso exacerbado do automóvel: não só separamos a casa do trabalho como a casa do comércio, ainda que, antiteticamente, precisemos dele cotidianamente. Então, para minorar o incômodo, nasce o pequeno comércio local (hoje rebatizado de lojas de conveniência), prático e que não cria ameaças para a exclusividade residencial ou os serviços *delivery*, que, como veremos, apresenta franca evolução na atividade comercial de Bonfim Paulista.

Uma terceira característica diz respeito à montagem de um ambiente que remete ao bucólico, com amplas ou reduzidas áreas verdes, mas sempre sugerindo um contato íntimo com a natureza e uma vida saudável distante do caos urbano, valores que advêm diretamente dos postulados da cidade-jardim de Howard. Praças, parques e jardins compõem um conjunto recorrente de espaços coletivos internos como substitutos dos espaços públicos reais, reproduzindo-os, como se, de fato, fossem abertos e acessíveis a todos, criando uma fantasia ao morador de que ali sua liberdade é garantida, que são sucedâneos fiéis daqueles espaços urbanos vivenciados na infância. O mesmo ocorre com a rua interna privada, também um simulacro da rua pública, ainda que sobre esse assunto parem controvérsias³⁷. Na **Figura 63**, imagem que faz parte do material de lançamento do condomínio Jardim Olhos D'água, próximo a Bonfim Paulista, a perspectiva artística não é desinteressada ao retratar um horizonte campestre a se perder de vista, como se o morador fosse, de fato, morar numa fazenda; o desenho omite os muros nesse horizonte longínquo e

³⁷A lei federal nº 4.591/64 que regulamenta o funcionamento e criação de condomínios horizontais fechados não trata expressamente sobre as vias internas nem se sua natureza é de ordem privada ou pública. Já o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº. 9503/97) fala no parágrafo único do artigo 2º: "Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praças abertas à circulação pública e as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas." Mais adiante no artigo 51, cita: "Nas vias internas pertencentes a condomínios constituídos por unidades autônomas, a sinalização de regulamentação da via será implantada e mantida às expensas do condomínio, após aprovação dos projetos pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via".

Figura 63: Imagem ilustrativa do lançamento do condomínio Jardim Olhos D'água, próximo a Bonfim Paulista. Fonte: material de divulgação, disponível em: <<http://jardimolhosdagua.com.br>>, acesso em 10/10/2013.

Figura 64: Parques de lazer do condomínio Alphaville, próximo a Bonfim Paulista. Fonte: material de divulgação, disponível em: <<http://alphavilleribeiraopreto.com.br>>, acesso em 10/10/2013.

integrado à paisagem; as ruas e casas, distribuídas entre amplas áreas verdes, parecem compor um povoado bucólico, que concilia uma comunidade agregada, vivendo em contato direto com a natureza. As casas são dispostas de forma isolada, mostrando interstícios vegetais que não existirão. Mas o primeiro plano é reservado para o que realmente interessa: a segurança da portaria, o único ponto do desenho onde o muro aparece, ainda que de forma sutil e suave, com gradis ao invés da opaca alvenaria. Talvez o desenho nos induza a acreditar que além daquele portão adentraríamos a um mundo diferente e melhor, onde os riscos e as adversidades da cidade real ficariam de fora. Já não mais uma ilustração, mas projeto construído, a **Figura 64** mostra o parque de lazer já pronto do condomínio Alphaville, onde elementos parecidos se estabelecem. A ponte sobre o riacho cercado de pedras nos remete ao paisagismo inglês do século XIX, onde a recriação artificial de uma natureza idealizada devolve nostalgicamente o morador urbano aos espaços rurais, ou melhor, a um espaço idílico e onírico, pois é uma natureza domada, civilizada e limpa. E ainda aqui o horizonte é cuidadosamente enquadrado pelo fotógrafo para que a cena pitoresca da ponte pareça imersa num campo sem limites visíveis, sem muros.

A rua, parte desse cenário idílico, busca assumir, ainda que no plano do imaginário, o lugar do lazer e da sociabilidade que o urbanismo modernista extirpou:

Uma das características comuns entre o planejamento modernista e os enclaves fortificados **[termo usado pela autora para se referir aos condomínios e loteamentos fechados]** é o seu ataque às ruas como uma forma de espaço público (...); as convenções modernistas de projeto urbano e arquitetônico retiram o pedestre e suas interações anônimas das ruas, dedicadas quase que exclusivamente a circulação de veículos. A rua como elemento central da vida pública moderna é então eliminada (CALDEIRA, 2003, p.311).

Tanto a rua quanto os parques, áreas de lazer e jardins constroem uma promessa de *revival* de um passado onde as crianças podiam brincar fora de casa e as portas eram deixadas abertas. Mas esse imaginário de volta às “boas coisas” de um tempo passado, ou da reconquista de uma perda que a cidade

provocou, só é aceito pelos moradores dos condomínios a partir da constituição provocada de um perfil socioeconômico homogêneo e classificador do espaço condominial quanto ao status (condomínios de classe média, alta ou média alta) onde a possibilidade de viver só com pessoas percebidas como iguais é tratada como um privilégio:

O isolamento com o exterior é comemorado, pois só entra no condomínio quem o residente permite (existiria um grande incômodo quanto a vendedores, pedintes e pregadores de cultos nos bairros abertos). Por outro lado, vive-se junto porque todos se conhecem, participam dos mesmos problemas e benefícios do condomínio e também, de forma diferente do apartamento, os encontros entre os moradores não seriam forçados como os que acontecem nos corredores, escadas e elevadores de um prédio comum (TREVISAN, 2007, p. 4).³⁸

Outra característica central é o forte aparato de segurança: guaritas, rondas constantes, cercas, câmaras e controle de entrada de visitantes, apresentados como solução contra o medo provocado pela violência urbana. O preço que o condômino tolera pagar por isso é sua submissão a uma disciplina *panóptica* que opera em vários níveis do cotidiano do morador, ou seja, desde a disposição espacial das casas e ruas que favorece uma vigilância constante (e desejada) até o controle direto (câmaras, guardas), garantindo a disciplina. Mas em que medida esse *panoptismo* também não pode ser tomado como uma exacerbação do que ocorre na cidade contemporânea?

Para muitas pessoas o dia-a-dia na cidade está se transformando numa negociação constante de barreiras e suspeitas, e é marcado por uma sucessão de pequenos rituais de identificação e humilhação. Eles incluem forçar office-boys, frequentemente barrados pelos detectores de metal dos bancos, a abrir suas mochilas na frente da fila de pessoas esperando para entrar, direcionar trabalhadores para as “entradas de serviço” e revistar empregadas quando deixam o trabalho nos condomínios no fim do dia. (...) Em suma, em uma cidade em que os sistemas de identificação e as estratégias de segurança estão se

³⁸ Nas entrevistas com os moradores dos condomínios próximos a Bonfim, como veremos mais adiante, todos esses aspectos se confirmaram.

espalhando por toda parte, a experiência de vida urbana é de diferenças sociais, separações, exclusões e lembretes das restrições do espaço público. Trata-se de fato de uma cidade de muros – o oposto do espaço público aberto do ideal moderno de vida urbana (CALDEIRA, 2003, p. 320).

Segundo estatísticas da Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) da Secretaria de Segurança Pública de Estado de São Paulo, o 7º Distrito Policial de Bonfim Paulista foi o que teve menores índices de ocorrências policiais entre todos os demais da cidade de Ribeirão Preto no primeiro semestre de 2014³⁹. Na visão da polícia local, o aparato de segurança dos condomínios até contribui com a segurança pública:

Aumentaram a implantação de equipamentos e tecnologias de vigilância e o número de pessoas monitorando a movimentação dentro e fora dos condomínios. Desta forma, também foram criados mais canais de comunicação com a polícia. Isso permite uma troca de informações maior e mais ágil e o fortalecimento da ação preventiva, além de possibilitar um melhor tempo-resposta em nosso atendimento aos chamados da população⁴⁰.

Se for verdade que os investimentos em segurança por parte dos condomínios estão apresentando resultados práticos, a submissão ao panoptismo pode então justificar-se na concepção dos moradores. Ao abrir mão de parte da privacidade e da liberdade os condôminos garantem, por outro lado, aquilo o que o poder público não tem conseguido oferecer, a segurança. Nesse sentido, mais uma vez, a ausência de ações efetivas e investimentos do setor público (antes assinalada nesse trabalho em relação ao planejamento urbano da zona sul de Ribeirão Preto) faz surgir na esfera privada iniciativas e expedientes que tradicionalmente cabiam à esfera pública, como o policiamento e a vigilância.

³⁹ Dados obtidos no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br>>. Acesso em 17/08/2014.

⁴⁰ Declaração do capitão da Polícia Militar Maurício Rafael Jerônimo de Melo em entrevista à Revista Revide. Fonte: URBANISMO e segurança. Revista Revide, Ribeirão Preto, ed. 722, n.31, p. 30-31, 08 ago. 2014.

Aceitando como um fato concreto e observável a influência dos condomínios fechados sobre as áreas urbanas imediatamente próximas, como foi descrito no caso de Barueri e nas reportagens aqui reproduzidas sobre Bonfim e tendo como ponto de partida este rol de características usuais em empreendimentos dessa natureza, nos debruçaremos agora mais detidamente sobre alguns aspectos de cunho imagético responsáveis pela construção de visões e valores por parte dos personagens desse enredo.

A mercantilização do solo urbano que o transforma em produto, aqui representado pelo condomínio fechado, só é possível com uma precisa delimitação de um público consumidor que estrutura e dá forma ao negócio, da mesma forma que ocorre com qualquer lançamento comercial de chocolates, carros, roupas ou turismo. O mercado imobiliário, seguindo sua natureza intrínseca, é pródigo em oferecer produtos gerados por demandas ou carências claramente identificáveis, cujas origens podem ser diversas: falta de segurança, falta de espaço, praticidade, etc. Porém não só isso: expande e amplia essas demandas a partir de necessidades e desejos mais complexos e menos visíveis. A demanda, no caso em questão, se estabelece a partir da formação de uma poderosa ideologia imagética sobre uma cidade idílica intramuros que possibilita ao morador usufruir dos recursos urbanos da cidade (educação, consumo, trabalho, etc.), sem nela estar integrado e sem sofrer o ônus dessa integração tais como a violência urbana e, sobretudo, a tolerância com as diferenças. Porém, cabe frisar que o espaço urbano e seus recursos não parecem estar excluídos do projeto do condomínio, mas formam com ele um sistema complexo e vital que alimenta e protege a segregação viabilizando o negócio imobiliário sem deixar de gerar crescimento urbano, ainda que em bases questionáveis:

Os condomínios trabalham como geradores de ilusão, criando um mundo à parte, seja através da publicidade dos lançamentos imobiliários, seja pela expectativa criada pelos moradores. Homogeneizando e evitando o conflito com os diferentes, esses espaços ampliam e ***irradiam sua visão de mundo para a vila ao lado que passa a ser uma prestadora de serviços para os moradores***, daí uma intervenção, adequação ou *gentrificação* da vila é apenas um pulo (TREVISAN, 2006, p. 67, grifos do autor).

Porém, como vimos acima, há aspectos que vão além de simples acordos entre moradores intra e extramuros e dos projetos de dimensão urbano-regional que empreendedores imobiliários e poder público compactuam ao lançar os condomínios fechados. A demanda por paragens mais bucólicas por parte de seus moradores-clientes está fortemente ancorada em imagens e valores vinculados pela indústria cultural, centrais em várias mídias contemporâneas, inclusive no cinema. O cineasta alemão Win Wenders vai além: “o cinema e as cidades cresceram juntos e se tornaram adultos juntos (...) o cinema se funda na cidade e reflete a cidade” (WENDERS, 1996, p.11). Parentes ou não, o urbanismo – e suas reverberações históricas e sociológicas – é protagonista de obras como *Pecados Íntimos*⁴¹, *Beleza Americana*⁴², *Foi apenas um sonho*⁴³ e o mais conhecido *O show de Truman*⁴⁴. Estes filmes – talvez não coincidentemente todos americanos – convergem para uma visão de cidade onde o simulacro, a aparência e o falso criam uma tensão entre sonho e realidade acabando por sobrepor vivências concretas às experiências imaginárias:

Dentro de uma ótica antropológica, o cinema torna-se instrumento revelador de uma nova e flagrante faceta dos centros urbanos: a cidade das aparências, do falso, do simulacro, onde o que é não parece ser e o que parece ser não é, num complexo jogo de desejo e frustração, de sonho e realidade. Numa definição mais aproximada, estamos falando de um espaço simulado vivido. O desejo por uma representação e vivência simbólicas revela a sobreposição entre realidade e imaginário (simulacro) gerada pelo culto imagético promovido pela sociedade atual. O simulacro, portanto, atinge seu ápice e incorpora-se definitivamente à vivência individual e coletiva urbana (SANTOS, 2004, p. 134).

No limite, a conformação de um repertório referencial de espaços urbanos por parte dos moradores das cidades acaba se tornando mero reflexo do que foi criado e divulgado pela mídia. O que se produz na esfera concreta da existência passa a ser *flashes*, *frames*, *pixels* exportados do cinema e materializados no cotidiano, se transformando, como que por mágica, no carro,

⁴¹ **Pecados Íntimos**, (tit. original: *Little Children*), Todd Field, EUA, 2006.

⁴² **Beleza Americana**, (tit. original: *American Beauty*), Sam Mendes, EUA, 1999.

⁴³ **Foi apenas um sonho**, (tit. original: *Revolutionary Road*), Sam Mendes, EUA, 2008.

⁴⁴ **O show de Truman**, (tit. original: *The Truman Show*), Peter Wei, EUA, 1998.

na arquitetura, na cidade, daí ser muito difícil a tomada de consciência a respeito de onde nasce e se referencia tudo o que nos cerca:

Segundo a fenomenologia, estes espaços da memória são acionados no dia-a-dia da cidade real. Nos filmes vivemos desejos negados pela cidade concreta, ao passo em que a cidade real é alterada por nossa memória fílmica (SANTOS, 2004, p. 135).

Exemplos como *Celebration*, cidade do estado americano da Flórida, EUA, inaugurada em 1996 pela *Disney Corporation* e *Seaside*, inaugurada em 1981 em Santa Rosa Beach, no Município de Walton, a noroeste Estado da Flórida, EUA⁴⁵ deixaram claro para os céticos o poder de influência de uma estética cunhada pela mídia sobre a cidade:

Seaside e *Celebration* comprovam que a sobreposição entre falso e verdadeiro é cada vez mais frequente no cotidiano e que a dualidade entre os sítios e suas representações deixa marcas não só no que costuma ser chamado de “imaginário” como também no espaço urbano concreto (NAME, 2003, p. 33).

Mas Bonfim não é *Seaside* e nem pretende sê-lo. Ali o que parece ser consensual entre novos e antigos moradores é que a vila deve continuar a ser a materialização de uma imagem que se constrói dela: a pacata vila do interior, onde o tempo não passou, as pessoas ainda se encontram na rua, as crianças brincam na praça e carroças puxadas por animais circulam entre os carros. É a cidade que precisa existir para que outra “cidade” intramuros viabilize sua utopia ou distopia, que nasce do próprio nome: Alphaville, curiosamente, surge de uma quase citação do filme homônimo de Jean-Luc Godard feito em 1965 onde uma cidade – *Alphaville* – leva esse nome por conta de um computador chamado *Alpha-60* que controla todas as esferas da vida de seus habitantes, tal um *panóptico* cibernético (TEIXEIRA, 2002). No filme, conceitos como liberdade e consciência foram abolidos do imaginário social da cidade, todos os homens usam ternos cotidianamente e as mulheres são objetos sexuais submissos, cuja principal função é a procriação e a obediência. Na cidade não

⁴⁵ Seaside foi criada pelo empreendedor Robert Davis, diretor da *Arcadia Land Company*, uma empresa do ramo de empreendimentos imobiliários localizada no estado da Flórida, EUA e estreitamente ligado aos movimentos do Novo Urbanismo, com projeto dos arquitetos Andres Duany e Elizabeth Plater Zyberk. Por seus atributos cenográficos foi locação para filme *O Show de Truman*, sendo que na obra cinematográfica *Seaside* torna-se *Seaheaven*.

Figura 65: Cena do filme *Alphaville* (1965). Fonte: <<http://www.jonathanrosenbaum.com/wp-content/uploads/2010/05/alphaville.jpg>>, acesso em 12/09/2013.

há artistas; chorar ou gritar são comportamentos proibidos em público (TEIXEIRA, 2002).

Coincidências à parte, a dicotomia “liberdade *versus* controle” se aplica ao caso em questão: como recompensa à inevitável perda daquela no condomínio, a busca ansiosa e necessária desta na vila bucólica do interior; diante da aspereza da cidade de negócios, o idílio do lazer no campo, ainda que estejamos falando de imagens produzidas no seio de um consenso social, criado seja lá como for. Dicotômicas, porém interligadas. O escritor, filósofo e poeta espanhol, Rafael Argullol fala dessas duas cidades: a *macrópolis* e a *micrópolis*. A primeira é a cidade real: a cidade-selva, lugar da barbárie, conurbada, desconexa, fragmentada, dispersa, invertebrada, o fora, o inseguro. A segunda é o nicho identitário, o dentro, o seguro, a ordem, mas também o lugar do espetáculo. As *micrópolis* estão dentro das *macrópolis* e estruturam-se regidas pelo isolacionismo, pela verticalidade e pela claustrofobia, traduzidas na sensação de segurança. Ali o representar substituiu o habitar formando uma unidade ficcional onde acontece uma interiorização simulada da natureza e a interiorização, também simulada, das funções da antiga cidade (ARGULLOL, 1994).

Ainda que revelando uma situação urbana contraditória, o sentido se produz no embate dessas duas esferas de organização do tecido urbano:

A *cidade turbilhão* quer ser a resposta alternativa a esta situação, partindo da consciência – inexistente na mentalidade burguesa tradicional – de que a selvageria, produto do caráter universal da justaposição civilizatória, não é inextirpável, mas constitui uma componente fundamental do jogo (ARGULLOL, 1994, p. 77).

Em nenhum momento Argullol se refere aos condomínios fechados, sua referência é o Shopping Center. Mas, o paralelo com os condomínios é inevitável. Talvez eles sejam apenas manifestações pontuais dessa “esquizofrenia urbana” ou a parte mais evidente dela. As *micrópolis* precisam de *macrópolis* para que a conta feche. Inextirpável e parte fundamental do jogo, a cidade real é a paisagem necessária que emoldura a imagem da “cidade” intramuros, daí não estar imune a seu toque que a transforma em pedra. Petrificada, seria apenas imagem e a profecia do filme de Godard se realizaria.

Petrificar Bonfim Paulista para torná-la uma imagem adequada ao modelo que o morador do condomínio constrói, seria também pensar em um possível processo de gentrificação da vila⁴⁶. No caso de Bonfim ao risco da gentrificação soma-se outro: o de seus habitantes se tornarem personagens de uma trama cenográfica onde a vila passaria a ser o cenário idílico da promessa suburbana, o oásis de paz e tranquilidade em oposição à “metrópole” caótica e inimiga. Longe da cidade grande (ou média como é o caso de Ribeirão Preto) e capaz de lhes suprir as necessidades básicas (padarias, varejões, restaurantes, academias, enfim, pequenos comércios) talvez fosse interessante para os moradores intramuros e seu valorizado poder de consumo potencializar o uso da vila ao lado como sucedâneo para a satisfação dessa demanda.

⁴⁶ O termo *gentrificação* diz respeito a um fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração do uso do solo por alterações nas atividades comerciais, de serviços ou pela construção de novos edifícios ou reforma dos existentes. O fenômeno valoriza o local e afeta sua população de baixa renda que, devido ao aumento de custos de bens e serviços, tem dificuldade de se manter no local. O termo *gentrification* vem do termo inglês *gentry*, que deriva do Francês *gentilise* que significa “de origem gentil, nobre”.

2.2 - A vida intramuros e a cidade intersticial

O distrito de Bonfim Paulista localiza-se próximo à região sul de Ribeirão Preto, tendo a rodovia SP 328 (rodovia José Fregonesi) como acesso principal. Essa rodovia é uma continuação da Avenida Presidente Vargas (**Figura 66**) que junto com a Avenida João Fiúza forma um dos principais eixos comerciais da cidade, cuja população (os que nela residem ou alí trabalham) tem uma das rendas *per capita* mais altas da cidade: 20 salários mínimos (FIGUEIRA, 2013). Consequentemente, é para lá que convergiram nos últimos anos a maior parte dos grandes lançamentos imobiliários voltados à camadas de maior poder aquisitivo. A inauguração do *Ribeirão Shopping* do grupo empresarial Multiplan em 1981, exatamente na borda da área urbana tangencial a Bonfim, foi um dos catalizadores desse desenvolvimento: hoje o empreendimento está na sua quinta expansão e construiu em torno de si um núcleo de edificações convergentes ao *shopping center* formado por hotéis, *apart hotéis*, edifícios corporativos, centro de convenções e quatro torres residenciais, o que fez com que sua área ocupada se ampliasse em até quase quatro vezes em relação à área inicialmente ocupada em 1981.⁴⁷ Hoje sua supremacia parece estar abalada pela inauguração, em setembro de 2013, do *Shopping Iguatemi*, a poucas quadras do Ribeirão Shopping, ainda com números menores que o concorrente⁴⁸ mas sinalizando uma aposta na vocação da região de centro de moradia e consumo da elite e utilizando estratégias parecidas:

A *Vila do Golfe*, empreendimento da parceria entre a *Vila do Ipê Empreendimentos*, grupo *Iguatemi Empresa de Shopping Centers* e outros (...) é um dos maiores complexos imobiliários do interior paulista composto por: *Shopping Iguatemi Ribeirão Preto* (...), 8 edifícios para usos comerciais, 9 edifícios para usos de escritório, 1 hotel, 1 centro de eventos (...), 1 campo de golfe (...), 1 escola de ensino fundamental I e II (...), 18 condomínios urbanísticos de morfologia vertical e 7 condomínios

⁴⁷ Dados provenientes do site da empresa: <<http://www.ribeiraoshopping.com.br/ficha-tecnica>> Acesso em 11/07/2013.

⁴⁸ A área total ocupada pelo Ribeirão Shopping é de 234.394 m², enquanto o Shopping Iguatemi ocupará área de 100.104 m², segundo dados colhidos do site oficial do empreendimento. Fonte: <http://www.iguatemiribeiraopreto.com.br/fichatecnica>. Acesso em 10/07/2013.

Figura 66: Na primeira imagem a localização de Ribeirão Preto em relação ao distrito de Bonfim Paulista. Na segunda imagem a avenida Presidente Vargas e a rodovia SP 328. Fonte: Google maps com alterações do autor.

Figura 67: Panorâmica da avenida João Fiúza, zona sul de Ribeirão Preto. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>. Acesso em 10/07/2013.

urbanísticos de morfologia horizontal (dos quais, 4 já encontram-se edificadas: o *Ipê Roxo*, o *Ipê Amarelo*, o *Ipê Branco* e o *Quinta do Golfe*). O chamado "*masterplan*" do empreendimento foi aprovado pela Prefeitura Municipal em 2010 e seus investimentos iniciais totalizaram um valor de 350 milhões de reais (FIGUEIRA, 2013, p. 141).

Além de grandes empreendimentos comerciais que, na verdade, produzem ao redor de si um "*mix* de edifícios" a fim de criar uma "cinergia" para o "espaço âncora" (no caso o *shopping center*)⁴⁹ é lá que estão também os mais caros condomínios verticais da região, sendo corporativos, residenciais e ou mistos. A paisagem urbana resultante dessa combinação entre grandes núcleos formados pelos Shoppings Centers (que, no caso de cidades médias como Ribeirão Preto, acabam por estender sua influência para bem mais além da área do empreendimento, alavancando a valorização imobiliária de extensas áreas urbanas que orbitam ao redor daquele núcleo) e condomínios fechados (verticais ou horizontais) é a de um grande mosaico disforme e desconexo de espaços onde a produção da iniciativa privada desenha e determina o espaço público, que, em última análise, se desnatura, transformando-se em vias de circulação apenas funcionais, praças vazias e calçadas sem vitalidade. A desproporção entre os loteamentos abertos e aqueles fechados é alarmante, como mostra FIGUEIRA:

Somadas as quantidades de empreendimentos nos 05 subsetores pesquisados [da região sul de Ribeirão Preto], tem-se um quadro de 120 complexos de alto padrão compondo a zona Sul da cidade (**47 Condomínios Urbanísticos Horizontais, 64 Condomínios Urbanísticos Verticais e 09 Loteamentos Fechados**), na zona *Urbana* e de *Expansão Urbana*. (...) Identifica-se nos 10 subsetores que compõem a região Sul do município de Ribeirão Preto uma urbanização relativamente recente, que se inicia em meados da década de 1950 e evolui timidamente até a década de 1980: ao longo desses 40 anos somente **20 bairros foram aprovados pelo poder público municipal** (...) (FIGUEIRA, 2013, p. 35, com destaques do autor).

⁴⁹ Os termos entre aspas são aqueles usados no jargão do mercado imobiliário e demonstram a confluência entre valores e conceitos de ordem urbana com outros eminentemente comerciais.

Segundo a lei de uso e ocupação do solo (RIBEIRÃO PRETO, 2012) Bonfim se localiza na Zona de Expansão Urbana da região sul de Ribeirão Preto, subsetores sul-9 e sul-10 (**Figura 68**). Ali estão instalados **41 condomínios residenciais e/ou loteamentos fechados**⁵⁰, enquanto nos outros subsetores (sul-3, sul-4 e sul-7) localizados em Zona de Urbanização Preferencial, encontramos **78 condomínios residenciais e/ou loteamentos fechados** (FIGUEIRA, 2013), lembrando que destes apenas o complexo *Alphaville* prevê lotes destinados ao comércio. Portanto dos **119** condomínios existentes na região sul, **41** deles estão no setor ocupado por Bonfim Paulista, ou seja, **34,5%**, lembrando que essa proporção tende a se tornar cada vez mais acentuada, pois os subsetores 9 e 10 são os que mais dispõe de áreas urbanizáveis em relação a todas as outras da região sul.⁵¹

O modelo de expansão urbana aqui descrita – massiva participação da iniciativa privada, conivência do poder público com esta ação, seu precário controle da direção dos rumos da urbanização e adoção de um perfil socioeconômico homogêneo (classes A e B) – fornece parâmetros suficientes para a definição de um futuro aspecto urbano das áreas próximas a Bonfim Paulista, caso as tendências atuais perdurem: um grande e desconexo mosaico de “intra-lugares” (residenciais ou comerciais), onde a cidade, incluindo a atual vila, se ainda for possível imaginar sua existência, aparece como um espaço intersticial, anexo, acessório, uma sobra do que realmente estrutura o espaço – o condomínio.

⁵⁰ A lei 2.505 define modalidades diferenciadas de parcelamento do solo no capítulo V, seção I: **loteamento fechado** (item II) “é o loteamento cujo perímetro está circundado no seu todo ou em parte por muro ou outro elemento de vedação de acesso”; **loteamento integrado à edificação** (item III) “é a modalidade de loteamento em que a construção das edificações nos lotes é feita pelo empreendedor, concomitante à implantação das obras de urbanização das obras de urbanização” e **condomínio urbanístico** (item VIII) “é a divisão do imóvel em áreas de uso comum e de uso privativo, em frações ideais para unidades autônomas em que a construção das edificações é feita pelo empreendedor, concomitante à implantação das obras de urbanização, admitindo-se vias de uso privado para circulação interna”. Para os fins deste trabalho adotamos indistintamente a denominação “condomínios/loteamentos fechados” ou apenas “condomínios fechados” para os conjuntos edificados intramuros citados ao longo do texto, reconhecendo que podem se tratar de qualquer uma das três modalidades descritas pela lei.

⁵¹ Grande parte da Zona de Expansão Urbana da região sul de Ribeirão Preto é formada por glebas rurais remanescentes de antigas fazendas que foram sofrendo sucessivas divisões ao longo do tempo, como acontece na maior parte das cidades do interior. Essa situação favorece processos de formação do tecido urbano altamente concentrados pela iniciativa privada, onde o poder público age de forma plenamente conivente sem ao menos propor estratégias e regulamentações mínimas no sentido de evitar a fragmentação e a desconexão dos espaços intersticiais aos empreendimentos, onde a cidade deixa de existir como lugar.

Figura 68: Trecho do mapa de uso e ocupação do solo de Ribeirão Preto; anexo da Lei Complementar nº 2.157, de 08 de Janeiro de 2007. Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública de Ribeirão Preto.

A suburbanização norte-americana no pós-guerra foi um dos precedentes mais importantes desse processo. Em fins da década de 1940, dezesseis milhões de soldados norte-americanos que retornavam da Segunda Grande Guerra foram agraciados com moradia barata e acessível⁵², mas localizada em áreas distantes dos centros tradicionais urbanos. Autoestradas ou linhas de trem expresso, os chamados trens suburbanos, ligavam a habitação ao local de trabalho, que permaneceu no centro da cidade, criando uma dicotomia entre espaços imiscíveis: a cidade complexa, livre e violenta e o subúrbio ajardinado, seguro e moralizado. Estas extensas áreas onde se proliferavam os bairros suburbanos eram antigas propriedades rurais cujos donos se viram obrigados a vendê-las em função de vultosas vantagens financeiras oferecidas pelos empreendedores. A consequência final desse processo – que de forma geral torna-se um modelo reproduzido em grandes cidades norte-americanas como Los Angeles – foi uma redefinição da sintaxe urbana e o agravamento da deterioração das áreas centrais da cidade. *Highways, parkways, shopping centers, center malls e suburban houses* formaram uma conjunção de novas configurações urbanas, próximas ao que hoje chamamos de espaço urbano contemporâneo.

Fruto da avassaladora influência cultural norte-americana e aliado a processos homogeneizantes genericamente chamados de globalização, o fenômeno se espalha pelo mundo: “O processo de suburbanização contemporâneo que se tende a pensar como essencialmente norte-americano – e canadense – também ocorre em vários países do mundo, em alguns de forma mais pontual e outros de forma mais expressiva” (MENEZES, 2003, p. 223). Se nos EUA da década de 1940 a ocupação de extensas áreas distantes do centro urbano tradicional precisou de investimentos públicos a fim de tornar tal possibilidade atrativa, hoje isso aparentemente se inverteu: para uma parcela significativa dos moradores de condomínios fechados a ideia da habitação distante de áreas urbanas consolidadas (centrais ou não) não se

⁵² “Devido à atuação de dois órgãos, a *Veterans Administration* (VA) e a *Federal Home Administration* (FHA) tornou-se relativamente fácil para ex-soldados adquirirem sua casa própria. Estes órgãos / agências garantiam os empréstimos, fornecendo recursos em comodato, para que os bancos financiassem os compradores de casas, além de estabelecerem um pagamento mínimo que, por vezes, era simbólico: U\$ 1 (um dólar)”. (HAYDEN, 2003, apud MENEZES, 2009).

constitui um problema, mas uma qualidade. A dicotomia descrita acima (cidade corruptora, livre e violenta versus o subúrbio ajardinado, seguro e moralizado) parece ter se incorporado ao imaginário dos moradores de grandes e médias cidades brasileiras. Morar longe pode significar status e diferenciação e a distância da cidade uma vantagem⁵³.

Longe da cidade e perto de Bonfim: em que medida essa proximidade se traduz em uma vantagem ou um ônus? Ou ainda: o fato de Bonfim estar perto dos condomínios altera de alguma forma a relação que ambos (moradores da vila e dos condomínios) estabelecem com a cidade que os cerca? Do lado de fora dos muros está Bonfim com sua vida pacata, suas casas e espaços públicos interagentes, a “cidade” que sobreviveu aos muros da moderna região sul. Se comungamos com os norte-americanos a visão de um subúrbio bucólico e apartado, a busca por uma outra urbanidade, mais interiorana, pacata e conservadora, porém sofisticada, também estaria em nossos planos? Estariam os moradores dos condomínios desejando criar uma *Seaside-Celebration* sul-americana tomando Bonfim Paulista como ponto de partida? A partir dessas perguntas, dentre os 41 condomínios existentes no setor sul, onde Bonfim se encontra, procuramos identificar então quais estão realmente ligados ou próximos o suficiente para estabelecer com o núcleo urbano da vila uma relação de troca ou influência significativas.

Segundo FIGUEIRA (2013) dos 41 condomínios fechados localizados no setor sul de Ribeirão Preto, 29 estão no subsetor Sul 9 (**Figura 69**) e 12 no subsetor Sul 10 (**Figura 70**), os quais incluem Bonfim. Como espaço enclausurado por muros, o condomínio, via de regra, estabelece com o entorno urbano uma relação peculiar: a localização do acesso (portaria de entrada e saída do condomínio) e sua ligação com o sistema viário urbano determinam sobre quais espaços da cidade seus moradores terão uma relação mais próxima e intensa. No caso de Bonfim, a rodovia Ribeirão Preto - Bonfim Paulista (SP 328) funciona não só como eixo de ligação entre a cidade e o distrito, mas como único acesso a um grupo de condomínios que dela se utilizam diariamente nos

⁵³ A incorporação do modelo cidade-subúrbio no Brasil passa antes pelo conceito de Bairro Jardim presente em projetos urbanos como o da Pampulha em Belo Horizonte e os da Cia City em São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto; o condomínio fechado aparece como um novo patamar no processo de dispersão e fragmentação urbana advinda daquele modelo.

Figura 69: Mapa do **Subsetor Sul 9** com **3 Loteamentos Fechados de morfologia horizontal:** Loteamento *Jardim San Marco*; Loteamento *Quinta da Primavera* e Loteamento *Jardim Saint Gerard* e **26 Condomínios Urbanísticos de morfologia horizontal:** Condomínio *Veneza*, Condomínio *Firenze*, Condomínio *Country Village*, Condomínio *Colina dos Sabiás*, V. Condomínio *Gênova*, Condomínio *Buritis*, Condomínio *Santa Helena*, Condomínio *Villa Real*, Condomínio *Residencial Alto do Bonfim*, Condomínio *Recanto das Flores*, Condomínio *Villa Victória*, Condomínio *Santa Ângela*, Condomínio *Guaporé 2*, Condomínio *Guaporé 1*, Condomínio *Villa de Buenos Aires*, Condomínio *Arara Vermelha*, Condomínio *Arara Verde*, Condomínio *Village Jardim dos Hibiscus*, Condomínio *Jardim dos Gerânios*, Condomínio *Raios de Sol*, Condomínio *Santa Mônica I*, Condomínio *Santa Mônica II*, Condomínio *Colina Verde*, Condomínio *Turmalina*, Condomínio *Vila dos Pássaros* e Condomínio *Arara Azul*. **Fonte:** FIGUEIRA, 2013; produção da pesquisa de Tânia Bulhões Figueira baseada em dados da Secretaria de Planejamento e Gestão Pública de Ribeirão Preto sobre os mapas produzidos como anexos ao *Plano Diretor* do município; com modificações do autor.

Figura 70: Mapa do Subsetor Sul 10 com **04 Loteamentos Fechados de morfologia horizontal:** Loteamento *Royal Park*, Loteamento *AlphaVille Ribeirão Preto*, Loteamento *AlphaVille Ribeirão Preto*, Loteamento *AlphaVille Ribeirão Preto*, **07 Condomínios Urbanísticos de morfologia horizontal:** Condomínio Bosque das Colinas, Condomínio Aurora Village, Condomínio Ipê Roxo, Condomínio Mirante Royal Park, Condomínio Ipê Amarelo, Condomínio Ipê Branco, Condomínio *Quinta do Golfe* e por **01 Loteamento Fechado para implantação de chácaras**, de morfologia horizontal: Loteamento de Chácaras *Quinta da Alvorada*. **Fonte:** FIGUEIRA, 2013; produção da pesquisa de Tânia Bulhões Figueira baseada em dados da Secretaria de Planejamento e Gestão Pública de Ribeirão Preto sobre os mapas produzidos como anexos ao *Plano Diretor* do município; com modificações do autor.

trajetos entre casa e trabalho, comércio e serviços (**Figura 71**). Da mesma forma, outras vias de Bonfim como a estrada municipal Prof. José de Almeida, rua Aníbal Vercesi e o acesso ao condomínio *Alphaville* também adquirem essa qualidade de pontos de ligação entre a vila e outros condomínios do seu entorno.

Considerando que a entrada do condomínio e a via de acesso a essa entrada são os pontos de possíveis relações que este possa vir a estabelecer com cidade, pudemos identificar sete grandes núcleos ou conjuntos de condomínios que formam “manchas” ocupadas dentro de um grande vazio que é a área rural (zona de expansão urbana) em processo de urbanização crescente (ver **Tabela 1** e **Figura 72**). Assim, ainda que Bonfim faça parte de uma extensa área de expansão urbana formada pelos subsetores S9 e S10 onde se encontram 41 condomínios fechados, apenas 26 destes estão, de fato, ligados à vila e com ela guardam importantes processos de dependência e vivências, como veremos mais adiante. Parece-nos importante assinalar que ao empreendermos uma análise da malha urbana, seja ela qual for, estar “perto” ou “ao lado de” não significa uma relação imediata e efetiva: muros, rodovias de alto tráfego, cursos d’água, entre outros acontecimentos urbanos de grade porte, causam cisões profundas no espaço urbano. O muro do condomínio fechado se alinha com essa natureza de fatos urbanos: ele possuiu a qualidade intrínseca de tornar pontual a área de contato entre os condôminos e a cidade através do portão de acesso ao espaço interno. Se o bairro convencional tem em suas bordas toda uma rede de interligações com o tecido urbano pré-existente, como pequenas veias e artérias que ligam os órgãos do corpo humano, promovendo certa continuidade do espaço, os condomínios se estabelecem como um enxerto mal sucedido que o organismo urbano receptor não identifica como seu.

Ligados a Bonfim apenas pelas vias de acesso, como se percebe nas **Figuras 71** e **72**, esses sete grandes núcleos se apropriam dessas ligações e vão se multiplicando em novos empreendimentos de forma acelerada e sem qualquer tipo de planejamento ou previsão de impactos sobre o tecido urbano, sobrecarregando o fluxo de veículos e o sistema de infraestrutura urbana

Figura 71: Vias urbanas de acesso aos condomínios.
Fonte: Google Maps com modificações do autor.

Figura 72: Núcleos de condomínios próximos a Bonfim Paulista.
Fonte: Google Maps com modificações do autor.

Tabela 01

Núcleos de Condomínios ligados a Bonfim Paulista

Denominação	Tipologia	Unidades
1 Núcleo Alphaville (acesso rodovia SP 328-Rod. Ribeirão Preto-Bonfim)		
Loteamento Alphaville Ribeirão Preto - 1	Loteamento Fechado horizontal	terrenos
Loteamento Alphaville Ribeirão Preto - 2	Loteamento Fechado horizontal	terrenos
Loteamento Alphaville Ribeirão Preto - 3	Loteamento Fechado horizontal	terrenos
Total: 3 unidades		
2 Núcleo Villa Europa (acesso rodovia SP 328-Rod. Ribeirão Preto-Bonfim)		
Condomínio Veneza	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Firenze	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Gênova	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Total: 3 unidades		
3 Núcleo Araras e Colina (acesso rodovia SP 328-Rod. Ribeirão Preto-Bonfim)		
Condomínio Colina dos Sabiás	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Arara Vermelha	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Arara Verde	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Arara Azul	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Total: 4 unidades		
4 Núcleo Altos do Bonfim (acesso Estr. Mun. Prof. José de Almeida, Bonfim Paulista)		
Condomínio Villa Real	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Residencial Alto do Bonfim	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Raios de Sol	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Residencial Monte Verde	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Total: 4 unidades		
5 Núcleo Royal Park (acesso rodovia SP 328-Rod. Ribeirão Preto-Bonfim)		
Loteamento Royal Park	Loteamento fechado horizontal	terrenos
Condomínio Mirante Royal Park	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Bosque das Colinas	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Residencial Santa Fé	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Aurora Village	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Total: 5 unidades		
6 Núcleo Topázio/Turmalina (acesso rua Aníbal Vercesi, Bonfim Paulista)		
Condomínio Turmalina	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Topázio	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Total: 2 unidades		
7 Núcleo Ângelo Antônio Colafermina (acesso rodovia SP 328-Rod. Ribeirão Preto-Bonfim)		
Condomínio Villa Florença	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Santa Ângela	Condomínio Fechado horizontal	casas padrão
Condomínio Santa Mônica I	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Santa Mônica II	Condomínio Fechado horizontal	casas padrão
Condomínio Santa Helena	Condomínio Fechado horizontal	casas padrão
Total: 5 unidades		
Total Geral: 26 unidades em 7 núcleos		

(água, esgoto e rede elétrica). Questões técnicas dessa ordem ainda podem ser, de certa forma, administradas e resolvidas ao longo do tempo através de adaptações, ampliações e ajustes, lembrando o custo financeiro que tais expedientes acarretam para o poder público. Mas talvez o maior problema desse modelo de expansão urbana seja a criação de espaços intersticiais (entre os condomínios) sem qualquer qualidade e com precárias possibilidades de uso e destinação, como pode ser constatado através de um olhar mais atento sobre os mapas da região (**ver Figuras 68 a 72 e Tabela 1**). Em relação a este aspecto não há reparos ou compensações possíveis de serem feitas, ao contrário dos aspectos técnicos que citamos.

A **Tabela 1** define o universo de pesquisa no que se refere aos condomínios fechados próximos a Bonfim. Dentro desse recorte caberia identificar então qual a intensidade ou a qualidade da relação entre os personagens envolvidos nessa trama: os moradores dos condomínios, os moradores da vila e aqueles que, de alguma forma, poderiam se beneficiar com demandas de consumo daqueles, os comerciantes locais. Para responder a essa pergunta realizamos uma pesquisa espontânea (**ver os Anexos de 3 a 7**) entre esses personagens (moradores de condomínio, moradores da vila e comerciantes) e procuramos conhecer melhor as características dos condomínios próximos a Bonfim. Dentre os 26 condomínios que conformavam o universo de pesquisa (**ver Tabela 1**) foram escolhidos alheatoriamente oito (8) condomínios dentro dos quais foram feitos levantamentos sobre o empreendimento (**ver Anexo 2**) e onde foram desenvolvidos os trabalhos de pesquisa com os moradores.

Trataremos dos moradores e comerciantes de Bonfim no item seguinte. Por hora lançaremos um olhar mais centrado nas expectativas que os moradores dos condomínios mostraram cultivar em relação à vila, o que esperam ou não dela. Nesse sentido, buscamos checar se as premissas lançadas de forma mais ampla e genérica sobre os condomínios até aqui correspondem ou se aplicam ao universo de pesquisa. Dentro de cada condomínio pesquisado foram entrevistados 10 (dez) moradores escolhidos alheatoriamente, por meios virtuais (e-mail, arquivos compartilhados), por

telefone ou pessoalmente. Num universo de 71 moradores de condomínios⁵⁴ entrevistados (ver **Anexo 3**), profissionais liberais, empresários, comerciantes e servidores públicos formam a maioria dos moradores (69,74%) com uma renda média mensal familiar entre R\$ 12.455,00 e R\$ 6.227,00 (40,62%) e mais de R\$ 12.455,00 (40,62%). Moradores com menos de 3 anos vivendo no condomínio representam 58,35% dos entrevistados, o que mostra uma “chegada” recente dessa população a esses empreendimentos.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado é que os moradores de condomínios mostraram estar interessados em estabelecer com Bonfim vínculos importantes, porém de característica nitidamente utilitária, ou seja, atividades relacionadas preponderantemente em compras e prestação de serviços. Reclamaram por uma melhoria no comércio e nos serviços da vila, com mais variedade de produtos, preços mais baixos, qualidade superior e horários mais cômodos (como o comércio 24 horas). Muitos observaram que tais características já são encontradas em alguns estabelecimentos, no entanto em quantidade restrita. Padarias, lanchonetes, minimercados, lojas de conveniência, pizzarias e restaurantes são as tipologias mais citadas, seguidas de serviços de saúde, educação – propondo instalação de colégios particulares – mais hospitais e/ou postos de saúde e também mais escolas públicas ou creches. Importante frisar as demandas em relação à melhoria dos serviços bancários, do mix de agências e do aumento da oferta de espaços de lazer, que indicam uma expectativa de mudança radical na oferta de serviços e no comércio de Bonfim, de modo a aproximá-los de um padrão de consumo – comércio, serviços e lazer – mais sofisticado, sem relação com o existente. A expectativa neste caso parece ser transformar a Bonfim atual em um bem equipado centro de consumo, subordinado à demanda e aos valores dos moradores de condomínios.

Mesmo assim a vila é amplamente utilizada para a realização de compras cotidianas (supermercado, panificadora, mercearia, drogaria, Xerox, açougue, quitanda, etc.), abastecimento em posto de gasolina, realização de serviços bancários e serviços profissionais (cabeleireiras, manicures,

⁵⁴ O morador foi caracterizado como aquele que responde preponderantemente pelo orçamento doméstico, podendo não ser necessariamente o proprietário do imóvel.

mecânicas de automóveis, etc.). Uma percentagem menor de moradores de condomínios frequenta os bares, restaurantes, lanchonetes e sorveterias e realiza caminhadas na vila. No entanto Ribeirão Preto ainda permanece como grande referência quando se trata de atividades que traduzam um vínculo mais efetivo do morador com a cidade, como o trabalho e a educação (escolas e universidades). Esse dado confirma a impressão de que o morador do condomínio, ainda que distante do centro urbano desenvolvido estabeleça com o mesmo uma relação bastante forte de dependência, sem a qual, acreditamos, dificilmente sua opção por morar em condomínios suburbanos e afastados se manteria. Nesse sentido, Bonfim não precisa ser, do ponto de vista dos condomínios, um local que ofereça tudo o que o morador precisa para viver: esse papel já é desempenhado por Ribeirão Preto. Perto da cidade grande e, ao mesmo tempo, longe de seus atributos negativos (violência, trânsito, barulho e poluição) os condomínios de Bonfim em nada diferem de seus congêneres: habitar em casas térreas e ajardinadas, em áreas de caráter rural e tranquilas, com localização de fácil acesso, lazer privado, onde as crianças correm e brincam livres, mas que, sobretudo, garantam segurança; enfim “uma boa casa num local seguro”.

Cabe investigar então qual o papel que resta à vila de Bonfim em meio a este binômio cidade-condomínio.

2.3 - Uma Bonfim para os condomínios?

Bonfim está mudando, está melhorando muito. É bom você dar uma volta na Rua Sete de Setembro. Lá tem lojas que não deixam nada a dever para as boutiques de Ribeirão. O supermercado foi reformado, tem ar condicionado, muito bom. Muita gente nem sai mais de Bonfim pra comprar coisas, como minha mãe, por exemplo; ela compra tudo aqui hoje em dia. Lá pros bairros de cima já tem muitos predinhos de apartamentos e até prédios altos, muito parecidos com os de Ribeirão, você já viu? **(Relatos de uma moradora de Bonfim Paulista em uma conversa informal numa reunião de família ao saber que eu desenvolvia uma tese sobre a vila).**

Assim como em relação aos moradores dos condomínios as entrevistas com os moradores de Bonfim Paulista foram realizadas em áreas da vila escolhidas de forma aleatória e dispersa⁵⁵, seguindo um questionário pré-definido (ver no **Anexo 4**) que buscava entender um pouco quem é esse morador – sem a pretensão de realizar uma caracterização detalhada e abrangente, uma vez que a amostragem era proporcionalmente pequena – e aferir suas impressões sobre os condomínios próximos. Ainda assim, pudemos conhecer melhor o morador da vila, o que pensa e como vê a si mesmo e ao outro (a tabulação dos resultados está reproduzida no **Anexo 5**).

Bonfim é uma vila formada, em sua maioria, por pessoas nascidas ali (60% dos entrevistados); dos que vieram de outras cidades (40% dos entrevistados) vivem na vila há mais de vinte anos. Ao serem perguntados sobre as vantagens dos condomínios fechados para a vila 73% dos entrevistados declararam não identificar qualquer indício de melhoria para o local que esteja relacionada aos empreendimentos; 27% elencaram alguns aspectos que apresentaram uma melhora significativa na vila: valorização dos imóveis, geração de empregos, crescimento e desenvolvimento do lugar e desenvolvimento comercial. A pergunta seguinte pedia para que levantassem as desvantagens trazidas pelos condomínios; novamente a indiferença frente aos efeitos dos moradores intramuros foi evidente: 84% responderam que, se não traziam vantagens também não atrapalhavam. Uma pequena parcela, 16%, diz temer a exposição excessiva da vila nas mídias que divulgam os lançamentos imobiliários.

A questão que permeia esse trabalho foi colocada de forma objetiva: “Você acha que os condomínios descaracterizam o modo de vida dos moradores de Bonfim? (simplicidade, vida pacata, etc.)”. Mais uma vez a indiferença: 80% preferiu abster-se de responder ou não tinha posição a respeito – pudemos inferir que era um tema que não os chamava a atenção ou não os interessasse repartir ou discutir conosco; dos 20% que se posicionaram

⁵⁵ Os questionários foram aplicados nas ruas: Sete de Setembro, Praça Bonfim, Azaria Vieira de Almeida, Wilson Luis da Costa, Coronel José da Silva, Serafim Henrique de Mato, Capitão Joaquim Felix, Travessa Bororoz, Estrada Municipal, Zánias O. de Almeida, Manoel Gonçalves, Pascoal Latero, Iris Alves, Senhora Bonfim e Coronel Furquim e participaram espontaneamente das entrevistas 35 moradores residentes nestas localidades.

vê-se uma divisão equilibrada entre os entrevistados: 16% disseram que não acontece essa descaracterização e 14% disseram que sim, ela ocorre ou pode ocorrer. Tais assertivas nos induziriam a pensar que os moradores não estabeleciam relações pessoais como os moradores dos condomínios, mas não é isso que acontece: curiosamente, ou contraditoriamente, 73% dos entrevistados têm algum vínculo de amizade ou parentesco com aqueles, que muitas vezes são seus filhos.

A sedução de morar intramuros estaria agindo também sobre os moradores da vila? Essa questão foi colocada também diretamente: “Você gostaria de morar num condomínio fechado próximo de Bonfim?”. Um pouco mais da metade, 53%, respondeu que não, contra 41% afirmando ser essa uma vontade concreta, enquanto 7% se posicionaram indiferentes ou não sabiam responder. As asserções feitas pelos moradores durante as entrevistas demonstram uma gradação curiosa em relação a essa possibilidade e colocam de forma incomodamente coloquial questões que tratamos no início deste capítulo. Alguns responderam que “adorariam” morar em condomínios; perguntados sobre o porquê desse desejo: “moraria por causa da segurança”, “por que lá é lindo”. Em algumas falas transparece a ideia de que morar em condomínios simboliza certo *status* ou denota um poder aquisitivo elevado: “gostaria, mas não posso pelo alto custo de vida”, entendendo que o entrevistado estaria se referindo exatamente ao ônus de arcar com as taxas condominiais, possibilidade reservada àqueles mais abonados. Mas os 53% que declarou não se interessar pela vida nos condomínios, justificou sua opinião de forma bastante consciente: “Não, pela falta de privacidade”; “Muito fechado, sem liberdade dentro da própria casa”; “Parece penitenciária”.

Mas sejam os moradores que desejam aderir ao modelo de morar ofertado pelo mercado imobiliário voltado para a elite e toda a esteira de valores e imagens a ele inerentes ou sejam aqueles outros que, por outro lado, reconhecem, valorizam e buscam preservar suas vivências em espaços urbanos convencionais, ambos compartilham e comungam do envolvimento e do afeto com sua vila: 100% dos entrevistados responderam sim à pergunta: “Você gosta de morar em Bonfim?”. Por quê? “Porque toda minha família mora aqui”; “tem tranquilidade”; “fui nascido e criado aqui”; “pessoal gente boa, todo

mundo conhece todo mundo”. Pertencimento, identidade, reconhecer e ser reconhecido no espaço onde habitam são valores que, como se vê, permeiam a fala dos moradores. Mas em que medida esses valores imateriais se traduziriam em ações concretas, por exemplo, ligadas ao pretensão patrimônio arquitetônico, às casas antigas da vila? Perguntados sobre o que achavam da possibilidade de tombamento e preservação das casas mais antigas do centro de Bonfim pelo poder público, 83% se posicionaram a favor de ações desse tipo, ainda que não soubessem muito bem como elas se realizariam; os comentários demonstraram essa imprecisão: “preservaria apenas algumas”; “restaurar e preservar sim, mas não tomar”; “as coisas antigas devem ser preservadas para mostrar às próximas gerações”.

No capítulo seguinte deste trabalho serão discutidas as iniciativas do poder público e de associações civis em relação aos pretensos valores patrimoniais de Bonfim Paulista, tanto materiais quanto imateriais. No ano de 2012 em uma audiência pública na prefeitura municipal de Ribeirão Preto foi anunciado um Plano de Diretrizes Urbanas para o Centro Histórico de Bonfim Paulista. Na ocasião, como veremos, foi dito que a escuta à população residente na vila constituía um dos partidos fundamentais da proposta, ou seja, que ela havia se estruturado a partir de valores imanentes aos moradores de Bonfim. No entanto como resposta à pergunta: “Você conhece os projetos de revitalização do centro de Bonfim propostos pela prefeitura?”, 100% dos entrevistados afirmaram desconhecer completamente. “Já ouvi falar, mas não sei do que se trata” é a frase que traduz melhor as respostas obtidas. Ao que parece, portanto, tais inferências ligadas à preservação de certo patrimônio histórico local tão acalentadas pelos arquitetos, historiadores e políticos não interessa tanto aos moradores quanto questões ligadas à segurança e à saúde pública. Em relação à pergunta: “Em sua opinião o que deveria ser melhorado em Bonfim Paulista?”, 85% responderam que haveria de se pensar em mais investimentos e ações voltadas à segurança pública e 70% pediram um sistema de saúde minimamente adequado às demandas do lugar, pois hoje a vila conta apenas com um posto de saúde em condições precárias de utilização.

Em 1996 Vicente Del Rio (DEL RIO; OLIVEIRA, 1996) empreendeu uma pesquisa sobre a percepção ambiental dos moradores da área portuária do Rio de Janeiro cuja situação era de abandono e deteriorização de áreas públicas e privadas com extensas ocupações irregulares em função de antigos processos de sucateamento do porto. Foram analisadas duas percepções sobre a área: as chamadas “imagens indiretas”, aquelas veiculadas pela imprensa e por obras literárias sobre o lugar e as “imagens diretas” oriundas da percepção direta do usuário, captadas através de pesquisas de campo. Na ocasião Del Rio percebeu conflitos de percepção entre esses dois grupos: enquanto aqueles vislumbravam uma dicotomia entre o bom potencial do patrimônio histórico e arquitetônico dos lugares e a má expectativa em relação aos moradores, vistos como marginais e desqualificados, estes demonstravam total alheamento em relação ao patrimônio e uma grande expectativa em relação à segurança e melhoria dos serviços públicos essenciais, onde a atividade portuária e sua marca na história da cidade eram vistos como dados irrelevantes. Enquanto os moradores e usuários diretos viam como aspectos positivos a variedade, as tradições populares, os lugares significativos, a complexidade, enfim algo como um *genius loci* do lugar e como aspecto negativo a falta de infraestrutura social e urbana, a opinião pública elencava como positivo o patrimônio histórico e como negativo o uso social. Del Rio refletia a partir desses aspectos sobre a relatividade de conceitos como deteriorização e decadência urbana, atributos que podem estar mais ligados aos olhos de quem olha do que a fatos concretos e verificáveis. Entendemos que a relação dos moradores com os edifícios antigos de Bonfim guarda algo desse processo descrito por Del Rio em seu estudo no Rio de Janeiro: a valoração da arquitetura como índice de um passado ou de uma identidade local (aspectos consequentes) pesa bem menos que a expectativa de uma melhor condição de vida traduzida em escolas, hospitais, infraestrutura e segurança pública.

Voltamos nosso olhar agora para o comércio em Bonfim Paulista. Entre os interesses e valores dos moradores intramuros e além-muros os comerciantes se colocariam em que posição? Como vimos, a imprensa de Ribeirão Preto busca cunhar um quadro de desenvolvimento e especialização

do comércio local em função da chegada de um novo perfil de público consumidor, os moradores de condomínio. Propusemos-nos então a ouvir o que os comerciantes de Bonfim pensam dessa dicotomia.

Ao mesmo tempo em que os comerciantes têm incorporado certos hábitos e valores dos grandes centros urbanos, pode-se notar também certa resistência a expedientes mais recentes do mundo do comércio, como por exemplo, o fato de que a maioria das empresas cujos representantes foram entrevistados não possuem site próprio, páginas ou anúncios em web e nem considerarem ou não verem necessidade de ingressar no mundo digital em função da natureza dos negócios. Mas, mesmo resistentes à entrada no mundo digital, comerciantes da vila incorporaram o hábito de estender o horário de fechamento até às 19:00h ou 20:00h a fim de atender ao freguês no trajeto entre o trabalho e a casa, fato que vem sendo sistematicamente adotado no comércio de cidades médias e grandes (apenas 23% dos estabelecimentos fecham as portas às 18:00h, enquanto 77% fecham entre 19:00h e 20:00h). Modernização em função dos condomínios? Adaptação aos novos valores de viés mais metropolitano? Porém apenas 6% dos estabelecimentos pesquisados ficam abertos até às 22:00h, sobretudo em função da natureza da atividade, quase sempre ligadas à alimentação. Quase todos os estabelecimentos abrem aos sábados e aos domingos, perfil bastante adequado a um público que se acostumou com o comércio dos grandes centros, disponível todos os dias da semana. Um dos aspectos que nos pareceu mais relevante foi a incorporação significativa dos serviços de *delivery* (66% dos estabelecimentos pesquisados oferecem esse serviço) que, segundo os comerciantes, têm encontrado grande aceitação por parte tanto de moradores da vila quanto dos condomínios.

A maioria dos estabelecimentos comerciais funciona a mais de dez anos, enquanto apenas 15% destes existem a mais de vinte anos. Assim, a tradição das famílias de comerciantes, tão celebrada pelos relatos historiográficos locais como vimos no capítulo 1 deste trabalho, parece não ser mais um patrimônio do lugar. Uma parte significativa do comércio de Bonfim iniciou suas atividades a menos de 20 anos (85%), o que significa estabelecimentos criados nos anos 90, distantes do início do século XIX, quando o trem fazia nascer as primeiras casas comerciais do local. Aos

comerciantes estabelecidos em Bonfim Paulista, a pergunta central da pesquisa era o quanto os condomínios estariam ou não contribuindo para mudar o perfil dos estabelecimentos comerciais da vila. Saindo a campo para colher essa impressão⁵⁶ pudemos perceber algumas características diversas dessa relação antes alardeada como transformadora. Inicialmente constatamos que o comerciante não tem uma percepção definitiva sobre o percentual de fregueses proveniente dos condomínios⁵⁷, ou seja, em grande parte dos estabelecimentos essa demarcação não é tida como algo importante para o perfil do comércio, até mesmo porque os comerciantes afirmam que não há diferenças significativas, na maior parte das vezes, entre o consumidor da vila e o do condomínio, a não ser certo grau de exigência em relação à qualidade, horário e constância do serviço ou no que se refere ao poder de compra, sensivelmente maior naqueles provenientes dos condomínios. Mas, perguntados se a chegada dos condomínios teria ocasionado mudanças no seu negócio, 52% dos comerciantes declararam não ter havido mudanças importantes em função desses novos consumidores, ainda que 77% reconheçam que o volume de vendas tenha aumentado substancialmente em função deles.

Mais fregueses, maiores vendas, porém não tantas mudanças como poderíamos supor. Ao que parece o comércio de Bonfim reconhece a contribuição dos condomínios para o crescimento dos negócios, mas não a ponto de transformá-los substancialmente. É talvez em função disso que alguns espaços comerciais têm adotado um perfil mais sofisticado que agrada ao consumidor do condomínio (**Figura 73**) lançando mão de fachadas e *layout* interno atualizados identificados com uma imagem do ponto comercial neutro, limpo e moderno. No entanto essas fachadas convivem com outros estabelecimentos de características mais simples e tradicionais (**Figura 74**) com toldos de lona, letreiros pintados na parede, bossagens *art déco*, móveis

⁵⁶ Foram realizadas 34 entrevistas espontâneas com comerciantes de Bonfim Paulista escolhidos aleatoriamente nas ruas centrais da cidade. O modelo da entrevista encontra-se no **Anexo 6**. Procurou-se, dentro do possível, trabalhar com certa heterogeneidade em relação às modalidades de comércio (alimentos, roupas, serviços, presentes, etc.).

⁵⁷ Segundo a tabulação das entrevistas 42% dos estabelecimentos calculam que a metade de seus fregueses são moradores dos condomínios, 36% acreditam que, no máximo 30% de seus clientes são provenientes dos condomínios e 22% afirmam que mais da metade de seus fregueses são moradores dos condomínios (ver **Anexo 7**).

Figura 73: Estabelecimentos comerciais de Bonfim Paulista, vista geral.
Fonte: fotos do autor; maio de 2014.

Figura 74: Estabelecimentos comerciais de Bonfim Paulista, vista geral.
Fonte: foto do autor; maio de 2014.

Figura 75: Panificadora Centenário, Bonfim Paulista. Fonte: foto do autor; maio de 2014.

Figura 76: Supermercado Zilo, Bonfim Paulista. Fonte: foto do autor; maio de 2014.

Figura 77: Papelaria Carlitos, Bonfim Paulista. Fonte: foto do autor; maio de 2014.

antigos e o vendedor de perfil “velho conhecido” que atende com amistosa cortesia. São lugares usados e reconhecidos por todos na vila ou nos seus arredores: a padaria Centenário (**Figura 75**) com fachada já bastante descaracterizada, mas que, a despeito do edifício constitui-se com uma referência para os moradores; o supermercado Zilo (**Figura 76**); a papelaria Carlitos (**Figura 77**). Estes são lugares vistos como “a cara da vila”, que parecem não precisar de repaginações visuais para se adaptar aos novos tempos.

Essa dicotomia que caracteriza o comércio local nos faz refletir, então, como ficaria essa relação inicialmente pensada como problemática e determinante: perto da cidade grande a oferecer-lhes o que há de mais moderno (Ribeirão Preto) os moradores das casas térreas, ajardinadas e seguras dos condomínios esperam que Bonfim seja e continue a ser a pequena vila bucólica? Ao que parece, a resposta do comércio local a essa pergunta é que precisam oferecer opções mais modernas e sofisticadas aos fregueses que assim desejam, mas sem abrir mão de contemplá-los com a informalidade e o despojamento dos estabelecimentos tradicionais, onde a expectativa de consumo não é tão elevada, mas o conforto da simplicidade os faz se sentir bem recebidos. De uma ou de outra forma, modernizado ou tradicional, o núcleo comercial de Bonfim desempenha um importante papel na vida social dos moradores. Sua função extrapola o abastecimento, ganhando papel importante nas relações de sociabilidade, como tradicionalmente ocorre com os pontos de comércio:

Os mercados e posteriormente as feiras foram muito mais além do que fornecer mercadorias para os consumidores. Agiram também como locais de distração e divertimento, proporcionando atrações como as tão famosas quanto antigas brigas de galo. Desde o início, esses locais onde a troca realizava-se possuíam um papel muito importante, não apenas como atividade econômica, mas principalmente de vida social (VARGAS, 2001, p.96).

Fachadas modernas ou antigas, comércio moderno ou tradicional são elementos que não representam por si só o quanto a vitalidade comercial de Bonfim está ou não comprometida, pois enquanto esse núcleo comercial

constituir-se como o lugar do encontro e da diversão, como espaço público de vivência, estarão garantidos seu vigor e significado. O comércio de Bonfim, mais como prática social que como conjunto arquitetônico, parece contribuir fortemente para vitalidade do espaço urbano como tem sido desde os primórdios da cidade, característica hoje bastante comprometida com a proliferação dos espaços comerciais fechados como os Shopping Centers.

É neste espaço de práticas comerciais que se opera o vínculo mais evidente entre Bonfim e os condomínios: os moradores dos condomínios se utilizam do comércio local e provocam nele alguns impactos, alimentando expectativas de que este comércio no futuro possa estar mais adequado ao seu padrão e hábitos de consumo, apelo a que os comerciantes buscam atender de forma parcial e sem abrir mão, em alguns casos, dos moldes tradicionais. Ao comprar nas mesmas lojas e abastecer seus carros nos mesmos postos de gasolina, bonfinenses e condôminos vão provocando certas transformações na paisagem urbana que, em escala maior ou menor, ainda estão longe de conformar um processo de gentrificação. Por outro lado, a população residente na vila parece desconsiderar os condomínios como uma vizinhança relevante, ainda que alguns deles acalentem o sonho de ali morarem, como um desejo de viver melhor, com mais conforto e *status*. Mas, ao que parece, num e noutro caso, nada nos permite antever que Bonfim se “enfeita” ou busca abrir mão de seu sotaque caipira para parecer menos matuta aos condomínios. Talvez esse seja um projeto daqueles que não participam do cotidiano do lugar, como veremos no capítulo que segue.

2.4 - O Novo Urbanismo e os condomínios

Do momento de levantamento de dados e análise sobre os condomínios até a finalização da tese, novos lançamentos imobiliários próximos a Bonfim foram se sucedendo intensamente, sempre com as mesmas características aqui descritas: o lugar com pretensões idílicas e campestres, apartado da cidade violenta e estressante, onde uma almejada promessa de felicidade seria alcançada. O que nos parece merecedor de nota como algo novo e com

consequências mais profundas para a vila é a adoção de um novo discurso mercadológico baseado no conceito de **Novo Urbanismo**. O termo de origem norte-americana toma corpo com a Carta do Novo Urbanismo de 1996 originária do IV Congresso do Novo Urbanismo na cidade de Charlestown, Carolina do Sul. (MACEDO, 2007, p. 12). O autor explica essa proposta, não tão “nova” assim:

O Novo Urbanismo no contexto dos Estados Unidos da América é novo apenas no sentido de estabelecer princípios relacionando o espaço regional com o espaço local pelo sistema de transportes, de estimular um tipo de parcelamento do solo e organização das áreas residenciais retomado conceitualmente das cidades-jardim, e de promover um processo de gestão dos espaços com a participação da comunidade. São referências históricas importantes os conceitos desenvolvidos por Ebenezer Howard e aplicados por Raymond Unwin e Barry Parker no projeto da primeira cidade-jardim em 1903, Letchworth, na Inglaterra (MACEDO, 2007, p. 12).

Claramente uma resposta aos fenômenos contemporâneos de expansão urbana, ou *sprawls*, além de um posicionamento mais “sustentável” como pede uma agenda “ambientalmente correta” contrária ao uso mais intenso do automóvel, o conceito tem se mostrado uma ferramenta importante para a participação cada vez mais crescente da iniciativa privada no processo de planejamento urbano (IRAZÁBAL, 2001) sob a forma de condomínios e grandes empreendimentos imobiliários, como é o caso de Bonfim Paulista. Porém há diferenças e nuances importantes em relação ao caso em tela. Um grupo local de empreendedores do mercado imobiliário lançou em 2013 a chamada “Linha Terras” (**Figura 78**), um conjunto de lançamentos de “bairros planejados” denominados respectivamente de “Terras de Bonfim”, “Terras de Santa Martha” e “Terras de San Gabriel”. O empreendimento diz, em suas peças publicitárias, estar inovando ao adotar um conceito diferenciado conhecido como “Novo Urbanismo”:

Um amplo paisagismo vai promover a integração entre moradores e a natureza, dentro de uma proposta baseada no Novo Urbanismo que norteia toda a Linha Terras. Mais do que uma forte tendência nos grandes centros, o conceito de Novo Urbanismo é quase um estilo de

Figura 78: Logos dos empreendimentos da “Linha Terras” evidenciando o conceito do Novo Urbanismo. Fonte: Material de divulgação dos empreendedores na Internet. Disponível em <<http://www.grupowtb.com.br/arquivos/book-tsg.pdf>>. Acesso em 10/04/2015.

Figura 79: Imagens ilustrativas do empreendimento “Terras de Santa Martha” onde se percebe a inclusão não só de centros comerciais e de serviços como unidades verticalizadas. Fonte: Material de divulgação dos empreendedores na Internet. Disponível em: <<http://www.grupowtb.com.br/arquivos/book-tsg.pdf>>. Acesso em 10/04/2015.

Figura 80: Imagem ilustrativa do empreendimento “Terras de Bonfim”. Fonte: Material de divulgação disponível no site do empreendimento. Disponível em: <<http://www.grupowtb.com.br/arquivos/book-tsg.pdf>>. Acesso em 10/04/2015.

vida, uma vez que encurta distâncias, otimiza o tempo e permite que as pessoas organizem melhor seu dia-a-dia (Revista REVIDE, nº 28, ago. 2014, p. 32).

Em Bonfim, no plano do “Linha Terras”, o termo é claramente conduzido à categoria de “estilo” e slogan publicitário, uma novidade que promete trazer mais conforto e uma ainda maior qualidade de vida ao comprador. Outro conceito que completa a novidade e reforça seu caráter pretensamente mais heterogêneo é o de bairro planejado, que ajuda a explicar aos leigos do que se trata: agora não bastam casas cercadas e apartadas da cidade, o muro trás para dentro de si também o comércio e os serviços. Juntos o Novo Urbanismo e o bairro planejado abrem novas possibilidades de pensar a paisagem urbana para além das casas térreas dispostas num grande campo arborizado: como mostra a **Figura 79**, em meio a uma natureza a perder de vista nasce uma nova cidade, com certeza ainda mais autônoma de Bonfim e de Ribeirão Preto e que dispensa, quem diria, até mesmo o muro, que, neste caso se concentraria apenas ao redor das residências. O projeto, portanto, avança no sentido de ampliar seus desígnios para além do espaço apartado, a ponto de vislumbrar um processo de expansão urbana eminentemente focado sobre a iniciativa privada que, a partir de agora, não restringe sua presença aos condomínios fechados mas à “cidade aberta”, ao menos no trecho em que propõe criar. A imagem da **Figura 80**, trecho que ilustra o empreendimento “Terras de Bonfim”, poderia ser a de um trecho de qualquer cidade planejada, ainda que a arquitetura denuncie o projeto homogeneizante. Percebe-se então que a imagem que se vende desse novo estágio de expansão e de desenvolvimento urbano da região de Bonfim amplia a antiga escala de intervenção e reinventa o objeto que passa de unidades de habitação para trechos inteiros de cidade a serem enxertadas em áreas quase rurais.

Exemplos como esse são facilmente encontráveis em inúmeras outras cidades brasileiras⁵⁸. Mas a ideia aportou na região há pouco tempo e trás

⁵⁸ O projeto Convida Suape próximo à cidade de Recife (PE) talvez seja o exemplo mais importante. Criado para tirar partido do desenvolvimento econômico oriundo do porto de Suape que até 2022 pode gerar 17 mil empregos diretos, o empreendimento imobiliário vendido com o slogan de “bairro planejado” vai ocupar uma área de 4,7 milhões de metros quadrados, com a construção de 25 mil unidades residenciais pensadas para uma população fixa de 100 mil habitantes. As unidades edificadas foram projetadas para receber os moradores que as 142 mil

consigo possibilidades mais amplas e contundentes de tornar as questões tratadas neste trabalho mais complexas e abrangentes. A fala do engenheiro responsável pelo “Terras de Santa Martha” torna possível vislumbrar esses novos limites:

O empreendimento contará com um plano diretor de segurança, elaborado sob medida por especialistas. O “Terras de Santa Martha” será o primeiro empreendimentos imobiliário a ser entregue já com o plano diretor de segurança implantado e funcionando, o que gera ainda mais valorização (Revista REVIDE, nº 28, ago. 2014, p. 41).

Ainda que o conceito de um “Plano Diretor de Segurança” pareça um conceito vago e impreciso com grande chance de não ser nada além de um slogan publicitário, causa certa apreensão imaginar a possibilidade de que a iniciativa privada tenha pretensões de tomar para si algo parecido com a elaboração de leis urbanísticas como é o caso de um Plano Diretor, seja ele de segurança ou não. No limite, corre-se o risco de confundirem-se conceitos como plano diretor e convenção condominial, como se este pudesse legislar sobre temas e objetos que iriam além de suas atribuições originais.

Os efeitos que tais projetos, substancialmente mais ambiciosos que os tradicionais condomínios fechados, teriam sobre Bonfim Paulista são difíceis de antever, porém as possibilidades são concretas. O que os recentes empreendimentos imobiliários da região realmente mostram é um uso equivocado e rasteiro de teorias ou movimentos urbanísticos pensados para contextos distintos das cidades brasileiras. Mas ao mesmo tempo indicam que a chegada do Novo Urbanismo à região nada mais significa que a realização da vocação natural desse constructo ideológico o qual, segundo Alex Krieger, chefe do Departamento de Planejamento e Projetos Urbanos de Harvard (apud MACEDO, 2007, p.18) se apresenta a partir dos seguintes aspectos:

vagas de trabalho do Complexo de Suape deverão criar até 2017 (Informações obtidas no site da prefeitura municipal de Cabo de Santo Agostinho, disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/index.php/?p=9554/>>, acesso em 01/06/2015). Outro modelo paradigmático do conceito de bairro planejado ainda é o Alphaville Barueri na grande São Paulo, já citado neste trabalho, construído nos anos de 1980 e hoje um complexo de torres comerciais e condomínios residenciais que geram um oásis de desenvolvimento urbano em plena periferia paulistana.

Favoreceram mais o gerenciamento privado das comunidades, que propostas para novas formas de administração pública local. Estão criando enclaves demográficos relativamente homogêneos, sem muita diversificação socioeconômica. As estratégias de mercado propostas são mais ajustadas aos empreendedores privados do que às agências públicas. Criaram uma nova onda determinista partindo da pressuposição de que a forma segue a função (o que é estranhamente moderno para pessoas que se dizem críticas do modernismo), e levando a crer que o sentido de comunidade possa ser alcançado apenas pelo projeto. Estão promovendo a perpetuação do mito de ser possível criar e manter **núcleos urbanos com o caráter de localidades campestres**. Produzidos cuidadosamente, os projetos dos novos urbanistas são divulgados como **evocação dos tempos dourados das pequenas cidades** e da inocência de um século atrás (...) (KRIEGER, 1998 apud MACEDO, 2007, P.18, com grifos do autor).

Portanto, não por acaso, nos parece que todos os itens citados por Krieger se encaixam perfeitamente ao momento por que passa Bonfim Paulista.

Após descrever Bonfim e abordar as expectativas de seus moradores e usuários acerca do lugar, passamos a analisar, a seguir, o que propõem os especialistas – estudantes e profissionais de arquitetura e urbanismo e personalidades vinculadas ao setor público e ao privado – para o lugar.

3 - PARADIGMAS DE INTERVENÇÃO

3.1 - O olhar do poder público: O INRC de Ribeirão Preto e o “Projeto Paisagem Cultural do Café”

É comum o nome de uma localidade vir seguido de um subtítulo ou cognome, por exemplo: nos Estados Unidos, cada uma das 13 colônias, desde a independência do país, é oficialmente conhecida por um complemento seguindo o nome – a Geórgia é também o “Peach State” (Estado Pêssego), Nova Iorque é cognominada “The city that never sleeps” (A cidade que nunca dorme), Nova Jérsei, graças aos seus belos parques e jardins, é chamada “Garden State” (Estado Jardim). Além das colônias, cada uma das cidades americanas também são conhecidas pelos seus cognomes, normalmente relacionados à potencialidade econômica do município.

Dessa forma, podemos lembrar, só para citar outros exemplos, que Paris é a Cidade Luz, Buenos Aires é a Capital do Tango e Cannes é a “Capitale mondiale de l’art cinématographique”, São Paulo a Capital Bandeirante e o Rio de Janeiro a Cidade Maravilhosa.

Ribeirão Preto sempre teve um cognome acrescido ao seu nome. No início do primeiro decênio do século XX, a cidade já se destacava como polo econômico, em plena liderança como produtora cafeeira e por isso, passou a ser chamada de “Capital d’Oeste”, não pela sua localização geográfica, mas pela condição de lugar aberto ao novo e receptivo, ao moderno.

A cidade era de fato, à época, a “Capital do Café”. Os números lhe conferiam este título. Um informativo editado em Londres, em 1913, cita que entre os doze maiores produtores de café do estado de São Paulo ocupavam as primeiras posições Francisco Schmidt, Henrique Dumont, Martinho Prado, Francisca do Val, proprietários de fazendas em Ribeirão Preto e cidades vizinhas (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.11).

A estrutura social da região de Ribeirão Preto na passagem do século XIX para o XX era composta por uma diminuta elite detentora do poder econômico, político e normativo e outra esfera relativamente numerosa e

abrangente de atores sociais, formada por trabalhadores livres, escravos libertos, imigrantes, profissionais liberais entre outros. Essa composição social acabou por engendrar cidades a partir de estratégias formuladas pela elite – desde a normatização da posse das terras cultivadas com a Lei de Terras de 1850, passando pela doação do patrimônio religioso e chegando até a organização do moderno espaço urbano – que tem no controle da coisa pública o principal instrumento para alcançar seus ambiciosos objetivos econômicos de implantação de uma poderosa agroindústria produtora e exportadora de café. A passagem de vila à cidade, no caso de Ribeirão Preto, acontece quando a elite cafeeira local agencia esforços no sentido de “civilizar” a região, como descreve SILVA (2006):

Uma das primeiras providências foi a construção da primeira instituição penal da cidade, a **Casa de Câmara e Cadeia**, em 1890. Nessa década, a vila foi elevada à categoria de cidade, já contando com os trilhos da Mogiana, o que lhe conferia importância regional. (...) O bairro República abrigou alguns funcionários da Companhia Mogiana – cujos trilhos haviam chegado a Ribeirão Preto no ano de 1883 – e as chácaras que lhe deram origem limitavam com a linha férrea, onde hoje se encontra a avenida Caramuru. Uma delas, de propriedade de **André Villa Lobos**, funcionou como estação provisória e constitui o exemplar arquitetônico mais antigo do município. Uma vez que o desenvolvimento se concentrou nos limites do quadrilátero central, pode-se afirmar que a primeira expansão urbana de Ribeirão Preto ocorreu de fato em 1887, com a criação do núcleo colonial Antônio Prado, o qual deu origem a dois entre os mais populosos bairros do município: **Ipiranga** e **Campos Elíseos**. (...) Por fim, trazendo cultura ao novo “eldorado do café”, o Largo da Matriz (atual **Praça Quinze de Novembro**) recebeu o **Teatro Carlos Gomes** em 1897. (...) O Largo da Matriz, transformado em uma praça ajardinada com coreto, passou a abrigar a Sociedade Recreativa de Esportes (cujo edifício atualmente abriga o **MARP**, Museu de Arte de Ribeirão Preto), residências como o **Palacete Inecchi** e o solar do Coronel Francisco Junqueira, com seus vitrais e decoração *art nouveau*. Em plena crise de 1929, foi inaugurado o **Teatro Pedro II** – que provocou a demolição do antigo Teatro Carlos Gomes pouco tempo depois – evidenciando uma resistência da elite ribeirão-pretana em

permanecer em uma *Belle Époque* já ultrapassada desde a Primeira Guerra Mundial (p.102).

Todos os nomes grifados no trecho acima são edifícios, lugares ou espaços que fazem parte do INRC-IPHAN (Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN) de Ribeirão Preto e nascem como reflexo de um momento político e tecnológico específico. Em São Paulo o Código Sanitário Estadual de 1894 foi o instrumento de concretização de um projeto higienista que não só abre bulevares, praças e normatiza espaços e recuos arquitetônicos como age dentro de um novo espaço público disciplinado e espetacular onde novas representações arquitetônicas do *status* político e econômico dos cafeicultores se difundiam:

Embora importantes construções já tivessem sido erigidas, a nova elite cafeeira não se reconhecia em meio àquela arquitetura de influências coloniais, feita com materiais locais (...) e sem o luxo que revestia a capital da Província. A cidade [Ribeirão Preto] passou, então, por uma verdadeira remodelação arquitetônica, recebendo novos edifícios em estilo eclético, construídos com sofisticados materiais importados pelos *capomastri* - mestres de obras italianos, que assinavam os pedidos de licenças para construções e assumiam até mesmo as funções do arquiteto (SILVA, 2006).

Era a arquitetura eclética que materializava na época a representação do progresso e da modernidade, desde o imponente teatro de ópera até a pequena casa urbana cujo proprietário buscava se ajustar ao estilo da moda na medida de suas posses. Do cinema vinha o *estilo missões* a se mesclar com o neocolonial, o neoclássico e o ecletismo, tecendo uma paisagem urbana multifacetada como a sociedade que a engendrava. A crise de 1929 ocasiona a derrocada desse sistema econômico firmado na atividade agrícola para outro de moldes mais heterônomo baseados em um conjunto mais amplo de atividades econômicas, onde ao lado da agricultura, ganha espaço a prestação de serviços, o comércio e a indústria. Deste momento em diante as narrativas históricas produzidas sobre Ribeirão Preto⁵⁹ seguem adicionando outros

⁵⁹ Referimos-nos aqui as obras (livros, teses, dissertações) que procuram estabelecer uma historiografia sobre o passado de Ribeirão Preto; ver em WALKER (2000); CIONE (1996);

personagens em sua trama de crescimento, porém as bases e os princípios delineadores de um “passado” – momento histórico fechado por um ciclo que se encerrava – ganha corpo ao longo de todo o século XX. Os barões do café exilados de sua própria criação fazem parte agora desse passado que explica, dá lastro e identidade a um futuro quase que regido apenas pelas prósperas indústrias e pelo comércio local, atividades, enfim, tipicamente urbanas. Algumas décadas depois, as lavouras de cana-de-açúcar impulsionadas pelos programas de energias alternativas como o Proálcool, retomam o mote da agricultura na região, promovem mais uma vez um ciclo importante de geração de riqueza e desenvolvimento ao mesmo tempo em que revelam o incômodo de uma difusa identidade histórica que oscila entre o campo e a cidade, entre o interior e a metrópole, entre modernidade e tradição. Perguntas pairam inquietas: de que matéria é feita nossa história? Como contar aos filhos da terra a sua epopeia?

Equipes lideradas por técnicos da Secretaria Municipal de Cultura de Ribeirão Preto (um grupo interdisciplinar formado por arquitetos, historiadores, geógrafos e pedagogos) iniciam a partir de 2009 estudos e levantamentos sobre os possíveis patrimônios históricos da cidade com vistas a inventariar e contabilizar esse material ainda difuso e pouco conhecido. O esforço era ao mesmo tempo conceitual e metodológico: o que poderia ser considerado patrimônio histórico e como registrar esses objetos ou fatos? Organizado ainda informalmente, esse grupo apresenta essas questões iniciais no I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, realizado em dezembro de 2009, em Ouro Preto, MG, organizado pelo IPHAN:

O debate durante o evento aproximou o município das experiências que vinham sendo realizadas no sentido de se implantar um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Reconheceu-se que para integrar o Sistema era necessário, antes de tudo, realizar um inventário dos bens culturais de Ribeirão Preto, não somente os de natureza material, mas também os bens imateriais relativos à identidade do ribeirão-pretano. A relação do município com a história do café acabou por motivar o

LAGES (1996); MIRANDA (1971); PRATES (1971); VALADÃO (1997); FARIA (2003) e SILVA (2006).

amadurecimento da ideia que resultou no projeto de inventário da “Paisagem Cultural do Café” (SILVA, ROSA, 2012).

A partir de então conquista da chancela de Paisagem Cultural do Café parecia seduzir a equipe que se mobilizou no sentido de organizar o seu Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), peça normativa do IPHAN e passo inicial do trabalho, formalmente celebrado através de um termo de cooperação técnica entre o Instituto e a Prefeitura Municipal. Agora amparados metodologicamente e institucionalmente, a equipe técnica lança suas bases de reflexão:

Quais as peculiaridades, o caráter específico da paisagem de Ribeirão Preto quanto à inter-relação entre os elementos naturais e culturais? Seria possível identificar a existência de uma paisagem cultural estruturada durante a fase na qual a economia cafeeira era um imperativo socioeconômico no município, entre 1870 e 1950? O café teria conformado os contornos dos valores simbólicos, das manifestações físicas e das formas de organização do espaço? Esses questionamentos nortearam (e ainda norteiam) a execução do projeto (SILVA, ROSA, 2012).

Em 2014 o projeto “Paisagem Cultural do Café” (**Figura 81**) encontrava-se interrompido pela troca de governo operada em 2013, quando a Secretaria Municipal de Cultura teve sua equipe reformulada pelo executivo municipal⁶⁰. Ainda assim, os resultados parciais da produção do grupo de pesquisadores vêm sendo difundidos em forma de artigos, participação em congressos, publicações de livros e a propositura de uma paisagem cultural do café em Ribeirão Preto é ainda uma questão aberta ou, como afirmam os pesquisadores, “um projeto em construção” (SILVA, ROSA, 2012).

Bonfim Paulista foi incluído desde o início dos trabalhos como sítio específico na delimitação do recorte territorial. A princípio a vila foi tratada como uma das localidades do “sítio” Ribeirão Preto (“localidade” na metodologia

⁶⁰ Na verdade o INRC faz parte de um projeto maior e mais ambicioso denominado **Plano Municipal de Cultura de Ribeirão Preto**, um documento elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura, votado e aprovado pelo poder legislativo municipal em 2010 e tornado lei municipal (Lei Municipal nº 12.253/210). Além de traçar diretrizes e ações de políticas públicas voltadas à cultura de forma geral e ao patrimônio histórico de forma específica, no preâmbulo da lei fica claro o intuito de estruturar um Sistema Municipal de Cultura afinado com o Sistema Nacional de Cultura proposto pela instância executiva federal.

INRC se refere a uma subárea do sítio trabalhado). Segundo justifica o próprio relatório:

A área de pesquisa ficou assim definida: 1- Centro [de Ribeirão Preto] (patrimônio da fábrica da Matriz); 2- Distrito de Bonfim Paulista; 3- Campos Elíseos [bairro de Ribeirão Preto]; 4- Vila Tibério; 5- Vila Virgínia e República; 6- Ipiranga. Porém, ao longo do trabalho observou-se a complexidade de se propor essa divisão, mesmo que para fins de trabalho de inventário. A pesquisa de campo realizada no Distrito de Bonfim Paulista mostrou que este não é uma simples subdivisão do sítio Ribeirão Preto. Os moradores do local, (importante contextualizar que a referência são os moradores da área previamente entendida como histórica, portanto a zona de ocupação mais antiga), não se percebem ribeirão-pretanos e sim, autenticamente bonfinenses. Alguns entrevistados afirmaram não visitar o município de Ribeirão Preto há três anos, fato que levou o grupo a uma reorganização normativa. O trabalho passou a ser conduzido considerando a concepção de dois sítios. O primeiro, Ribeirão Preto, definido pelo conjunto de cinco localidades de pesquisa: os bairros Campos Elíseos, Vila Tibério, Vila Virgínia e Ipiranga. O segundo sítio, o Distrito de Bonfim Paulista, definido pela área de ocupação inicial do distrito. A divisão em dois sítios pautou-se pelo entendimento de que o distrito pedia uma leitura mais abrangente e que, desta maneira, ficaria aparente a falta de relação de pertencimento entre Bonfim Paulista e Ribeirão Preto (RELATÓRIO DO INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS, 2010, p.17).

Figura 81: Capa do Relatório da Fase I do INRC Ribeirão Preto.
Fonte: RELATÓRIO DO INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC), 2010.

Para a consecução do inventário é formada a “Rede de Cooperação Identidades Culturais”, um grupo de pesquisadores provenientes dos Centros Universitários e de pesquisa de Ribeirão Preto financiados pelas Instituições com as quais mantém vínculo para a realização dos trabalhos de pesquisa, além da participação e colaboração de funcionários da Secretaria Municipal de Cultura, núcleo central da Rede. De acordo com a metodologia elaborada pelo IPHAN para o INRC as referências culturais a serem inventariadas dividem-se em cinco categorias: celebrações, formas de expressão, ofícios e modos de fazer, edificações e lugares. Ao longo do trabalho com a equipe de pesquisadores de Ribeirão Preto os técnicos do IPHAN-SP sugeriram o uso associado de outro sistema de catalogação e reconhecimento de manifestações de interesse patrimonial, o SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. Criado em 2007, o SICG tem como objetivo a sistematização de dados sobre o patrimônio material de uma localidade a fim de formar um banco de dados que possa alimentar o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) ⁶¹. Sua aplicação é relevante no desenvolvimento de Inventários de Conhecimento, formando uma base de informações para ser aplicada na construção de uma Rede de Proteção do Patrimônio que abarque todo o território nacional. O Inventário de Conhecimento é compreendido como uma varredura, cujo objetivo é a identificação dos bens culturais de uma determinada área, ou relacionados a um determinado tema (cultura do café, por exemplo). Ele funciona como um mapeamento do patrimônio cultural com vistas à sua proteção e valorização. O uso das duas metodologias (INRC e SICG) é uma experiência inédita para o IPHAN:

Além da falta de experiência do IPHAN-SP no uso conjunto das duas metodologias, na prática, a sua aplicação impõe outros desafios. Entre eles, vencer a divisão entre material e imaterial. Mais complexo ainda, é o debate que se estabelece entre os pesquisadores ligados ao projeto, que são o tempo todo confrontados pela própria noção de ciência,

⁶¹ Ambas as metodologias **INRC** e **SICG** contam com um manual de orientação elaborado pelo IPHAN com procedimentos, processos de trabalho, modelos de montagem de relatórios e fichas. Para a utilização do mesmo é necessária uma autorização do órgão que é seguida de acompanhamento técnico do processo de pesquisa (Instrução Normativa nº01 de 2009), além da assinatura de um termo de compromisso. (ver em: <http://portal.iphan.gov.br>). No site do IPHAN também é possível conhecer o processo para a utilização da metodologia **SICG** e fazer o download das fichas de catalogação dos bens; um manual sobre processos e sistemas próprios do **SICG** também é fornecido quando da contratação do uso dessa metodologia.

marcadamente caracterizada pela dicotomia entre os saberes. De maneira geral o SICG possibilita o estabelecimento de uma cartografia do patrimônio cultural a ser inventariado. Mas, ele se mostra limitado quanto à percepção dos sentidos e significados atribuídos pela população local aos bens culturais. Para isso, o INRC é muito mais eficiente (SILVA, ROSA, 2012).

Assim, cada um dos sítios e localidades definidos teve seus “marcos edificados” selecionados em função da existência de processos de tombamento pelo poder público, de entrevistas com os moradores do local arguidos quanto ao que consideravam como referência material em suas localidades e também em função da percepção dos pesquisadores, que tiveram a oportunidade de elencar edifícios ou espaços públicos que considerassem de importância patrimonial ainda que não tivessem sido lembrados pelos moradores. No que se refere aos bens imateriais, outro grupo de pesquisadores, respaldados por trabalhos acadêmicos relativos ao tema, buscou elencar manifestações específicas de cada área (religiosidade, festas, etc.).

A identificação dos marcos edificados se inicia com uma breve descrição histórica do sítio. Sobre Bonfim Paulista o relatório reforça a quase inexistência de referências bibliográficas sobre o lugar: “Não existem, ainda, trabalhos acadêmicos específicos sobre o lugar que foi conhecido, no passado, como Viaduto ou Chave do Viaduto.” (RELATÓRIO..., 2010, p. 37) e segue apresentando a historiografia já discutida aqui no capítulo um deste trabalho sobre as origens do núcleo urbano de Bonfim Paulista. Em seguida busca justificar ou caracterizar o que há de interesse patrimonial na vila:

Bonfim Paulista preserva tradições típicas de pequenas cidades do interior por não ter sofrido grandes transformações na sua formação e evolução urbana [...] Um bem patrimonial de grande importância, identificado nessa área pelo grupo, é a vivência e a relação sócio-espacial da comunidade com o distrito onde se verifica que não houve grandes alterações quanto aos seus costumes (RELATÓRIO..., 2010, p. 72).

Mas como Bonfim poderia contribuir no esforço da conformação de uma paisagem cultural do café? Em primeiro lugar através da própria historiografia que tece uma narrativa centrada na gênese do lugar como resultado da lavoura cafeeira, dentro da mesma matriz historiográfica citada anteriormente sobre Ribeirão Preto. Ainda que esse componente não deixe de ser relevante, cabe acrescentar que, como vimos no início desse trabalho, a vila conhece um desenvolvimento urbano considerável para além dos expedientes econômicos agroindustriais: no início o comércio e a prestação de serviços ombreiam com o café na conformação da vida econômica local e firmam ainda mais sua importância depois que a crise de 1929 extirpa a renda proveniente dos cafezais. Além de se apoiarem sobre a historiografia engendrada sobre a vila, a equipe de pesquisadores relata que as fazendas de café próximas a Bonfim foram as referências mais lembradas pelos moradores quando da pesquisa feita pela Rede de Cooperação. São elas: a fazenda Santa Maria (**Figura 82**), a fazenda Santa Rita (**Figura 83**), a fazenda Cruzeiro (**Figura 84**) e a fazenda Boa Vista (**Figura 85**). Algumas delas ainda guardam remanescentes da atividade cafeeira (colônias, senzalas, terreiros, etc.), se localizam bem próximas a área urbana e são objeto de parcelamentos urbanos destinados a construção de condomínios fechados. Segundo os pesquisadores, contam também com alguns moradores que testemunham a vida dos tempos do café. Outras, como a fazenda Cruzeiro, são palco de celebrações religiosas e populares como a missa realizada toda primeira sexta-feira do mês em homenagem a Santa Luzia e onde se executa regularmente há cinquenta anos um hino tradicional de louvor à Santa, homenageada também com uma quermesse (Relatório..., 2010, p.47). É o caso também da fazenda Boa Vista, onde ocorre a Festa da Cruz do Pedro, tratada no capítulo um deste trabalho, e a Comitativa dos Cavaleiros (**Figuras 86 e 87**).

Além das fazendas próximas ao núcleo urbano, a equipe definiu outros marcos edificados, mesclando, neste caso, percepções oriundas do grupo de pesquisadores e de declarações colhidas de moradores. Na metodologia sugerida pelo IPHAN, este seria um procedimento padrão: em primeiro lugar devem ser citados como marcos os bens tombados e em seguida os identificados pela equipe de técnicos responsáveis pelo Inventário, que, no

caso da localidade de Bonfim Paulista teve a participação marcante dos moradores entrevistados na conformação desse universo. Assim, além das fazendas acima elencadas o INRC inclui como marcos edificados de Bonfim: a Praça Barão do Rio Branco, o conjunto da rua Prof. Felisberto Almada, a Paróquia Senhor Bom Jesus do Bonfim, o edifício da Cia. Paulista de Força e Luz, um edifício de habitação ao lado da Cia. Paulista de Força e Luz, um edifício de habitação na rua Luiz da Cunha próximo ao Córrego Ribeirão Preto e a supostamente primeira casa

Figura 82: Fazenda Santa Maria, próxima a Bonfim Paulista. Fonte: GLERIA, 2013.

Figura 83: Fazenda Santa Rita, próxima a Bonfim Paulista. Fonte: GLERIA, 2013.

Figura 84: Fazenda Cruzeiro, próxima a Bonfim Paulista. Imagem de 1930 e foto atual (2013).
Fonte: GLERIA, 2013.

Figura 85: Fazenda Boa Vista, próxima a Bonfim Paulista. Fonte: GLERIA, 2013.

Figura 86: Encontro de Comitivas em Bonfim Paulista; data: cinco de março de 2014.
Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Encontro-de-Comitivas/536075029756639>>.
Acesso em 12/09/2014.

Figura 87: Encontro de Comitivas em Bonfim Paulista, material de divulgação do evento.
Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Encontro-de-Comitivas/536075029756639>>.
Acesso em 12/09/2014.

Figura 88: Bens inventariados como marcos edificados pelo INRC em Bonfim Paulista: o conjunto de edifícios da rua Prof. Felisberto Almada, um edifício de habitação ao lado da Cia. Paulista de Força e Luz, um edifício de habitação na rua Luiz da Cunha próximo ao Córrego Ribeirão Preto, a Praça Barão do Rio Branco, o edifício da Cia. Paulista de Força e Luz, a supostamente primeira casa construída em Vila Bonfim em 1900 (imagem de 1930 e atual), sede da extinta fazenda Santa Silvéria e a Paróquia Senhor Bom Jesus do Bonfim. Fonte: fotos do autor e material da Rede de Cooperação Identidade Culturais, 2012.

construída em Bonfim em 1900, sede da extinta fazenda Santa Silvéria (**Figura 88**).

No que se refere à questão do tombamento de um conjunto de edificações pelo poder público municipal parece não haver uma versão conclusiva dos fatos. No Relatório da Fase I do INRC a questão do tombamento é assim tratada:

Marcos tombados ou em processo de tombamento: **edifícios da rua Prof. Felisberto Almada**: tendo como tipologia predominante o comércio na frente e a residência aos fundos, alguns exemplares já estão em processo de degradação; são edifícios com poucos ornamentos, alguns com a presença da platibanda, molduras nas portas, sem recuos entre eles e localizados na divisa da rua; **conjunto rua Barão de Ataliba**: composto por três edifícios identificados pelo CONPPAC; **casas da rua Capitão José Lopes Otero**: há algumas edificações identificadas pelo CONPPAC com escadarias externas e presença de reforço nas fundações (RELATÓRIO..., 2010, pag. 72).

Como se vê, o Relatório da Rede de Cooperação Identidades Culturais não reflete nem deixa claro sobre quais bens recai o pedido de tombamento, referindo-se a um determinado conjunto de edificações de forma genérica e imprecisa. O que pode ser apurado sobre o tema são ações isoladas e ainda inconclusas. O CONPPAC (Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto) através da Resolução nº 16/2004 (publicada no Diário Oficial do Município dia 5/11/2004) acata em 2004 um pedido de tombamento provisório proveniente de um morador da cidade relativo a um rol de aproximadamente 80 edificações listadas num anexo à resolução. Não se sabe quais critérios foram utilizados nem quem foi o responsável pela escolha de tais imóveis. O processo, segundo consta no texto da resolução, foi encaminhado para um Corpo Técnico de Apoio para que se manifestasse sobre a viabilidade do tombamento definitivo. Atualmente o processo encontra-se arquivado no CONPPAC⁶². No **Anexo 8** deste trabalho estão elencados os

⁶² Segundo foi levantado nos arquivos do CONPACC no processo nº 02 2004 03459600 pedido de tombamento foi protocolado em 14/09/2004 por Lourival Vieira de Oliveira, morador de Bonfim e diretor artístico da escola de samba Acadêmicos de Bonfim, popularmente conhecido pelos moradores como "Pitim". O título do processo é: "Tombamento das edificações que formam o conjunto do centro histórico de distrito de Bonfim Paulista e também de outros

imóveis que foram selecionados como de interesse patrimonial-histórico em quatro ocasiões:

- 1 – Quando do pedido de tombamento protocolado junto ao CONPACC por um morador local que efetivamente coloca em pauta a discussão sobre o tombamento;
- 2 – Edifícios selecionados como de interesse patrimonial histórico pela arquiteta Ângela Gomes Sanches Souza que consta no processo de tombamento do CONPACC em seguida da listagem inicial;
- 3 – Edifícios selecionados como de interesse patrimonial histórico no Relatório do Plano de Diretrizes do Alphaville, a ser tratado no item que segue;
- 4 – Edifícios selecionados pelo grupo de pesquisadores da Rede de Cooperação Identidades Culturais para compor as fichas SICG a fim de complementar o INRC da Secretaria Municipal de Cultura.

Ainda que através da metodologia INRC-IPHAN apenas sete imóveis de Bonfim tenham sido classificados como de interesse patrimonial pela equipe de pesquisadores (como vimos acima e na **Figura 88**), quando da adoção da metodologia acessória SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão) o quadro da discussão sobre o que deveria ser considerado como patrimônio histórico em Bonfim se amplia e se torna mais complexo:

Uma das limitações que o grupo identificou na metodologia do INRC relacionou-se à dificuldade em sistematizar os dados relacionados aos aspectos arquitetônicos mais específicos dos bens enquadrados na categoria “edificações”. Isso pode ser explicado pelo fato do INRC ter sido pensado para atender a uma demanda de identificação, em particular, dos bens imateriais. Como a proposta do projeto Paisagem Cultural do Café era realizar um estudo integrado, os próprios técnicos

imóveis de interesse histórico conforme identificação da planta anexa”. Além dessa planta que localiza cada um dos imóveis a serem tombados, há também um levantamento de imóveis com fotos de Ângela Gomes Sanches Souza, arquiteta do departamento de urbanismo da Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental em 2004. Através da resolução 16/2004 o CONPACC acata oficialmente o pedido e decreta o tombamento provisório do conjunto. Em 24/11/2004 o requerente Lourival protocola um pedido de cancelamento do pedido de tombamento (processo nº 02 2004 042882-2). O processo fica parado nove anos, sendo que no despacho do dia 8/10/2013 a presidente do CONPACC arquiteta Dulce Paladini pede ao departamento de protocolo da prefeitura municipal a junção dos dois processos em um só. Esse consta como o último despacho feito no processo.

do IPHAN-SP sugeriram o uso associado de dois instrumentos: o INRC e o SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SILVA, 2012).

São selecionados a partir da adoção dessa metodologia 55 imóveis no perímetro urbano de Bonfim Paulista que, segundo o critério dos pesquisadores, mereceriam ser preservados como patrimônios edificados da vila, como pode ser verificado no **Anexo 8**.

O que nos parece relevante em todo esse esforço de reconhecimento e catalogação de imóveis por parte de atores ligados ao poder público é a busca pelo recurso da oficialização, concretização ou objetivação de uma percepção dispersa, porém marcante, de que há certo valor patrimonial implícito ao lugar que deve ser evidenciado. Os edifícios descritos na **Figura 88** e no **Anexo 8** fazem parte de um momento histórico arquitetônico recorrente nas cidades do interior do estado de São Paulo conhecido no meio acadêmico como **ecletismo despojado** (ver LEMOS, 1989). Podem ser tomados, portanto, como ícones de um momento histórico mais amplo e menos como um patrimônio específico à vila, o que nos leva a supor que aqueles que se referem a um patrimônio próprio de Bonfim poderiam estar pensando em algo para além desse conjunto arquitetônico.

Após a conquista da sistematização de reconhecimento do bem patrimonial os atores ligados ao poder público passam a inferir sobre estratégias de atuação sobre a vila, expressas em vários relatórios, artigos e publicações vinculados aos pesquisadores e a equipe da Rede de Cooperação Identidades Culturais ligadas à Secretaria Municipal de Cultura⁶³. No Relatório (2010) são propostas as chamadas diretrizes gerais de preservação em concordância com o plano municipal de cultura com o objetivo de criar um Plano de Ação Cultural para o sítio de Bonfim Paulista, considerando como ideias preliminares:

1. Criação de uma legislação específica que contenha diretrizes urbanas vinculadas ao Plano Diretor e ao uso do solo, tendo como base a preservação da mancha cultural definida neste inventário [que é na

⁶³ Ver em RELATÓRIO... 2010; Silva, 2010 (2012, 2013) e Revista Cidade Histórica disponível em <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/city-historica>>. Acesso em 05/10/2013.

verdade a reprodução do mapa do anexo XII do Código Municipal de Obras de Ribeirão Preto que delimita as áreas especiais, no caso a área especial de Bonfim Paulista apresentada no item três deste trabalho – nota do autor];

2. Fortalecimento da regional administrativa com recursos para gestão cultural da proposta de transformação do distrito em Centro Histórico e Cultural;
3. Revitalização da praça central e criação de um calendário de festividades no local com destaque para a apresentação de bandas **como na época do auge do café**. Nesse caso é oportuno, ainda, o debate sobre uma proposta importante para o sítio. Considerando a ausência de ações culturais no Distrito, a não atuação da secretaria da cultura no local, (...), fica aqui proposto a criação de um centro cultural de Bonfim paulista ou convenio com a sociedade civil do lugar a manutenção de um **projeto de música para atendimento das meninas e meninos do distrito**. A ideia central é que os mesmos, ao formarem uma banda ou **orquestra jovem** possam ocupar a praça central aos finais de semana em dias de festividade. Fica como sugestão também que esse centro de Música venha a ser identificado pelo nome de Belmácio Pousa Godinho que no passado foi professor na escola do distrito. Assim também se inicia uma campanha de valorização de tão importante músico [grifos do autor];
4. Criação de uma comissão composta por agentes públicos e os proprietários dos bens imóveis da área histórica para encaminhamento de propostas. Quando houver acordo em ações privadas dentro da **economia da cultura**, seriam formalizadas, quando não, apresentariam proposta de permuta de imóvel para posse do bem pelo poder público e a criação de projetos culturais. O indicado pela rede como projeto de ocupação nestes imóveis é: **restaurantes e outros estabelecimentos gastronômicos, lojas de artesanato, antiquário, sebo, web-café, memorial, biblioteca, entre outros que pode ser criteriosamente estudados** [grifos do autor];
5. Estudo para proposta de **economia da cultura** para as antigas fazendas de café que ainda em atividade, circundam o distrito, em especial a fazenda Cruzeiro, mais conhecida com Pau Alto, antiga propriedade da Rainha do Café Iria Laves. Coloca-se aqui em debate proposta semelhante à realizada na fazenda Santa Rita localizada no

6. Fortalecimento do artesanato no distrito com a criação de um grupo para apresentação dos **produtos da arte caipira** aos finais de semana na praça central. Essa atividade também pode ser conduzida como atração da **economia da cultura** com garantia de renda para os envolvidos (RELATÓRIO..., 2010) [grifos do autor].

Tomando como circunscrição espacial de suas estratégias a Área Especial de Bonfim Paulista definida pelo Código Municipal de Obras de Ribeirão Preto (**Figura 89**) e rebatizada de “mancha cultural”, o grupo não hesita em pensar a área como um Centro Histórico e Cultural e deixa claro em seguida o que entende por “histórico” e “cultural” e também como pretende realizar esse objetivo. O começo seria a “*revitalização*” da praça central que poderia servir de palco para a apresentação de “*bandas como na época do auge do café*”. Pode-se questionar: em que medida os atuais moradores reconhecem e legitimam esse passado? Qual o sentido de propor a utilização de um espaço público central amorfo e desqualificado, como vimos anteriormente nesse trabalho, como suporte de uma ação memorialista, saudosista e impregnada de um conceito cultural imposto como adequado? A proposta, ainda que possa ser considerada mais conceitual que concreta, parece não querer ver aspectos menos sofisticados, porém mais reais como os das **Figuras 86 e 87**: essa mesma praça que se quer um arremedo da antiga praça do coreto do início do século tomada por “comitivas” motorizadas bebendo cerveja em lata e prontos para percorrer as trilhas de terra das fazendas da região. Não se trata de afirmar que a praça revitalizada não possa voltar a ser um lugar de encontro e *locus* de uma vida comunitária local. A simples reforma do espaço, porém, não garante isto. A questão que se coloca é como fazer da praça um local capaz de realmente fazer frente às demandas e hábitos atuais da população.

Mantendo o mesmo diapasão, as propostas seguem com a criação de um centro cultural em Bonfim Paulista, louvável no sentido de preencher a lacuna e a distância da atuação do governo municipal no distrito, mas mal formulada e desprendida do perfil preponderante dos moradores ao pensar que esse centro poderia servir para a consecução de um “*projeto de música para atendimento das meninas e meninos do distrito*” ou como define o texto do

Relatório uma “*orquestra jovem*”. Afinal de que porção ou perfil de moradores se está falando? Caso não seja pensada uma forma consistente de promover esse tipo de iniciativa corre-se o risco de vê-la fracassar, ainda que seja inegável o sucesso que várias orquestras jovens têm alcançado em algumas comunidades no Brasil, sobretudo no aspecto sociocultural. Sem dúvida a possibilidade de levar música de qualidade à população é algo louvável no contexto de Bonfim.

O termo “*economia da cultura*” é usado no texto para definir um espaço de atuação entre o poder público e o poder privado com o objetivo de estabelecer acordos e parcerias, não ficando claro em que bases ou a partir de que parâmetros eles ocorrerão. No âmbito das ciências econômicas o conceito é descrito por vários autores da área e tem como uma de suas derivações mais importantes a chamada “*economia criativa*”, tratada posteriormente nesse trabalho. De qualquer forma o grupo propõe certa pró-atividade do setor público no que se refere à criação de empreendimentos culturais ou projetos culturais. Ao exemplificar ou sugerir possíveis programas para as “*edificações históricas*” da área mais uma vez o diapasão se afina com uma possível gentrificação do lugar: “*restaurantes e outros estabelecimentos gastronômicos, lojas de artesanato, antiquários, sebos, web-cafés, memoriais, bibliotecas, entre outros*”, reavivando debates sobre a complexa relação entre turismo e patrimônio, além da espetacularização de centros históricos (e nem sabemos se estamos realmente diante de um...).

Mas as propostas avançam também sobre as áreas rurais do distrito propondo novos usos para as antigas fazendas de café, em especial a fazenda Cruzeiro, propriedade da celebrada “*Rainha do Café, Iria Alves*”, fazendo com que ela possa proporcionar aos visitantes “*um passeio no tempo com exposição da história do café*”. Ombreando com a cultura romântica do século XIX que buscava no passado recente ou longínquo o peso e o significado do fazer arquitetônico, o café aqui é mais uma vez tomado como legitimação de um passado visto pelas elites locais como glorioso, marcante e como algo a ser revivido pelas gerações presentes. Nesse sentido, o projeto cultural que se pensa para o Distrito passa a ser somente um projeto de resgate de valores extintos que, em última análise, pressupõe o fato de que não há nada no

momento presente que mereça ser evidenciado. É indiscutível que se as ruas de Bonfim são tomadas por comitivas de cowboys urbanos ou duplas sertanejas parece razoável pensar em possibilidades de superação, no âmbito cultural, desse perfil raso, vulgar e precário. No entanto intermediações há que serem feitas entre esse mínimo existente e o máximo ideal, ou, dito de outra forma, entre a realidade cultural árida e precária que a vila vive hoje e outras possibilidades de criação de vínculos de identidade e memória dos moradores com o lugar, que não passa, necessariamente, pela história do café na região.

A praça, segundo o Relatório, poderia servir também de lugar para “*apresentação dos produtos da arte caipira*”, fortalecendo o “*artesanato do distrito*”. Após uma revisão minuciosa no teor completo das entrevistas e levantamentos realizados no INRC-IPHAN de Ribeirão Preto, não encontramos quaisquer referências a práticas ligadas ao artesanato por moradores do Distrito, como, comparativamente é o caso das rendeiras de bilros, das garrafas de areia coloridas ou bonecos de barro do nordeste. Ainda assim o Relatório pensa na possibilidade dessas atividades serem conduzidas nos moldes de uma “economia criativa”, garantindo renda para os possíveis envolvidos. Talvez a tradição seja realmente uma invenção urdida também através de relatos historiográficos que podem se materializar em práticas sociais quando os poderes instituídos levam a cabo seus planos, como descreveu Eric Hobsbawm em sua “A invenção das tradições”⁶⁴. Por exemplo: se a secretaria municipal de cultura concretizasse esse projeto de criar grupos de artesãos em Bonfim Paulista justificando uma hipotética tradição da atividade no Distrito esse poderia se tornar, talvez, uma tradição no futuro, engendrada não por um costume vernacular local, mas por uma iniciativa artificiosa de um grupo de agentes públicos convencidos da relevância cultural dessa atividade.

⁶⁴ A obra do historiador Eric Hobsbawm “A invenção das tradições” (HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.) trata de um fenômeno da história moderna e contemporânea onde algumas práticas se tornam celebradas e respeitadas por uma dada sociedade em função de um discurso que as colocam como imemoriais e fundadoras do caráter cultural do lugar e do povo. Neste trabalho a referência à obra de Hobsbawm se faz por extensão comparativa, na possibilidade de um vir a ser tradição.

Hobsbawn esclarece que há uma diferença importante entre “tradição” e “costume” em sociedades ditas “tradicionais” como pequenas aldeias e povoados, categorias estas aplicáveis ao caso de Bonfim Paulista. A tradição segundo o autor é algo invariável e que se firma pela repetição, enquanto que o costume é uma resposta específica de uma dada sociedade frente às imposições sociais, econômicas e políticas de um tempo histórico e, exatamente por isso, é mutável e flexível, pois oscila em função do contexto espaço temporal onde se manifesta. No caso de Bonfim os costumes ligados à vida rural das fazendas de café na passagem do XIX para o XX estariam agora no século XXI se alterando em relação a novas conjunturas econômicas e sociais onde a urbanização acompanhada ou não dos condomínios impõe uma nova organização da vida do lugar. Segundo Hobsbawn, esses momentos de mudança são exatamente aqueles mais propícios à invenção de tradições:

Provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a “invenção” de tradições nesse sentido. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis (HOBSBAWM, 2001, p.13).

Artesanato, culinária típica e costumes caipiras poderiam sugerir uma tríade identitária que alçaria Bonfim à categoria de cidade turística da mesma forma que algumas cidades do interior do estado de São Paulo pleiteiam o título de “estância turística” a fim de atrair veranistas em busca de um recanto bucólico e aprazível. Na verdade o título garante mais que isso: o repasse de verbas do DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento de Estâncias), órgão ligado ao governo estadual⁶⁵. O distrito de Conservatória no estado do Rio de Janeiro é um exemplo de turismo ligado às serestas, prática que ganhou

⁶⁵ No estado de São Paulo, o título de estância turística (que pode se subdividir em estância climática, balneária ou hidromineral) foi criado pelo Decreto Estadual nº 11.022 de 28 de dezembro de 1977 e estabelece os requisitos para a obtenção do título que se inicia a partir de iniciativa política, ou seja, o poder executivo municipal é que propõe ao DADE a aquisição de tal chancela; o repasse de verbas deste órgão varia entre dois a sete milhões de reais por ano. Alguns exemplos de estâncias turísticas no estado de São Paulo são as cidades de Embu das Artes, Aparecida, Barra Bonita, Holambra, São Luis do Paraitinga e São Roque.

inclusive uma “história”, como pode ser verificado no site da localidade⁶⁶. Teria Bonfim também alguma vocação típica tal qual o exemplo carioca? O que permitiu o estabelecimento de uma tradição naquela localidade e não em Bonfim? Talvez lá os grupos empenhados no esforço de recolher e evidenciar tais “tradições” tenha logrado êxito que não se verificou (ainda) na vila paulista; talvez aqui as tradições locais não sejam tão evidentes ou comercializáveis como no caso carioca; ou, por fim, não seja esse exatamente o desejo dos que aqui residem.

De qualquer forma, resguardado pela adoção de “metodologias institucionalizadas” o grupo governamental buscava a possibilidade de definição de uma paisagem cultural específica à região através de um cuidadoso estudo e catalogação de elementos que, supunha-se, caracterizassem e definissem essa paisagem, fossem eles materiais ou imateriais. A realização de entrevistas com moradores do distrito, sobretudo aqueles mais idosos que tiveram contato com realidades, habilidades, costumes e vivências já extintas no presente, procurou dar validade ao reconhecimento de elementos estruturadores de um patrimônio histórico local. A justificativa desse esforço se coloca não só pela obtenção da chancela de paisagem cultural:

Reconhecendo que o empreendimento agroindustrial do café esculpiu uma paisagem cultural específica em nossa região, o projeto oferece subsídios ao poder público e à sociedade para o planejamento e a execução de políticas de preservação dessa paisagem, respeitando os elementos complexos que a caracterizam (...). Mesmo tendo uma das mais altas taxas de urbanização do país, o município ainda mantém referências culturais fortes com as suas raízes rurais. O que se observa é um limite tênue entre campo e cidade. Essa condição justifica a escolha da paisagem cultural como categoria norteadora do inventário que vem se realizando em Ribeirão Preto. Ela possibilita uma abordagem mais ampla, envolvendo as referências culturais, o ambiente construído e as relações homem/meio (SILVA, ROSA, 2012).

⁶⁶ Ver em <www.conservatória.tur.br/php>. Acesso em 20/02/2015. Nota do autor.

No que se refere às políticas de preservação do patrimônio histórico no Brasil, seja relacionado à arquitetura e à cidade, seja voltado aos valores imateriais, critérios de antiguidade e valor artístico exemplar do objeto estruturam grande parte dos discursos a favor dos tombamentos e dos programas de revitalização, ainda que esse aspecto tenha encontrado significativa revisão na história recente⁶⁷. Igrejas, casas de câmara e cadeia, solares pertencentes a vultos históricos, edifícios públicos significativos e portentosos, teatros, palácios de governo, fortificações militares, entre outros, compõem a lista preferencial dos edifícios a serem protegidos pelo IPHAN, onde além de uma clara opção por determinadas tipologias evidencia-se também “(...) uma tendência a impor sobre o edifício um estado original hipotético, segundo uma projeção retrospectiva idealizada e um tanto distorcida da própria história da arquitetura brasileira” (KÜHL, 2008, p. 106).

Nesse sentido a vila de Bonfim Paulista se enquadraria numa aceção de monumento histórico preconizado pela Carta de Veneza⁶⁸ onde se estabelecia pela primeira vez na história das Cartas Patrimoniais Internacionais o princípio de que o conceito de monumento histórico, que pode ser tomado como um sinônimo para o de patrimônio histórico⁶⁹ não se aplica apenas às manifestações notórias da humanidade, mas também às obras mais modestas e de menor vulto:

⁶⁷ Beatriz Kühl lembra que nos primórdios da fundação do IPHAN na década de 30: “(...) o interesse recaiu sobre a produção dos séculos XVI e XVII; numerosas manifestações do século XIX (com exceção do neoclássico, que era, de modo geral, apreciado) e do começo do século XX foram consideradas desprovidas de interesse e fruto de pura importação.” (KÜHL, 2008, p. 101). Obras de restauração como as dos Teatros Municipais do Rio de Janeiro e São Paulo, do Teatro Pedro II de Ribeirão Preto, a Sala São Paulo na região da Luz (SP) e a Agência Central dos Correios no Vale do Anhangabaú em São Paulo, entre vários outros, são sinais dessa revisão de princípios aos quais nos referimos.

⁶⁸ Carta patrimonial proveniente do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos promovido pelo **ICOMOS** (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos) em maio de 1964 (Nota do autor).

⁶⁹ Até os anos de 1960 usava-se o termo “monumento histórico” ao invés de “patrimônio histórico”, o que se explica pela própria etimologia da palavra monumento originária do latim *monumentum*, derivada de *monere* que se traduz como “lembrar”. Mas já no período do final do século XIX e início do XX o termo monumento sofre alterações passando a designar não só índices do passado como arquiteturas colossais, arquiteturas do poder, arquiteturas com proezas técnicas. Com o advento da fotografia o monumento perde sua função memorial e passa apenas a significar o grande, o belo, o prestigioso, o “monumental”. Assim monumento é feito para sê-lo: é uma construção, arquitetônica ou escultórica, que, *a priori*, é memorial; já o monumento histórico é escolhido *a posteriori* pelo seu valor documental, daí que nem todo monumento pode ser considerado hoje um monumento histórico.

O conceito de monumento histórico abrange não só os trabalhos de simples arquitetura, mas também o enquadramento urbano ou rural onde se encontram as evidências de uma civilização em particular, um desenvolvimento significativo ou um acontecimento histórico. Isto se aplica não só às grandes obras de arte, mas também a obras mais modestas do passado que adquiriram significado cultural com a passagem do tempo (Carta de Veneza, artigo 1º, ICOMOS, maio de 1964).

Françoise Choay (2001) apresenta o teórico italiano Giovannoni como um dos primeiros a propor essa nova abordagem sobre o objeto patrimonial: “(...) os conjuntos urbanos antigos pedem procedimentos de preservação e de restauro análogos aos definidos por Boito para os monumentos” (CHOAY, 2001, p.172). Tais princípios, aos quais se referem Choay, não prescindem de “(...) uma margem de intervenção que limita o respeito do ambiente, esse espírito (histórico) dos locais, materializado nas suas configurações espaciais” (IDEM). Sobre os postulados de Giovannoni, a autora coloca que não se trata de uma postura de “museificação” do ambiente urbano, mas de uma intervenção que atualiza, transforma e revitaliza sem descaracterizar ou negar o *genius loci*.

Como se sabe são vários os critérios que têm justificado e embasado ações de proteção ao patrimônio histórico em todo o mundo. Além dos critérios citados (valor histórico e artístico) podemos elencar alguns outros que se tornaram notoriamente valorizados ao longo de todo o século XX. Camilo Boito (1836-1914) assinala a originalidade do edifício:

(...) mas o curioso é que nossa sabedoria consiste em compreender e reproduzir todo o passado da arte, e essa virtude nos torna adaptados para completar as obras de todos os séculos passados, as quais nos chegaram mutiladas, alteradas ou arruinadas, a única coisa sábia que, salvo raros casos, nos resta a fazer é deixá-las em paz, ou libertá-las das más restaurações (BOITO, 2003, p. 23).

Boito defendia a necessidade de se fazer o possível para conservar no edifício o seu velho aspecto artístico e pitoresco, que os complementos e as adições que não pudessem ser evitadas fossem realizadas sem produzir o falso histórico, ou seja, evidenciassem que as intervenções não fossem

confundidas com obras do passado, mas realçadas como ações do presente. Não só o conceito da originalidade, mas o da integridade do objeto a ser restaurado era defendido por Boito, retomando valores éticos da arquitetura ligados à verdade dos materiais.

Cesare Brandi (1906-1988) reafirma o valor da autenticidade colocado por Boito sobrepondo a ele o que chamaria de princípio de artisticidade, ou seja, reconhecer o objeto do tombamento, a priori, como obra de arte é que legitima e justifica sua preservação, sendo que tal juízo de valor deveria ser emanado do arquiteto ou técnico encarregado do projeto de restauro (BRANDI, 2004, p.33). De Brandi à Carta de Veneza de 1964, citada acima, esse conceito de artisticidade se amplia para abarcar os conjuntos urbanos e edificações vernaculares.

É apenas a partir da incorporação e difusão da noção do valor do conjunto, da paisagem e da “arquitetura menor”, que a preservação de Bonfim passa a fazer sentido, não só pela arquitetura em si, mas pelo que a vila apresenta em relação à forma peculiar com que se organiza na paisagem: sua relação com o rio, com a antiga esplanada da estação de trem, com a paisagem rural do seu entorno e com um gabarito de edificações que conserva e respeita a escala humana.

No entanto, as ações propostas para Bonfim apontam para uma intensa valorização do conceito de patrimônio imaterial, condizente com movimentos recentes dos órgãos nacionais e internacionais ligados ou não ao patrimônio histórico.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30/11/1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. (...) A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como Patrimônio Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e

lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." Esta definição está de acordo com a **Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, ratificada pelo Brasil em março de 2006. Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação de Bens Culturais Imateriais, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram na edição do **Decreto nº. 3.551, de 04/08/2000** – que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) – e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo IPHAN a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) ⁷⁰.

Portanto a institucionalização do conceito de patrimônio imaterial através de leis, programas e departamentos específicos ao tema (inclusive o INRC analisado neste trabalho) pode significar uma supervalorização do critério em detrimento de outros criados ao longo do século XX, quadro dentro do qual as ações do poder público em relação a Bonfim podem ser mais bem compreendidas ou justificadas.

Ainda que a noção de paisagem cultural possa ser considerada um corolário desse investimento no conceito de patrimônio imaterial ela não nasceu a partir das discussões sobre o patrimônio por teóricos da área, como Giovannoni, mas foi apropriada em intervenções neste campo depois de ter sido formulada pela geografia, a primeira área do conhecimento a se debruçar sobre tal conceito. Formulada por geógrafos e depois estendida ao patrimônio histórico, num terceiro momento a paisagem cultural é institucionalizada, no Brasil, pelo IPHAN com a propositura do órgão sobre a chancela legal relativa ao conceito de Paisagem Cultural Brasileira: “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram

⁷⁰ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 11 mar. 2014.

valores” ⁷¹. A portaria em questão detalha procedimentos específicos que possibilitam o reconhecimento “legal” de determinado espaço urbano ou rural como paisagem cultural brasileira. Fazendo coro à comunidade internacional na área, a paisagem cultural no Brasil nasce de uma combinação entre os conceitos de patrimônio material e imaterial buscando uma interação mais completa entre essas esferas no trato com o objeto a ser preservado.

Desde a aprovação da “Convenção do Patrimônio Mundial” da UNESCO em 1972, primeiro instrumento legal a instituir a denominação “paisagem cultural” ⁷², as duas concepções sobre patrimônio (material e imaterial) vinham sendo trabalhadas separadamente e através de personagens e situações distintas. Partindo do conceito de paisagem como trabalho combinado da natureza e do homem, em 1999 a UNESCO redige um documento intitulado “Diretrizes operacionais para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial” colocando:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência de determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões (UNESCO, 1999).

A hipótese da classificação do conjunto urbano de Bonfim Paulista como paisagem cultural dentro da caracterização legal do IPHAN cria um veio de discussão teórico-conceitual importante e ainda pouco ventilado pela produção acadêmica: a partir de quais pressupostos se pode pensar em tal categoria?

⁷¹ Ver em IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Brasil. **Portaria n. 127 de 30 de abril de 2009**. Estabelece a chancela de Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em <www.iphan.gov.br/principal/coletanea_virtual/legislacao/portarias>. Acesso em 28 mar. 2010.

⁷² Ainda que a discussão tenha sido lançada em 1972 é por ocasião da 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Santa Fé, Novo México (EUA) em 1992 que a categoria de paisagem cultural é legalmente estabelecida; ver em CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Anablume, 2009, p.260.

Sobre quais critérios se alicerça tal postura? Quais as consequências práticas para o lugar e para os habitantes? Como demarcar essa linha tênue que separa os edifícios da paisagem por eles construída? Apesar de certa tradição normativa sobre a questão, como vimos através das regulamentações da UNESCO na esfera internacional e do IPHAN no âmbito nacional, o tema ainda carece de certo rigor conceitual:

E vai ser justamente essa amplitude do termo e sua delimitação ainda um tanto indefinida que leva a controvérsias de toda natureza, como mostram vários estudiosos, que apontam que apesar do renascimento que esse termo vive hoje, ele ainda é marcado por um relativo desconhecimento por parte até de experts, e por uma enorme polissemia (CASTRIOTA, 2009).

Vale lembrar, no entanto, que a ideia de uma *Cultural Landscape* não é nova:

The conceptual origins of the term, but not the actual phrase, lie in the writings of German historians and French geographers in the mid/late 19th century. 'Cultural landscape' as a term was apparently invented in academia in the earlier 20th century. The term, and a particular idea it embraced, were promoted by Professor Carl Sauer and the Berkeley School of human geographers in the USA in the 1920s and '30s (UNESCO, 1999).

Na passagem do XIX para o XX geógrafos alemães cunham o termo *Kulturlandschaft* (paisagem cultural) como oposição a *Naturlandschaft* (paisagem natural), ou seja, paisagem com e sem intervenção humana, numa abordagem próxima aquela apresentada em livros didáticos do ensino fundamental e médio (RIBEIRO, 2007).

A história de sua incorporação pelos órgãos públicos internacionais de proteção ao patrimônio, porém é mais recente. Em 1972 a UNESCO promove a **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural** criando as duas categorias de patrimônio mundial: a cultural e a natural⁷³. Vinte

⁷³ Segundo o artigo 1º da Convenção de 1972 são *patrimônios culturais*: os **monumentos** – obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os **conjuntos** – grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem

anos depois, em 1992, por ocasião da 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO realizado em Santa Fé, Novo México (CASTRIOTA, 2009, p.16) aparece pela primeira vez a conceituação de paisagem cultural:

Para fins operacionais, o Comitê do Patrimônio Mundial identificou e definiu várias categorias específicas de bens possuidores de valor cultural e/ou natural e adotou orientações específicas para facilitar a avaliação desses bens quando eles são propostos para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Presentemente, essas categorias são as seguintes, embora seja provável que outras se lhes venham juntar em devido tempo:

a) **paisagens culturais**: são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade e dos estabelecimentos humanos ao longo dos tempos, sob a influência dos condicionamentos materiais e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas e externas.

As paisagens culturais dividem-se em três categorias principais:

(i) A mais fácil de identificar é a **paisagem claramente definida**, intencionalmente concebida e criada pelo homem, e que engloba as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.

(ii) A segunda categoria é a **paisagem essencialmente evolutiva**. Resulta de uma exigência de origem social, econômica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens refletem esse processo

tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência e os **locais de interesse** – obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. Segundo o artigo 2 da mesma Convenção são *patrimônios naturais*: os **monumentos naturais** constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as **formações geológicas e fisiográficas** e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação e os **locais de interesse naturais ou zonas naturais** estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural. Disponível em: <<http://tclf.org/>>, acesso em 30 de novembro de 2012.

evolutivo na sua forma e na sua composição. Subdividem-se em duas categorias:

- uma *paisagem relíquia (ou fóssil)* é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis;

- uma *paisagem viva* é uma paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.

(iii) A última categoria compreende a **paisagem cultural associativa**. A inscrição destas paisagens na Lista do Patrimônio Mundial justifica-se pela força da associação a fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes (UNESCO, 1999).

Na legislação brasileira essa nova concepção de patrimônio cultural é regulamentada através da Portaria nº 127 de 30 de Abril de 2009 do IPHAN, que estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira através de uma definição bastante sintética e rasa do conceito: “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009). Essa normatização vem de um processo de discussão sobre o conceito:

A partir de 2007, o IPHAN promoveu vários encontros técnicos em parceria com instituições de ensino para debater o conceito de paisagem cultural e sua aplicação no território nacional, o que veio a culminar com a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. Trata-se do primeiro documento a abordar especificamente a paisagem cultural brasileira, redigido em agosto de 2007 durante o encontro “Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios”. A Carta de Bagé traz a seguinte definição para paisagem cultural: Art. 2º - A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras específicas e temporais. (CARTA DE BAGÉ, 2007). Subsequente à

Carta de Bagé está a Carta da Serra da Bodoquena (2007) e a publicação pelo IPHAN do livro “Paisagem cultural e patrimônio” (2007), de autoria de Rafael Winter Ribeiro, além de outros textos que debatem e/ou incorporam o conceito de paisagem cultural, de forma que atualmente existem diferentes olhares possíveis para este conceito (VACONCELOS, 2012).

Até hoje nenhum “bem cultural” brasileiro foi incluído na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO como paisagem cultural, apenas existem duas indicações para inscrição na lista de paisagens culturais: o caminho do ouro de Paraty e a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro.

A apropriação pelo campo do patrimônio histórico do termo “paisagem” nos leva a entender como outros campos do conhecimento dele se utilizam a partir de outros referenciais. A Geografia se debruçou sobre o conceito de forma mais consistente a partir de duas vertentes teóricas: a Geografia cultural tradicional que dá ênfase à análise morfológica e chamada nova Geografia cultural que encampa reflexões ligadas à interação do homem com seu meio físico; para essa nova concepção geográfica a paisagem é cultural exatamente por se caracterizar transformada pela ação humana, de onde surge o conceito oposto, paisagem natural, aquela que não sofreu a ação humana (VASCONCELOS, 2012). O vetor tempo também atua nesse contexto como o elemento de modificação fundamental da paisagem, que introduz um viés historicista na leitura do observador, como explica Sauer: “a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural é o resultado” (SAUER, 1996, apud RIBEIRO, 2007, p. 19). A formulação desse conceito de paisagem, proveniente, sobretudo das reflexões do geógrafo alemão Carl Sauer em 1925, será ampliada a partir dos anos 80 quando as dimensões sociais e psicológicas da cultura passam a ser levadas em consideração pela Geografia, ou seja, a carga simbólica atribuída à paisagem pelo observador (ou uma coletividade) compõe fundamentalmente sua caracterização e flexibiliza sua abordagem conceitual em função do olhar humano que a cria ou re-significa. A forma como uma dada sociedade vê, descreve, ou define a paisagem circundante é uma representação de sua visão de mundo ou do modo que ela se vê nesse mundo. A ideia de lugar – espaço psicologicamente vivenciado – em oposição a um espaço alheio a essa experiência, produz reflexões como as de David

Lowenthal e Yu-Fu Tuan (RIBEIRO, 2007, p.24), direcionando o debate para paragens acentuadamente humanistas em oposição àquelas dos anos 20, de cunho mais positivista.

No século XX a paisagem deixa de ser objeto de trabalho e análise exclusivo do geógrafo. Começa a estar presente tanto nas ciências do ambiente como a Biologia e a Economia quanto naquelas ligadas à Antropologia ou História da Arte, chegando, por fim, à abordagem patrimonial, o que mostra tanto sua visibilidade e importância social quanto certa fragmentação e polissemia do conceito. Atualmente aponta-se para uma síntese mais ponderada sobre o tema a partir de duas ideias centrais:

A primeira delas é que a paisagem é algo vivo, dinâmico, que se modifica no tempo de acordo com a influência de fatores naturais (clima, umidade do ar, regime pluvial, equilíbrio da cadeia alimentar das espécies, etc.) e da ação do homem, que se apoia em um contexto cultural. A cada nova geração que sucede à anterior, há o acréscimo de marcas na paisagem, que no transcorrer da história vão sendo continuamente modificadas, no entanto, sem perder por completo os elementos de sua morfologia primitiva. A paisagem é, portanto, um documento histórico construído através do acréscimo de novos elementos ou da modificação dos existentes, numa sobreposição não linear e infinita de manifestações culturais.

A segunda questão é que não existem paisagens naturais, toda paisagem é cultural. (...) Cada observador tem um olhar diferente atribuindo valores e significados distintos a um mesmo recorte territorial. Em outras palavras, a paisagem é culturalmente construída tanto pelos elementos antrópicos empregados nela quanto pela carga simbólica que lhe é atribuída pelo olhar humano (VASCONCELOS, 2012).

A ideia de que a abordagem a respeito do tema pressupõe um momento de eleição subjetiva nos coloca diante de problemas importantes relativos à sua utilização:

Como certificar a paisagem, uma vez que essa está diretamente submetida à representação pessoal de seus observadores e participantes? Não há como negar a subjetividade da paisagem: toda ela não prescinde de um observador que a partir de seu olhar apreende

o espaço à sua volta e lhe atribui valores e significados (COSTA; GASTAL, 2010, p. 19, apud VASCONCELOS, 2012).

Como coloca RIBEIRO (2010) na esteira da elevação do conceito a categoria classificatória e normativa pelas esferas institucionais como UNESCO e IPHAN, corre-se o risco de adotar ideias e conceitos sem a necessária reflexão prévia sobre a procedência e correção dos seus pressupostos. A ligação imediata do conceito de paisagem aos seus atributos estritamente visuais, sublimando ligações com esferas culturais e ideológicas, a despeito das reflexões teóricas no campo da Geografia como vimos aqui, é um dos problemas mais prementes. Outra questão deve ser ainda considerada: a descrição e identificação da paisagem como um constructo (RIBEIRO, 2010), ou seja, uma leitura formada por escolhas, recortes e interpretações de um grupo motivadas por demandas políticas (como é o caso do INRC de Ribeirão Preto) ou institucionais. Essa construção – para além da subjetividade – pressupõe uma unidade consensual pensada para um determinado espaço que muitas vezes é hipotética ou irreal. O que nos permite reconhecer uma unidade calcada na lavoura do café do início do século para uma região que tem hoje diversas outras faces heterônomas como o setor educacional, o terciário comercial ou as pesquisas na área da saúde?

A Geografia contemporânea entende que qualquer paisagem é cultural. O que se insere na discussão aberta aqui é a “patrimonialização” do conceito, ou seja, o esforço de recolher dentre os elementos que a constituem âncoras ou referências que permitam a eleição de uma determinada paisagem como patrimônio histórico, levando em consideração tanto seus aspectos físicos quanto imateriais. Esse constructo gera outro ou dele se desdobra: o consenso a respeito de qual identidade ou tipicidade define essa paisagem; a construção de uma identidade (regional ou nacional) compõe fortes vínculos com a leitura e delimitação de uma paisagem cultural:

Socialmente, a procura da “paisagem” dos “lugares”, do “patrimônio” vivido ou percebido, desdobra-se numa heterogeneidade de conteúdos e significações por vezes vagas e contraditórias. Percebe-se, no ruído de fundo, uma vontade de reconstruir uma identidade e um enraizamento local, uma defesa de valores naturais e ecológicos, uma necessidade de qualificar o quadro de vida cotidiano, mas também (e,

sobretudo, agora) de chamar a atenção sobre patrimônio e lugares excepcionais [...] A paisagem patrimônio constitui um caso especial no contexto das paisagens culturais. Numa abordagem mais superficial, o valor patrimonial da paisagem reduz-se, muitas vezes, a um exercício de cenografia descolado das condições intrínsecas de produção e evolução dessas paisagens, e que sobrevaloriza os elementos pitorescos tradicionais (socalcos, muros, arquiteturas vernaculares, ruínas, sítios arqueológicos, lugares excepcionais, simbologias, mitos) convertidos em ícones de uma “autenticidade cultural perdida” e em imagens de modos de vida supostamente harmoniosos e bucólicos (DOMINGUES, 2001).

Vimos tentando até aqui definir o que é paisagem. Talvez precisemos agora retificar a pergunta, frente ao panorama de abordagens que lançamos: quem fala (ou não) da paisagem e por quê? (DOMINGUES, 2001).

Assumindo a possibilidade de fecharmos uma definição unívoca do conceito, a realização do esforço de identificar e qualificar a paisagem de um lugar, sendo ela cultural ou não, só nos parece possível se nos colocarmos, autores dessa leitura, como moradores-cidadãos de uma cidade contemporânea cuja visão de mundo é inevitavelmente contaminada por essa condição e imbuídos do valor de se resgatar ou construir uma possível imagem-síntese desse lugar, uma imagem que nos dê coesão, sentido e um possível “pertencimento” a um espaço-tempo determinados. Essa condição de sujeito do discurso, do entendimento de que sempre há um “lugar de onde falamos”, se aplica ao caso do INRC de Ribeirão Preto, onde o resultado dos estudos e levantamentos sobre uma suposta paisagem é, sobretudo, um movimento de atores locais motivados por valores culturais associados às suas formações específicas (sociólogos, arquitetos, geógrafos ou articuladores culturais) e/ou ligados a um poder público que viu na abordagem cultural um veio eficaz de angariar importante visibilidade política diante da população local. Discutindo a respeito do que preservar, memorar, tomba ou valorizar, decisões que compõe o núcleo do trabalho do INRC, o grupo fala por uma coletividade municipal e engendra um consenso sobre e a partir desta:

Na verdade, esta condição está como que pressuposta desde o início, pois o discurso, a todo tempo, tratou a cidade como uma unidade: a cidade *compete*, a cidade *deseja*, a cidade *necessita*. Enquanto se

discute se as cidades competem ou não, e o que elas desejam, se aceita, como natural, a instauração da cidade como sujeito - sujeito simples, coeso, sem qualificação. Por um ato de nomeação, como diria Bourdieu, pretende-se instaurar socialmente a existência daquilo que no discurso, *a priori*, se supôs existente (VAINER, 2000, p. 69).

Carlos Vainer se filia aqui a um pensamento sobre a paisagem cultural onde a “cidade do pensamento único” é um codinome da cidade contemporânea que busca o consenso através da cultura, legitimando ou obliterando um sistema social e econômico injusto e explorador:

Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado *marketing urbano* se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos. A cidade, porém, reconhecerão mesmo seus mais convictos vendedores, é certamente a mais complexa de quantas mercadorias jamais existiram. Nestas condições, o *que é que, afinal de contas, se vende* quando se põe à venda uma cidade? (VAINER, 2000, p.78).

Adeptos de uma reflexão marxista sobre o fenômeno urbano, autores percorrem exemplos de outras cidades europeias que comungam o mesmo destino, ou seja, elegerem ícones culturais que amalgamam suas identidades e as tornaram mercadoria comerciável em larga escala:

E, no foco de tudo, a cultura: do patrimônio restaurado, com destaque para a ilha dos museus, ao esforço em reativar os lugares mais representativos da Berlim dos estereotipados anos 1920, como *Postdamer Platz*, *Prenzlauer Bcrg*, no leste, que volta a ser o bairro da boêmia artística, ou o velho *Mitte*, resultado da emigração de muitos dos jovens artistas, em especial os que viviam em habitações “squaterizadas” de *Kreutzberg* oeste, agora elevados à categoria de galeristas, estimulados pelos subsídios do governo. Além do mais, confirmando que o que se cultua na imagem promocional de uma cidade é ela mesma, a Bienal de Berlim, ao se renovar inteiramente, adotou como tema a própria Berlim (“Berlim/Berlim”), de modo que o

visitante não perdesse de vista que o que está em jogo é a nova capital à procura de sua identidade (universal). Tão oca quanto o domo, e incontestável quanto a certeza de que A é igual A (ARANTES, 2000, p. 66).

Frente ao conjunto de reflexões sobre a cidade contemporânea, dos **não-lugares** (AUGÉ, 1994), da **urbanização** e dos **territoriantes** (MUNHÖZ, 2000) ou da **tematização** (SORKIN, 1992), a questão a respeito de “quem fala - ou não - da paisagem e por quê?”, como lançamos acima, encontra mais relevância que a unificação ou explicação do conceito de paisagem e suas derivações terminológicas. Munhõz ao se referir aos projetos de renovação urbana em centros históricos trata exatamente desse fenômeno. Discorrendo sobre o “indiferentismo espacial contemporâneo” consequência da urbanização dispersa (*edge cities*, parques industriais, condomínios, etc.) fala de duas características recorrentes da cidade contemporânea, a saber:

- A indiferenciação espacial entre áreas de uma mesma cidade com diferentes graus de urbanização, ou seja, a implantação de um modelo de espaço urbano que não leva em consideração as especificidades do lugar, por exemplo, as características rurais das urbanas; a esse aspecto chamaríamos de **intra-homogeneidade**. Assim, a convivência entre os valores dos condomínios e dos moradores de Bonfim não se trata de uma exceção, mas uma regra própria dos contextos urbanos contemporâneos;
- A homogeneização formal e funcional destes territórios de expansão urbana gerados pela urbanização dispersa em diferentes cidades de todo o mundo, ou seja, uma **inter-homogeneidade** diluidora de identidades, diferenças e peculiaridades regionais advindas da adoção de um padrão globalizado de espaço urbano. Da mesma forma, o caso de Bonfim se encaixa perfeitamente nessa categoria.

Instaura-se, como consequência, “descontinuidades repetidas de formas estandardizadas” (MUNHÖZ, 2000) onde questões como patrimônio histórico e paisagem cultural fazem parte dessa homogeneização: “De forma más específica, las diferencias morfológicas entre lós espacios de renovación, como pueden ser frentes marítimos o centros históricos, em la mayoría de ciudades son prácticamente inexistentes” (MUNHÖZ, 2000, p 23). Há uma recorrente e progressiva especialização de localidades que adotam um tipo específico de

paisagem voltada para um consumo midiático e visual: num primeiro momento a busca por uma tipicidade identitária através de estudos, pesquisas e levantamentos – onde o INRC de Ribeirão Preto aparece como exemplo – e num segundo momento os projetos de “revitalização”, “intervenção” ou outros termos congêneres que oscilam segundo a moda ou conveniência, mas que, inevitavelmente, têm como objetivo central o lucro, como lembra LEITE (2004, p. 65):

Essa dimensão mercadológica implica que a racionalidade da preservação tem seu foco direcionado para as práticas que podem agregar valor aos bens culturais, no sentido de possibilitar uma rentabilidade dos investimentos aplicado, acrescidos dos lucros potenciais que o bem restaurado pode propiciar.

Paisagens, como nos propusemos a refletir até aqui, são constructos do tempo, do espaço e da especificidade do olho que as engendra; são sempre fruto de uma leitura subjetiva do lugar. Elas não podem ser criadas ou recriadas, pois são, também, resultado de relações sociais, históricas e culturais dadas e irrevogáveis. No entanto, na esfera do consumo midiático, os objetos-produto não são paisagens concretas senão **imagens**, estas sim passíveis de reprodução e replicação. Se a lavoura cafeeira do século XIX em Ribeirão Preto criou uma paisagem cultural típica e específica daquele contexto histórico, o que nos permite entrever uma paisagem cultural contemporânea do café, senão como uma **imagem** concebida por cidadãos do século XXI que, diante de um incômodo vácuo de referências e vínculos identitários, recorrem a uma recriação memorialística que dá peso e sentido à sua existência social presente?

Tendendo a pensar a cidade dentro de registros cada vez mais calcados na imagem e distantes de experiências concretas de relação e troca humanas, trabalhos e reflexões sobre a cidade do presente e do passado e suas possíveis continuidades podem significar reproduzir naquelas imagens e valores que se produz idealisticamente desta, como lembra SORKIN (1992): “The new city has the power simply not only to bypass the traditional scenes of urbanity but to co-opt them, to relegate them to mere intersections on a global grid for which time and space are indeed obsolete” (p.25). Atuando tanto na esfera da nação como do local, o Inventário Nacional de Referências Culturais

(INRC) tem como desafio na pessoa de seus realizadores diretos, monitores e usuários, a superação de uma abordagem tematizada e imagética do passado e das tradições locais. Em que medida a cidade contemporânea, onde nos achamos e nos perdemos cotidianamente, não dá, ela mesma, dentro de suas idiossincrasias e contradições, as pistas e os parâmetros a respeito do que se perdeu ou ganhou-se com o passar dos anos? O que aqui colocamos é uma sugestão de encaminhamento de novos pressupostos de intervenção que, como vimos, resvalam em conceitos ideologicamente perigosos: pensar Bonfim Paulista sem precisar recorrer a imagens pretéritas que fixem a vila a um ideal a ser reconquistado pelo registro patrimonialista. Inventariar, pesquisar, registrar, reviver, recontar, guardar e fixar, mas com o devido cuidado de entender os dados da contemporaneidade, no caso em questão, a convivência com os condomínios.

A elaboração do INRC-IPHAN pode ser considerada a tentativa mais consistente de pensar o patrimônio em Bonfim por parte do poder público. Nas eleições municipais de setembro de 2012 a prefeita de Ribeirão Preto Dárcy Vera é reeleita e por conta de uma reforma nas pastas executivas a secretária da cultura Adriana Silva deixa o cargo a partir de 31/12/2012. O novo secretário Alessandro Maraca procurou manter ao longo de 2013 os trabalhos do grupo de pesquisadores encarregados da elaboração do INRC, porém o grupo se extingue em dezembro desse ano. O saldo desses quatro anos de pesquisa sobre o patrimônio histórico de Ribeirão Preto, de 2010 a 2013, do qual Bonfim Paulista representa uma pequena parte, são os Relatórios publicados em 5/11/2010 e em 15/12/2011, chamados respectivamente de primeiro e segundo relatórios, além de inúmeras publicações sobre o tema derivados dos trabalhos dos pesquisadores envolvidos, material que serviu de base para o registro das atuações governamentais tratadas nesse item.

Outra possível leitura sobre a atuação da Rede de Cooperação alinharia essa experiência com a que Sérgio Micelli chama de intelectuais co-optados. O termo foi usado pelo historiador para se referir a participação na vida pública entre os anos de 1930 e 1940 de intelectuais do porte de Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Abgar Renault e Augusto Meyer através de empregos formais como funcionários públicos na gestão do secretário Gustavo

Capanema frente ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Como define Miceli, estes escritores, artistas, jornalista e arquitetos de vanguarda se colocavam como “intelectuais cooptados”, ou seja, divididos entre uma necessária carreira pública e burocrática dentro de um governo de direita e uma produção intelectual de esquerda.

Esses intelectuais acreditavam que o fato de serem servidores do Estado lhes oferecia melhores condições de traduzir, pela arte, o verdadeiro espírito do povo brasileiro, não se deixando contaminar, assegurados pela neutralidade estatal, pela visão oblíqua das elites. Elaboravam de si mesmos uma visão de porta-vozes do povo duplamente realizada: pela sua produção intelectual independente e por sua atuação institucional no aparelho estatal (MICELI, 2001, p. 198).

De forma parecida, guardadas as evidentes diferenças entre um e outro caso, a Rede de Cooperação se estabelecia como um núcleo “para-governamental”, com amplas possibilidades de definir uma política de atuação pública sem ser plenamente um ente público convencional. Lotados em suas respectivas instâncias acadêmicas os pesquisadores (arquitetos, historiadores, geógrafos, pedagogos e publicitários) tiveram a possibilidade inédita de participar da gestão da coisa pública sem abrir mão de seus valores intelectuais de defesa dos patrimônios culturais das localidades e de dar voz àqueles que atuavam como os principais definidores de uma política de preservação cultural, os habitantes do lugar, segundo pudemos demonstrar anteriormente. Os efeitos concretos dessa empreitada não se materializaram sob a forma de ações efetivas sobre o objeto de estudo, porém a contribuição para o estabelecimento de um discurso inaugural sobre o assunto é inegável, a despeito da controvérsia que a natureza do grupo encerra.

De modo geral, quanto às propostas do grupo, a crítica que pode ser feita é que está sendo pensado para Bonfim um “pacote” de medidas que se tornaram comuns e banais no Brasil em ações desta natureza: a criação de “centros de cultura local” que visam direta ou indiretamente o desenvolvimento de um projeto de turismo rural que passa pelo estímulo ao artesanato e pela instalação de serviços e comércios de apoio ao turismo. Este “pacote” padrão, levaria a um resultado padrão, tirando de Bonfim suas especificidades e

aproximando o lugar de outros lugares turísticos do país dentro do modelo “cidade típica do interior”.

Como lembra Flávia Costa (2009) a ideia do turismo como gerador de recursos financeiros ganha corpo nos anos sessenta do século XX, momento em que são criados vários documentos que defendem a criação de planos de desenvolvimento turístico em localidades pobres, mas com fortes resquícios de um passado potencialmente interessante a visitantes. As normas de Quito de 1967⁷⁴ são lembradas pela autora como exemplares nesse sentido, pois abrem perspectivas aos patrimônios históricos e culturais de se tornarem eixos de desenvolvimento econômico e social das comunidades locais.

Até hoje as consequências dessa nova perspectiva são relativizadas por estudiosos da área. COSTA (2009) enumera Carlos Lemos⁷⁵ e Antônio Augusto Arantes⁷⁶ como porta-vozes da crítica a essa postura: atribuir valor econômico através do turismo é desnaturalizar e comprometer a autenticidade dos hábitos, características, valores e costumes do lugar, risco que Bonfim Paulista enfrenta, a nosso ver, diante dos planos propostos pelo poder público. O turismo pensado como alternativa a uma pretensa estagnação econômica do lugar (onde o termo “revitalização” pode significar inserção em tendências recentes alinhadas ao ganho financeiro) pode, até, trazer benefícios para alguns setores da economia local, mas também envolve custos a serem pagos pelos que apreciam a atual vida do local.

O mercado do turismo tende a provocar impactos profundos no cotidiano, subordinando-o a suas demandas:

Não é difícil perceber que a principal estratégia do mercado de turismo é o estabelecimento de antíteses entre realidade e imaginário, entre a festa e o cotidiano, entre lugares de trabalho e os lugares de lazer. (...) Os cenários do lazer surgem a partir da apropriação de imagens com o

⁷⁴ As Normas de Quito foram resultado uma reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico que se deu na cidade de Quito entre novembro e dezembro de 1967 organizada pela OEA (Organização dos Estados Americanos). A íntegra do documento pode ser consultada no site do IPHAN: <http://www.iphan.gov.br>.

⁷⁵ Carlos Lemos, **O que é patrimônio histórico**. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1981; apud COSTA, 2009.

⁷⁶ Antônio Augusto Arantes. **Documentos históricos, documentos de cultura**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22, Rio de Janeiro, 1987, p.51; apud COSTA, 2009.

objetivo de compor repertórios de lugares turísticos que possam ser facilmente identificáveis ou categorizados pelos turistas (SILVA, 2004, p.22).

No nosso caso, a imagem a ser explorada seria a da pequena vila caipira, sossegada e tradicional que poderia ser associada a Bonfim. Estas, em certa medida, são características apropriadas a Bonfim: o lugar ainda é bucólico, tranquilo e aconchegante. Então o próximo passo seria oferecer essa condição ampliada, maximizada e pasteurizada para atrair visitantes e seu bem-vindo dinheiro, condição a ser alcançada através de intervenções urbanísticas, revitalização de fachadas e propostas de novos programas a serem implantados nas casas antigas.

A tematização do destino turístico, segundo Costa, cria ícones tais como “santuário ecológico”, “cidade histórica” (COSTA, 2004, p.63) que homogeneízam e selecionam a percepção do visitante, fazendo com que ele encontre e veja no lugar de destino exatamente aquilo que ele veio procurar e negando cidade real com suas mazelas e moradores. Nesse sentido, talvez o melhor ícone a que Bonfim poderia se adaptar seria o de “antiga vila do café”, um lugar de evasão e fantasia para um tempo onde as contradições que são inerentes à atualidade ainda não existiam e não incomodavam àqueles que hoje passam por suas ruas, ávidos por um pouco de descanso e humanidade que a cidade contemporânea lhes negou.

3.2 - O olhar da iniciativa privada: o projeto da Fundação Alphaville

Se a equipe ligada ao poder público encarregada de fazer um diagnóstico do acervo patrimonial de Bonfim e propor estratégias de intervenção se apoiou sobre conceitos ligados à geografia tais como o de paisagem cultural, a iniciativa privada, no caso aqui representada pela Fundação Alphaville mantida pela Alphaville Urbanismo S.A. proprietária de empreendimento na região que leva a marca do grupo, se mostrou bem mais pragmática em seus propósitos ao financiar um projeto de diretrizes urbanas para Bonfim Paulista apresentado às autoridades municipais no dia 24 de junho

de 2012 (**Figura 90**). Na verdade a iniciativa partiu da mesma Secretaria Municipal de Cultura que capitaneava o INRC-IPHAN, mas o desenvolvimento do projeto seguiu posteriormente sem a participação do poder público. O plano de diretrizes, como veremos a seguir, acessa o poder público pela Secretaria Municipal de Cultura e após sua apresentação busca angariar apoio de outras secretarias municipais como as do Meio Ambiente, Planejamento e Transportes Urbanos, porém em vão.

Em entrevista concedida pela ex-secretária Adriana Silva (**Anexo 9**), ela relata que no momento da realização dos inventários do INRC, Bonfim pareceu ao grupo de pesquisadores um lugar com certa identidade autônoma em relação a Ribeirão Preto, daí ter sido classificado como um sub-sítio de pesquisa ou localidade específica. Naquele momento, diz ela, sobretudo pela fala dos entrevistados pelos pesquisadores no Inventário, os moradores demonstraram certa apreensão em relação à crescente ocupação que os condomínios vinham operando sobre as franjas da vila. Nasceu então uma proposta no seio dos trabalhos da Rede, de sondar a empresa Alphaville Urbanismo S.A por intermédio da Fundação Alphaville a respeito da possibilidade da empresa participar como parceira nos esforços de intervenção e revitalização da vila. Segundo a ex-secretária a receptividade por parte da empresa foi positiva⁷⁷, enquanto as tratativas se iniciaram em 2011. Ainda que para os membros da Rede e governo municipal a parceria significasse uma compensação do impacto econômico, patrimonial ou cultural que a instalação

⁷⁷ Segundo informa o site da Fundação Alphaville (<http://fundacaoalphaville.org.br>) sua atuação tem início dois anos antes de qualquer atividade da empresa de urbanização Alphaville iniciar os trabalhos de lançamento do empreendimento: “por meio de uma equipe especializada, são elaborados diagnósticos locais e é estabelecido um canal de comunicação com os moradores (...) depois de um diagnóstico completo do local, a Fundação estabelece parcerias, como ONGs, universidades, empresas e Prefeituras, para que os projetos desenhados recebam o apoio das instituições locais. Assim, surgem os trabalhos de capacitação profissional, educação ambiental e geração de renda, resgate histórico, conforme as necessidades e talentos locais, melhorando a qualidade de vida e a autoestima dos moradores.” Curiosamente o termo “parceria” é reutilizado com certa imprecisão: “Esses dois anos são importantes para que a gente conheça a fundo a comunidade e enxergue com os olhos dela. E quando o empreendimento chega, eles já são nossos parceiros”, diz Evelyn G. Bernardo, gerente de sustentabilidade. Ver em: <<http://fundacaoalphaville.org.br/a-fundacao/afundacaoalphaville/>>; acesso em 20/11/2014.

do condomínio viria a causar sobre Bonfim, não parece ter sido essa a motivação que guiou a empresa a financiar o projeto ⁷⁸.

Figura 90: Apresentação do Plano de Diretrizes Urbanas para o centro Histórico do Distrito de Bonfim Paulista, dia 24/06/2012 no Palácio Rio Branco, sede da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Fonte: Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Ribeirão Preto. <<http://www.maisribeiraopreto.com.br/noticias>>Acesso em 12/04/2014.

⁷⁸ Em entrevista concedida ao autor a ex-secretária Adriana Silva perguntada se em algum momento o projeto foi visto como uma compensação do impacto econômico, patrimonial ou cultural que a instalação do condomínio viria a causar sobre Bonfim responde: “Nós da rede e a Secretaria de Cultura víamos dessa forma, eles [a Fundação Alphaville] não” (ver **Anexo 9**). Os arquitetos responsáveis pelo projeto financiado pelo AlphaVille reiteram a visão da ex-secretária: “Acreditamos que não, conforme afirmou a secretária Adriana Silva; não percebemos em momento algum que a empresa tinha qualquer receio de ser vista como o vilão da história, tanto que se empenhou em divulgar o projeto, ou seja, isso acabou se convertendo em algo positivo para ela”. (...) “Acho que a Secretaria agiu de forma inteligente, pois sabiam que a Fundação Alphaville tinha verbas disponíveis para esse tipo de projeto” (ver **Anexo 10**).

Acatada a ideia da Fundação de constituir-se como parceiro do poder público na intervenção sobre o Distrito, é contratado um escritório de Arquitetura e Urbanismo local para a definição do objeto através do qual se concretizaria a parceria. A princípio a empresa pensava num simples projeto de revitalização da praça central de Bonfim. Convencidos de que essa ação não representaria mudanças importantes em longo prazo para a vila, foi sugerido pelos arquitetos do escritório algo mais amplo e estrutural: um plano de diretrizes urbanas gerais que fosse executado em etapas e definisse um conceito ou partido fundamental a ser tomado como princípio por qualquer projeto que viesse a ser elaborado para o Distrito nos próximos anos. A celebração do contrato de projeto de diretrizes entre a Fundação e o escritório local representou, sobretudo, a transferência da esfera de atuação do poder público para a iniciativa privada: eram uma Fundação e uma empresa local de Arquitetura e Urbanismo definindo critérios, normas e diretrizes sobre a forma de uso e ocupação do Distrito no que se referia aos aspectos culturais e urbanísticos. Era a entrada definitiva da iniciativa privada na definição dos paradigmas de intervenção sobre Bonfim Paulista e também a possibilidade de que algo pudesse ser concretizado sem que precisasse ser mobilizada a morosa máquina pública administrativa. Cabe avaliar como, nesse contexto, cada um dos agentes atua como se fossem defensores dos interesses de Bonfim, mas, sobretudo, subordinados aos seus próprios interesses: o poder público viu na oportunidade de compensação um meio de aumentar sua visibilidade diante da opinião pública ao capitanear a ideia de oferecer uma nova praça a Bonfim; o escritório de arquitetura como uma chance de ampliar a encomenda recebida e a Fundação como uma oportunidade de intervir e valorizar uma área onde tinha inegáveis interesses comerciais.

O plano levado a cabo pela Fundação se apresenta como uma primeira etapa de um total de quatro planos de ação. A única efetivamente realizada foi a etapa de levantamentos iniciais, plano de diretrizes urbanas e reorganização do espaço urbano; em seguida seriam realizadas outras três ações: os projetos de revitalização dos espaços públicos existentes, os projetos de reabilitação de espaços históricos e os projetos de parques urbanos nas margens dos cursos

d'água. Cada ação dependeria da anterior para se efetivar, portanto, tratava-se de um cronograma de ações coordenadas.

No que se refere à questão da identificação e preservação do patrimônio histórico do lugar, o plano defende uma postura de conjunto onde edifícios, espaços públicos e memória urbana coletiva compõem um todo indissociável: “o resgate do patrimônio urbano está intimamente ligado à possibilidade que se tem de requalificar os espaços urbanos degradados ou vazios” (FIÚZA, 2012). A ideia de recuperação ou resgate do patrimônio urbano já encerra em si certa relatividade: em que medida ele já não se encontra “recuperado” em mãos de moradores que ali vivem e comungam uma vida social reconhecidamente amena e prazerosa? O que, de fato, seria “resgatar” esse patrimônio? Ou ainda: que noção ou conceito de patrimônio está em pauta? Por outro lado, a ligação entre esse possível “resgate” e a requalificação de vazios urbanos (conceito este também muito amplo e vago) aponta para um modelo de intervenção sobre a cidade existente típico dos grandes empreendimentos urbanos de viés comercial.

Outro aspecto a ser trabalhado pelo projeto da Fundação seria a consciência patrimonial, ou seja, movimentos e ações que promovessem o reconhecimento dos moradores a respeito do seu patrimônio material a fim de viabilizar os processos de revitalização. Atingido então um possível consenso sobre “o que” e “por que” preservar:

Deve-se priorizar o desenvolvimento econômico das áreas a serem preservadas, buscando ações conjuntas entre Estado e políticas de reabilitação que combinem elementos como: consenso entre órgãos públicos, financiadores do setor privado, planejamento estratégico, demanda por design de alta qualidade e realização de eventos catalisadores (FIÚZA, 2012, com grifos do autor).

Mais uma vez a ideia de desenvolver a consciência patrimonial do lugar se conjuga com um projeto ou promessa de desenvolvimento econômico como se ambos estivessem indissociáveis e fossem consequências naturais um do outro. Nesse sentido, o termo “reabilitação” adquire significados amplos e metaforicamente ricos: reabilitar o patrimônio e a cidade para que ambos atendam à especulação comercial, nunca vista como excludente e

homogeneizante, mas como promotora de bem-estar social. Citando CASTRIOTA (2009), os autores refletem também sobre a amplitude e a relevância da realização dos inventários de bens culturais, tais como o INRC-IPHAN. Acreditam que tais processos não levam em consideração a efetiva apropriação dos espaços públicos pela população, nem são capazes de descrever aspectos importantes da vida nas ruas ou nos bairros estudados. Seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério das Cidades (2006) para a elaboração de planos e projetos urbanos, os inventários precisariam ser usados de forma coordenada com as seguintes ações:

- A compatibilização com o Plano Diretor Municipal e legislações local, estadual e federal;
- A preservação do meio ambiente urbano (natural e construído), valorizando-se patrimônio cultural e paisagem urbanos;
- A viabilização dos investimentos necessários à reabilitação e sustentabilidade das áreas centrais através do estímulo à atuação integrada do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada;
- A participação da sociedade nas decisões, acompanhamento e controle dos planos de reabilitação, por meio da gestão democrática e compartilhada;
- A promoção e apoio à integração das ações públicas municipais através de planos de gestão para reabilitação das áreas centrais;
- A garantia da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana;
- O atendimento aos idosos ou portadores de deficiências físicas, pela adoção de projetos ou soluções técnicas que eliminem barreiras arquitetônicas ou urbanísticas, bem como de equipamentos comunitários voltados ao atendimento desse segmento da população;
- O atendimento às normas de preservação ambiental e cultural, eliminando ou minimizando os impactos ambientais negativos na

área objeto de intervenção e seu respectivo entorno (FIÚZA, 2012).

As ações acima descritas compõe uma espécie de “pacote” de medidas padronizadas para cidades que se querem antenadas com as boas práticas da administração pública contemporânea, sobretudo com aquelas que tem como molde o receituário neoliberal defendendo o poder privado como modelo e base para a coisa pública. Com bases conceituais frágeis, recomendações genéricas e pouco atentas às especificidades do lugar, costumam ser pouco questionadas por traduzirem o que se tornou um senso comum sobre o assunto, fato que as legitima como discurso. Na prática, entretanto, acabam por se tornarem muitas vezes ineficazes ou prejudiciais à paisagem e à vida urbana, ao traduzirem uma postura sobre a cidade empobrecedora e reducionista.

Mesmo assim, ainda que possa parecer incoerente, o ponto convergente de todas essas ações está em se autoproclamarem medidas de reabilitação e/ou requalificação. Assim nos parece que as propostas cogitadas para Bonfim estão distantes de um conceito consistente de política pública. Citando MARICATO (2000, apud FIÚZA, 2012):

[requalificação seria] uma ação que preserve, tanto quanto possível, o ambiente construído existente (pequenas propriedades, fragmentação no parcelamento do solo, edificações antigas) e dessa forma também os usos e a população moradora. A reforma necessária na infraestrutura existente para adaptá-la a novas necessidades não deve descaracterizar o ambiente construído herdado. Nos edifícios deveria ser feitas “intervensões mínimas” indispensáveis para garantir conforto ambiental, acessibilidade e segurança estrutural (FIÚZA, 2012).

Ainda citando MARICATO (2000) o plano de diretrizes explicita também o que entende por revitalização:

A revitalização de velhos centros urbanos exige a defesa do pequeno negócio como estratégia para a manutenção de empregos e também das características históricas do patrimônio construído. Nem sempre esse patrimônio é de primeira grandeza, como o são os imóveis tombados, devido ao seu valor histórico, arqueológico e artístico. Mas

grande parte das características do centro são dadas pelo patrimônio “banal” ou comum. Este fornece parte dos padrões de parcelamento do lote, tipologia de construção, relação dos imóveis com a rua, materiais construtivos, detalhes de adornos, etc.

O Plano de diretrizes baseia-se em dois expedientes: o levantamento dos chamados “valores da comunidade” (item 3.3 do Plano) ⁷⁹ e a descrição da “arquitetura de Bonfim Paulista” (item 3.1 do Plano), um levantamento minucioso e preciso sobre as tipologias construtivas e sua relação com a história do lugar.

Em relação ao primeiro aspecto, a metodologia utilizada para a coleta de dados foi a aplicação de formulários entre os moradores da vila. Eles revelaram aspectos do cotidiano do morador como a falta de assistência médica, de áreas de lazer, cultura e eventos, de infraestrutura urbana; o fato da maior parte dos entrevistados se dirigir ao centro da vila a pé, sendo descrito como um hábito característico do bonfinense; o desejo de uma maior variedade de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços a fim de suprir uma demanda não só proveniente dos moradores da vila mas dos condomínios (mais uma vez é retomada a ideia de que o comércio precisa se “adequar” a um novo perfil de público consumidor mais exigente); por fim, o fato de que em demandas relativas à saúde, cultura e lazer o morador se desloca até Ribeirão também caracteriza a vida do lugar.

Em relação ao segundo aspecto – a arquitetura de Bonfim Paulista – o Plano reproduz a historiografia tradicional forjada pelas narrativas oficiais: a data de fundação da primeira capela e suas consecutivas reformas e ampliações, os padres e bispos que nela trabalharam, os diversos nomes que o vila teve, o primeiro centro telefônico, o primeiro farmacêutico, hotel, fábrica, clube de futebol e os nomes mais proeminentes lembrados, preservando

⁷⁹ O levantamento dos valores e anseios da comunidade no trabalho encomendado pela Fundação Alphaville foi realizado com a aplicação de formulários em campo através dos quais foram identificadas dois tipos de demandas: uma associada à população residente no Distrito de Bonfim Paulista como um todo e outro associado especificamente aos proprietários de imóveis considerados de relevância patrimonial. O objetivo dos formulários foi levantar quatro tipos de informação: origem e perfil socioeconômico dos moradores de Bonfim, formas de utilização dos espaços urbanos pela população, anseios e valores da comunidade e identificação do que é reconhecido pela população como patrimônio. A apresentação do projeto realizada no dia 24 de junho de 2012, no Palácio Rio Branco em Ribeirão Preto foi aberta aos municípios, segundo os autores do Plano.

também o tom celebrativo e o destaque de fatos banais da vida pública, tudo devidamente ordenado numa tabela cronológica (**Tabela 2**).

Sobre o suposto patrimônio arquitetônico do lugar os moradores nos formulários se manifestaram elencando imóveis que, segundo suas percepções, seriam relevantes para a história do distrito: a escola municipal, a Igreja Bom Jesus do Bonfim, o antigo edifício da CPFL, o antigo cinema, o barracão na praça Bonfim e o conjunto dos edifícios do centro.

DATA	EVENTO
02/11/1845	Doação de terras para a formação do Patrimônio de São Sebastião (Ribeirão Preto). José Mateus dos Reis, proprietário da maior parte das terras da Fazenda Palmeiras fez a primeira doação no valor de 40 mil réis.
1883	Chegada dos trilhos da Mogiana em Ribeirão Preto.
28/12/1893	O antigo povoado conhecido como Gaturamo é denominado de Vila Bonfim.
1893	Instalação de serviço de telégrafo.
1894	É fundada a primeira capela de Vila Bonfim tendo como santo padroeiro, Bom Jesus de Bonfim.
10/02/1896	Chegada do primeiro trem em Vila Bonfim.
03/1896	Inauguração da Estação Ferroviária de Vila Bonfim.
1897	Foram criados o Cemitério Municipal, o Serviço de Iluminação Pública a querosene.
25/02/1898	Nomeado o primeiro vigário da Vila Bonfim.
30/12/1898	Foi elevada a categoria de Paróquia.
12/01/1901	Criação do Cartório de Registro Civil e Anexo, porém só foi instalado em 12/01/1903.
22/08/1903	Início da construção da Matriz, anexa à antiga capela.
1904	Instalação da rede de abastecimento de água.
1904	Três escolas funcionavam em Bonfim Paulista: 1 pública e 2 particulares, totalizando 92 alunos.
1906	Inauguração da subprefeitura tendo como primeiro subprefeito, José Luciano de Andrade.
1911	A Fazenda Pau Alto da Sra. Iria Junqueira alcança produção de cem mil arrobas de café.
1913	Primeira jardineira de Villa Bonfim.
24/03/1933	Solicitação de abertura do comércio aos domingos.
1935	Assinatura do edital de concorrência para construção do necrotério municipal.
07/10/1935	Construção do necrotério municipal. Assinatura do contrato por Alexandre Setti.
30/11/1938	Definição do território de Villa Bonfim para fins jurídicos e tributários, o perímetro urbano. Ato nº 28, assinado pelo Prefeito Fábio de Sá Barreto. Mudança do nome de Vila Bonfim para Bonfim Paulista. Decreto Estadual nº 9.775.
1939	Aprovação de projeto para remodelação da praça centra "Barão do Rio Branco".
05/04/1943	Inauguração do Posto de Tracoma.
1948	Construção do antigo Grupo Escolar de Bonfim Paulista.
1948	Instalação de paralelepípedos nas principais ruas do distrito.
1952	Inauguração do Pronto Socorro.
1954	Inauguração do Parque Infantil.
1954	Criação da Horta Municipal.
1955	Criação do Clube Atlético Bonfinense
1957	Inauguração do primeiro matadouro de Bonfim Paulista.
1963	Construção da estrada ligando Araraquara a Ribeirão Preto passando por Bonfim Paulista.
1970	Inauguração do edifício da Escola de 1º e 2º graus Dr. Francisco da Cunha Junqueira.
02/1984	Inauguração da Praça Jordino Vieira Sampaio.
08/1985	Inauguração do monumento do Senhor do Bonfim.
05/1986	Inauguração da Praça Nossa Senhora Aparecida.
1992	Inauguração do poço para tratamento de esgoto.
07/08/1992	Inauguração da Praça Armando Toni.
10/02/1995	Instalação de uma unidade do Juizado de Pequenas Causas no Distrito de Bonfim Paulista.
19/06/2006	Inauguração do Museu de Arte e Trabalho "Leopoldo Lima".

Tabela 2: Cronologia da história de Bonfim Paulista elaborada pelo Plano de Diretrizes para o Centro Histórico de Bonfim Paulista. Fonte: FIÚZA, 2012. Grifos do autor.

Segundo a maioria dos entrevistados, a preservação do patrimônio arquitetônico e urbano bonfinense deve ser feita através de atividades culturais. Empenhados em caracterizar o patrimônio arquitetônico do lugar os autores do Plano propõe uma análise sobre aquela arquitetura de forma parcial, deixando, por exemplo, de considerar as manifestações de cunho *Art Déco*:

A arquitetura das edificações selecionadas em Bonfim Paulista para esse relatório é herdeira distante de duas principais “culturas arquitetônicas” que sincretizadas deram origem a uma linguagem própria: a primeira delas tem origem na arquitetura dos mineiros que povoaram essa região (bacia do Rio Grande formada no lado paulista pelos rios Mogi-Guaçu e Pardo), trazendo uma tipologia arquitetônica definida pela estrutura autônoma de madeira (gaiola) sobre embasamento de pedra em áreas em declive (meia encosta) e paus-a-pique; a segunda é caracterizada pela cultura do café (...) em que o paulista inicialmente “pode abandonar, de maneira definitiva, o velho partido bandeirista, que era tão do gosto do proprietário de engenho ituano, para aceitar a solução da meia encosta, de inspiração mineira” (LEMOS, 1979, p. 283) ⁸⁰ resultando na arquitetura modesta caracterizada pela simplicidade técnico-construtiva (sincretizado com a arquitetura mineira), com poucas e pequenas aberturas, paredes caiadas, térrea, alinhada ao passeio e com telhado de duas águas com telhas capa e canal, “versão modernizada ou sùmula final de plantas coloniais” (LEMOS, 1989, p.35) ⁸¹ (FIÚZA, 2012).

A análise detecta ainda uma terceira manifestação arquitetônica oriunda da cultura do café na passagem do XIX pro XX:

Diante desse quadro arquitetônico dos finais do século XIX, desenvolve-se uma terceira linguagem arquitetônica própria ou da cultura eclética local, reinventada com as outras duas “culturas arquitetônicas”, com a chegada da ferrovia, dos empórios de abastecimento, das pequenas fábricas, da mão de obra imigrante, um novo “saber fazer” que introduz na arquitetura de Bonfim Paulista, no início do século XX, a alvenaria de

⁸⁰ LEMOS, Carlos A. C. **Na terra dos tropeiros**. IN: Arte no Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Volume 1.

⁸¹ LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café**. São Paulo: Nobel, 1989.

tijolos argamassados com barro (já presente nas fazendas de café da região), “possibilidades decorativas dos forros trabalhados, das cimalthas e tabeiras recortadas, das altas portas embandeiradas com seus vidros coloridos”, (LEMOS, 1989, p. 35) ⁸² fachadas apresentando (colagens classicizantes) molduras tímidas, pilastras e cunhais pouco salientes, capitéis e ornamentos simplificados, distanciando-se do passado rural e incorporando pouco a pouco, um caráter mais urbano e “moderno”, próprio do ecletismo, com suas platibandas, a geometrização de planos e molduras, janelões de ferro e vidro, largas portas de enrolar, ladrilho hidráulico, barras impermeável (respondendo as novas exigências das posturas municipais) até arquitetura “em estilo”, como o neocolonial. Mas essa bonita história da “suplantação da antiga arquitetura por novos partidos ligados a uma nova sociedade, dona de outros hábitos, usos e costumes mesclados e de modernos critérios seletivos mercê de novos conhecimentos, novos códigos, novas leis” ocorrida e comentada por LEMOS (1989, p. 35) ⁸³ em algumas de nossas cidades paulistas, adquire um “sotaque”, um regionalismo próprio em Bonfim Paulista, que o exibe orgulhoso e seguro desse seu conjunto arquitetônico fortemente enraizado na sua identidade histórica (FIÚZA, 2012).

O relatório procura identificar precedentes históricos e lança algumas hipóteses genéricas sobre a arquitetura dos imóveis mais antigos de Bonfim Paulista deixando claro, num primeiro momento, que se trata de uma manifestação comum a grande parte das cidades paulistas do ciclo do café, alinhavando assim esse “patrimônio” a uma história da formação das cidades do interior do estado de São Paulo, lançando mão, para isso de uma produção teórica consistente e importante, as obras do professor Carlos Lemos sobre o assunto. Mas ao sugerir um “sotaque” próprio da arquitetura bonfinense não deixa claro o que caracteriza esse sotaque, nem porque ele teria se formado. Se, como cita o relatório, o conjunto arquitetônico está “fortemente enraizado em sua identidade histórica” ele pode ser tomado como patrimônio histórico não por sua especificidade ou “sotaque”, mas por ser um exemplar de um modelo, um padrão que se manifesta com mais ou menos intensidade em

⁸² Idem.

⁸³ Idem.

diversas cidades paulistas, como o próprio Lemos deixa claro na sua obra. Talvez a narrativa historiográfica engendrada pelos autores do plano de diretrizes tenha perdido a oportunidade de se distanciar do tom celebrativo e memorialista que, como dissemos, é reiteradamente adotado e reproduzido pelos que trabalham com a história de Bonfim. Alinhar a arquitetura de Bonfim a “culturas arquitetônicas” mineiras, paulistas ou ecléticas reconhecidamente históricas e recorrentes já bastaria para tratá-la como patrimônio, sem que fosse necessário apresentar características típicas ou exclusivas.

O plano de diretrizes segue o reconhecimento de Bonfim descrevendo o uso do solo, seus equipamentos públicos relevantes, os vazios, a malha e hierarquia viária, a distribuição dos gabaritos das edificações, o transporte público e as áreas verdes. Em seguida identifica marcos e eixos visuais urbanos, além de potencialidades e conflitos presentes no lugar que subsidiam a formulação de diretrizes, objetivo final do trabalho. Destas nos interessa analisar aqui aquelas diretamente ligadas à identificação de paradigmas de intervenção sobre o espaço urbano onde o tema do patrimônio histórico seja levado em consideração de forma mais evidente.

Defini-se um zoneamento patrimonial de Bonfim através da identificação de manchas de intervenção:

Baseando nos critérios de exemplares de arquitetura significativa, relação da população com os bens inventariados, evolução urbana do distrito e configuração sócio-espacial do conjunto de bens, foram identificadas algumas manchas de intervenção (...) e critérios de preservação, que não têm como objetivo o engessamento do distrito ou tombamento em massa, mas sim a promoção da integridade social, que em muitos casos está ligada a essa dinâmica espacial interligada por bens de natureza material (que também dependem uns dos outros por terem valor enquanto conjunto arquitetônico) e imaterial (FIÚZA, 2012).

O zoneamento proposto diferencia entre essas manchas quatro zonas qualitativamente distintas: a de alteração, a de preservação, a de restauração e a de renovação urbana. Na primeira zona foram incluídos os imóveis que sofreram descaracterizações em seu interior e exterior ao longo do tempo (**Figura 91**). Os autores propõe a retomada de suas características originais

através de ações pontuais: a substituição de portas e janelas atuais por réplicas de possíveis modelos originais; a colocação dos revestimentos semelhantes aos originais (exemplo os barrados impermeáveis encobertos por revestimentos); a reconstrução das platibandas de formato próximo ao das originais; o restauro ou reconstrução de detalhes arquitetônicos ecléticos tais como ombreiras, molduras, alto-relevo, adornos, entre outros e a retirada de elementos estranhos ao estilo tais como marquises, toldos, alvenarias, cerâmicas e vidros; a remoção de comunicação visual irregular com a adequação a lei municipal 12730/2012 conhecida como “Cidade Limpa”; adoção de um padrão cromático característico da época (que será explicado a seguir) e preservação do uso original do imóvel (comércio e prestação de serviços, misto, residencial e institucional).

Na segunda zona chamada de preservação foram incluídos os imóveis preservados em suas características originais, necessitando apenas de manutenção para conservar suas características atuais (**Figura 92**). Para esses imóveis a recomendação foi a preservação do uso atual do imóvel, o respeito ao “padrão cromático da época”, além dos indicados no item anterior (remoção de elementos acrescentados ao original, e padronização da sinalização visual, etc.).

Para a zona de restauração foi indicado apenas um imóvel na rua Felisberto Almada (**Figura 93**) em estado de conservação precária porém preservado em suas características originais; para este caso são válidas todas as recomendações anteriores.

Por fim a chamada zona de renovação urbana estabelece critérios para construção de novos edifícios ou reformas em edifícios não selecionados como de interesse patrimonial histórico, procurando manter uma ambiência urbana coerente com os conjuntos a serem preservados; para isso o plano impõe normas claras:

- A altura máxima das novas edificações deverá ser no máximo 4 metros;
- Para reformas em edificações não selecionadas estas deverão seguir a proporção volumétrica das edificações existentes no seu entorno;
- Respeitar os antigos materiais construtivos das fachadas usando novos materiais compatíveis com os originais;

- Instalar postes de energia acima da altura da fachada, privilegiando fiações subterrâneas ou que gerem menos impacto visual;
- Padronização da sinalização visual conforme a lei 12730/2012 “Cidade Limpa”;
- Deverá ser seguido o padrão cromático de cada época (FIÚZA, 2012).

Além do zoneamento o plano enumera ações a serem empreendidas tanto no que se refere à materialidade dos imóveis – regras relativas ao interior dos imóveis e em relação às pinturas das fachadas – quanto a aspectos ligados a políticas públicas voltadas ao patrimônio, tais como a criação de um órgão público que excute as ações propostas e a criação de meios de promoção e difusão do patrimônio cultural, sendo citado como exemplo o programa “Monumenta” do IPHAN com vistas à captação de recursos para os trabalhos de restauro.

Figura 91: Imóveis exemplares da zona de alteração na Rua Felisberto Almada.
Foto: Carolina Simon, 2012. Fonte: FIÚZA, 2012.

Figura 92: Imóveis exemplares da zona de preservação na Rua Capitão José Lopes Otero.
Foto: Carolina Simon, 2012. Fonte: FIÚZA, 2012.

Figura 93: Imóvel indicado para restauração na rua Felisberto Almada.
Fonte: foto do autor; maio de 2011.

O plano, como se vê, oscila entre a definição de diretrizes, entendidas como normas gerais que conceituam e estruturam ações futuras e regulamentações de caráter acentuadamente preciosista, buscando um controle e uma determinação da ação intervencionista que nos parece por vezes desnecessária e de difícil efetivação, como é o caso das regras relativas à pintura das fachadas. Tomando como referência os trabalhos do corredor

cultural do Rio de Janeiro, importante trabalho de prática de restauro na escala urbana⁸⁴, o plano faz recomendações que vão além do que o exemplo carioca propõe:

Um possível padrão cromático poderá ser seguido para as alterações dos imóveis: **IMÓVEIS TIPOLOGIA 1** (origem na arquitetura dos mineiros) e **TIPOLOGIA 2** (caracterizada pela cultura do café em que o paulista inicialmente “pode abandonar, de maneira definitiva, o velho partido bandeirista, que era tão do gosto do proprietário de engenho ituano, para aceitar a solução da meia encosta, de inspiração mineira”): **FACHADAS:** Usar cores claras (branco), tons claros formados por pigmentos terrosos, vermelhos e ocre misturados a base branca; **METAIS E ORNAMENTOS:** Usar cores fortes, sempre mais escuros que o tom da fachada. Cores como o verde-musgo, azul marinho, marrom poderão ser usados; **IMÓVEIS NEOCLÁSSICOS OU ECLÉTICOS COM CARACTERÍSTICAS NEOCLÁSSICAS:** **FACHADAS:** Utilizar tons pálidos de rosas, azuis e amarelos; **METAIS E ORNAMENTOS:** Usar tons mais claros que os da fachada, pigmentos como azul-claro, branco, areia. **IMÓVEIS NEOCOLONIAIS:** **FACHADAS:** Utilizar tons claros como areia, branco, tons pastéis de rosas, azuis; **METAIS E ORNAMENTOS:** utilizar tons mais fortes, como azuis, verdes, marrom (FIÚZA, 2012).

Doze ações são propostas, além destas que já foram analisadas, a fim de conquistar o que foi chamado de “articulação do espaço urbano de Bonfim”. São propostas de remodelação do sistema viário e de passeios públicos, criação de áreas de lazer e esporte como ciclovias, parques, praças e a requalificação das áreas próximas ao córrego que atravessa a vila, hoje

⁸⁴ Nos trabalhos do Corredor Cultural do Rio de Janeiro (RIOARTE & IPLANRIO. **Corredor Cultural:** como recuperar, reformar ou construir seu imóvel. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995, 3ª edição) o padrão cromático dos edifícios é estudado dentro de uma proposição mais conceitual que prescritiva, buscando ligar o período histórico a certas características recorrentes: “As técnicas de pintura evoluíram, mas ainda permanecem construções que testemunham as características cromáticas de cada época. Assim arquiteturas coloniais utilizaram muito a caiação branca evidenciando os vãos com tons escuros. Aos poucos surgiram os pigmentos terrosos que misturados com a cal, deram origem a cores terrosas, tais como os vermelhos e os ocre. Tonalidades pálidas de rosas, azuis e amarelos caracterizaram arquiteturas neoclássicas, onde houve a inversão de entre os vãos, elementos decorativos e a fachada (neste caso a fachada é o tom mais escuro). Com a chegada de pigmentos solúveis em água, foi possível a criação de tons fortes, que no seu início são usados em pequenas quantidades como grades e esquadrias de madeira. Nas construções ecléticas o uso inicial foi de cores claras a base de cal e só depois começaram a utilizar tons vivos”. O texto, portanto, não nos parece sugerir um padrão estético a ser seguido.

escondido pela ocupação irregular da ZPM (Zona de Proteção Máxima, segundo o zoneamento ambiental do Código de Obras de Ribeirão Preto) com a criação de um parque linear de fundo de vale. Destas doze ações que, cabe lembrarmos mais uma vez, faz eco a um receituário urbanístico comum a qualquer cidade brasileira carente de ações públicas equilibradas e consistentes, poderíamos refletir mais cuidadosamente sobre a proposta de criação de um Centro Cultural de Educacional na Fazenda Santa Maria, bem próxima ao núcleo urbano e que conserva alguns edifícios da atividade cafeeira do início do século como casas de colonos, tulha e terreiro.

A proposta para esse Centro Cultural seria:

Criar espaços de trabalho para os **artesãos bonfinenses**; criar espaços de ensino da **cultura tradicional bonfinense** através de oficinas e atividades práticas; criar centro de memória do **patrimônio cultural bonfinense** e histórico das fazendas cafeeiras (FIÚZA, 2012, com grifos do autor).

Das entrevistas levadas a cabo pela equipe responsável pelo Plano de Diretrizes⁸⁵ nenhuma delas revelou a existência do artesanato como uma atividade relevante praticada pelos moradores. Quem são e onde estão os “artesãos bonfinenses”? Não estaria implícita nessa proposta uma concepção romântica da pequena vila do interior ainda muito ligada à manufatura artesanal vendida como mercadoria turística exótica? Sem dúvida algumas cidades possuem programas interessantes e socialmente relevantes ligados à formação de cooperativas de artesãos que geram trabalho e renda a muitas famílias. Órgãos como o SEBRAE e o BNDES vêm desenvolvendo trabalhos de incentivo à prática de pequenos negócios como é o caso do município paulista de Santo Antônio do Pinhal ⁸⁶, além das feiras de artesanato como as de Curitiba ⁸⁷ e Belo Horizonte ⁸⁸ também são exemplos de como o poder público

⁸⁵ Podemos ampliar esse universo àquelas que foram realizadas pela Rede de Cooperação Identidades Culturais e as empreendidas nessa pesquisa.

⁸⁶ Ver em: RICCI, Fábio. SANTANA, Rosângela. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL: O ARTESANATO LOCAL COMO ALTERNATIVA NA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL, SP. CULTUR. Revista de Cultura e Turismo, CULTUR, ano 03, n. 01, jan/2009, disponível em: <www.uesc.br/revistas/culturaeturismo>; acesso em 20/11/2014.

⁸⁷ A cidade de Curitiba conta com 23 feiras de artesanato espalhadas pela cidade; ver em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/artesanato-imt/42>>; acesso em 20/22/2014.

⁸⁸ A feira de Belo Horizonte conta com um site específico: <<http://www.feiradeartesanato.com.br/>>.

pode se tornar um agente importante dessa atividade. Porém vale ressaltar que em todos os casos citados há a pré-existência de ateliês e grupos informais que já vêm exercendo a atividade há algum tempo e com alguma regularidade, com o poder público atuando apenas no sentido de organizar e administrar o que já vinha sendo praticado como um costume, o que não nos parece ser o caso de Bonfim. Assim, se torna um pouco imprecisa a identificação de uma “cultura tradicional bonfinense” ou um “patrimônio cultural bonfinense”, termos em destaque na citação acima. Antes de propor espaços e projetos para essa “cultura” ou esse “patrimônio” seria necessário aferir sua natureza, suas especificidades ou até mesmo se realmente existem ou necessitam de espaços específicos como um Centro Cultural para se manifestarem.

Outra ação proposta que se relaciona diretamente ao nosso objeto de estudo é o que os autores chamam de “ações de integração do uso espaço urbano”. Baseados no diagnóstico de há uma quebra indesejável da continuidade do espaço urbano causada pelos muros dos condomínios, propõe a regulamentação dessa situação tanto em relação aos condomínios já implantados quanto aqueles que ainda serão:

Para os muros já existentes (...) o projeto deverá contemplar a construção ou implantação de painéis em toda a extensão dos muros, nas faces voltadas para as vias públicas; os painéis deverão ter dimensão mínima igual as do muro em que serão implantados; (...) serão utilizados como suporte para a manifestação artística de artistas e artesãos bonfinenses, bem como para a divulgação de imagens históricas do Distrito de Bonfim Paulista; a utilização de tais painéis será coordenada pela administração do novo Centro Cultural e Educacional ou por Associação Comunitária; para as divisas ainda não implantadas: as divisas poderão ser de dois tipos: a) fechamento físico sem fechamento visual em todo o perímetro do loteamento/condomínio (utilizando-se gradis ou telas); b) fechamento físico e visual do loteamento/condomínio em relação às vias públicas (muros). No caso do fechamento físico e visual do loteamento/condomínio em relação às vias públicas, serão impostas as seguintes condições: implantação em todo o perímetro do loteamento/condomínio fechado de passeio voltado para as vias públicas com largura mínima de 15 metros. Tais passeios

serão de uso totalmente público, mas sua manutenção é de responsabilidade do loteamento/condomínio com ao qual está vinculado. (...) Receberão tratamento paisagístico, por parte do empreendedor, sendo que tais áreas não poderão ser consideradas nem áreas verdes e nem áreas institucionais do empreendimento a ser aprovado. (...) Não poderão servir a atividades de apoio ao condomínio/loteamento fechado, como por exemplo, estacionamento (FIÚZA, 2012).

O plano nesse aspecto procura oferecer alguma contribuição para o debate acerca dos impactos gerados pela implantação de condomínios horizontais fechados no Brasil. A implantação de uma faixa de 15 metros ao longo do muro fechado permitiria, segundo a concepção dos autores do plano, a qualificação dessas áreas como espaços públicos relevantes voltados ao lazer - como prática de caminhada, ciclismo ou descanso - e evitaria também a formação das indesejáveis áreas confinadas por muros. A sugestão de tornar o empreendedor privado como o gestor dessa área também é visto como uma resolução de problemas ligados à manutenção de espaços de lazer, os primeiros a serem abandonados quando as contas públicas sucumbem. A proposta da substituição dos muros por gradis ou telas, por fim, completa esse quadro de propostas cuja eficácia é questionável: amenizam o problema sob o aspecto visual, porém a fragmentação espacial e social ainda persiste, assim como os efeitos urbanos a elas inerentes. Também é questionável a utilização dos muros existentes como suporte de manifestações artísticas, ainda mais quando ela esteja a cargo dos supostos “artistas e artesãos bonfinenses”. A arte urbana, se de fato for esse o tema em questão, se conceitua a partir de uma intervenção em lugares de natureza pública relevante (ruas movimentadas, viadutos, pontes, muros de imóveis abandonados, etc.) a fim de cumprir seu papel de comunicar e expressar um conteúdo (subversivo, anárquico, surreal, *naïf*, político...) para um público específico, o transeunte. Seriam as vias confinadas pelos condomínios e seus estreitos parques lineares espaços públicos relevantes? Seriam, de fato, espaços públicos qualitativamente tomados como tal? Haveria um público alvo dessa comunicação, uma vez que não há transeuntes ao redor dos muros dos condomínios de Bonfim, espaços desertos e sem vida? Estariam os “artistas e

artesãos bonfinenses” imbuídos de uma carga conceitual suficiente para tornar essa manifestação artística significativa e relevante? Essa ação artística poderia, de fato, requalificar os espaços intersticiais degradados? Caso os painéis tivessem um conteúdo crítico inerente à verdadeira arte urbana, seriam suportados pela administração dos condomínios?

Hoje o plano está nas mãos do IPCICC (Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais) que o transformou num modelo de plano estratégico a ser reproduzido em outras cidades, como veremos a seguir. Concebido para ser o carro chefe de um processo de futuros projetos, ainda não avançou além da primeira etapa que consiste nos levantamentos iniciais, o Plano de Diretrizes Urbanas propriamente dito e as propostas de reorganização dos espaços públicos. A receptividade quase nula que o plano teve por parte da atual gestão do poder executivo municipal fez do IPCICC o único interlocutor possível entre o público (que autorizaria as ações) e o privado (que pagaria por elas). A continuidade do plano seria a realização das etapas seguintes: confecção dos projetos de revitalização dos espaços públicos existentes, dos projetos de reabilitação de espaços históricos e os projetos de parques urbanos nas margens dos cursos d’água, todos a serem pensados seguindo as diretrizes lançadas no Plano.

Para os arquitetos e técnicos responsáveis pela direção dos trabalhos do Plano de Diretrizes Urbanas, a ideia que nasce da experiência com o Alphaville de parcerias entre o público e o privado no que se refere a projetos de intervenção urbana em Bonfim deveriam ser ampliadas. Referem-se à possibilidade de propor adesões voluntárias de construtoras e incorporadoras responsáveis pelos condomínios fechados, tanto os que estão em construção quanto os que estão sendo ou ainda serão lançados para financiarem projetos específicos, logicamente ancorados ao Plano de Diretrizes. Outro aspecto levantado pelos arquitetos autores do Plano foi a importância do redesenho da rodovia que atravessa Bonfim, um de seus mais sérios problemas (**Figura 94**). A via de alto tráfego que atravessa o Distrito é um dos entraves para a valorização da escala do pedestre. Quando da elaboração da proposta, segundo os arquitetos, o DER (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem) que administra o trecho se posicionou favoravelmente a essa

possibilidade, não levantando problemas técnicos relevantes. No entanto essa mudança também não encontrou eco junto às autoridades municipais em exercício, e na última revisão das diretrizes viárias do município a estrada que corta Bonfim sequer entrou como pauta dos trabalhos.

Para que o plano prossiga, a interlocução entre as esferas pública e privada ainda é vista como o grande problema. Parece ter sido exatamente esse o motivo da criação do IPCCIC pela ex-secretária da Cultura: diante de um poder público amorfo, desarticulado e sempre sem verbas e um sem número de empresas atuantes no mercado imobiliário local, capitalizadas, ávidas por publicidade e pela conquista de uma boa imagem diante de seus consumidores, ações descritas como “parcerias entre poder público e privado” acabam por tomar as rédeas do planejamento urbano. Saída estratégica para o poder público, pois se desincumbe de suas obrigações como gestor de aspectos da cidade e excelente para a iniciativa privada que amplia seu poder sobre o planejamento urbano e fomenta suas estratégias de marketing e medidas para melhorar sua imagem corporativa. São, entretanto, iniciativas que se inscrevem num quadro

Figura 94: Proposta de alça de desvio do Plano de diretrizes do Alphaville.
Fonte: FIÚZA, 2012, p.60.

Figura 95: Ilustrações do passeio proposto na rua Felisberto Almada pelo Plano de Diretrizes para Bonfim Paulista. Fonte: FIÚZA, 2012.

preocupante de inversão de papéis. Por outro lado, aqueles que moram e trabalham em Bonfim Paulista - ainda que o discurso diga o contrário, pois tal compromisso foi assumido como prioritário no Plano de Diretrizes - não estão sendo considerados como parte desse jogo

Uma Bonfim limpa, arrumada e preservada em algumas de suas características arquitetônicas (**Figura 95**) faz eco a políticas recentes de *marketing* urbano onde as imagens adquirem vida própria e acabam se sobrepondo a leituras mais reais e inclusivas da cidade. Ao mesmo tempo, os “grandes planos” de pretensão apuro técnico, notória qualidade de representação visual e discurso atualizado se arvoram como soluções criativas e definitivas onde faltam políticas públicas de longo prazo e real eficácia, ancoradas em projetos de habitação, cultura, saúde e transportes públicos pensados em consonância e de acordo com as reais necessidades dos moradores⁸⁹. Os projetos urbanos de grande escala correm sempre o risco de tangenciarem todas as prioridades e carências urbanas sentidas pelos moradores, enquanto apresentam um conjunto de boas intenções e belas imagens, que projetam o lugar como livre de todas as suas mazelas. A imagem predominante que emerge desta proposta é de um lugar que concilia tradição e modernidade, em meio a opulência e paz social. Essa incorporação de estratégias de *marketing* pelas cidades apelidado de *city marketing* tem sido debatida por teóricos como Jameson (1996, apud DUARTE; CJAKWSKI, 2007):

Vê-se a emergência de uma nova *dominante cultural*, há uma crescente *competitividade* que se espalha por diferentes esferas e escalas da vida em sociedade, em especial nos países de desenvolvimento tardio. Em tais regiões propaga-se a crença de que seu atraso somente poderia ser superado com a adoção de um ideário em que valores como a livre concorrência, o apreço ao trabalho e o mito do vencedor (*self-made-*

⁸⁹ Cabe lembrar aqui o fato de que nas entrevistas realizadas nesse trabalho com os moradores de Bonfim Paulista perguntados sobre o que deveria ser melhorado em Bonfim Paulista, 48,27% citaram a melhoria da segurança pública, 34,5% a melhoria da saúde pública, 17,34% a criação de mais áreas de lazer, 15% melhorias no trânsito, educação e infraestrutura viária, sendo que apenas 3,45% citaram a preservação das casas com valor histórico. Ver **Anexo 5**.

man) deveriam ser estendidos a todos os níveis sociais (DUARTE; CJAkowski, 2007, p.2).

A caipirice que se quer valorizar em Bonfim se vê fadada a ser nada além de um produto cultural e turístico a venda, capaz de atrair investimentos ao local e a seu entorno. A qualificação deste “produto” se daria pela “revitalização” de seu centro e pela incorporação de valores e imagens que são as do mundo globalizado, onde a eficiência, a organização e a civilidade do espaço público (limpo, organizado e esteticamente aprazível) são o símbolo maior da eficiência e do rigor: a iniciativa privada. O capital se antepôs ao Estado, acompanhado por técnicos, arquitetos, engenheiros, intelectuais e boa parcela da opinião pública, com boas razões para se ver frustrada diante de um poder público ineficiente. A cidade-modelo, ideal e ordenada que os planos urbanísticos nos oferecem, tentam responder a um desejo subjacente de moradores de cidades contemporâneas de habitar um lugar ordenado e bem administrado livre do caos e da crise de referências que definem a cidade nos dias de hoje. Nesse sentido, como lembra Win Wenders, as imagens são nossas grandes aliadas nessa viagem de sonhos. Sonhos que podem ser guiados pela boa arte, mas também por sofisticadas estratégias de venda.

3.3 - Bonfim cidade criativa: o projeto do IPCCIC

A parceria público-privado levada a cabo pelo Plano de Diretrizes para o Centro Histórico de Bonfim Paulista é tomada como um modelo de projeto a ser replicável em qualquer cidade brasileira, segundo os planos do IPCCIC (Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais). O instituto constitui-se como pessoa jurídica tendo como presidente a ex-secretária da cultura Adriana Silva e como colaboradores os mesmos profissionais que formaram a já extinta Rede de Cooperação Identidades Culturais, agora remunerados e contratados por projeto, não mais mantidos pelas instituições de ensino como era antes. Como Instituto, os mesmos personagens que

engendraram os valores, ideias e ações tratados até aqui, pretendem dar continuidade a tudo isso, porém em novos formatos, como veremos.

Além da saída do poder público como um dos agentes da trama, e talvez exatamente por isso, a novidade fica por conta da ancoragem da ideia de revitalização de Bonfim Paulista ao conceito de cidade criativa, algo situado nas fronteiras entre o urbanismo, a cultura e princípios empreendedoristas, notadamente utilizados por municipalidades norte-americanas que, sobretudo em sites da internet, não poupam esforços para apresentarem suas cidades como criativas (VIVANT, 2012). Na concepção de “cidade criativa” a identificação de potencialidades ligadas a aspectos culturais da cidade (artesanato, manifestações populares, festas, costumes, etc.) são utilizados como promotores de seu desenvolvimento econômico, passando necessariamente pelo viés turístico que pretendem estimular. Turismo, vale lembrar, é atrair para a cidade quem não mora nela; pensar Bonfim como cidade criativa é, portanto, pensar em como ela poderia ser interessante para quem não vive ali e para receber investimentos. Aos defensores do conceito de “cidade criativa” interessa conter a discussão em um limite estreito de alternativas para os bonfinenses: uma Bonfim gentrificada e próspera ou identitária e pobre?⁹⁰

A passagem do Plano de Diretrizes financiado pela Fundação Alphaville para o “Projeto Bonfim Cidade Criativa” alinha nosso objeto de estudo com os calorosos debates acerca da economia criativa ou cidade criativa, que, desde os anos 90 têm produzido farto material reflexivo (artigos, eventos, cursos e livros) no meio acadêmico e fora dele⁹¹. Afora isso o próprio Ministério da

⁹⁰ Cabe esclarecer que não compactuamos com tal discurso ligado ao “urbanismo *fashion*”, apenas constatamos sua existência. A Bonfim gentrificada teria uma aparência moderna e próspera porque se a ação proposta pelo governo e iniciativa privada atingisse seus objetivos, atrairia outros usuários, outra população e outros serviços. A vila se tornaria então outra coisa: um lugar sem identidade, sem vida própria, subordinada aos valores e necessidades dos condomínios vizinhos. Hoje a vila apresenta qualidades espaciais e de vida comunitária que não são provenientes de uma população pobre, mas de uma classe média que nela pode ter uma qualidade de vida melhor que provavelmente teria na maior parte das demais opções ao alcance de sua renda. O que os não moradores (poder público, urbanistas, etc.) parecem não enxergar é que iniciativas que partem da ideia de preservar o lugar reconhecendo o que ele tem de positivo acabam se tornando o contrário, uma tentativa de destruir estas qualidades em nome do desenvolvimento.

⁹¹ Dentre uma infinidade de referências sobre a economia e a cidade criativa utilizamos o livro de Elsa Vivant “O que é uma cidade criativa?” (São Paulo: Editora SENAC, 2012. 1º edição,

Cultura já conta com a **Secretaria da Economia Criativa (SEC)** criada pelo Decreto 7743, de 1º de junho de 2012, cuja missão é:

Conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros. O objetivo é contribuir para que a cultura se torne um eixo estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado brasileiro. No **Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)**, a SEC coordena quatro setoriais: **Artesanato, Arquitetura, Design e Moda**.⁹²

Existe também **Federação Nacional de Economia Criativa (FNEC - <http://www.fnec.net.br>)**, uma ONG que se apresenta como um “movimento de articulação dos interesses dos empreendedores e trabalhadores ligados à economia criativa, buscando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Brasil”.⁹³ A paternidade do “movimento” é usualmente atribuída ao economista político inglês Charles Landry que nos anos 70 em seus estudos de pós-graduação desenvolveu a ideia de que os desafios econômicos não poderiam ser pensados fora de um contexto cultural ou, como prefere chamar, criativo. Desde então a ideia inicialmente simples foi se desdobrando em reflexões cada vez mais amplas e ganhando adeptos em todo mundo. De forma muito parecida como uma grande “causa” ou credo religioso, a ideia da criatividade aliada à economia constrói uma visão bastante utilitarista da cidade e de suas peculiaridades culturais, como foi o caso do IPCCIC:

96p.); o livro “Cidades criativas: perspectivas” organizado por Ana Carla Fonseca Reis e Peter Kageyama, estrategicamente disponível para download em sites sobre o tema; o artigo “Cidade criativa: política urbana e cultural na reconstrução simbólica do Rio Olímpico” de Amanda Wanis da UFF baseado em sua tese de doutorado e apresentado no V SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS (7 a 9 de maio/2014. Setor de Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Brasil); o artigo do professor João Domingues da UFF “Marketing urbano e a dimensão da criatividade: colonização iminente do capitalismo flexível?” (Latitude, vol. 6, nº2, pp.191-217, 2012.); o artigo de Rosana Iccassatti Corazza (Facamp) “Criatividade, inovação e economia da cultura: abordagens multidisciplinares e ferramentas analíticas” (Revista Brasileira de Inovação, Campinas (SP), 12 (1), p.207-231, janeiro/junho 2013) e o trabalho de Stéfano Nogueira apresentado no II CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013) intitulado “O patrimônio cultural na promoção de cidades criativas – um olhar sobre Pelotas”.

⁹² Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/secretaria-da-economia-criativa-sec>>. Acesso em 30/12/2014.

⁹³ Ver em <http://www.fnec.net.br>.

Na verdade o IPCCIC nasce com o projeto de Bonfim, pois eu estava no fim do mandato e via que tudo o que foi conquistado entre o Alphaville e a prefeitura municipal se perderia, então surgiu a ideia do IPCCIC. Sobre o Projeto “Bonfim Cidade Criativa” temos claro algumas frentes que devem ser trabalhadas numa ação inicial: o carnaval, as festas religiosas, o time de futebol, a casa da colônia da fazenda do Alphaville, no loteamento Jardim Olhos D’água a construção de um museu do café e do museu do canceiro, além de um centro de recepção ao visitante de Bonfim, o Museu da CPFL, as casas da Rua Felisberto Almada, o desenvolvimento de incentivo à culinária e à movelaria e ao Turismo rural. Todas essas ações estão definidas nos cadernos e no site do IPCCIC. O projeto se estrutura a partir de uma nova visão a respeito do papel do poder público e da iniciativa privada diante dos desafios impostos pela preservação do patrimônio cultural e histórico das localidades, fazendo com que os empresários, sobretudo ligados ao setor imobiliário (no caso de Bonfim) sejam os financiadores de projetos culturais na perspectiva de se tornarem também beneficiários desse processo, pois a qualificação do lugar está diretamente relacionada a qualificação de seus produtos imobiliários (Entrevista com Adriana Silva, presidente do IPCCIC; **Anexo 9**).

O projeto Bonfim cidade criativa é formado de três “cadernos” como chamam seus autores: o caderno 1, chamado de Inventário de Referências Culturais (**Figura 96**), é um levantamento de dados sobre a localidade, no que se refere, obviamente, a seus atributos culturais de forma ampla (história, costumes, festas, tradições, referências, etc.); o caderno 2 trata das diretrizes urbanas e o caderno 3 um “plano de ação para uma gestão criativa”. Destes apenas os dois primeiros estão confeccionados, sendo que o conteúdo e o tema do terceiro caderno ainda não estão claros, pois o chamado “plano de ação” pode adquirir significados mais amplos e dinâmicos. Na verdade não há conteúdos inéditos nesses cadernos, senão a retomada, praticamente literal, dos conteúdos trabalhados no plano de diretrizes acima exposto reorganizados em dois grandes itens, o do inventário e o das diretrizes. Nesse sentido Bonfim estaria sendo tratado como um laboratório para a aquisição de *expertise* no trato com o tema, a fim de replicar tais práticas metodológicas para outros

clientes do Instituto, vale dizer, governos municipais interessados em implantar projetos criativos em suas gestões.

A ligação do plano de diretrizes com a economia criativa não se configura, portanto, num projeto a mais para Bonfim, porém sinaliza novos paradigmas de intervenção sobre a vila representados pela proposta de identificar nela

Figura 96: Material de divulgação do Projeto Bonfim Cidade Criativa; caderno 1 e a coleção dos três cadernos. Fonte: IPCCIC; maio de 2014.

potencialidades ligadas ao ideário dos “criativos”, seja lá o que isso possa significar. De fato não foi possível identificar ações concretas sob a forma de um projeto, apenas ideias e desejos que se manifestam em artigos, folders, entrevistas e falas dos membros do IPCCIC. Nessas falas há afirmações como: “o distrito de Bonfim Paulista deve ser reconhecido como uma **Área de Proteção Cultural**. Sua arquitetura revitalizada e espaços hoje vazios devem receber novos projetos de **economia criativa**” (SILVA, 2012, com grifos do autor). Pela Lei de parcelamento, uso e ocupação do solo de Ribeirão Preto, Bonfim, de fato, se configura como uma Área de Uso Especial, sendo que a Constituição (CF/88 - art. 225, § 1º, III) dá prerrogativas legais às prefeituras de criarem tais áreas e justificarem tal procedimento; mas pairam dúvidas exatamente sobre esse ponto: porque (de quais valores culturais estaríamos realmente falando?), por quem (quais os reais beneficiários?) e para que (quais propostas de melhoria estão em jogo?) resguardaríamos Bonfim?

No esforço de construção de um elenco de valores e peculiaridades culturais, no caso de Bonfim, se perde a real noção daquilo que realmente existe e é vinculado como um traço característico do lugar em detrimento de uma visão fantasiosa, amplificada, contraditoriamente estranha àquilo que se percebe e se vê no perfil do morador e de seu estilo de vida. O IPCCIC propõe, assim, a entrada de novas atividades no cotidiano pacato da vila:

Turismo rural, gastronomia caipira, a memória do cançãoiro, a ocupação da praça pela arte, o museu, a vida do interior. Um lugar do passado em **pleno vigor econômico** (...). Feiras de arte, festas religiosas, projetos de gastronomia rural, turismo ecológico, passeios de charretes, incentivo aos botecos, apresentações de músicas e artes na praça central, apoio aos ateliês de artes visuais, entre outras ações que estimulam os proprietários de imóveis de interesse histórico a transformarem seus patrimônios em estabelecimentos comerciais no ramo na cultura (SILVA, 2012).

Nesta carta de intenções estão claros os partidos conceituais do projeto que ainda não foi escrito: Bonfim é um grande manancial de produtos e serviços culturais e turísticos que dorme à espera de empresários criativos que comprem e empreendam a ideia da revitalização, não aquela defendida por

MARICATO (2000) analisada e descrita anteriormente nesse trabalho e tomada como parâmetro para a elaboração do plano de diretrizes do Alphaville, mas uma revitalização forjada para o capital, pensada pela ótica do morador do condomínio, seja ele proveniente de Ribeirão Preto, de São Paulo ou de Nova York, um cidadão do mundo globalizado que veja nesse lugar o que o turista ávido por novidades procura por onde viaja: o exótico, o típico estereotipado, o maravilhoso, o pitoresco e o espetacular. Valores perseguidos por empresários cientes de que tais atributos, sem dúvida, geram bons negócios, oxigenam a economia, criam empregos e faz rodar a roda das fortunas, pois, afinal de contas, é isso que todos queremos; ou não? O discurso sedutor do capital se baseia na máxima de que os fins justificam os meios: se ganhar dinheiro e enriquecer são coisas que qualquer um quer, por que não se apropriar de algo positivo como a cultura para atingir tal objetivo? Estaríamos ganhando duplamente: prosperidade financeira e desenvolvimento cultural. Será?

Em primeiro lugar nos cabe questionar como serão distribuídos os dividendos da pretensa empreitada comercial. O empreendedor, pela natureza mesma de sua atividade, é aquele que investe para obter retorno e para tanto o gasto deve ser menor que arrecadação para que advenha o lucro. Então esse investidor, provavelmente, é alguém que vem de fora de Bonfim e cujo lucro também será remetido para fora dali. Sim, os moradores serão beneficiados pelo desenvolvimento, pelo aumento de movimento de pessoas, pelos empregos, mas isso os tornará, de fato, mais prósperos? Porém, o que está em jogo no caso de Bonfim não é apenas a utilização da cultura como meio de ganhar dinheiro, mas uma distorção grave e recorrente do que compõe, realmente, o acervo cultural do lugar, o que Bonfim tem ou não tem, de fato. Sobre qual o conceito de cultura estamos tratando? Turismo rural, empreendimentos gastronômicos típicos, arte na praça, museus, feiras de arte, passeios de charretes e ateliês de artes visuais revitalizados não compõe um quadro real e consonante com o cotidiano pacífico e neutro do lugar, esse talvez seu maior patrimônio.

Há na proposta da economia criativa uma inconformidade latente. Há que administrar, empreender, otimizar, capitalizar para não deixar morrer, criando apenas um horizonte possível para o objeto patrimonial: sua

financeirização. O esforço de conformação de uma paisagem cultural, como vimos anteriormente, parece fechar aqui o ciclo de significados. A cidade mercadoria a ser vendida, na acepção de Carlos Vainer (2000), se consolida justamente através de um projeto cultural forjado por aqueles que veem a cidade como um consenso, pois a cultura pode ser usada para produzir a coesão e a unidade necessárias para que o lugar seja apreendido de forma única, como colocou ARANTES (2000, p.169): “Os benefícios ou sacrifícios se referem aos moradores e não “às cidades”, daí a importância de não sufocar, mas explicitar o conflito”, pois citando Peter Marcuse: “cidades são lugares e não agentes ou atores” (Apud ARANTES, 2000, p. 170). A fala do empreendedor criativo reitera a utopia do plano urbano moderno: “o plano [a autora se refere ao planejamento urbano modernista que vê a cidade como um objeto coeso e sintético] é “otimista” e evita falar em problemas” (ARANTES, 2000, p. 172). Nesse sentido Bonfim seria então apenas o turismo rural, os empreendimentos gastronômicos típicos, a arte na praça, os museus, as feiras de arte, os passeios de charretes e os ateliês de artes visuais revitalizados, negando e obliterando a diversidade, a contradição e a heterogeneidade que caracteriza a cidade contemporânea, seja ela pequena ou grande, no Brasil ou fora dele.

Sobre esse aspecto pode-se identificar o estabelecimento de um debate onde prós e contras colidem e evidenciam um conflito:

Infelizmente temos visto que a visão empresarial tende a desviar investimentos públicos de iniciativas mais abrangentes e socialmente mais justas para projetos de curto prazo. Estes geralmente beneficiam determinados bairros ou grupos sociais, não raramente apoiando a privatização de espaços públicos, a especulação imobiliária e levando a decisões que atropelam o coletivo e desrespeitam contextos pré-existentes, acirrando as contradições na paisagem urbana (DEL RIO; SIEMBIEDA, 2013, p. 28).

Festejado por uns e atacado por outros, o Projeto Rio Cidade no Rio de Janeiro (**Figura 97**), uma iniciativa da prefeitura municipal carioca que revitalizar áreas “estratégicas” da cidade através de projetos pontuais de intervenção, teve uma participação importante do setor privado – foram

parceiros da prefeitura municipal a Associação Comercial da Cidade do Rio de Janeiro e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, além da contratação de uma consultoria de um escritório de projetos de Barcelona (DEL RIO; SIEMBIEDA, 2013, p. 201) – o que mostra uma outra face, talvez menos obscura e negativa da participação do poder privado em ações sobre o espaço público:

Apesar das críticas, particularmente por inspirar-se no modelo neoliberal, e de sua relativa independência do Plano Diretor da Cidade (...), o Plano Estratégico foi aprovado pelo Conselho da Cidade em 1996, representando um importante esforço integrador e direcionador de programas de investimento públicos e privados, e no sentido de tornar o Rio de Janeiro mais competitivo no mercado nacional e global, segundo uma agenda neoliberal (DEL RIO; SIEMBIEDA, 2013, p. 202).

O que a proposta do IPCCIC demonstra no caso de Bonfim é como o debate acerca da participação do poder privado na definição dos rumos e da paisagem da cidade contemporânea assume contornos cada vez mais polêmicos, onde a definição de uma postura aprioristicamente pró ou contra passa ser difícil de se estabelecer.

Figura 97: Trecho de avenida no bairro do Leblon no Rio de Janeiro objeto de intervenção do Plano Rio Cidade de 1994. Fonte: Arcoweb. Disponível em: <<http://arcoweb.com.br/projetodesign/especiais>>. Acesso em 10/04/2015.

3.4 - O olhar da Academia: os Trabalhos de Conclusão de Curso sobre Bonfim Paulista

Fechando o quadro de ações a que chamamos de paradigmas de intervenção, procuramos a partir de agora refletir como os cursos de Arquitetura e Urbanismo, vale dizer, o mundo acadêmico, percebem e veem o distrito de Bonfim Paulista e compõem outros paradigmas (ou não) através dos projetos de intervenção para o lugar. Pensar esse universo é identificar como se estrutura a visão de um conjunto de personagens passíveis de atuar futuramente sobre essa realidade que são os arquitetos professores e orientadores de T.C.C. (Trabalho de Conclusão de Curso)⁹⁴ e os futuros arquitetos e urbanistas, alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da região. Falamos em um conjunto, pois se sabe que há uma influência decisiva dos orientadores sobre a abordagem e o encaminhamento que os formandos dão a seus trabalhos. Vale frisar que tais trabalhos tiveram alguma influência no Plano do INRC; um destes, como veremos a seguir, realizou levantamentos que foram efetivamente aproveitados na elaboração dos planos do poder público, enquanto outros anteciparam propostas que foram incorporadas ao Plano, o que sugere que tiveram alguma influência sobre este⁹⁵.

O distrito tem sido objeto de um número expressivo de trabalhos de conclusão de curso em faculdades de arquitetura⁹⁶. Para tomá-los como objeto

⁹⁴ O Trabalho Final de Graduação passou a fazer parte das diretrizes curriculares e do perfil mínimo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo brasileiros a partir de dezembro de 1994 com a portaria nº 1770 do MEC. Segundo o artigo 6º dessa portaria: “Será exigido um Trabalho Final de Graduação objetivando avaliar as condições de qualificação do formando para acesso ao exercício profissional. Constitui-se em trabalho individual, de livre escolha do aluno, relacionado com as atribuições profissionais, a ser realizado ao final do curso e após integralização das matérias do currículo mínimo. Será desenvolvido com o apoio de professor orientador escolhidos pelo estudante entre os professores arquitetos e urbanistas dos departamentos do curso e submetido a uma banca de avaliação, com participação externa à instituição à qual estudante e orientador pertençam”. Disponível em: <www.fau.usp.br/fau/administracao/acad/servgrad/faupoli>. Acesso em 04/04/2015.

⁹⁵ Embora o Plano só indique como referência literal o trabalho de Juscélia Fiúza (2010), outros trabalhos através deste podem ter influenciado indiretamente as propostas, partindo do pressuposto que da equipe que elaborou o INRC muitos eram arquitetos professores.

⁹⁶ Foram levantados sete trabalhos de graduação sobre o tema: CACERES, L.M.L. **Proposta de requalificação do centro de Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista (UNIP). Ribeirão Preto, 2001; FERREIRA, Juliana Pimenta. **Operação urbana Bonfim Paulista: ações e instrumentos necessários para revitalização e controle do adensamento do centro histórico do distrito de Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro

de reflexão o critério de seleção destes trabalhos não se pautou em qualquer valoração senão a precisa adoção de Bonfim como objeto central do trabalho, não apenas como um dado ou localização do projeto a ser realizado pelo aluno. Sendo o distrito o objeto central dos T.C.C's analisados, a variação ocorreu, entre outros aspectos, por conta da escala do projeto proposto, que abarcou desde um simples projeto de loteamento anexo à vila até chegar a projetos de intervenções mais amplas de redesenho do espaço regional, passando por propostas de revitalização de seus espaços públicos. Porém as questões discutidas até agora tais como a formatação de uma narrativa sobre a história de Bonfim, os valores reais ou imagéticos do lugar, a questão do patrimônio, os condomínios e seus possíveis conflitos e os diferentes partidos de intervenção permeiam todos os trabalhos.

Talvez um dos dados mais relevantes a serem considerados neste universo seja o fato de que o trabalho de Juscélia Fiúza (2010)⁹⁷ foi citado como referência no Relatório da Fase I do Inventário de Referências Culturais, o INRC (RELATÓRIO, 2010, p. 72) no item que trata da história de Bonfim. Em entrevista concedida para este trabalho a arquiteta, então estudante, disse que na ocasião era estagiária na Secretaria Municipal de Cultura e o relatório foi publicado depois de sua banca de T.C.C.; como estavam na fase de levantamento de dados sobre o lugar, sua contribuição foi importante naquele momento.

Juscélia propõe a construção de uma ecovila na área urbana de Bonfim Paulista como um modelo alternativo de expansão urbana planejada e menos

Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2005; NOGUEIRA, Juliana Magano. **Movimento da vida: proposta de parcelamento do solo urbano em Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2005; BOCCHI, Renata Gonzales. **Requalificação do centro histórico de Bonfim Paulista: proposta de novos espaços de uso público**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2007; CARVALHO, Daniel Gerardi Ribeiro de. **Bonfim Paulista: passos de uma nova urbanização**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2009; CAMARGO, Diana A. **Reforma urbana e parque linear em Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Departamento de Arquitetura e Planejamento da EESC-USP. São Carlos, 2009; FIUZA, Juscélia V. Teixeira. **Ecovila do Café: projeto de uma ecovila na área urbana de Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades COC. Ribeirão Preto, 2010.

⁹⁷ FIUZA, Juscélia V. Teixeira. **Ecovila do Café: projeto de uma ecovila na área urbana de Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades COC. Ribeirão Preto, 2010.

impactante sob o ponto de vista socioambiental em relação aos atuais condomínios fechados. Ampliando o conceito de sustentabilidade que, a princípio, o nome sugere, a justificativa para a proposta se baseia, segundo a autora, no risco representado pelos condomínios em relação à descaracterização da identidade da população local calcada em festas tradicionais, religiosidade, a sociabilidade nas calçadas e praças e os vínculos pessoais entre os moradores. O T.C.C. apresenta, enfim, uma proposta de crescimento sustentável para a periferia de Bonfim, no sentido de evitar o confronto entre a vila e os condomínios, que no trabalho é visto como um conflito a ser evitado.

Uma característica que se mantém em quase todos os trabalhos analisados é a incorporação do discurso historiográfico corrente como algo oficial e definitivo, quase sempre baseado na obra dos moradores Ivone Grellet, Antonio Walter Alves Neves e Welfredo Felix Bonfim intitulada “Bonfim Paulista: edição histórica” (GRELLET, 1999) e analisada no capítulo um deste trabalho. Nesse momento fixa-se, mais uma vez, o peso da história, ou de uma determinada narrativa, como atribuidora de valor e sentido ao lugar. Um passado valoroso e um presente vivo representado pela manutenção dos valores da população local dão ao distrito ares de lugar exclusivo, pitoresco e com carga cultural significativa: o trabalho de FIUZA (2010) busca sempre mostrar como Bonfim tem uma vida urbana rica e intensa pontuada de festas, feiras, procissões e pontos de encontro entre os moradores e defende que isso deve ser protegido.

A ecovila não chega a ser uma proposta de intervenção em Bonfim (**Figura 98 e 99**), pois está localizada próxima à Fazenda Santa Maria, fora do perímetro urbano do distrito, numa área ainda não ocupada pelos condomínios. As leituras sobre Bonfim realizadas pela aluna subsidiaram a implantação do novo parcelamento de solo proposto ao criar um eixo que dá continuidade à rua Felisberto Almada, onde se localizam a maior parte dos edifícios mais antigos de Bonfim, o chamado núcleo histórico. Essa continuidade proposta, que não se realiza enquanto projeto pois o foco recai sobre a ecovila em si, parece querer restabelecer certo caráter rural e bucólico da região, perdido com o desenvolvimento imobiliário da área, sobretudo ao pensar na relação próxima com a Fazenda Santa Maria (**Figura 99**).

Figura 98: Área de implantação da ecovila proposta por Juscélia Fiúza. Fonte: FIUZA, 2010.

Figura 99: Ecovila proposta por Juscélia Fiúza (forma circular); os volumes no entorno referem-se aos remanescentes da antiga fazenda de café Santa Maria. Fonte: FIUZA, 2010.

A cidade-jardim de Ebenezer Howard ecoa como um desdobramento possível de um novo nome que surge – a “ecovila” – talvez para incorporar a tão citada sustentabilidade e seu extenso protocolo de preceitos. Nesse sentido o trabalho de Fiúza indica que a expansão urbana que hoje adota um padrão exploratório e pouco sustentável pode ser substituída por modelos alternativos, menos visuais, imagéticos e pitorescos como seriam os desdobramentos contemporâneos da cidade-jardim de Howard e mais eficazes e racionais, como demanda a agenda da sustentabilidade. Sem dúvida, um paradigma a ser levado em consideração no caso de Bonfim Paulista.

No trabalho de Diana Camargo (2009)⁹⁸ a proposta para Bonfim recai sobre a criação de um grande parque linear ao longo do leito do córrego Ribeirão Preto que corta o distrito (**Figura 100**). Inicia seu trabalho com uma discussão sobre sustentabilidade e meio ambiente mesclando referências sobre o patrimônio e a identidade local. Vale frisar que, ainda sobre os conceitos de sustentabilidade e meio ambiente, o plano de diretrizes financiado pela Fundação Alphaville, tratado no item anterior deste trabalho, também é amplamente discutido, pois uma das ações ali propostas era exatamente a construção de um parque linear tirando partido do desenho que o córrego imprime à implantação da vila. No trabalho de Camargo houve uma preocupação em estruturar a intervenção a partir de duas leituras distintas sobre a área, ainda que complementares: a identificação de referências, ao que a autora nomeou de pré-existências e patrimônio imaterial e a leitura de características urbanas e paisagísticas da vila ao que chamou de problematização da questão urbana, onde comenta a questão dos condomínios e a ocupação da ZPM (Zona de Proteção Máxima) próxima ao córrego.

No que se refere à primeira leitura, cita os edifícios antigos de Bonfim como aqueles que: “ (...) remontam ao estilo colonial e, portanto, precedem o estilo eclético implantado na cidade pelos barões do café” (CAMARGO, 2009, p. 9). A classificação superficial que é feita desse conjunto arquitetônico se explica, em parte, pela fonte utilizada, o CONPPAC (Conselho de Preservação do Patrimônio Artístico e Cultural de Ribeirão Preto) cujos técnicos por algum tempo vincularam declarações sobre essa pretensa antiguidade “colonial” das casas de Bonfim.

⁹⁸ CAMARGO, Diana A. **Reforma urbana e parque linear em Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Departamento de Arquitetura e Planejamento da EESC-USP. São Carlos, 2009.

Figura 100: Parque linear proposto por Diana Camargo para Bonfim Paulista.
Fonte: CAMARGO, 2009.

O texto segue falando que esse órgão “tem uma proposta de transformar o casario em atração turística, comparado à cidade de Paraty, RJ, de modo a ajudar o local a crescer culturalmente e economicamente” (CAMARGO, 2009, p. 9). A frase, ainda que sucinta, antecipa as questões tratadas no projeto “Bonfim Cidade Criativa” do IPCCIC relativas ao possível potencial turístico da vila como promotor de desenvolvimento econômico, pois o T.C.C. foi elaborado quatro anos antes. De qualquer forma a comparação com a cidade de Paraty reforça a intenção de sugerir que essa seria uma empreitada positiva para o lugar levando em conta o prestígio que a pequena vila colonial fluminense goza como destino turístico no Brasil.

Dando continuidade à leitura da área, num item denominado “valor imaterial” a aluna apresenta um cuidadoso levantamento do que chama de cultura local: as comemorações religiosas, a sociabilidade das calçadas, os rodeios, as festas públicas, o carnaval de rua. Na **Figura 101** esses valores falam por si próprios e se completam com as transcrições dos comentários dos moradores sobre a vila:

“Bonfim é um lugar familiar, todo mundo se conhece. É um distrito sossegado, dá prá ficar conversando na porta”, Sebastiana de F. Pavanello, 54. “Aqui ainda é muito tranquilo e sem violência. Durante o dia ainda podemos deixar o portão de casa aberto”, Antonio S. Filho, 70. “Gosto daqui porque é um lugar quieto, sossegado e de povo bom. Tem pracinha no meu bairro e no Centro também. Tem cara de cidadezinha, conheço todos os vizinhos” (declaração da moradora Rosa P. Badin, 69. CAMARGO, 2009, p. 15).

Seria exatamente esse sossego e tranquilidade que os condomínios poderiam extirpar com o passar do tempo: “[Bonfim] corre o risco de sofrer um processo de homogeneização, perdendo sua identidade e sofrendo um processo de mudança de usos e esquecimento da cor local” (CAMARGO, 2009, p.20).

Figura 101: Desenhos de Diana Camargo sobre aspectos do cotidiano de Bonfim que compõe seu T.C.C. Fonte: CAMARGO, 2009.

O projeto proposto no T.C.C se estrutura, então, a partir do esforço de reverter essa lógica qualificando os espaços públicos afim de que possam ser apropriados pelos moradores e, ao mesmo tempo, evidenciar aspectos ligados à identidade do lugar, as conversas e a sociabilidade de rua, as festas nas praças, o sossego. Um parque linear ao longo do córrego Ribeirão Preto, hoje escondido pelo casario “histórico” é o objeto que realiza essa proposta (**Figura 100**). A aluna vai lendo e costurando cada parte desse eixo a partir de percepções e leituras das peculiaridades das diferentes áreas que a compõe: a entrada da vila, o eixo da igreja, o centro esportivo, entre outros, oferecendo novos palcos urbanos onde as situações da **Figura 101** possam se estabelecer com mais propriedade e desenvoltura. A autora não contempla em seu projeto nenhuma proposta em relação ao patrimônio arquitetônico local, preferindo tomar como ator principal da trama o córrego que atravessa o lugar, tanto que a rua Felizberto Almada, que abriga grande parte dos edifícios mais antigos de Bonfim, não é incorporada pelo parque, mantendo apenas uma relação de proximidade com ele.

Ao fazer sua opção pelo desenho de um *riverside* o trabalho evita recriar a Paraty equivocada de antes e tomar partido diante da discussão do que deve ser feito com o patrimônio de Bonfim; pensa em um momento presente mais concreto e palpável onde moradores reais e, ao que as pesquisas realizadas com esses moradores indicam, pouco ligados às possíveis histórias que as ruas e as casas podem ter contado⁹⁹, tecem uma outra história mesclando condomínios, shoppings, rodeiros e procissões sem preconceitos ou pré concepções sobre qual seja a identidade de Bonfim. Sua proposta de intervenção se baseia mais nas características urbanas e paisagísticas da vila, concretas, presentes e atuais, atuando sobre a questão urbana vista de forma ampla do que num esforço de resgate de um passado onde os moradores ainda tem dificuldade de se situarem.

⁹⁹ No **Anexo 5** deste trabalho, item 11, 100% dos entrevistados ao serem perguntados se conhecem propostas de revitalização do centro de Bonfim responderam que não tem qualquer conhecimento a respeito. No plano de diretrizes elaborado pela Fundação Alphaville uma pequena minoria acredita que leis de tombamento do patrimônio edificado sejam uma solução adequada ao distrito (FIÚZA, 2012, p. 38).

Caminho distinto é trilhado pelo T.C.C. de Lígia Maria Lopes Cáceres (2004)¹⁰⁰ que se propõe a realizar um projeto de requalificação do centro de Bonfim Paulista a partir de três ações básicas: a preservação das tipologias edilícias e das características de uso da praça pública central (praça Barão de Rio Branco), intervenções que valorizem as atividades de comércio, serviço e lazer e, de forma mais evidente, a reformulação do sistema viário extinguindo a travessia da cidade pela rodovia SP 328. Segundo a autora: “hoje o uso do centro está prejudicado pela presença da rodovia associada ao fluxo intenso de veículos, desestimulando a permanência dos usuários na área” (CÁCERES, 2004, p. 13). De fato o plano de diretrizes do Alphaville já previa tal expediente através da implantação de uma alça de desvio; aqui o redesenho do sistema viário além de atuar como agente de requalificação do centro promoveria uma costura do tecido urbano fragmentado pelos condomínios.

Cáceres não toca na questão da possível descaracterização que os condomínios possam provocar em Bonfim, passa ao largo da relação entre a dispersão da periferia e sua relação com o centro que pretende revitalizar, reconhecendo nesse procedimento, talvez, uma real cisão de continuidade entre esses dois universos; prefere acreditar na possibilidade do redesenho dos acessos e das circulações, o que, a nosso ver, se constitui como uma solução intermediária e algo tímida, voltada a expedientes tecnológicos de engenharia urbana e pouco atenta às relações sociais, culturais e humanas presentes na cidade em todos os tempos. Por outro lado, cabe reconhecer que trabalhos de graduação não têm como objetivo resolver e discutir todas as contradições e problemas de um lugar, pois como qualquer projeto de arquitetura e urbanismo atua dentro de parâmetros específicos; nesse sentido o olhar do trabalho foi, ainda que limitado, preciso e objetivo. Quanto ao patrimônio de Bonfim a autora sugere que suas fachadas “sejam limpas e restituídas a seu estado original” (CÁCERES, 2004, p. 53), que a rua Felizberto Almada (a dos edifícios antigos) seja transformada em calçadão e a praça receba um *play ground*. Simples e sem maiores inferências.

¹⁰⁰ CACERES, L.M.L. **Proposta de requalificação do centro de Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista (UNIP). Ribeirão Preto, 2001.

No quarto T.C.C. analisado, Juliana Mangano Nogueira (2005)¹⁰¹ propõe em uma gleba de área rural distante um quilômetro e meio do centro do distrito um loteamento urbano aberto em oposição aos condomínios fechados da região, criando um contraponto experimental de como seria pensar uma expansão urbana em moldes mais tradicionais que aqueles propostos, por exemplo por Juscélia Fiúza (FIÚZA, 2010). No entanto a proposta parece não atingir seus objetivos: mesmo sem muros seu loteamento ainda se vê isolado dos vizinhos murados e distante da vila (**Figura 102**). Se no trabalho anterior (CÁCERES, 2004) o objeto central repousa sobre a revisão do sistema viário, neste a ênfase é dada ao problema da fragmentação do espaço urbano provocada pelos condomínios. O estilo de vida do bonfinense e seus atributos culturais ganham apenas algumas linhas dentre as noventa e cinco páginas do trabalho: “as relações sociais da população bonfinense são fortes desde sua formação, caracterizando uma comunidade que se mantém unida ainda nos dias de hoje” (NOGUEIRA, 2005, p. 28). Quanto ao patrimônio do lugar as referências também são mínimas: “diversas tentativas de preservação e tombamento das principais vias e edificações como patrimônio histórico foram negadas, apesar das manifestações contrárias da população” (NOGUEIRA, 2005, p. 28).

O trabalho de Daniel Gerardi Ribeiro de Carvalho (2009)¹⁰² propõe a criação de um eixo urbano ancorado ao córrego Ribeirão Preto que promova um “espelhamento” do centro tradicional garantindo a proteção e revitalização do mesmo. Sem deixar muito claro como tal espelhamento se efetivaria, Carvalho, cuja proposta se aproxima da de Camargo (2009) analisada anteriormente, se preocupa em resolver também a fragmentação espacial causada pelos condomínios; seu eixo, menos concreto e perceptível que o de Camargo, busca ocupar vazios urbanos resultantes da implantação sem planejamento dos condomínios com um programa de espaços e atividades predominantemente públicas como centro de esportes, zoológico, arena

¹⁰¹ NOGUEIRA, Juliana Magano. **Movimento da vida: proposta de parcelamento do solo urbano em Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2005.

¹⁰² CARVALHO, Daniel Gerardi Ribeiro de. **Bonfim Paulista: passos de uma nova urbanização**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2009.

municipal e calçadas. Mais uma vez, a condição básica para tais propostas é a construção do desvio da rodovia que passa pelo centro do distrito; livre do trânsito de veículos o centro comercial poderia ganhar espaços mais adequados ao pedestre

Figura 102: Capa do T.C.C. de Juliana Mangano Nogueira mostrando o loteamento proposto para área próxima a Bonfim Paulista. Fonte: NOGUEIRA, 2005.

como mostra a **Figura 103**, um exercício imagético do que poderia ser um calçadão no centro de Bonfim Paulista. Mas, na visão do autor, revitalizar o centro histórico não seria uma ação isolada, mas seguida da implantação de equipamentos urbanos que possibilitem urbanizá-lo de fato (o título de seu trabalho é justamente esse: “Bonfim Paulista: passos de uma nova urbanização”). Para isso segue-se então a proposta de implantação de uma “mini-rodoviária”, cuja volumetria sugere uma arquitetura moderna a marcar simbolicamente a lugar do progresso, um estádio de futebol para o time do distrito (Bonfim Paulista Futebol Clube), um zoológico e uma arena de eventos municipal (**Figura 104**). O que as imagens revelam no trabalho de Carvalho é um desprendimento em relação a padrões visuais estereotipados do que seria “típico” de uma cidade pequena e interiorana. Ainda que precariamente desenvolvidos e projetados, os equipamentos urbanos propostos apontam para uma postura pouco saudosista em relação à paisagem urbana: uma rodoviária modernista, um majestoso estádio de futebol, a neoclássica entrada do zoológico – a despeito de um desnecessário revivalismo eclético tão ao gosto da arquitetura comercial – e a indefectível concha acústica são índices de uma possível vila revisitada, mais contemporânea e menos tradicional.

Assim como Nogueira (2005) Carvalho prefere projetar o futuro de Bonfim, onde o passado ainda tem um lugar possível, mesmo que pouco trabalhado como conceito. No primeiro, o loteamento aberto em meio aos condomínios fechados pensa na possibilidade de reverter uma situação que a princípio parece inevitável; no segundo, mais uma vez há a procura por uma solução para o conflito “condomínios versus Bonfim” não mais pela via do parcelamento do solo urbano, mas pela ocupação dos vazios deixados pela iniciativa privada, recuperados com a injeção de altas doses de espaços públicos, como que “enxertando” tecidos de cidade viva nos espaços necrosados. Tais posturas estariam mostrando que talvez o maior patrimônio de Bonfim seja sua vitalidade urbana, histórica ou não, tradicional ou não. Ali o ato de urbanizar adquire sentido de deixar viver e respirar o que os condomínios impedem: a cidade como lugar do conflito, da contradição e, consequentemente, da convivência. A cidade que parece morrer quando planejada, contida e traduzida em uma só linguagem, a do condomínio (como o subúrbio norte-americano) ou a do patrimônio (como Paraty).

Figura 103: Croqui ilustrativo mostrando a proposta do calçadão. Desenho de Daniel Gerardi Ribeiro de Carvalho. Fonte: CARVALHO, 2009, p.92.

Figura 104: Croquis ilustrativos mostrando o estádio de futebol, a “mini rodoviária”, a entrada do zoológico e parte da arena pública. Desenho de Daniel Gerardi Ribeiro de Carvalho. Fonte: CARVALHO, 2009, p.92.

Ainda que por outros caminhos o trabalho de graduação de Renata Gonzales Bocchi (2007)¹⁰³ também parece buscar meios de potencializar a cidade que Bonfim pensa ou deseja ser. A praça central (Praça Barão do Rio Branco) é tomada como objeto central desse esforço, uma vez que: “as praças carregam uma função social muito forte, pois são nelas que ocorre toda a vida social da população local” (BOCCHI, 2007, p. 59). Trabalhando numa escala bem mais reduzida a autora parte da constatação de que a vitalidade da praça Barão do Rio Branco é algo notório na dinâmica urbana de Bonfim, sobretudo pelo fato de ser bastante utilizada pelos moradores, não só cotidianamente mas em eventos ao longo do ano. Sobre esse aspecto já nos debruçamos em capítulos anteriores desse trabalho. Segundo nossa percepção a praça central de Bonfim não possui qualidades espaciais favoráveis em função do seu desenho e dos usos, escalas e acessos que estabelece com o entorno da vila, o que a torna bastante subutilizada. Mas é fato que suas ruas circundantes são palco de eventos importantes como o carnaval, festas religiosas, eventos cívicos e encontros, não porque suas qualidades físicas favorecem tais situações, mas porque a praça é o centro, a esplanada onde o espaço é mais livre e desimpedido de massa edificada.

Talvez a praça proposta por Bocchi seja um pouco da recorrente praça central da cidade interiorana paulista (brasileira?), a praça da igreja, que, definitivamente, não é o caso de Bonfim. A praça Barão de Rio Branco, vale lembrar, é um grande espaço linear aberto onde se instalava a esplanada ferroviária do início do século XX; a igreja está longe dali, no alto do morro. Assim, por vezes, não passa de um grande vazio urbano e também central. Sua centralidade, espacialmente qualificada como tal, não lhe garante a pretensa vitalidade que a autora lhe atribui. Buscar tal atributo através de um projeto pode ser uma possibilidade ou um risco. Mais uma vez o desvio da rodovia é proposto como condição para a viabilidade dessa grande praça central. O desenho resultante (**Figuras 105 e 106**) deixa clara a opção pelo retorno à praça como ícone do espaço interiorano, não o parque urbano como os outros trabalhos de graduação propuseram, mas uma praça ainda muito

¹⁰³ BOCCHI, Renata Gonzales. **Requalificação do centro histórico de Bonfim Paulista: proposta de novos espaços de uso público**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2007.

ligada ao modelo de caminhos pavimentados que definem percursos (ir daqui até ali, atravessar da rua tal até a outra, etc.) e criam entre eles espaços verdes ou destinados a usos pré-definidos (*play ground*, descanso, esporte, contemplação, convivência) cuja qualificação e vitalidade ficam comprometidas.

No momento da materialização do espaço (projeto) se perderam os princípios que tão cuidadosamente a autora elencou, tais como a preservação das experiências vividas no cotidiano do espaço urbano e o uso da grande esplanada linear como palco de festas e eventos da vila. O grande eixo criado longitudinalmente como um caminho a ser percorrido trás uma possibilidade concreta de perceber a paisagem urbana circundante e sua arquitetura antiga, mas não se integra a elas. A busca por um modelo ideal de ambiência urbana (**Figura 107**) é sobreposto à leitura das especificidades do lugar, como se urbanizar fosse sinônimo de limpar, sanear, organizar e arrumar. Situar o projeto de Bonfim no futuro, como têm feito esses trabalhos, aponta para uma possibilidade positiva de não museificar a cidade tomando seu passado como referência indesejável; mas, ao fazer isso é importante que o projeto de futuro seja coerente e ligado às referências que ali estão, boas ou não, objetos de tombamento ou não. A praça central pode ser um espaço rico e importante para Bonfim, pode também valorizar e incentivar aspectos de seu cotidiano pacato na medida em que traduza literalmente na forma de espaços tais atributos; assim será a praça de Bonfim, não outra, aquela que permite e facilita vivências e acontecimentos inerentes aos que ali vivem. Para pensar o projeto-futuro é importante não deixar de traduzir um perfil-passado.

No último trabalho de graduação analisado, Juliana Pimenta Ferreira (2005)¹⁰⁴ produz um minucioso levantamento da situação de Bonfim tanto no que se refere a sua arquitetura a ser preservada quanto em relação às questões ligadas ao transporte, à ocupação do solo e a infraestrutura urbana. Dentre os trabalhos pesquisados é o único que descreve os passos e contratempos do processo de tombamento das casas, além de elencar no seu anexo quatro a primeira lista de imóveis a serem tombados encaminhada ao CONPPAC

¹⁰⁴ FERREIRA, Juliana Pimenta. **Operação urbana Bonfim Paulista: ações e instrumentos necessários para revitalização e controle do adensamento do centro histórico do distrito de Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2005.

Figura 105: Trecho da praça proposta. Desenho da autora. Fonte: BOCCHI, 2007, p. 72.

Figura 106: Conjunto de desenhos que mostra a praça proposta. Desenho da autora.
Fonte: BOCCHI, 2007, p. 72, 85, 91.

Figura 107: Perspectiva das calçadas. Desenho da autora. Fonte: BOCCHI, 2007, p. 76.

(Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto) e seguida da publicação do tombamento no Diário Oficial do Município. Esse cuidado com o núcleo central mais antigo da vila se rebate no seu processo de trabalho: a partir do centro cria quatro zonas urbanas com diferentes regulamentações de uso do solo como se fossem camadas que protegessem o centro da vila evitando impactos e interferências provenientes de uma urbanização descontrolada.

O trabalho de Ferreira reconhece o peso do patrimônio de Bonfim porém não apresenta projetos para o distrito, senão um projeto de Operação Urbana Consorciada, instrumento de política urbana previsto na Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade. Chama seu projeto de lei de “Operação Urbana Bonfim Paulista” com sete capítulos e dois anexos, sendo o primeiro um programa de obras que define um cronograma de ações e o segundo uma coleção de onze mapas que descrevem o desenho dos eixos viários propostos, parques, perímetros de zoneamento urbano e núcleo histórico central. A lei proposta traça diretrizes urbanas, meios e recursos para viabilizá-las, programas de investimentos e desapropriações, incentivos e contrapartidas (tais como a transferência de potencial construtivo também prevista no estatuto da Cidade) e ainda pensa e propõe a gestão desse processo.

Ferreira (2005) enumera quais caminhos deve seguir a vila para se tornar um lugar melhor de se viver:

1. Complementação e integração do sistema viário existente no distrito com o macro sistema de circulação da Zona Sul de Ribeirão Preto, visando à ligação entre as áreas urbanas e facilitar o deslocamento;
2. Desvio da estrada de rodagem São Paulo-Ribeirão Preto para fora do distrito;
3. Abertura de espaços de uso público como um parque público, de forma a responder pelo anseio da população por espaços públicos de lazer e esporte;
4. Criação de ambientações diferenciadas para os eixos com imóveis que formam o conjunto histórico (...) mediante implantação de mobiliário urbano e comunicação visual adequados;

5. Estímulo ao uso misto, respeitando o coeficiente de aproveitamento específico de cada área definido no artigo 9º desta operação urbana;
6. Garantir a participação da população moradora, proprietários, locatários e usuários da região no processo de formulação, discussão, aprovação e implantação do plano de Operação Urbana;
7. Construção de uma Estação de Tratamento de esgoto na região de Bonfim Paulista, próxima ao anel viário, de maneira suprir e demanda de moradores que vêm se instalando no distrito;
8. Implantação de um interceptor principal de esgotos ao longo do Ribeirão Preto, seguindo até a futura estação de tratamento (FERREIRA, 2005, p. 180-181).

A futura arquiteta não só faz eco às outras propostas de desviar a rodovia que passa dentro de Bonfim como também mostra perceber a fragmentação do espaço provocado pelos condomínios que deve ser compensada ao menos por uma reformulação do sistema viário, hoje totalmente deficitário, pois pensado em função do acesso aos condomínios. Busca conjugar preservação com vitalidade urbana: se as diferentes zonas protegem o núcleo histórico, que não sejam negligenciados novos parques urbanos no lugar da praça e seja garantida a heterogeneidade dos usos em contraponto à homogeneidade dos residenciais fechados. Para não gentrificar, garantir a participação dos moradores nos planos de gestão do lugar¹⁰⁵. Percebe como a ocupação desordenada dos condomínios envolve, além do desenho urbano, também questões de ordem ambiental imediata: o aumento da geração de esgoto pode se tornar insustentável em poucos anos e o impacto que isso pode provocar na região, hoje festejada por seu aspecto bucólico, não é difícil de mensurar. No limite, qual a utilidade de um parque urbano linear à beira do córrego se o mesmo corre risco de morrer? Pensar a cidade, mesmo na escala de Bonfim, é pensar também em viabilizar sua existência como espaço de habitação levando em consideração as condições mínimas para que isso se realize.

¹⁰⁵ É importante frisar que a participação dos moradores nos planos de gestão não é garantia para evitar processos de gentrificação que ocorrem na maioria das vezes à revelia destes.

Mas ainda que a autora demonstre maturidade e discernimento para pensar a cidade como um organismo que não prescinde de aparatos técnicos básicos ou legislativos, lhe sobra espaço e tempo para cuidar e refletir a respeito daquilo que poderia mais uma vez ser chamado de patrimônio do lugar. Como dissemos, esse foi o trabalho de graduação que mais intensamente se debruçou sobre a questão do tombamento das casas, do entendimento a respeito de quais seriam as possibilidades de lidar com o passado da vila. Primeiro se vale de referências bibliográficas para aferir se a arquitetura civil de Bonfim apresenta algum valor como índice histórico ou não, sua filiação à arquitetura de Minas Gerais e uma possível classificação por etapas cronológicas¹⁰⁶. Lê e reconhece constâncias nessa arquitetura: comércio na frente e residência nos fundos, a ausência dos ornamentos ecléticos do início do século XX, as platibandas que vêm com as leis de ordenamento urbano, os sócolos na parede da fachada que avançam até o alinhamento, a entrada do *art déco*, etc. Por fim busca referências projetuais que envolvem revitalização de áreas de interesse histórico como o projeto Corredor Cultural do Rio de Janeiro¹⁰⁷ e o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Mas não fica por aí: deixa o passado para trás, sem dele se desvencilhar, e aponta para os mecanismos e expedientes que viabilizem a valorização desse passado que são a lei e a técnica do século XXI, mostrando que pensar o patrimônio histórico é pensar também e, sobretudo, em estratégias de vida e crescimento da cidade contemporânea ameaçada pelo crescimento e pela ocupação desordenada.

O trabalho de Ferreira opta por oferecer a Bonfim um pacote de recomendações cuja originalidade, porém, deixa a desejar. Suas recomendações, amplas e genéricas são válidas para qualquer local, não revelando reflexões mais profundas sobre as especificidades do lugar ou

¹⁰⁶ A obra usada para isso é um artigo de Sylvio de Vasconcellos da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais: **Contribuição para o estudo da Arquitetura Civil em Minas Gerais**. Revista de Arquitetura e Urbanismo, Topos, vol. 1, nº1, julho/dezembro, 1999.

¹⁰⁷ É um projeto levado a cabo pela prefeitura municipal do Rio de Janeiro a partir de 1979 que abrange as regiões da Lapa, Cinelândia, Largo da Carioca, Largo do São Francisco e Saara. Tem se destacado por envolver proprietários e moradores no processo de concepção e realização e pensar planos de gestão que monitoram o uso dos edifícios revitalizados. Publicou também um manual para empreendedores e proprietários do local a fim de orientá-los quanto ao processo de reforma dos imóveis (**Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel**/ RIO ARTE, IPP. 4 ED. RIO DE JANEIRO: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2002, 86p.:il., plantas; 29,7 cm.)

esforços de leitura projetual que indiquem ações mais voltadas aos diagnósticos que seu trabalho mesmo produz.

O trabalho de Juliana Ferreira descrito até aqui encerra o conjunto de T.C.C's que tiveram como objeto propostas de intervenção em Bonfim Paulista. De forma geral cada trabalho analisado encerra em si uma visão específica e particular sobre Bonfim Paulista e sua relação com o passado e o presente; porém podemos identificar uma característica comum a todos e que os diferem das propostas do poder público expressas no Relatório do INRC: centrarem suas propostas nas questões de urbanismo e de planejamento urbano contemporâneas, mesmo considerando os valores culturais envolvidos ligados ao patrimônio imaterial e às arquiteturas antigas.

Entre os trabalhos investigados três estratégias podem ser identificadas: em primeiro lugar a proposição de um conjunto amplo de medidas envolvendo intervenções urbanísticas e formas de gestão urbana; em segundo lugar a eleição de uma questão pontual, trabalhada em profundidade para a formulação de soluções capazes de valorizar as particularidades locais; e, em terceiro lugar, a proposição de formas de expansão urbana alternativas aos condomínios fechados.

Um conjunto amplo de ações foi proposto por FERREIRA (2005), incluindo reformulação do sistema viário, operação consorciada e reforma na rede de infraestrutura, e por CÁCERES (2004), envolvendo a preservação de imóveis e das características de uso da praça central, intervenções que buscam valorizar as atividades de comércio, serviço e lazer e reformulação do sistema viário. As medidas propostas por FERREIRA, mesmo sendo pertinentes, revelam pouca atenção às especificidades do lugar. São ações que respondem aos grandes problemas e carências urbanas da vila, mas que – com sua abrangência e generalidade – também responderiam a muitos outros diferentes contextos urbanos Brasil afora. As propostas de CÁCERES são um conjunto usual de medidas aplicadas a áreas consideradas como patrimônio histórico, onde se pretende estimular o uso de turismo e lazer. Nos dois casos são propostas pouco originais e pouco atentas às especificidades locais, que adotam um diagnóstico e um modelo de ação padronizados, aplicáveis aos mais diversos contextos.

Os trabalhos de CAMARGO (2009), propondo um parque linear ao longo do córrego e de BOCCHI (2007), concentrado no projeto da praça central, fazem uma intervenção mais pontual. São propostas mais precisas e sensíveis àquilo que o lugar tem de particular. O trabalho de CAMARGO têm o mérito de identificar um atributo importante do lugar, sob ameaça de danos, e trabalhar para protegê-lo e valorizá-lo. Evita incorrer na tentação de montar grandes projetos multidirecionais que poderiam contribuir para apagar as particularidades que são a principal qualidade de Bonfim. As intervenções pontuais propostas são calcadas numa visão do particular e do unitário, aceitando plenamente o desafio de lidar com as especificidades e valorizar as singularidades de Bonfim, dentro da melhor tradição do urbanismo das cidades-jardim.

Pensados como contraponto aos condomínios fechados da região, uma ecovila na área urbana de Bonfim foi concebida por FIÚZA (2010) e um loteamento aberto em uma gleba há uma distância de 1,5 quilômetros de Bonfim foi proposta por NOGUEIRA (2005). Nestes dois trabalhos, é evidente a crítica ao modelo dos condomínios fechados, o desejo de livrar Bonfim de uma expansão contínua horizontal, preservando-o nos seus limites atuais. Sem propor ações diretas de preservação, os dois trabalhos investigam soluções compatíveis com a manutenção das feições urbanas atuais do lugar.

Parece-nos importante notar que trabalhos acadêmicos como os analisados aqui refletem, já no início de uma carreira profissional, embates e dissensos que compõe o corpo de conhecimento da Arquitetura e do Urbanismo contemporâneos, o que, de certa forma nos trás alento pela mensagem que o fato encerra: a produção de projetos de edifícios e cidades é campo fértil de reflexões sobre esses objetos e sobre os pressupostos em que se baseiam; realizar e incentivar essa reflexão ainda são o papel fundamental da academia.

A academia também traz contribuições importantes na definição dos paradigmas aqui analisados ao alertar sobre a dimensão e o peso do discurso sobre o patrimônio histórico no contexto local. Deve-se ressaltar que, contrariando a noção muito cara a alguns setores de que o ensino universitário é muito "teórico" e distante da realidade, grande parte das propostas

incorporadas ao Plano do INRC, já haviam sido formuladas em T.C.C's, como o caso dos trabalhos de Juscélia Fiúza (2010) e Juliana Pimenta Ferreira (2005). Apesar de aparentemente ter se inspirado em parte nos T.C.C's, este plano assume duas características que o afastam destes. Uma delas é reunir ações de urbanismo, gestão e políticas econômicas, em um “pacote de ações” com forte apelo à promoção de uma mudança radical do local em termos urbanos, sociais e econômicos e à atração de investimentos e usuários externos. A outra característica é colocar as especificidades do lugar em segundo plano, dentro de um conjunto de ações que se firmaram nos anos recentes no Brasil como um padrão de ações ligadas à promoção de turismo e lazer. Assim, enquanto, por exemplo, o trabalho de Camargo (2009) ao se centrar no córrego faz uma intervenção muito sensível, discreta e respeitosa com o lugar, o “pacote” do INRC embora pareça mais efetivo e abrangente, revela grande desatenção às qualidades de Bonfim. O primeiro mostra, de forma simples e indireta que o fato de um projeto não incluir um grupo abrangente de ações não significa que seja necessariamente falho ou incompleto. Pode significar uma posição mais delicada e respeitosa com o lugar, não intervindo no que se julga que está funcionando bem. O segundo, parte do reconhecimento de qualidades do lugar, para propor um conjunto de ações em vários níveis, sem estabelecer nenhum critério acerca do que deve ser alterado e do que deve ser preservado. As fachadas de parte do casario existente são o único aspecto do lugar alvo de compromisso com a preservação, entretanto provavelmente, não seriam protegidas de pinturas em cores berrantes e impactantes, que alterariam a paisagem que integram.

Retomamos, então, reflexões anteriores. Leis, planos e técnicas de gestão urbana estão diretamente relacionados às políticas públicas como ferramentas de atuação na cidade; falam da crença na participação do poder público como gestor do desenvolvimento urbano. Todos os trabalhos de graduação analisados apresentam a aposta na participação do poder público como construtor de estradas, ruas, praças, parques, terminais rodoviários, calçadas e equipamentos públicos. Entretanto, além da notória influência na gestão pública, a iniciativa privada parece decidida a investir diretamente no planejamento urbano, como mostram os planos do IPCCIC e o Plano de

Diretrizes da Fundação Alphaville descritos anteriormente. Teoria distante da prática ou consciência acadêmica de defesa da retomada do papel do gestor público como aspecto fundamental para a cidade existir? Se arquitetos e empresas do setor imobiliário, como a Fundação Alphaville ou associações civis como o IPCCIC buscam espaços para desenhar e projetar Bonfim a academia parece não compactuar com essa tendência e aposta, mais uma vez, na instância pública.

Sobre a mesa as possibilidades, várias, de intervir na realidade dada. Os trabalhos de graduação mostram que Bonfim está sendo alvo de leituras diversas, que orientam uma variedade de propostas para preservar e valorizar suas qualidades urbanísticas. Olhar essa produção é entender um pouco os valores envolvidos em nosso objeto de pesquisa, seu tamanho e lugar. É importante para ampliar a visada para além do patrimônio histórico e, ao fazer isso, talvez entendê-lo e situá-lo melhor, ao menos como valor, conceito e sentido. Entre um poder público inoperante em todos os sentidos – reflexão, ação e legislação – condomínios cercando suas franjas e planos a propor grandes retificações bem intencionadas para a vila, Bonfim tem desafios importantes a vencer, mas, entre todos eles um se destaca: definir o caminho a seguir, dentre tantos.

5 - PENSAR BONFIM

Se a era dos grandes planos urbanos estratégicos que desfilam soluções amplas e estruturais a respeito das cidades parece estar terminando e dando lugar a intervenções mais pontuais, específicas e pensadas de forma mais delicada levando em consideração o lugar e seus usuários efetivos, o caso de Bonfim também não deve comportar conclusões e prescrições sobre um encaminhamento preciso e objetivo a respeito das questões levantadas aqui. Além disso, não é objetivo deste trabalho acadêmico a identificação de soluções para a vila ou de como seriam enfrentados os novos desafios advindos da dinâmica própria do lugar.

Esse trabalho busca responder a duas questões essenciais. A primeira delas é por quais motivos Bonfim têm sido objeto de uma significativa quantidade e variedade de propostas de intervenção oriundas de faculdades, setor público e iniciativa privada. A resposta a essa questão é do lugar ainda preservar elementos de uma vida urbana rica e espaços urbanos com escala adequada ao pedestre, dotado de um conjunto arquitetônico que, embora modesto, é visto como relevante testemunho do passado.

A segunda questão é analisar as propostas para este lugar. Percebemos que tais ações oscilam entre aquelas que almejam proteger aspectos julgados importantes do ambiente de Bonfim (como o casario e a relação com a natureza), aquelas que buscam aprimorar o local através de um pacote de melhorias urbanas pouco sensíveis às suas particularidades e aquelas que vêm nas atuais qualidades do lugar potencial para aproveitamento comercial. No último caso, o aspecto pacato, a arquitetura vernacular e a escala reduzida do núcleo urbano, propiciariam a base para o estímulo a atividades ditas tradicionais – culturais e comerciais – que atrairiam outros usuários e atividades e fatalmente afetariam drasticamente as qualidades identificadas no lugar.

A compreensão do significado do lugar como patrimônio foi então uma consequência dessas questões iniciais. Vimos no item dois que Bonfim montou sobre si e sobre seu passado uma trama narrativa que constrói sua identidade

atual, conforma sua imagem, não só a pretérita como a presente. Um dos principais efeitos que as várias narrativas acerca de Bonfim produzem é a fixação da ideia de um valor patrimonial a ser atribuído ao seu casario central, cenário e marca dessa trama urdida. Então esse pretenso patrimônio de Bonfim pode ser considerado de fato patrimônio histórico? Ou melhor: a identificação de uma narrativa que consolida sua história (real ou imaginária) chancelaria ou justificaria tombamentos ou ações de preservação daquelas arquiteturas? Com base nas Cartas Patrimoniais, sobretudo a Carta de Brasília de 1995¹⁰⁸ podemos sugerir que a validação de um lugar, um edifício ou um conjunto arquitetônico como patrimônio histórico vai além da mera identificação desse objeto como obra de arte em si, na acepção brandiana do termo¹⁰⁹, sendo que sua valoração deve advir do significado que tal materialidade assume para a comunidade local:

Os edifícios e sítios são objetos materiais portadores de uma mensagem ou argumento cujo valor se estabelece pelo fato de serem marcos de um contexto social e cultural determinado e sua compreensão e aceitação por parte da comunidade local os converte em patrimônio (Carta de Brasília, 1995, p. 2).

Outra filiação que poderia ser atribuída ao caso dos edifícios antigos de Bonfim seria o de “patrimônio modesto” conceituado por SANCHEZ & CACOPARDO (2012):

En términos conceptuales, este patrimonio puede definirse como el conjunto de aquellos bienes urbanos característicos de cada urbe, principalmente las viviendas de pequeña y mediana escala que constituyen tejidos concentrados y/o dispersos, destinados a clases

¹⁰⁸ **Carta de Brasília.** Documento Regional do Cone Sul sobre autenticidade resultante do V Encontro Regional do ICOMOS, Brasília, Brasil, Dezembro de 1995. Disponível em: <<http://www.icomoscr.org>>; acesso em 20/04/2015.

¹⁰⁹ Cesare Brandi (1906-1988) foi um importante crítico e historiador da arte italiano, além de professor de História da arte da Universidade de Palermo. Entre 1940 e 1960 dirige do o *Instituto Centrale Del Restauro de Roma* (ICR – Roma), experiência coroada com a publicação do livro “Teoria da Restauração” em 1963. Para Brandi a restauração parte de uma justificativa ou condição sem a qual o esforço da conservação seria trabalho vão: a sua concepção como “obra de arte”. Conceito amplo e de difícil delimitação, para Brandi ele assume uma objetivação bastante precisa: a obra de arte seria todo produto especial da atividade humana que a distingue do comum dos outros produtos.

sociales medias y realizados por constructores, idôneos y en menor medida profesionales, utilizando técnicas y tecnologías principalmente post-industriales (p.2).

O pretenso patrimônio de Bonfim é formado por residências particulares construídas pelos próprios moradores, salvo exceções, sem a participação de arquitetos ou engenheiros com formação acadêmica. Não se trata de edifícios públicos ou comerciais de grande porte com projetos ecléticos caros e sofisticados. Nesse registro, a valoração do objeto como de interesse patrimonial histórico passa necessariamente pelo juízo de valor daqueles que efetivamente protagonizam essa relação com a paisagem urbana, sobretudo em situações de risco, como é o caso de Bonfim, onde determinados agentes econômicos como os ligados ao turismo e à especulação imobiliária podem fazer sucumbir valores de uma parcela dos atores sociais com menor poder de expressão econômica, no nosso caso os moradores de Bonfim. A referência memorial da estrada de ferro do século XIX não deixou outro registro histórico no desenho urbano além do espaço da antiga esplanada da estação hoje ocupada pela praça central, conforme vimos anteriormente. Mas esse procedimento espontâneo e autônomo de formação da paisagem urbana que é o do casario disposto ao longo das ruas que a estação de trem fez nascer também é um patrimônio que deve ser considerado, sobretudo pelo fato de que essas casas são utilizadas até hoje como comércio e habitação, daí seu valor e riqueza, mesmo que suas fachadas não ostentem as cores e o estado de conservação que gostariam os que olham para Bonfim vindos de fora.

No que se refere à relação entre Bonfim e os condomínios fechados, conforme tratamos no item três, ao contrário do que alardeiam alguns urbanistas, autores de trabalhos acadêmicos e repórteres, a vila não parece estar passando por um processo de efetiva gentrificação, ainda que haja vários indicadores de que determinados perfis de consumo têm se alterado em função dos moradores dos condomínios. Mas seria o comércio o único indicador de alterações em relação aos hábitos e valores dos moradores? Se, por um lado, as lojas, supermercados e calçadas têm se adaptado à convivência com consumidores de maior poder aquisitivo, eventos como as festas religiosas, o carnaval, as conversas e as brincadeiras nas calçadas ou o *footing* dominical

na praça pública se mantém intactos no cotidiano urbano e nos hábitos aceitos pelos moradores como característicos do lugar onde vivem. A população residente na vila parece ver nos condomínios uma vizinhança relevante, sem dúvida, pois, como vimos, alguns bonfinenses acalentam o sonho de morarem intramuros, acreditando que essa forma de vida lhes daria certo conforto e *status*. Mas essa valoração não chega ao ponto de fazê-los abrir mão do que ainda lhes é caro: sua identidade e seu modo de “levar a vida”. É sobre essa noção, ao mesmo tempo simples e complexa que devemos nos debruçar ao contextualizar os projetos pensados para Bonfim.

Preservar o que, como e para quem? Foi a pergunta que ecoou ao longo de todo o item quatro, quando tratamos das diferentes percepções que a iniciativa privada, o poder público e academia construíram sobre o lugar. As representações montadas sobre Bonfim como patrimônio histórico e como unidade identitária por parte de diferentes atores sociais ali atuantes mostraram convergências e divergências, ações que partiam de uma cuidadosa abordagem da realidade e outras nitidamente construídas a partir de noções pré-concebidas e pouco sensíveis às especificidades locais. As últimas revelando certa fantasia ou utopia de tornar Bonfim um refúgio do presente e do caos urbano e, ao mesmo tempo, objeto de interesses comerciais e econômicos.

Outra questão central nesta tese foi a discussão acerca dos limites de ingerência dos agentes públicos e o privados sobre o distrito. Os Trabalhos de Graduação analisados têm em comum a expectativa de retomada das funções tradicionalmente esperadas do poder público em estados modernos capitalistas: a construtor de estradas, ruas, praças, parques, terminais rodoviários, calçadas e equipamentos públicos e, sobretudo, o de legislar e controlar a forma e o uso do espaço urbano; na realidade e para além desses ideais, outras instâncias privadas como o IPCCIC e a Fundação Alphaville pretender tomar para si a definição destas ações, sem arcar, naturalmente, com seus custos, procedimento recorrente no mundo contemporâneo. Hoje Bonfim tem como desafio refletir sobre um conflito que esse trabalho acaba por explicitar: na ausência de um poder público que, em tese, seria o garantidor de

que seus valores não se perdessem, o patrimônio incluso, as iniciativas do poder privado estarão sempre dispostas a tomar as rédeas da solução dos problemas com os custos e perdas que são inerentes a situações como esta.

A academia abre também outra discussão através dos Trabalhos de Conclusão: o maior patrimônio de Bonfim, para além do debate sobre seu patrimônio histórico, seria sua vitalidade urbana contemporânea, histórica ou não, tradicional ou não. Parece que o bonfinense acena com outra forma de ser e de estar na cidade do século XXI: aquela que não quer ser nem tão moderna como Ribeirão Preto, nem tão matuta quanto o caipira e nem tão celebrada como joia rara como as cidades históricas brasileiras. Talvez queira ser o que é e como é, sem que lhe atrapalhem, interfiram em seu modo morno e mediano e nem que lhes digam o que seria melhor fazer com suas casas antigas. Alguns dos trabalhos de conclusão de curso souberam ler essa mensagem subliminar e lidam com o ato de urbanizar acenando com a possibilidade de deixar a vila viver da sua maneira, deixar respirar sua gente, deixar crescer o que os condomínios negam, a cidade. O distrito, como espaço urbano, então é, de fato, visto e assumido plenamente como o lugar do conflito, da contradição e, conseqüentemente, da convivência, pois assim é a cidade contemporânea, ainda que isso não nos agrade, nos conforte ou nos proteja; a cidade que parece morrer quando planejada, contida e traduzida em uma só linguagem, como a das extensas periferias ocupadas por condomínios fechados ou, por outro lado, como a cidade que busca ser, sobretudo, lugar do patrimônio, onde localidades como Paraty (RJ) e Ouro Preto (MG) são exemplos possíveis.

Também a guisa de conclusão vale registrar que ao longo das pesquisas que envolveram esse trabalho foram colhidas referências sobre localidades no Brasil com histórias ou situações muito parecidas com as de Bonfim Paulista que, caso fossem cuidadosamente analisadas e descritas formariam um outro extenso capítulo, o que tornaria a abordagem por demais ampla. Porém nos parece fundamental aqui ao menos indicar de forma mais coesa e sucinta quais foram esses a que chamamos de casos correlatos. Visitadas pessoalmente, conhecidas através de publicações, trabalhos acadêmicos, citações ou indicações de conhecidos, as localidades de Santana do Paranaíba (SP), Embu das Artes (SP), a vila de Paranapiacaba (SP) e Ribeirão da Ilha (SC)

trazem questões bem próximas àquelas aqui descritas relativas ao turismo depredatório, ao patrimônio histórico e suas dissonâncias, à ocupação de suas periferias por condomínios fechados, ao patrimônio modesto e à possibilidade de preservação da identidade do pequeno vilarejo exposto a um intenso, repentino e mal planejado desenvolvimento econômico.

Dentre todos os casos o que mais apresenta similaridades com Bonfim Paulista é a cidade de Santana do Parnaíba, localizada há 41 km de São Paulo. Sua acentuada atividade industrial não lhe tira o título de cidade dormitório em relação à metrópole próxima e nem suas características de uma pequena cidade do interior com um patrimônio histórico e cultural tombado pelo CONDEPHAT desde 1982, representado por um centro histórico bem preservado. A cidade é um dos poucos núcleos tombados que conta com um escritório local do Conselho atuando junto aos moradores e orientando-os em trabalhos de reforma e preservação dos edifícios. Assim como em Bonfim, próximos a esse núcleo histórico estão instalados os empreendimentos Alphaville Barueri e Tamboré, um complexo imobiliário que une condomínios residenciais fechados e centros comerciais e industriais. Hoje em Alphaville há 1700 empresas instaladas e uma população flutuante de 170.000 pessoas, mais que o dobro do município que conta com 110.000 habitantes, segundo dados da prefeitura local¹¹⁰. Que relações e influências nasceram da convivência entre os moradores do núcleo original da cidade – hoje tombado – e seus vizinhos dos condomínios? Teria a vila se transformado em um cenário onde o turista passeia curioso por entre o casario tombado?

Dos poucos estudos sobre a cidade que tivemos acesso nos valem de um relatório oriundo de uma pesquisa sobre o local levado a cabo pelo CONDEPHAT e CEDAC (Centro de Estudos para Ação Comunitária) para embasar o processo de tombamento. Segundo o relatório, que se propõe a avaliar a percepção dos moradores locais a respeito do patrimônio histórico da cidade, há uma cisão no que se refere às tradições do lugar entre os moradores nascidos na vila e aqueles que para ela se mudaram em função do processo de industrialização:

¹¹⁰ Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em 12/04/2015.

Com relação às festas, porém, o tempo de base é cíclico: cada ano repete-se o mesmo calendário festivo. “As festas já não são como antigamente”, deploram os mais velhos. No entanto persistem, amparadas por uma estrutura que permanece, a despeito das inevitáveis mudanças (MAGNANI, 1984, p.52).

Ao que parece o patrimônio imaterial representado pelas festas tradicionais do lugar conseguiu em Santana de Parnaíba se manter como uma referência de coesão e identidade social, mas o relatório foi elaborado já há trinta anos e novas circunstâncias com certeza modificaram esse quadro.

Embu das Artes é um município distante 25 quilômetros do centro de São Paulo localizado na região oeste da área metropolitana e considerado estância turística pelo governo do estado de São Paulo, o que garante ao município acesso a verba para promover o turismo na região. A vocação para as artes da pequena cidade teria nascido por conta da atuação de um grupo de artista encabeçados por Cássio M’Boy atuante nos círculos intelectuais na semana de 22 (CAMPOS, 2010) e, mais tarde, nos anos 1960 pela bandeira dos valores afro-culturais levantada por Solano Trindade, artista brasileiro de renome e morador do vilarejo por alguns anos. O nome de Embu das Artes foi oficializado em 2011 através de uma lei estadual (Lei 14.537/11). Além do patrimônio imaterial representado pela tradição artística, a cidade conta com exemplares de arquitetura colonial brasileira bem preservados tais como a atual sede do Museu de Arte Sacra localizada no centro histórico, construída em 1730 e tombada como Patrimônio Histórico pelo IPHAN, originalmente usada como capela e colégio religioso por jesuítas no século XVIII. A arquitetura antiga e a já famosa feira de arte e artesanato local se unem a um ambiente de pequena cidade do interior para fazer de Embu um polo turístico relevante na região. Há uma clara relação entre estas características e as propostas da Rede de Cooperação de implantar uma economia de cultura em Bonfim vistas e discutidas no capítulo três. A arte de que o Embu se vê portador e que dá nome ao lugar poderia também ser tomada como uma invenção de tradições nos moldes de Hobsbawn.

Talvez falte a Bonfim a consistência da herança dos artistas alternativos dos anos 60, o que poderia ser substituída pelo passado das fazendas de café

e suas tradições caipiras locais. Mas o turismo bem sucedido de Embu pode ser tomado como algo determinantemente positivo? Conforme discutimos no item quatro, acreditamos que não, pois não há uma ligação precisa entre esse festejado celeiro artístico e as características reais do lugar e de seus moradores, o que nos faz acreditar em um cenário urdido a favor de uns poucos empresários e negociantes locais que tiram partido do negócio. Basta atentarmos ao fato de que em 2010 o SEAD (Sistema Estadual de Análise de Dados) publicou o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) do município e Embu das Artes foi classificado pela segunda vez consecutiva, desde 2008, como grupo dois, municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais¹¹¹.

Outro exemplo de caso correlato a Bonfim seria a vila ferroviária de Paranapiacaba há 64 quilômetros da capital paulista, constituindo-se hoje como uma subprefeitura do município do qual faz parte, Santo André. Seu patrimônio urbano e arquitetônico é reconhecido por diversas esferas institucionais¹¹², porém o tombamento não evitou com que a vila permanecesse como uma cidade fantasma, sem uma atividade econômica relevante e onde o patrimônio ocupa o lugar de um grande museu a céu aberto. Outro caso que pode ser tomado como correlato a Bonfim é Ribeirão da Ilha, um distrito de Florianópolis (SC) localizado na porção sul da ilha do lado continental. Foi um dos primeiros núcleos de povoamento do lugar formado por imigrantes açorianos no século XVIII. O desenvolvimento urbano da capital congelou o crescimento da vila e hoje se configura como um pitoresco núcleo turístico sustentado pelo casario antigo e pelas tradições locais objeto de curiosidade e admiração. Ali os efeitos da exploração econômica também baseada no turismo são vistas por

¹¹¹Dados disponíveis na página da instituição: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos>>. Acesso em 2/05/2015.

¹¹²“Em 1987, após inúmeras solicitações populares, Paranapiacaba teve seu patrimônio reconhecido pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio do Estado de São Paulo), em 2002 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e em 2003 pelo órgão municipal. Entre 2003 e 2007 foi considerada pela WMF – *World Monuments Fund* um dos cem patrimônios mais importantes do mundo em risco. Em 2008, em virtude das políticas de reabilitação saiu da lista da WMF, e tornou-se o primeiro patrimônio cultural paulista e também o primeiro patrimônio industrial brasileiro a compor a lista indicativa do Brasil ao título de Patrimônio da Humanidade da UNESCO” (FIGUEIREDO, 2013, p.3).

moradores e pesquisadores como fatais para a preservação do patrimônio material e imaterial¹¹³.

Ainda que brevemente descritos pode-se inferir que tais situações poderiam ser facilmente transpostas para o caso de Bonfim que hoje ainda debate o tombamento ou não de seu patrimônio. Em Ribeirão da Ilha, pelo exposto, atos como esses não representaram uma solução definitiva ao problema ou uma garantia de preservação a priori. A importância de uma ligação intensa entre os processos de preservação (tombamento, reformas, revitalizações, etc.) e os valores dos usuários locais levantados reiteradas vezes ao longo desse trabalho se mostra claramente exposta no caso em questão.

Tais considerações nos remetem então àquilo que a Carta de Washington de 1987 (ICOMOS, 1987) promulgada pelo ICOMOS e também conhecida como a Carta sobre a conservação das cidades históricas e das áreas urbanas históricas chama de **Patrimônio Ambiental Urbano**. O termo vem para completar e ampliar noções como patrimônio histórico, patrimônio cultural e patrimônio artístico ao recomendar que a recuperação dos núcleos urbanos reconhecidos como históricos e das áreas de proteção ambiental deve acontecer sem excluir a população residente, respeitando as tradições locais, seus valores e costumes. Instrumentos como oficinas, cursos e projetos de manejo junto aos moradores seriam garantias de que o objeto patrimonial não fosse tratado de forma isolada e descontextualizada, como foi o caso de Ribeirão da Ilha. Mas não só isso: aspectos relacionados à dinâmica social, política e economia da área em questão, as implicações legais envolvidas nos projetos de restauro e revitalização, questões ligadas à circulação, acesso e

¹¹³ Nem o tombamento da vila lavado a cabo pelo Plano Diretor Municipal de 1985 que a decretou como Área de Preservação Cultural parece ter resolvido o problema: “Os moradores não conseguem acompanhar o sentido de preservação do patrimônio local, já que não fazem parte das discussões travadas por técnicos e especialistas na construção da identidade cultural florianopolitana e não possuem o apoio de órgãos públicos na restauração e manutenção das edificações. Deste modo, enquanto alguns pedem autorização ao IPUF [Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis] através do SEPHAN (órgão responsável pelo patrimônio histórico, artístico e cultural do município, que faz parte do IPUF) e entram em um processo moroso, outros, evitando burocracia, realizam obras sem licença e são multados. Sem compreender o que significa o tombamento, aos olhos dos moradores a proteção ao patrimônio confunde-se com atividades de fiscalização realizadas pelos funcionários públicos. Entretanto através de subornos, favorecimentos e outras abordagens, as modificações continuaram e são poucas as edificações originais” (SIQUEIRA, 2008, p.155).

transporte e os impactos sobre o desenvolvimento urbano regional não devem ser tratados como aspectos dissociados dos valores culturais e históricos. Vale ressaltar aí a relevância dos trabalhos de conclusão de curso que tratam de Bonfim, mostrando de forma geral que esse aspecto tem sido levado em consideração, ao menos na esfera acadêmica.

O que os casos correlatos a Bonfim aqui expostos mostram é um desequilíbrio entre atividades econômicas especulativas tais como o turismo ou formas de morar segregadas como os condomínios fechados atuando como definidores básicos do lugar em detrimento das demais características ou atributos que o lugar possa ter. As cidades crescem, se transformam e inevitavelmente novos atores sociais compõem novos enredos que, como camadas, vão se sobrepondo ao lugar: contra essa realidade não se pode lutar, com o risco de tornar qualquer intervenção urbana artificial e precária. Como coloca Castriota (2009):

Não interessa mais, pura e simplesmente, o valor arquitetônico, histórico ou estético de uma dada edificação ou conjunto, mas em pensar como os “artefatos”, os objetos se relacionam na cidade para permitir um bom desempenho do gregarismo próprio ao ambiente urbano. Em outras palavras: é importante perceber como eles se articulam em termos de qualidade ambiental. Preservar o patrimônio ambiental urbano é, como se pode perceber, muito mais que simplesmente tombar determinadas edificações ou conjuntos: é, antes, preservar o equilíbrio da paisagem, pensando sempre como inter-relacionados a infraestrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem cultural. (...) Com isso, desloca-se o eixo da discussão, recolocando-se a questão do patrimônio frente a balizamentos capazes de enquadrá-la em sua extensão contemporânea (p. 89).

Aplicando tais pressupostos ao caso de Bonfim caberia pensar não no tombamento de edifícios (cuja discussão se são ou não patrimônio nos parece agora deslocada), mas no conjunto de atributos que a paisagem contemporânea da vila apresenta hoje e como cada um deles, os condomínios inclusive, pode compor uma ambiência urbana sem que haja o sacrifício de nenhum deles, sobretudo aqueles que se apresentam mais fragilizados

estando à margem do processo econômico, como a arquitetura antiga e o modo de vida local. Pensar Bonfim num contexto mais amplo de política urbana, dentro da qual se insere o patrimônio, é imaginar como o distrito pode interagir com os condomínios, como preservar seus recursos naturais tais como o córrego que atravessa seu espaço e como pode se relacionar com a ocupação de sua zona rural. É dar mais relevância, como vimos nos trabalhos de conclusão de curso, a intervenções mais simples e de menor abrangência ao invés de pensar grandes planos intervencionistas que, sob o discurso de uma necessária avaliação da superestrutura local, acabam por se perder nos meandros das boas intenções economicamente inviáveis.

Trocar o conceito de cenário pelo de ambiente pede uma revisão de pressupostos sem o qual qualquer paradigma de intervenção se torna inviável:

A própria etimologia da noção de *ambiente* nos recorda que este vocábulo expressa, necessariamente, a ideia de *relação* (do latim *amb+ire* = ir junto) que fica assim acertada. *Ambiente, pois, não é nem cenário nem lugar*. Quando nos referimos a um ambiente familiar ou de lazer, o que se evidenciam são as relações processadas num lugar específico e não o próprio lugar (YAZIGI, 2012, p.20).

Ambiente que abarca também a atualmente tão celebrada ideia de sustentabilidade do espaço urbano:

O discurso brasileiro do desenvolvimento sustentável tem se limitado a iniciativas setoriais: qualidade do ar e da água; áreas de preservação natural; unidades arquitetônicas sustentáveis, etc. Ainda não se realizou a equação da cidade por inteiro, na ausência do quê as iniciativas setoriais perdem efeitos sensíveis porque só a síntese articulativa é capaz de comandar o todo. No caso, a totalidade urbana fica carecendo do que mais coroa o desejo de sustentabilidade: a noção de ambiência. (YAZIGI, 2012, p.25)

O desafio que o caso de Bonfim Paulista coloca é o de pensar um patrimônio ambiental urbano no contexto de um país com recursos e cultura urbanística limitados como o Brasil, onde ao lado do discurso (necessário) sobre a preservação de valores patrimoniais e culturais há que cumprir também requisitos mínimos ligados à infraestrutura urbana, segurança pública, serviços

de saúde e educação, aspectos que os moradores de Bonfim, como vimos nas entrevistas realizadas, elegeram com primordiais para um projeto de revitalização urbana.

O condomínio fechado e suas mazelas urbanas não são algo com o qual se pode negociar, mas talvez seja um fenômeno com o qual seja possível articular propostas, iniciativas e estratégias. O patrimônio que se persegue está situado entre o passado e o presente: o trem que já não passa, suas casas antigas e a ambiência que Bonfim ainda respira e exala, apesar dos condomínios. Os olhares que se constroem sobre o lugar terão de se habituar a conviver com a opacidade desse conflito e dele fazer a síntese e traçar caminhos, assim como cotidianamente buscamos nos adaptar às contradições da cidade contemporânea, condição à qual estamos inexoravelmente ligados, ainda que procuremos o abrigo dos muros, das imagens fantasiosas e das sensações ilusórias.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Artigos em jornais e revistas:

A CIDADE no bairro: Bonfim Paulista. **Jornal a Cidade**. Ribeirão Preto, 15 jul. 2008, Edição especial, p. 11-25.

A CIDADE no bairro: Vila Bonfim. **Jornal a Cidade**. Ribeirão Preto, 31 mar. 2009, Edição especial, p. 3-11.

A VALORIZAÇÃO de Bonfim Paulista. **Revista Revide**, Ribeirão Preto, ed.575, n.38. p. 10-13, 23 set. 2011.

BAPTISTA, Adilson. Festa de Cosme e Damião reunirá crianças e adultos em Bonfim Paulista. **Jornal de Bonfim Paulista**, Ribeirão Preto, set. 2013. Disponível em: < <http://pt.calameo.com.br>>. Acesso em 03 mar. 2014.

CONDOMÍNIOS mudaram a paisagem de Bonfim. **Jornal a Cidade**, Ribeirão Preto, 22 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.jornalacidade.com.br/editorias/bairros/2010/03/22/condominios-mudaram-a-paisagem-de-bonfim.html>>. Acesso em 20 jun. 2010.

DESENVOLVENDO com qualidade. **Revista Revide**, Ribeirão Preto, ed. 650, n. 11, p. 41, 13 mar. 2013.

GARCIA, Lucilene. 2011. Novos bairros atraem 25 mil moradores. **Folha de São Paulo. Caderno Economia**. São Paulo, 30 de outubro de 2011.

JUNTO à comunidade. **Revista Revide**, Ribeirão Preto, ed. 655, n. 16, p. 35-36, 19 abr. 2013.

MATIUZO, Adriana. Ribeirão terá inventário de imóveis em zonas históricas. **Jornal a Cidade**. Ribeirão Preto, 16 mar. 2010. Disponível em: < <http://www.jornalacidade.com.br/editorias/cidades/2010/03/16/ribeirao-tera-inventario-de-imoveis-em-zonas-historicas.html>>. Acesso em 22 jul. 2010.

NA DIREÇÃO certa. **Revista Revide**, Ribeirão Preto, ed. 567, n. 29, p. 09-11, 06 jun. 2012.

NOVIDADE em Bonfim. **Revista Revide**, Ribeirão Preto, n.28, p. 32-36, 08 ago. 2014.

OPORTUNIDADE em Bonfim Paulista. **Revista Revide**, Ribeirão Preto, ed. 633, n. 45, p. 32-33, 09 nov. 2012.

RIBEIRO, Veridiana. Zona rural encolhe um terço em treze anos. **Jornal Folha de São Paulo (Folha Ribeirão)**. Ribeirão Preto, 2 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.folhaol.com.br>>. Acesso em 20 jul. 2010.

URBANISMO e segurança. **Revista Revide**, Ribeirão Preto, ed. 722, n.31, p. 30-31, 08 ago. 2014.

YAMADA, Gabriela. Condomínios: projetos renascem. **A Gazeta de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 28 out. 2007. Disponível em: <<http://gazetaderibeirao.cosmo.uol.com.br>> Acesso em: 19 jun. 2009.

Trabalhos de conclusão de curso sobre Bonfim Paulista:

BOCCHI, Renata Gonzales. **Requalificação do centro histórico de Bonfim Paulista: proposta de novos espaços de uso público**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2007.

CACERES, L.M.L. **Proposta de requalificação do centro de Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista (UNIP). Ribeirão Preto, 2001.

CAMARGO, Diana A. **Reforma urbana e parque linear em Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Departamento de Arquitetura e Planejamento da EESC-USP. São Carlos, 2009.

CARVALHO, Daniel Gerardi Ribeiro de. **Bonfim Paulista: passos de uma nova urbanização**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2009.

FERREIRA, Juliana Pimenta. **Operação urbana Bonfim Paulista: ações e instrumentos necessários para revitalização e controle do adensamento do centro histórico do distrito de Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2005.

FIUZA, Juscélia V. Teixeira. **Ecovila do Café: projeto de uma ecovila na área urbana de Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades COC. Ribeirão Preto, 2010.

NOGUEIRA, Juliana Magano. **Movimento da vida: proposta de parcelamento do solo urbano em Bonfim Paulista**. Trabalho final de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2005.

Obras gerais:

ANDRÉ, Paula. **A construção da memória dos vazios úteis da cidade. Conhecer para divulgar e divulgar para revelar.** Departamento de Arquitectura e Urbanismo do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE. Lisboa, Portugal. 2007. Disponível em <http://seu2007.saau.iscte.pt/Actas/Actas_SEU2007_files/Paula_Andre2.pdf>. Acesso em maio de 2009.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 91.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARGULLOL, Rafael. A cidade turbilhão. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, 1994.

ATIQUE, Fernando. **Urdiduras Continentais no debate acerca do *Mission Style*. Notas sobre o Pan-Americanismo na Arquitetura Neocolonial.** Revista Eletrônica do ANPHLAC. N.10, Jan.-Jun. de 2011. Disponível em: <<http://revista.anphlac.org.br>>. Acesso em 15/05/2013.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da modernidade.** Lisboa: Bertrand editora, 1994.

BARDA, Marisa. **Espaço (Meta) Vernacular na cidade Contemporânea.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

BARREIRA, Irllys Alencar F. **Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro.** *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007, p.163-180. Disponível em <www.scielo.oces.mctes.pt>. Acesso em julho de 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** São Paulo: Jorge Zahar, 2001.

BOITO, C. **Os restauradores.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella M. Cidades: espaço e memória. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA; Departamento de Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH/SMC, 1992.

_____. **A cidade objeto de estudo de experiência vivenciada.** R. B. Estudos Urbanos e Regionais, V. 6, N. 2 / Novembro, 2004.

CABRAL, Renata Campello. **A dimensão Urbana do patrimônio na carta de Atenas de 1931**. Encontro Internacional sobre Patrimônio Edificado (4.:2013 : Salvador, BA). Anais [do] IV Encontro Internacional sobre Patrimônio Edificado, Salvador, BA, 14 a 17 de maio de 2013 / Departamento da Bahia do IAB, 1. ed. – Salvador : IAB-BA, 2013.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Ed 34/Edusp, 2003.

CALVINO, Ítalo. **As cidades Invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

CAMPOS, Vera Mascarenhas. **Transculturação e sincretismo na arte de Cássio M'Boy**. Revista Lumen et virtus (ISSN 2177-2789), vol. 1. N. 3, dez. 2010. Disponível em <http://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero3>. Acesso em 12/06/2015.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo. A natureza como patrimônio cultural em áreas urbanas; por uma convergência dos paradigmas do desenvolvimento do turismo. In: CORIOLANO, Luzia Neide (org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UFCE, 1998.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Anablume, 2009.

CAUN, Elaine Cristina. **O engenheiro Antônio Soares Romeo e a modernização urbana de Ribeirão Preto nos tempos do café**. Ribeirão Preto: Fundação Feira do Livro, 2012. 100p. (Coleção Nossa História, n.9).

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: IMAG/Legis Summa, 1996. 5 vol.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil, 1870-1950**. São Carlos: RiMa, 2004.

_____. A indústria moderna no cenário clássico. **Risco**. São Carlos, n° 8, fevereiro de 2008. Disponível em <<http://www.revistarisco.eesc.usp.br>>. Acesso em julho de 2010.

_____. *Art déco e indústria*. Brasil, décadas de 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, V.16, n.2. p. 47-104, jul.-dez. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em julho de 2010.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio Cultural. Interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. RJ: Empresa das artes, 1997.

CRUZ, Thaís Fátima dos Santos. **Intervenções de restauro em Paranapiacaba: entre teorias e práticas**. 2013. Tese. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo, 2013.

CVE/CCD-SES/SP. Centro de Oftalmologia Sanitária. **O tracoma no Brasil**. Disponível em: <www.cve.saude.sp.gov.br/htm/tracoma/tracoma_dados.html>. Acesso em 17/02/2014.

DE BIASE, Alessia. Ficções arquitetônicas para a construção da identidade. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, vol.7, n.16, Dec. 2001. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em julho de 2009.

DEBES, C. A. **A caminho do oeste: subsídios para a história da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e das Ferrovias de São Paulo**. São Paulo: Fundação da Companhia Paulista, 1968 (Edição comemorativa).

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Estúdio Nobel; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

DEL RIO, Vicente; SIEMBIEDA, William. **Desenho Urbano Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

DOMINGUES, Álvaro. **A paisagem revisitada**. Finisterra – Revista Portuguesa de geografia. Lisboa, 2001. Volume XXXVI, número 72, p. 55-66. Disponível em: <<http://www.ceg.ul.pt/finisterra/>>. Acesso em 04/12/2012.

DUARTE, Fábio; CJAKWSKI Jr., Sérgio. **Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano**. SCIELO. RAP Rio de Janeiro 41(2): 273-82 Mar./Abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n2/06>>. Acesso em 03/04/2015.

FARIA, Kelly Cristina Magalhães. **Cidade, terra e máquina: a inserção da cidade de Ribeirão Preto no eixo ferroviário da Cia Mogiana de Estradas de Ferro**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

FARIA, Rodrigo Santos. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1805-1930). O moderno discurso da higiene, beleza e disciplina**. 2003. Dissertação (Mestrado. em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Orientadora: Cristina Meneguello.

FERNANDES, M.E.; VALENCIANO, M.C.; CAMPOS, M.S.V.; ADAS, S. **A cidade e seus limites: as contradições do urbano na “Califórnia Brasileira”**. São Paulo: Annablume; FAPESP; Ribeirão Preto: UNAERP, 2004.

FERRARI, Nivaldo Messias. **A Expansão do Sistema Rodoviário e do Declínio das Ferrovias no Estado de São Paulo**. 1981. Tese. (Doutorado em História). FFLCH-USP, São Paulo, 1981.

FERRAZ, Marcelo. O Pelourinho no pelourinho: 1º ato. **Metrópole**. Salvador, n.5, outubro de 2007. Disponível em <<http://www.revistametropole.com.br>>. Acesso em 21 jan. 2009.

_____. **Arquitetura Rural da Serra da Mantiqueira**. São Paulo: Empresa das Artes, 1992.

FERREIRA DE BEM, Sueli. **Contribuição para estudos das estações ferroviárias paulistas**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo, 1998.

FIGUEIRA, Tânia Maria Bulhões. **Produção urbana da cidade contemporânea: os rebatimentos morfológicos dos condomínios urbanísticos e loteamentos fechados de alto padrão da avenida professor José Fregonesi no tecido urbano de Ribeirão Preto- SP**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). IAUSC-USP, São Carlos, 2013. Orientador: Prof. Dr. Miguel Antônio Buzzar.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **A dimensão do cotidiano e da cidadania na gestão da paisagem cultural de Paranapiacaba**. ANAIS do IV Encontro Internacional Arquimemória, sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador, Bahia, 14-17 maio de 2013.

FIUZA, Juscélia; PETENUSCI, Marcela C.; V. T. **Plano de Diretrizes Urbanas para o Centro Histórico do distrito de Bonfim Paulista – Ribeirão Preto (SP)**. Ribeirão Preto: Fundação Alphaville; Secretaria Municipal de Cultura de Ribeirão Preto, 2012.

FONTES, Lúcia Helena *et al.* Preservação e desenvolvimento: as duas faces da moeda urbana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 21, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCISCO, Rita de Cássia. **As oficinas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Arquitetura de um complexo produtivo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo, 2007.

GALEFFI, Lígia Maria Larcher. Princípios compositivos nas linguagens arquitetônicas Déco desde leitura de algumas obras do acervo soteropolitano. In: **Cadernos PPG-AU/UFBA**, vol.3, nº1, 2004. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1411>>. Acesso em 10 out. 2013.

GERALDES, Eduardo Antonio Simões. **Condições para a constituição de um patrimônio ambiental urbano: proposta de focos qualitativos no centro de**

São Paulo. 2006. Tese. (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), São Paulo, 2006. Orientador: Eduardo Abdo Yazigi.

GHIRARDELLO, Nilson. **A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista.** São Paulo: editora UNESP, 2010.

_____. **À Beira da Linha: formações urbanas na noroeste paulista.** 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). FAU USP, São Paulo, 1999.

GLERIA, Ana Carolina. **Um reconhecimento das fazendas cafeeiras do município de Ribeirão Preto (1870-1930).** 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2013. Orientadora: Ruth Verde Zein.

GOMES, Francisco. **Cravinhos: histórico, geographico, commercial, agrícola.** Ribeirão Preto: Tipographia Selles, 1922.

GOMES, Iclerécio. **Annuario Cia. Mogyana.** São Paulo: Casa Vanorden, 1918.

GRELLET, Ivone (Textos); NEVES, Antonio Walter Alves; BONFIM, Welfredo Felix (Consultores Históricos). **Bonfim Paulista: Edição Histórica.** Bonfim Paulista, 1999.

GRUNBERG, E.; HORTA, M.; MONTEIRO, A. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: IPHAN, 1999.

GUATTARI, Felix. A restauração da paisagem urbana. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 24, Rio de Janeiro, 1996.

GUAZELLI, Aurélio M.C. et.al. **O menino que virou festa: a cruz do Pedro em Ribeirão Preto.** Ribeirão Preto: Fundação Instituto do livro, 2012. (Coleção Indentidades Culturais, n.10).

GUIMARÃES, Domingos José Lopes et.al. **De viaduto a Bonfim Paulista: memória, arquitetura e identidade.** Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. (Coleção Indentidades Culturais, n.12).

GUTIERREZ, Ramón. História, memória e comunidade: o direito ao patrimônio construído. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, Departamento de Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH/SMC, 1992.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções 1789-1848.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **A Era do Capital 1848-1875.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HOWARD. Ebenezer. **Cidades Jardim de amanhã.** São Paulo: Hucitec, 2002.

IAPECHINO, Mari Noeli KIEHL; GOMES, Valéria Severina. As cidades nas escritas da cidade: identidade, memória e autoria. **Raído**, v.1, n.2, 2007. Disponível em <www.periodicos.ufgd.edu.br>. Acesso em setembro de 2009.

ICOMOS (International Council on Monuments and Sites). UNESCO. **Carta sobre a conservação das cidades históricas e das áreas urbanas históricas. Carta de Washington, 1987.** Disponível em: <www.international.icomos.org/centre-doc>. Acesso em 19 jan. 2010.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Portaria n. 127 de 30 de abril de 2009** (Estabelece a chancela de Paisagem Cultural Brasileira). Disponível em <www.iphan.gov.br/principal/coletanea_virtual/legislacao/portarias> Acesso em 28 mar. 2010.

IRAZÁBAL, Clara. **Da carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo.** In: Vitruvius, Arquitextos, Revista eletrônica. N.19.03. Ano 02. Dez. 2001. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos>>. Acesso em 28 mar. 2010.

JODELET, Denise. **Cidade e Memória.** In: Del Rio (org.). **Projeto do lugar.** Rio de Janeiro: PROARQ, 2002.

JUNIOR, Simões; RIGHI, Roberto. O bairro da luz: das origens aos tempos atuais. In: VÁRIOS AUTORES. **Um século de Luz.** São Paulo: Scipione, 2001.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura de ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre sua preservação.** São Paulo: Ateliê Editorial; Secretaria de Estado da Cultura do Estado de S. Paulo, 1998.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **A preservação do patrimônio Arquitetônico. Problemas teóricos de restauro.** São Paulo: Ateliê editorial/FAPESP, 2008.

_____. Restauração hoje: método, projeto e criatividade. **Desígnio**, São Paulo, v. 6, p. 19-34, 2007.

_____; PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Técnicas tradicionais de construção e seu uso na conservação de edifícios históricos: objetivos e aspirações. **Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP**, São Paulo, n. 14, p. 110-113, 2003.

_____. Tutela dei Beni Culturali. Le Dispisizioni in Brasile. **Arkos Scienza e Restauro**, Turim, Itália, v. 3, n. 8, p. 45-51, 2002.

_____. Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural. In: **XIII Congresso Internacional ABRACOR**, 2009, Porto Alegre.

LAGES, José Antônio. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na segunda metade do século XIX**. Ribeirão Preto: VGA Editores, 1996.

LAMAS, J.M.R.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Ferrovias, cidade e trabalhadores 1870-1920**. 2002. Tese (Livre docência em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo, 2002.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Ed. Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2004.

LE MOS, C. A. C. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Alvenaria burguesa**. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

_____. **Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **Cozinhas, etc..** São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **Ramos de Azevedo e seu escritório**. São Paulo: Pini, 1993.

LIMA, Osmar Almeida; PINA, José H. A.; SILVA, Vicente Paulo. **Município e distrito: um estudo teórico**. Campo-território: revista de geografia agrária, v.3, n. 6, p. 125-142, ago. 2008.

LUZ, Luciano Ferreira. **Os trilhos nas áreas urbanas: conflitos, desafios e oportunidades em dez cidades paulistas**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH-USP, São Paulo, 2006.

MACEDO, Adilson Costa. **A carta do Novo Urbanismo norte-americano**. In: Integração. Jan./Fev./mar.2007. Ano XII. Nº 48. P.11-22. Disponível em: <ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/11_48.pdf>. Acesso em 01/05/2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Santana do Parnaíba: memória e cotidiano**. Relatório elaborado para o CEDAC/CONDEPHAAT. São Paulo, 1984. Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files>; acesso em 12/05/2015.

MARIANI, Anna. **Pinturas e Platibandas**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira (1987). **Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; a obra de Lúcio Costa. 1924-1952**. Dissertação (Mestrado em História), FFLCH, USP, São Paulo. 1987.

MASSARI, Emanuel V.L. **120 anos de Ferrovia Paulista. 1872-1992**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1992.

MATOS, O.N. de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas: Pontes, 1990.

MATTIOLI, Alexandre Ferreira. **O coronel e seu quintal: Joaquim da Cunha Diniz e Ribeirão Preto durante a primeira república**. Ribeirão Preto: Fundação Feira do Livro, 2012. 112p. (Coleção Nossa História, n.8).

MELLO, Zélia Cardosos de & SAES, F.A.M. **Características dos núcleos urbanos em São Paulo**. Revista de Estudos Econômicos 15(2), maio/agosto de 1985. São Paulo, IPE.

MENEGUELLO, Cristina. **Da ruína ao edifício. Neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

MENEZES, Lucas Veloso. **Condomínio: status e utopia num subúrbio brasileiro do século XXI**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

MICELI, Sérgio. (2001) **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Programa Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais**. Manual para Apresentação de Propostas. 2006.

MIRANDA, José Pedro de. **Ribeirão Preto de ontem e de hoje**. Ribeirão Preto: Livraria Eldorado, 1971.

MORAIS, Marcelo de. **As vilas ferroviárias paulistas: arquitetura e as relações urbanas nos núcleos habitacionais ferroviários**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). EESC-USP, São Carlos, 2003.

MUÑOZ, Francesc (2000) **"La ciudad multiplicada, la metrópolis de los territoriantes"**. En *Arquitectura, Revista de Arquitectura y Urbanismo*, núm. 322 (153-194). Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, COAM.

NAME, Leonardo. Apontamentos sobre a relação entre cinema e cidade. **Portal Vitruvius. Arqutextos**. Texto Especial 037. Jun. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arqutextos>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

OLIVEIRA, Fabiana Valeck. **Arquitetura Escolar Paulista nos anos 30**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo, 2007. Orientadora: Maria Lúcia Bressan Pinheiro.

PASSARELI, Silva Helena F. **Paisagem ferroviária: memória e identidade da metrópole paulistana**. Exacta, ano/v. 4, n. 02, jul./dez. 2006. Centro Universitário Nove de Julho. São Paulo, 2006. Disponível em <www4.uninove.br>. Acesso em fevereiro de 2009.

PAULETO, Ludmilla Sandim Tidei de Lima. **Diretrizes para intervenções em edificações ferroviárias de interesse histórico no Estado de São Paulo: as estações da Estrada de ferro Noroeste do Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo, 2006.

PAVESI, Lorenza. 2007. **Ian Nairn e o manifesto Subtopia**. Revista Risco, N.5 - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco5-pdf> Acesso em: 05/04/2012.

PINA, José Hermano Almeida; LIMA, Osmar Almeida de; SILVA, Vicente de Paulo. **MUNICÍPIO E DISTRITO: um estudo teórico**. Revista de geografia agrária, v.3, n. 6, p. 125-142, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio>> Acesso em 20/08/2013.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Uma cidade pitoresca: São Paulo nas décadas de 1930 e 1940**. In: V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Cidades: temporalidades em confronto, vol. 5, n. 3, 1998. São Paulo. Anais... Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index>>. Acesso em 19 ago. 2014.

PRATES, Prisco da Cruz. **Ribeirão Preto de outrora**. Ribeirão Preto: Gráfica Bandeirantes, 1971.

QUEIROZ, M. I. P. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

RELATÓRIO DO INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC). Ribeirão Preto. Prefeitura Municipal, Secretaria da Cultura, **Rede de Cooperação Identidades Culturais**. Ribeirão Preto, SP. Novembro de 2010. Arquivo digital.

REIS FILHO, Nestor Goulart (org). **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo, Via das Artes, 2006.

_____. Espaço e memória: conceitos e critérios de intervenção. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, Departamento de

Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH/SMC, 1992.

_____. **Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX.** Salvador: UFBA, ANPUR, 1992.

_____. Habitação popular no Brasil: 1880-1920. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, São Paulo, FAU-USP, n. 2, set./out. 1994.

RIBEIRÃO PRETO. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar nº 2.157, de 08 de Janeiro de 2007.** Dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>> Acesso em 20/05/2013.

RIBEIRÃO PRETO. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar nº 2.505, de 17 de Janeiro de 2012.** Dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>> Acesso em 20/05/2013.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

_____. **Os ídolos da paisagem: caminhos e descaminhos da relação entre paisagem e patrimônio.** ANAIS do I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP Rio Claro. 05-07. Out. 2010. Rio Claro, SP.

RIPAMENONTE, Fernanda C.M. **Para não esquecer: relatos biográficos.** Ribeirão Preto: Riberset Gráfica e Editora Ltda., 1998.

ROMANINI, Anicoli. **Princípios do Novo Urbanismo no desenvolvimento de bairros Sustentáveis brasileiros.** Revista de Arquitetura da IMED, v. 2, n.1, 2013, p. 90-96, ISSN 2318-1109. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br>>. Acesso em 10/05/2015.

SAES, F. De A.M. **As ferrovias de São Paulo. 1870-1940.** São Paulo: Hucitec, INL, 1981.

SAIA, Luís. **Morada Paulista.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

SÁNCHEZ, Lorena Marina; CACOPARDO, Fernando Alfonso. **Tandil y Mar del Plata dos historias, dos ciudades, dos tipos de patrimonio modesto.** Portal Vitruvius. Arquitectos N.144.03, ano 12, mai 2012. Disponível em: <www.vitruvius.com.br>. Acesso em 13/11/2012.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo. **Revista Projeto.** São Paulo, n. 86, abr. 1986.

SANTOS, Denise Mônaco. **Atrás dos Muros: unidades habitacionais em condomínios horizontais fechados**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). EESC-USP, São Carlos, 2002.

SANTOS, Fábio Allon. A arquitetura como agente fílmico. **Portal Vitruvius. Arqutextos**. Texto Especial n. 223. Fev.2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em 10 jan. 2012.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. SP: Contexto, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE RIBEIRÃO PRETO. **Filhos do Café - Ribeirão Preto da terra roxa - tradicional em ser moderna**. Curadoria Histórica do Museu do Café. Ribeirão Preto (SP). Fundação Instituto do Livro, 2010.

SILVA, Adriana Capretz Borges. **Campos Elíseos e Ipiranga. Memórias do Antigo Barracão**. Ribeirão Preto, SP: Editora COC, 2006.

SILVA, Adriana; ROSA; Lilian R. de Oliveira (Org.) **Paisagem Cultural do Café EM Ribeirão Preto, SP**. Ribeirão Preto: IPCCIC/Rede de Cooperação Identidades Culturais, 2013.

SILVA, Adriana; ROSA; Lilian R. de Oliveira (Org.) **Patrimônio cultural do café da terra vermelha**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. Rede de Cooperação Identidades Culturais.

SILVA, Adriana; ROSA, Lilian R. O.; SILVA, Michelle C. C. et al. **Projeto Paisagem Cultural do Café: experiências com a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Labor & Engenho**, Campinas [Brasil], v.6, n.2, p.77-96, 2012. Disponível em: <www.conpadre.org> e <www.labore.fec.unicamp.br>.

SILVA, Maria da Glória Lanci da Silva. **Cidades Turísticas, identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

SIQUEIRA, Marina Toneli. **Entre a prática e o discurso: a formação de espaços simbólicos na Florianópolis contemporânea**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo, 2008.

SOARES, Julio Cesar Fidelis. **As unidades da Guarda Nacional sediada em Resende no século XIX: a oligarquia em armas**. Disponível em: <<http://www.valedoparaiba.com/terragente/estudos>>. Acesso em 08 dez. 2011.

SORKIN, Michael. **Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space**. Hill and Wang, 1992.

SOUZA, Alberto. **Arquitetura Neoclássica Brasileira: um re-exame**. São Paulo: PINI, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GOES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SUMMERSON, John. **A linguagem clássica da Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TEIXEIRA, Carlos Moreira. Alphaville e Alphaville. **Portal Vitruvius. Arquitectos**. Texto Especial 021. Fevereiro de 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/02>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

TRAPP, Rafael Petry. **O negrinho do pastoreiro a escravidão no Rio Grande do Sul: historiografia e identidade**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.3, n.2, agosto-2011.

TREVISAN, Ricardo Marques. **Condomínios tipo vila em São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo, 2006.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris: World Heritage Center, 1999.

VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria*, in: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, P. 91.

VALADÃO, Valéria. **Memória arquitetônica em Ribeirão Preto: planejamento urbano e política de preservação**. 1997. Dissertação (Mestrado em História). FHDSS/UNESP, Franca, 1997.

VARGAS, Heliana Comin. Espaço Terciário. **O lugar, a arquitetura e o espaço do comércio**. São Paulo: Ed. SENAC, São Paulo, 2001.

VASCONCELOS, Marcela Correia de Araujo. **As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira**. Revista CPC, São Paulo, n.13, p. 51-73, nov. 2011/abr. 2012.

VICHNEWSKI, Henrique T. **Relatório Técnico de caracterização arquitetônica dos imóveis selecionados e justificativa de seleção dos mesmos**. Rede de Cooperação Identidades Culturais. INRC-IPHAN. Secretaria Municipal de Cultura. Ribeirão Preto-SP, março, 2012.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

VIVANT, Elsa. **O que é uma cidade criativa?** São Paulo: Editora SENAC, 2012. 1º edição, 96p.

YAZIGI, Eduardo. **O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada**. Revista Hospitalidade. São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22 - 51, junho 2012.

WALKER, Thomas & BARBOSA, Arnaldo de Souza. **Dos coronéis à metrópole – fios e tramas da sociedade política em Ribeirão Preto no século XX**. Trad. Mariana Carla Magri. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

WENDERS, Win. A paisagem urbana. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 24, Rio de Janeiro, 1996.

_____. La ciudad. Conversación entre Win Wenders y Hans Kollhoff. **Quaderns d'arquitectura i urbanisme**, n.177, Barcelona, 1988.

ZAMBONE, Ernesta. **Processo de Formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874 a 1900): uma contribuição ao estudo de estrutura agrária**. 1978. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH-USP, São Paulo, 1978.

ZANCHETI, Sílvia Mendes; LACERDA, Norma; MARINHO, Geraldo. **Sistema qualitativo de avaliação de impactos em áreas urbanas históricas**. Olinda, PE: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2007. (Textos para Discussão V. 15, Série 1 - Gestão da Conservação Urbana).

_____. **Gestão da conservação e desenvolvimento urbano sustentável no Brasil: propostas para uma agenda**. Olinda, PE: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2007. (Textos para Discussão V. 17, Série 1 - Gestão da Conservação Urbana).

ANEXOS

ANEXO 1

Legislação sobre uso e ocupação do solo em Ribeirão Preto

RIBEIRÃO PRETO. **Lei Complementar nº 2.505, de 17 de Janeiro de 2012. Dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Ribeirão Preto.** Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/leis>>. Acesso em 20/05/2013.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei Complementar nº 2.462, de 13 de Julho de 2011. Dispõe sobre a Regularização de Loteamentos Fechados no Município de Ribeirão Preto e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/leis>>. Acesso em 20/05/2013.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei Complementar nº 501, de 31 de Outubro de 1995. Dispõe sobre a Instituição do Plano Diretor do Município de Ribeirão Preto e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/leis>>. Acesso em 20/05/2013.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei Complementar nº 2.157, de 08 de Janeiro de 2007. Dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Ribeirão Preto.** Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/leis>>. Acesso em 20/05/2013.

ANEXO 2

Levantamento de dados sobre os condomínios

O universo de pesquisa no que se refere aos condomínios fechados é constituído por vinte e seis empreendimentos elencados na tabela abaixo divididos em grupos chamados de “núcleos”, agrupamentos de condomínios formados por um acesso em comum ou que orbitam sob a influência de um empreendimento pioneiro ou de maior presença na área. De qualquer forma essa divisão em núcleos evidencia a forma fragmentada como os condomínios são implantados sobre as áreas urbanas. A definição desse universo de pesquisa se deu através da análise e observação dos levantamentos cartográficos oficiais da área de expansão urbana dentro da qual o distrito de Bonfim se localiza combinadas com a identificação de acessos e ligações que cada condomínio estabelecia com a vila através de vias públicas ou estradas intermunicipais.

Denominação	Tipologia	Unidades
1	Núcleo Alphaville (acesso rodovia SP 328-Rod. Ribeirão Preto-Bonfim)	
Loteamento Alphaville Ribeirão Preto - 1	Loteamento fechado horizontal	terrenos
Loteamento Alphaville Ribeirão Preto - 2	Loteamento fechado horizontal	terrenos
Loteamento Alphaville Ribeirão Preto - 3	Loteamento fechado horizontal	terrenos
Total: 3 unidades		
2	Núcleo Villa Europa (acesso rodovia SP 328-Rod. Ribeirão Preto-Bonfim)	
Condomínio Veneza	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Firenze	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Gênova	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Total: 3 unidades		
3	Núcleo Araras e Colina (acesso rodovia SP 328-Rod. Ribeirão Preto-Bonfim)	
Condomínio Colina dos Sabiás	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Arara Vermelha	Condomínio Fechado horizontal	terrenos

Condomínio Arara Verde	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Arara Azul	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Total: 4 unidades		
4	Núcleo Altos do Bonfim (acesso Estr. Mun. Prof. José de Almeida, Bonfim Paulista)	
Condomínio Villa Real	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Residencial Alto do Bonfim	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Raios de Sol	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Residencial Monte Verde	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Total: 4 unidades		
5	Núcleo Royal Park (acesso rodovia SP 328-Rod. Ribeirão Preto-Bonfim)	
Loteamento Royal Park	Loteamento fechado horizontal	terrenos
Condomínio Mirante Royal Park	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Bosque das Colinas	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Residencial Santa Fé	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Aurora Village	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Total: 5 unidades		
6	Núcleo Topázio/Turmalina (acesso rua Aníbal Vercesi, Bonfim Paulista)	
Condomínio Turmalina	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Topázio	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Total: 2 unidades		
7	Núcleo Ângelo Antônio Colafermina (acesso rodovia SP 328-Rod. Ribeirão Preto-Bonfim)	
Condomínio Villa Florença	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Santa Ângela	Condomínio Fechado horizontal	casas padrão
Condomínio Santa Mônica I	Condomínio Fechado horizontal	terrenos
Condomínio Santa Mônica II	Condomínio Fechado horizontal	casas padrão
Condomínio Santa Helena	Condomínio Fechado horizontal	casas padrão
Total: 5 unidades		
Total Geral: 26 unidades em 7 núcleos		

Deste universo inicial foram trabalhados oito condomínio residenciais fechados. O critério de escolha não seguiu parâmetros pré-estabelecidos senão os da disponibilidade e abertura dos moradores, síndicos e administradoras em receber o pesquisador. Assim foram inicialmente contatados quinze condomínios dentre os incluídos na tabela acima, sendo que oito acabaram por nos receber e possibilitar o levantamento de dados e as entrevistas com seus moradores. Sobre os dados que seguem vale ressaltar que se baseiam em informações prestadas por síndicos ou empresas administradoras de condomínios, portando estão sujeitos a inexatidões ou desvios, por isso devem ser tomados como uma base estimativa, não como um dado censitário estatisticamente exato.

Ao percebermos a dificuldade que seria “entrar” em alguns condomínios vencendo a barreira da desconfiança e falta de disponibilidade dos moradores, adotamos a estratégia de negociar com o síndico a forma de realização das entrevistas; assim em alguns foram realizadas por e-mail, outros pessoalmente, outros ainda através de formulários impressos deixados nas residências e depois entregues ao síndico. Obviamente esse formato flexível nos obrigou a adotar um questionário sintético formado por questões de múltipla escolha, conforme o modelo que segue, substituindo a entrevista pessoal que era nossa intenção inicial.

Pesquisa sobre a utilização dos recursos sociais e comerciais de Bonfim Paulista pelos moradores dos condomínios residenciais fechados adjacentes

Agradecemos sua colaboração no preenchimento das perguntas abaixo! Elas fazem parte de uma pesquisa acadêmica coordenada pelo arquiteto/pesquisador Marcelo Carlucci junto ao IAUSC-USP (Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos – USP) com o objetivo de avaliar o grau de utilização do distrito de Bonfim Paulista pelos moradores de condomínios residenciais fechados próximos a ele. As respostas aqui produzidas não serão divulgadas sob qualquer hipótese, sendo apenas utilizadas para uma tabulação dos resultados, na qual não serão identificados os participantes. Qualquer dúvida quanto aos procedimentos e informações aqui descritos coloco-me à disposição através dos seguintes contatos: e-mail: cep_arquitetos@hotmail.com e celular: (16) 991323279.

Atenciosamente,
Arq. Marcelo Carlucci

1- NOME DO CONDOMÍNIO:

2- NOME DO MORADOR (O QUE RESPONDE ESTE QUESTIONÁRIO):

3- PROFISSÃO:

4- A QUANTO TEMPO MORA NO CONDOMÍNIO:

5- RENDA MÉDIA FAMILIAR TOTAL (CONSIDERANDO A SOMA DOS RENDIMENTOS ENVOLVIDOS NO ORÇAMENTO FAMILIAR)
☐ ACIMA DE R\$ 12.455,00
☐ ENTRE R\$ 12.455,00 E R\$ 6.227,00
☐ ENTRE R\$ 6.227,00 E R\$ 2.650,00

6- QUE SUGESTÕES VOCÊ DARIA DE MUDANÇAS OU MELHORIAS EM BONFIM PAULISTA?

7- QUAIS DAS ATIVIDADES ABAIXO SÃO REALIZADAS EM RIBEIRÃO PRETO: (PODE SER MAIS DE UMA ATIVIDADE)
☐ TRABALHO
☐ ESCOLA (FUNDAMENTAL, UNIVERSIDADE OU CURSOS)
☐ LAZER
☐ SAÚDE
☐ OUTRAS:

8- VOCÊ OPTOU POR MORAR NESTE CONDOMÍNIO POR QUÊ? (MARQUE AS OPÇÕES QUE ACHAR ADEQUADAS)
☐ OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO (PREÇO, DESCONTO PROMOCIONAL; OPORTUNIDADE...)
☐ PELA QUALIDADE DA UNIDADE HABITACIONAL
☐ PELA QUALIDADE DO PROJETO URBANÍSTICO DO LOTEAMENTO
☐ VÍNCULOS RELACIONAIS (MORAR PERTO DE AMIGO, FAMILIAR)
☐ POR ESTAR PRÓXIMO À ZONA SUL DE RIBEIRÃO PRETO (ÁREA URBANA VALORIZADA)
☐ POR ESTAR PRÓXIMO DE BONFIM PAULISTA
☐ POR ESTAR AFASTADO DE RIBEIRÃO PRETO (ÁREA COM QUALIDADES RURAIS)
☐ PELAS ÁREAS DE LAZER OFERECIDAS
☐ PELA SEGURANÇA OFERECIDA

9- SE OPTOU PELO CONDOMÍNIO PELAS QUALIDADES DO EMPREENDIMENTO ENUMERE QUAIS FORAM ESSAS QUALIDADES QUE MOTIVARAM A OPÇÃO.

10- QUAIS ATIVIDADES VOCÊ E SUA FAMÍLIA EXERCEM EM BONFIM PAULISTA:
☐ TRABALHO
☐ LAZER (PRAÇAS, PESQUEIRO)
☐ COMPRAS COTIDIANAS (SUPERMERCADO, PANIFICADORA, MERCEARIA, DROGARIA, XEROX, AÇOUGUE, QUITANDA, ETC.)
☐ SERVIÇOS BANCÁRIOS
☐ CORREIO
☐ CUIDADOS PESSOAIS (BARBEIRO, CABELEIREIRO, MANICURE, ETC.)
☐ ACADEMIA DE GINÁSTICA
☐ CAMINHADA
☐ BARES, RESTAURANTES E SORVETERIAS
☐ ABASTECIMENTO EM POSTO DE GASOLINA
☐ TEMPLOS RELIGIOSOS (DE QUALQUER RELIGIÃO)
☐ ESCOLAS (INGLÊS, MÚSICA, ESPORTES, ENSINO REGULAR)
☐ OUTRAS:

Segue a descrição de cinco dos oito condomínios trabalhados, escolhidos por serem os mais representativos das características descritas do trabalho.

Condomínio Santa Helena

Área total do Condomínio: 88.760,00 m ²
Número de unidades habitacionais: 98
Natureza das unidades autônomas: condomínio de casas pré-existent
Número aproximado de moradores: 300 a 400 pessoas

Ano de inauguração: 1998
Benfeitorias, equipamentos e edificações de lazer: área de mata nativa preservada com caminho de concreto para caminhada e áreas verdes ao fim de cada rua onde são implantados jardins com bancos ou brinquedos para crianças; academia ao ar livre; playground; não possui salão de festa, quadras esportivas e piscinas.
Número de moradores participantes: 11
Forma de coleta de dados relativos aos moradores: formulários impressos entregues aos moradores pelos funcionários do condomínio e posteriormente entregues ao síndico.
Fonte dos dados sobre o condomínio: MW contabilidade, empresa administradora do condomínio e síndico.
Data de visita e realização de entrevistas: junho de 2013.
<p>Levantamento fotográfico:</p> <p style="text-align: center;">Entrada</p> <p style="text-align: center;">Area de lazer</p>

Vias internas

Condomínio Gênova

Área total do Condomínio: 126.394,09 m ²
Número de unidades habitacionais: 74 casas e 3 lotes vazios
Natureza das unidades autônomas: condomínio de lotes; edificação a cargo do condômino.
Número aproximado de moradores: 267 pessoas
Ano de inauguração: 1994
Benfeitorias, equipamentos e edificações de lazer: duas quadras de tênis, uma quadra de futebol, uma área verde com lago artificial, quiosques e um playground.
Número de moradores participantes: 10

Forma de coleta de dados relativos aos moradores: quatro formulários enviados e recebidos por e-mail e seis entrevistas realizadas pessoalmente.

Fonte dos dados sobre o condomínio: documentos e registros do síndico.

Data de visita e realização de entrevistas: setembro de 2012.

Levantamento fotográfico

Entrada

Área de lazer

Condomínio Santa Angela

Área total do Condomínio: 51.105,24 m²

Número de unidades habitacionais: 93

Natureza das unidades autônomas: condomínio de casas pré-existent

Número aproximado de moradores: 300 pessoas

Ano de inauguração: 2001

Benfeitorias, equipamentos e edificações de lazer: pomar, playground, três quadras esportivas, piscinas para adulto e crianças, academia de ginástica com aparelhos, salão de festas e salão de jogos equipado.

Número de moradores participantes: 09

Forma de coleta de dados relativos aos moradores: formulários impressos

entregues aos moradores pelos funcionários do condomínio e posteriormente entregues ao síndico.

Fonte dos dados sobre o condomínio: documentos e registros do síndico.

Data de visita e realização de entrevistas: junho de 2013.

Levantamento fotográfico:

Entrada

Áreas de lazer

Vias internas

Condomínio Vila Real

Área total do Condomínio: 115.000 m ²
Número de unidades habitacionais: 244
Natureza das unidades autônomas: condomínio de lotes; edificação a cargo do condômino.
Número aproximado de moradores: 700 pessoas
Ano de inauguração: 1999
Benfeitorias, equipamentos e edificações de lazer: duas piscinas, dez quiosques com churrasqueira e mesas de alvenaria, três playgrounds, três quadras esportivas e área verde livre.
Número de moradores participantes: 11
Forma de coleta de dados relativos aos moradores: entrevistas realizadas pessoalmente.
Fonte dos dados sobre o condomínio: documentos e registros do síndico.
Data de visita e realização de entrevistas: maio de 2013.

Levantamento fotográfico:

Entrada

Área de lazer

Vias internas

Condomínio Bosque das Colinas

Área total do Condomínio: não disponível
Número de unidades habitacionais: 46
Natureza das unidades autônomas: condomínio de lotes; edificação a cargo do condômino.
Número aproximado de moradores: 148 pessoas
Ano de inauguração: 1994
Benfeitorias, equipamentos e edificações de lazer: inexistentes, apenas áreas livres gramadas sem utilização ou tratamento paisagístico.

Número de moradores participantes: 10
Forma de coleta de dados relativos aos moradores: entrevistas realizadas pessoalmente.
Fonte dos dados sobre o condomínio: documentos e registros do síndico.
Data de visita e realização de entrevistas: outubro de 2012.
Levantamento fotográfico: <div data-bbox="778 421 896 459" data-label="Caption"> <p>Entrada</p> </div> <div data-bbox="245 499 798 911" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="828 499 1380 911" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="619 947 1007 990" data-label="Caption"> <p>Área de lazer e vias internas</p> </div> <div data-bbox="277 1028 791 1417" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="834 1028 1348 1417" data-label="Image"> </div>

ANEXO 3

Tabulação dos resultados das entrevistas com moradores de condomínios - GRUPO 1

Total de entrevistas realizadas: 71

1- Profissão do morador¹¹⁴:

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Médico	7	11,11
Empresário	6	9,52
Comerciante	5	7,93
Professor	4	6,34
Servidor público	4	6,34
Advogado	3	4,76
Engenheiro Civil	3	4,76
Aposentado	3	4,76
Bancário	3	4,76
Contabilista	2	3,17
Enfermeira	2	3,17
Administrador de empresas	2	3,17
Publicitário	2	3,17
Dentista	2	3,17
Engenheiro agrônomo	2	3,17
Representante comercial	1	1,58
Supervisor de vendas	1	1,58
Fisioterapeuta	1	1,58
Arquiteto	1	1,58
Agricultor	1	1,58
Assistente administrativo	1	1,58
Fisioterapeuta	1	1,58
Corretor de imóveis	1	1,58
Secretária	1	1,58
Produtor rural	1	1,58
Psicólogo	1	1,58
Militar	1	1,58
Gerente de marketing	1	1,58
TOTAL QUE RESPONDERAM	63	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM	8	11,26% dos entrevistados

2- Há quanto tempo mora no condomínio:

¹¹⁴ O morador foi caracterizado como aquele que responde preponderantemente pelo orçamento doméstico, podendo não ser necessariamente o proprietário do imóvel.

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
De 2 a 3 anos	21	43,75
Mais de 10 anos	9	18,75
De 6 meses a 1 ano	7	14,6
De 4 a 5 anos	4	8,33
De 8 a 10 anos	4	8,33
De 6 a 7 anos	3	6,25
TOTAL QUE RESPONDERAM	48	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM / NÃO SABEM	23	32,39% dos entrevistados

3- Renda média familiar total (considerando a soma dos rendimentos envolvidos no orçamento familiar):

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Acima de R\$ 12.455,00	26	40,62
Entre R\$ 12.455,00 e R\$ 6.227,00	26	40,62
Entre R\$ 6.227,00 e R\$ 2.650,00	12	18,75
TOTAL QUE RESPONDERAM	64	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM	7	9,85% dos entrevistados

4- Que sugestões você daria de mudanças ou melhorias em Bonfim Paulista?

Sugestões	Ocorrências	Porcentagem
Segurança		
Melhorar a segurança e o policiamento	2	3,0
Combate aos usuários de drogas	1	1,5
Patrimônio histórico		
Preservar o patrimônio histórico	1	1,5
Meio ambiente		
Preservar o meio ambiente	1	1,5
Criar um projeto de arborização urbana, prevenindo a degradação da vegetação atual	1	1,5
Trânsito e mobilidade urbana		
Proibir a passagem de caminhões e veículos pesados pelo centro da cidade	2	3,0
Retirar a rodovia que passa dentro da cidade	1	1,5
Melhorar a rodovia que liga Ribeirão Preto a Bonfim Paulista: instalar iluminação, colocar radar e detector de velocidade	3	4,54
Melhorar o acesso à vila	2	3,0
Melhorar a mobilidade na rua que atravessa a cidade: tirar a mão dupla e colocar semáforos	2	3,0
Melhorar as condições das ruas de acesso ao condomínio (Condomínio Turmalina)	1	1,5
Lazer e cultura		

Criação de um centro de lazer e comércio	1	1,5
Promover atividades culturais	2	3,0
Mais atividades de lazer	3	4,54
Comércio e serviços		
Melhorar o comércio (mais variedade, preços altos com qualidade inferior). Isso já vem ocorrendo em casos isolados	13	19,69
Um supermercado maior e com melhores preços	3	4,54
Instalação de uma boa loja de conveniência (padaria, lanchonete, minimercado)	2	3,0
Estabelecimentos comerciais 24 horas	1	1,5
Mais pizzarias e restaurantes porque os daqui estão mais caros que os de Ribeirão	2	3,0
Limpeza e manutenção		
Melhorar a manutenção das praças onde o paisagismo tem sido mal cuidado	1	1,5
Promover a revitalização da praça central	1	1,5
Melhorar a manutenção e a iluminação de ruas	1	1,5
Resolver os problemas de ruas mal sinalizadas e escuras à noite	1	1,5
Saúde e educação		
Instalação de colégios particulares	1	1,5
Mais hospitais e/ou postos de saúde	4	6,0
Mais escolas públicas ou creches para os moradores locais	2	3,0
Serviços bancários		
Mais agências bancárias (de outras empresas)	4	6,06
Habitação social		
Faltam mais conjuntos habitacionais de baixa renda, afinal todo mundo precisa de uma empregada e elas têm que ter onde morar (sic)	1	1,5
Oferecer mais casas populares	1	1,5
Aspectos gerais		
Há um enorme contraste entre os empreendimentos de médio e alto padrão e a vida simples dos moradores locais	1	1,5
“Gosto de Bonfim como ela é”		
Nenhuma sugestão, pois acho a cidade ótima como é. Se mudar perde o charme de cidade pequena e acolhedora	2	3,0
“Não frequento Bonfim Paulista”		
Não frequento Bonfim	1	1,5
Não tem nada que me agrade em Bonfim	1	1,5
TOTAL QUE RESPONDERAM	66	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM	5	7,57% dos entrevistados

5- Quais das atividades abaixo são realizadas em Ribeirão Preto (podendo ser mais de uma atividade):

Histórico	Ocorrências	Porcentagem
Saúde	50	70,42
Lazer	48	67,60
Trabalho	40	56,33
Escola (fundamental, universidade ou cursos)	32	45,07
Outras: (academia, supermercado, atividades esportivas, entre outros).	12	16,90
TOTAL QUE RESPONDERAM	59	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM A NENHUMA DAS ALTERNATIVAS	12	20,33% dos entrevistados

6- Você optou por morar neste condomínio por quê? (Marque as opções que achar adequadas ou acrescente opções não indicadas).

Histórico	Ocorrências	Porcentagem
Pela segurança oferecida	49	69,01
Pela qualidade da unidade habitacional	32	45,07
Pela qualidade do projeto urbanístico do loteamento	21	29,57
Por estar afastado de Ribeirão Preto (área com qualidades rurais)	21	29,57
Por estar próximo à zona sul de Ribeirão Preto (área urbana valorizada)	21	29,57
Oportunidade de negócio (preço, desconto promocional, oportunidade, entre outras)	20	28,16
Pelas áreas de lazer oferecidas	18	25,35
Vínculos relacionais (morar perto de amigos e/ou familiares)	11	15,49
Por estar próximo de Bonfim Paulista	10	14,08
Local agradável	1	1,4
Boa localização	1	1,4
Local silencioso	1	1,4
É próximo do meu trabalho	1	1,4
Pela qualidade de vida que proporciona.	1	1,4
TOTAL QUE RESPONDERAM	71	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM A NENHUMA DAS ALTERNATIVAS	0	0% dos entrevistados

7- Se optou pelo condomínio pelas qualidades do empreendimento enumere quais foram essas qualidades que motivaram a escolha:

Histórico	Ocorrências	Porcentagem
Casa térrea	4	20
Tranquilidade	3	15
Paisagem formada pela zona rural é agradável	3	15
Boa qualidade de construção	2	10
O condomínio está localizado e em lugar de fácil acesso	2	10
Conforto	2	10
A área de lazer é tão boa que não preciso ficar sócio de um clube	1	5
O fato de serem casas isoladas e não geminadas	1	5
Tamanho adequado do lote	1	5
Interação entre moradores	1	5
Casa de bom padrão com área verde	1	5
Áreas de vegetação nativa preservada (mata)	1	5
O condomínio é pequeno, com poucas unidades – isso é bom	1	5
O condomínio já está consolidado com estrutura completa	1	5
Relação custo/benefício positiva (valor da taxa condominial)	1	5
Projeto de paisagismo do condomínio é agradável	1	5
Próximo a pontos de comércio e transporte urbano	1	5
Liberdade para as crianças	1	5
TOTAL QUE RESPONDERAM	20	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM A NENHUMA DAS ALTERNATIVAS	51	71,80% dos entrevistados

8- Quais atividades você e sua família exercem em Bonfim Paulista:

Histórico	Ocorrências	Porcentagem
Compras cotidianas (supermercado, panificadora, mercearia, drogaria, papelaria, açougue, quitanda, entre outras)	43	60,56
Abastecimento em posto de gasolina	35	49,30
Serviços bancários	27	38,02
Correio	27	38,02
Bares, restaurantes, lanchonetes e sorveterias	22	31,0
Caminhadas	17	23,94
Academia de ginástica	11	15,50

Templos religiosos (de qualquer religião)	11	15,50
Lazer (praças públicas, pesqueiros, parques, serviços, entre outros)	11	15,49
Cuidados pessoais (barbeiro, cabeleireiro, manicure, entre outros)	10	14,08
Trabalho	7	9,85
Escolas (inglês, música, esportes, ensino regular)	7	9,85
Costureira	1	1,41
Não exercemos nenhuma atividade em Bonfim	3	4,22
TOTAL QUE RESPONDERAM	71	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM A NENHUMA DAS ALTERNATIVAS		% dos entrevistados

ANEXO 4

Modelo de entrevista com os moradores de Bonfim Paulista - GRUPO 2

Nome:		Endereço:	
Nasceu em Bonfim? () sim () não		Onde:	Mora há quanto tempo em Bonfim?
Data da entrevista:		Entrevistador:	
1- Quais as vantagens dos condomínios fechados para Bonfim Paulista? <i>Até cindo em ordem crescente de importância</i>			
1-			
2-			
3-			
4-			
5-			
2- E as desvantagens? <i>Até cindo em ordem crescente de importância</i>			
1-			
2-			
3-			
4-			
5-			
3- Você acha que os condomínios descaracterizam o modo de vida dos moradores de Bonfim? (simplicidade, vida pacata, etc.)			
() sim () não		Comentários:	
4- Você tem relacionamentos de amizade ou familiares que moram nos condomínios?			
() sim () não		Comentários:	
5- Você gostaria de morar num condomínio fechado próximo de Bonfim?			
() sim () não		Comentários:	
() indiferente; não sei.			
6- Você gosta de morar em Bonfim?			
() sim () não		Comentários:	
() indiferente; não sei.			
7- Você acha que as casas mais antigas do centro de Bonfim devem ser tombadas e preservadas pelo poder público?			
() sim () não		Comentários:	
() indiferente; não sei.			

8- Você conhece os projetos de revitalização do centro de Bonfim?	
() sim () não	Comentários:
9- Na sua opinião o que deveria ser melhorado em Bonfim Paulista?	

ANEXO 5

Tabulação das entrevistas com moradores de Bonfim Paulista - GRUPO 2

Total de entrevistas realizadas: 30

1- Nasceu em Bonfim?

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Sim	16	53,33
Não	12	40,00
TOTAL QUE RESPONDERAM	30	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM	0	0% dos entrevistados

2- Dos 40% que disseram não, nasceram em:

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Ribeirão Preto	4	34
São Paulo	3	25
Cravinhos ¹¹⁵	2	17
Cajuru ¹¹⁶	1	8
Santa Rita do Passo Quatro ¹¹⁷	1	8
Bahia	1	8
TOTAL QUE RESPONDERAM	12	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM	0	0% dos entrevistados

3- Mora há quanto tempo em Bonfim?

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
1 a 10 anos;	1	3,33
11 a 20 anos;	7	23,33
21 a 30 anos;	4	13,33
31 a 40 anos;	6	20,00
41 a 50 anos;	7	23,33
51 a 60 anos;	4	13,33
61 a 70 anos.	1	3,33
TOTAL QUE RESPONDERAM	30	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM	0	0% dos entrevistados

4- Quais as vantagens dos condomínios fechados para Bonfim Paulista? (respostas livres)¹¹⁸:

¹¹⁵ Cidade da região administrativa de Ribeirão Preto localizada a 25 km de Bonfim Paulista.

¹¹⁶ Cidade da região administrativa de Ribeirão Preto localizada a 74 km de Bonfim Paulista.

¹¹⁷ Cidade da região administrativa de Ribeirão Preto localizada a 82 km de Bonfim Paulista.

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Não vê vantagens;	12	46,15
“melhoria do comércio da vila”;	6	23,07
“crescimento da vila”;	4	15,38
“segurança”;	3	11,53
“integração com Ribeirão Preto”;	2	7,70
“ocupa áreas que estariam abandonadas”;	1	3,85
“valorização dos terrenos ao redor da vila”;	1	3,85
“acessibilidade à vila de outros visitantes”;	1	3,85
“mudança do visual da vila”;	1	3,85
“geração de empregos para a vila”;	1	3,85
“maior qualidade de vida”;	1	3,85
TOTAL QUE RESPONDERAM	26	100% dos respondentes
NÃO SOUBERAM OU NÃO QUISERAM RESPONDERAM	4	13,3% dos entrevistados

5- E as desvantagens dos condomínios fechados para Bonfim Paulista?
(respostas livres¹¹⁹):

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Não vê desvantagens;	10	33,33
Provoca falta de segurança, pois o alto poder aquisitivo dos moradores dos condomínios atrai ladrões e criminosos;	8	26,66
Provocam um crescimento populacional (pessoas, carros) em descompasso com a oferta de infraestrutura urbana;	6	20,00
Provocam desmatamento de áreas rurais;	3	10,00
Provocam falta de água na região;	2	6,66
Provocam certa divisão social entre moradores de condomínios e moradores da vila;	2	6,66
Tiram a liberdade dos moradores ao impor novos usos e valores no local;	1	3,33
Provocam o aumento de preços no comércio local.	1	3,33
TOTAL QUE RESPONDERAM	30	100% dos respondentes

¹¹⁸ Como as respostas dos entrevistados foram livres, surgiram conceitos como “crescimento da vila”, “integração com Ribeirão Preto”, “mudança do visual da vila” ou “acessibilidade à vila de outros visitantes” que não puderam ser claramente entendidos ou percebidos durante a entrevista. Em casos como esses ainda que o pesquisador tivesse pedido para que o entrevistado deixasse seu ponto de vista mais claro, este preferiu não fazê-lo. Mantivemos então as falas originais dos moradores, daí o uso das aspas (nota do autor).

¹¹⁹ Neste caso reescrevemos a fala dos moradores a fim de traduzir mais claramente o conceito ou ideia apresentados (nota do autor).

NÃO SOUBERAM OU NÃO QUISERAM RESPONDERAM	0	0% dos entrevistados
--	---	----------------------

6- Você acha que os condomínios descaracterizam o modo de vida dos moradores de Bonfim? (simplicidade, vida pacata, etc.):

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Não	16	53,33
Sim	14	46,66
TOTAL QUE RESPONDERAM	30	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM	0	0% dos entrevistados

7- Você tem relacionamentos de amizade ou familiares que moram nos condomínios?

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Sim	22	73
Não	8	27
TOTAL QUE RESPONDERAM	30	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM	0	0% dos entrevistados

8- Você gostaria de morar num condomínio fechado próximo de Bonfim?

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Não	16	52
Sim	12	41
Indiferente; não sei.	2	7
TOTAL QUE RESPONDERAM	30	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM	0	0% dos entrevistados

9- Você gosta de morar em Bonfim?

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Sim	30	100
Não	0	0
TOTAL QUE RESPONDERAM	30	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM	0	0% dos entrevistados

10- Você acha que as casas mais antigas do centro de Bonfim devem ser tombadas e/ou preservadas pelo poder público?

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Sim	25	83
Não	3	10
Indiferente; não sei.	2	7
TOTAL QUE RESPONDERAM	30	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM	0	0% dos entrevistados

11- Você conhece os projetos de revitalização do centro de Bonfim?

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Não	30	100
Sim	0	0
TOTAL QUE RESPONDERAM	30	100% dos respondentes
NÃO RESPONDERAM	0	0% dos entrevistados

12- Em sua opinião o que deveria ser melhorado em Bonfim Paulista?

Histórico	Ocorrência	Porcentagem
Segurança pública (vigilância policial e repressão ao crime);	14	48,27
Saúde pública (postos de saúde e hospitais);	10	34,48
Criação de mais áreas de lazer (parques, praças, entre outros);	5	17,24
Melhoria do comércio local;	3	10,34
Melhoria do trânsito (estacionamentos, fluxo desordenado no centro);	3	10,34
Investimentos em educação (escolas públicas);	2	6,90
Melhoria da limpeza das áreas públicas;	2	6,90
Investimentos na melhoria da infraestrutura viária;	1	3,45
Melhoria na coleta de lixo;	1	3,45
Assistência mais eficaz da prefeitura em assuntos públicos;	1	3,45
Implantação de um terminal rodoviário;	1	3,45
Aumento de oportunidades de emprego;	1	3,45
Preservação das casas com valor histórico;	1	3,45
TOTAL QUE RESPONDERAM	29	100% dos respondentes
NÃO SOUBERAM OU NÃO QUISERAM RESPONDERAM	1	3,33% dos entrevistados

ANEXO 6

Modelo de entrevista com os comerciantes de Bonfim Paulista - GRUPO 3

Dados Gerais:

Nome do estabelecimento:
Tipo de atividade:
Endereço:
Telefone:
Site: () sim () não
Nome do entrevistado:
Tempo de funcionamento:
Horário de funcionamento:
Abre aos sábados () sim () não domingos () sim () não
Serviço de entrega a domicílio () sim () não

Perguntas:

1- Você atende pessoas que moram nos condomínios?

() sim () não
Porcentagem aproximada dos fregueses dos condomínios em relação aos moradores da vila:

2- Qual a diferença entre o cliente do condomínio e do morador da vila?

--

3- A chegada dos condomínios ocasionou mudanças no seu negócio?

() não () sim
Quais?

4- A presença de condomínios fechados é bom ou ruim para o seu negócio?

() bom () ruim
Explique:

5- Você conhece os projetos de revitalização do centro de Bonfim da prefeitura de Ribeirão Preto?

() não () sim
Qual sua opinião sobre ele?

6- O que deveria ser modificado em Bonfim para favorecer a atividade comercial?

--

ANEXO 7

Tabulação das entrevistas com comerciantes de Bonfim Paulista GRUPO 3

Total de entrevistas realizadas: 26¹²⁰

Dados Gerais dos estabelecimentos:

A- Possui site da empresa:

Histórico	Porcentagem
Não	94
Sim	02

B- Tempo de funcionamento:

Histórico	Porcentagem
Mais de 10 anos	30
Menos de 5 anos	20
Mais de vinte anos	15
Mais de 5 anos	5,7
Menos de 1 ano	5,7

C- Horário de funcionamento:

Histórico	Porcentagem
Das 08:00h as 19:30h	14,0
Das 09:00h as 20:00h	14,0
Das 09:00h as 18:00h	11,5
Das 08:00h as 18:00h	8,6
Das 08:00h as 17:30h	5,7
Das 10:00h as 20:00h	3
Das 08:00h as 22:00h	3
Das 13:00h as 22:00h	3
Das 05:00h as 20:00h	3
Das 07:30h as 18:00h	3

D- Abre aos sábados:

Histórico	Porcentagem
Sim	96
Não	04

¹²⁰ Todos os respondentes responderam a todas as questões formuladas.

E- Abre aos domingos:

Histórico	Porcentagem
Sim	48
Não	52

F- Possui serviço de entrega a domicílio (delivery):

Histórico	Porcentagem
Sim	66
Não	34

Perguntas

1- Você atende pessoas que moram nos condomínios?

Histórico	Porcentagem
Sim	92,30
Não	7,69

2- Na sua percepção qual seria uma porcentagem aproximada dos fregueses provenientes dos condomínios em relação àqueles que moram na vila?

Histórico	Porcentagem
Aproximadamente 30% dos clientes	36
Aproximadamente 50% dos clientes	18
Aproximadamente 70% dos clientes	18
Aproximadamente 40% dos clientes	14
Aproximadamente 35% dos clientes	5
Aproximadamente 45% dos clientes	5
Aproximadamente 60% dos clientes	4

3- Qual a diferença entre o cliente do condomínio e do morador da vila¹²¹?

Histórico	Porcentagem
Não há diferença;	37
Poder aquisitivo;	33
O cliente do condômino é mais exigente;	11
“Os moradores da vila são mais humildes”;	1
“O hábito da leitura, conseqüentemente da compra de livros, da cultura e o grau de instrução”;	1
“Forma de pagamento: por terem mais dinheiro, os moradores dos condomínios pagam a vista e os da vila parcelam”;	1

¹²¹ As frases entre aspas se referem a falas espontâneas e autênticas dos entrevistados, sem adaptações.

“Pessoas da vila compram em maior quantidade e marcam na ficha. Moradores dos condomínios passam de passagem pela loja e comprar bem menos produtos e pagam a vista”;	1
“A principal diferença entre eles são os carros: os moradores dos condomínios possuem carros melhores. Todos se conhecem em Bonfim, por isso quando aparece um rosto novo sabemos que não é da vila”;	1
“Pela feição sabemos distinguir os condôminos dos moradores de Bonfim. As placas de carros também ajudam na diferenciação”;	1
“Percebe-se quem é de fora de Bonfim pelo modo como se veste”.	1

4- A chegada dos condomínios ocasionou mudanças no seu negócio?

Histórico	Porcentagem
Não, nenhuma mudança;	52
Sim, aumentaram minhas vendas e meu lucro;	30,76
Sim, precisei ampliar a área de atendimento;	18
Sim, ampliamos a linha de produtos oferecidos;	7,70
Sim, valorizou meu ponto comercial;	6
Sim, abrimos o negócio para atender ao condomínio.	3,80

5- Você conhece os projetos de revitalização do centro de Bonfim da prefeitura de Ribeirão Preto?

Histórico	Porcentagem
Não;	74
Sim e considero positivo para o aumento do movimento comercial;	15
Sim e considero positivo para a vila de forma geral.	11

6- O que deveria ser modificado em Bonfim para favorecer a atividade comercial?

Histórico	Porcentagem
Melhorar a infraestrutura urbana (acesso a vila, calçamentos, estacionamentos, iluminação, limpeza, entre outros);	37
Divulgação do comércio local junto aos moradores dos condomínios;	19,23

Criação de um centro comercial; ¹²²	13
Melhorar a segurança nas ruas da vila;	3,84
Implantação de um calçadão.	3,84

¹²² Não foi possível entender a concepção que os entrevistados têm a respeito de um centro comercial; talvez a criação de um núcleo organizado como um calçadão, daí convergindo ao último item.

ANEXO 8

Lista de imóveis em Bonfim Paulista a serem tombados ou com indicação para serem classificados como de interesse patrimonial e histórico

Legenda:

A – Número de catálogo de pesquisa;

B – Número do imóvel definido pela prefeitura municipal;

C – Edifício selecionado como de interesse patrimonial histórico no Relatório do Plano de Diretrizes do Alphaville;

D – Edifício que faz parte da relação de imóveis anexa ao pedido de tombamento processo encaminhado ao CONPACC pelo morador Lourival Vieira de Oliveira;

E – Edifício selecionado como de interesse patrimonial histórico pela arquiteta Ângela Gomes Sanches Souza que consta no processo de tombamento do CONPACC;

F – Edifício selecionado pelo grupo de pesquisadores da Rede de Cooperação Identidades Culturais para compor as fichas SICG a fim de complementar o INRC da Secretaria Municipal de Cultura.

As ruas, avenidas, travessas e praças indicadas na tabela foram organizadas por ordem alfabética:

1. **Armando Alves, Rua**
2. **Barão de Ataliba, Rua**
3. **Barão do Rio Branco, Praça**
4. **Coronel Emílio Moreno do Alagão, Rua**
5. **Coronel Luiz da Cunha, Rua**
6. **Coronel José da Silva, Rua**
7. **Coronel Furquim, Rua**
8. **Capitão José Lopes Otero, Rua**
9. **Carlos Norberto, Rua**
10. **Doutor Gregório, Rua**
11. **Doutor Marciano, Rua**
12. **Doutor Saraiba, Rua**
13. **Jair Costa, Rua**
14. **Major Francisco Gandra, Rua**
15. **Padre Canuto Amarantes, Rua**
16. **Praça Bonfim**
17. **Praça XV de Novembro**
18. **Presidente Vargas, Avenida**
19. **Professor Felisberto Almada, Rua**
20. **Santa Silvéria, Travessa**
21. **Sete de Setembro, Rua**
22. **Seraphim Henrique de Mattos, Rua**

1- Armando Alves, Rua

A	B	C	D	E	F
1	30				
2	84				

2- Barão de Ataliba, Rua

A	B	C	D	E	F
3	158				

3- Barão do Rio Branco, Praça

A	B	C	D	E	F
4	154/160 – eq. R. Cel. Furquim				
5	375 – complemento 363				
6	341 – complemento 345 e 351				
7	297 – complemento 305				
8	289 – complemento 273 e 271				
9	281 – complemento 285				
10	269 – complemento 273 e 261				
11	315				
12	367				
13	357				
14	385				

4- Coronel Emílio Moreno do Alagão, Rua

A	B	C	D	E	F
15	s/nº				
16	155				
17	165				
18	192				

5- Coronel Luiz da Cunha, Rua

A	B	C	D	E	F
19	17 – complemento 21				
20	25				

6- Coronel José da Silva, Rua

A	B	C	D	E	F
21	86 e 177				
22	566				
23	265				
24	203				
25	197				

7- Coronel Furquim, Rua

A	B	C	D	E	F
26	175				

8- Capitão José Lopes Otero, Rua

A	B	C	D	E	F
27	50 – complemento 52 e 58				
28	58				

29	75 – complemento 77				
----	---------------------	--	--	--	--

9- Carlos Norberto, Rua

A	B	C	D	E	F
30	107				
31	113				
32	133				
33	139				
34	163				
35	187				

10- Doutor Gregório, Rua

A	B	C	D	E	F
36	37				
37	122				

11- Doutor Marciano, Rua

A	B	C	D	E	F
38	31				

12- Doutor Saraiba, Rua

A	B	C	D	E	F
39	83				
40	84				
41	113				

13- Jair Costa, Rua

A	B	C	D	E	F
42	318				

14- Major Francisco Gandra, Rua

A	B	C	D	E	F
43	Escola Dr. Francisco da Cunha Junqueira				
44	291 – edifício CPFL				
45	327				
46	291				
47	159				
48	190				
49	232				
50	327				
51	371				
52	387				
53	398				
54	403				

15- Padre Canuto Amarantes, Rua

A	B	C	D	E	F
55	331				

16- Praça Bonfim

A	B	C	D	E	F
56	140/178				
57	186				
58	192				
59	253 – complementos 269, 283 e 315				
60	117				
61	357				
62	177				

17- Praça XV de Novembro

A	B	C	D	E	F
63	S/n – Igreja Bom Jesus do Bonfim				

18- Presidente Vargas, Avenida

A	B	C	D	E	F
64	65 – complemento 67				
65	59				
66	51				
67	41				
68	29				

19- Professor Felisberto Almada, Rua

A	B	C	D	E	F
69	171				
70	181				
71	185				
72	203 e 213				
73	247 – eq. c/ r. José da Silva				
74	269/271/273 – eq. c/ r. José da Silva				
75	281/285				
76	289/291				
77	297/305				
78	315 – eq. c/ r. Cel. Furquim				
79	341– eq. c/ r. Cel. Furquim				
80	345				
81	351				
82	357/363				
83	367				
84	375				
85	385				
86	407/416 – eq. c/ r. Dr. Marciano				
87	589 – complemento 593, 607				
88	611 – complemento casa 1				
89	575				
90	576				
91	561				
92	567				
93	555				
94	545 – complemento 549				

95	537				
96	531e 527				
97	517 e 521				
98	511				
99	527/531				
100	493 – complemento esquina 72 e 62				
101	483/473				
102	473 – complemento 477				
103	433 – complemento 437				
104	427				
105	419				
106	459				

20- Santa Silvéria, Travessa

A	B	C	D	E	F
107	73 – sede da Fazenda Senhorinha Bonfim				

21- Sete de Setembro, Rua

A	B	C	D	E	F
108	216 – complemento 222				
109	22				
110	54				
111	198				
112	208				
113	219				
114	117				
115	158				
116	426				

22- Seraphim Henrique de Mattos, Rua

A	B	C	D	E	F
117	743				
118	773 e 779				

Imagens de alguns imóveis citados nesta listagem:

Barão de Ataliba, Rua

Barão do Rio Branco, Praça

Coronel Emílio Moreno do Alagão, Rua

Coronel Luiz da Cunha, Rua

Capitão José Lopes Otero, Rua

Carlos Norberto, Rua

Doutor Saraiba, Rua

Major Francisco Gandra, Rua

Praça Bonfim

Presidente Vargas, Avenida

Professor Felisberto Almada, Rua

Santa Silvéria, Travessa

Sete de Setembro, Rua

Seraphim Henrique de Mattos, Rua

Os edifícios abaixo foram inicialmente selecionados pelos pesquisadores da Rede de Cooperação Identidades Culturais, porém foram posteriormente descartados para elaboração das fichas SICG. Tais edifícios compõem esse anexo como informação complementar:

- Coronel Capitão Joaquim da Cunha, Rua – nº 297
- Coronel José da Silva, Rua – nº 275
- Dona Iria Alves, Rua – nº 217 e 547
- Doutor Gregório, Rua – nº 84
- Doutor Marciano, Rua – nº 80
- Major Francisco Gandra, Rua – nº 292 e 256
- Padre Canuto Amarantes, Rua – nº 457
- Sete de Setembro, Rua – nº 155, 369 e 107
- Senhorinha Bonfim, Rua – nº 164

ANEXO 9

Entrevista com a ex-secretária da cultura Adriana Silva sobre o Plano de Diretrizes Urbanas para o Plano de Diretrizes para o Centro Histórico de Bonfim Paulista

Data da entrevista: 20/04/2013

1. Como nasceu a ideia de realizar o Plano de Diretrizes para o Centro Histórico de Bonfim Paulista em parceria com a empresa Alphaville?

Nasceu quando da realização dos inventários do INRC na chamada localidade Bonfim Paulista, na verdade um sub-sítio, segundo a metodologia do INRC-IPHAN. Naquele momento Bonfim nos pareceu um lugar com certa identidade autônoma em relação a Ribeirão Preto, sobretudo pela fala dos entrevistados, segundo pode ser visto nos relatórios. As pessoas demonstraram ter medo dos condomínios. Nasceu então uma proposta no seio dos trabalhos da Rede de falar com o Alphaville para sondá-los quanto à possibilidade de trabalharmos como parceiros.

2. Como foi acolhida da ideia pelo Alphaville?

Foi positiva. Faz parte da empresa o objetivo social, a responsabilidade social. O Alphaville tem uma estrutura de fundação. A rede insistiu num projeto maior, pois a princípio eles pensavam em apenas financiar a reforma da praça central. Propusemos algo que hoje o IPCCIC faz: a proposição de um projeto a ser executados em fases.

3. Em algum momento o projeto foi visto como uma compensação do impacto econômico/patrimonial/ cultural que a instalação do condomínio poderia causar sobre Bonfim?

Nós da rede e a Secretaria de Cultura víamos dessa forma, eles não.

4. Desde o preâmbulo o Plano fala da importância em levar em consideração os valores da população. Como o projeto foi recebido pela população? Como foi a participação dos moradores?

A participação da população é uma exigência do próprio INRC. O Guilherme foi um agente de interlocução entre a população e o projeto.

5. Hoje (setembro de 2014) como se configuram a participação de cada um desses parceiros do Plano:

- **A Fundação Alphaville:** não tem se manifestado a respeito;
- **Secretaria Municipal da Cultura do município de Ribeirão Preto (SP) – gestão 2013/2016:** não tem se manifestado a respeito;
- **Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública:** não tem se manifestado a respeito;
- **Secretaria Municipal do Meio Ambiente:** não tem se manifestado a respeito;
- **Transerp:** não tem se manifestado a respeito;
- **IPCCIC – fomentador das iniciativas previstas neste projeto:** mantém o projeto em *stand by*, pois não conta com uma equipe formada e capacitada para concretizar o projeto. O IPCCIC receia que o Alphaville peça a concretização do projeto e o Instituto não conte com estrutura para tal (O IPCCIC espera o prazo de dois anos de vida para que possa contratar como pessoa Jurídica).

6. Dos órgãos listados acima quem efetivamente capitaneia o processo?

O IPCCIC. Na verdade ele nasce com o projeto de Bonfim, pois eu estava no fim do mandato e via que tudo o que foi conquistado entre o Alphaville e a prefeitura municipal se perderia, então surgiu a ideia do IPCCIC. Sobre o Projeto “Bonfim Cidade Criativa” temos claro algumas frentes que devem ser trabalhadas numa ação inicial: o carnaval, as festas religiosas, o time de futebol, a casa da colônia da fazenda do Alphaville, no loteamento Jardim Olhos D’água a construção de um museu do café e do museu do cancionero, além de um centro de recepção ao visitante de Bonfim, o Museu da CPFL, as casas da Rua Felisberto Almada, o desenvolvimento de incentivo à culinária e à movelaria e ao Turismo rural. Todas essas ações estão definidas nos cadernos e no site do IPCCIC. O projeto se estrutura a partir de uma nova visão a respeito do papel do poder público e da iniciativa privada diante dos desafios impostos pela preservação do patrimônio cultural e histórico das localidades, fazendo com que os empresários, sobretudo ligados ao setor imobiliário (no caso de Bonfim) sejam os financiadores de projetos culturais na perspectiva de se tornarem também beneficiários desse processo, pois a qualificação do lugar está diretamente relacionada a qualificação de seus produtos imobiliários.

ANEXO 10

Entrevista a arquiteta Marcela Cury Petenusci sócia-proprietária do escritório de arquitetura responsável pela elaboração do Plano de Diretrizes Urbanas para o Distrito de Bonfim Paulista.

Data da entrevista: 08/05/2014

1. Como se iniciou sua participação no projeto?

Através da arquiteta Juscélia, com quem eu trabalhava na época e que fazia parte da equipe da Rede de Cooperação Identidades Culturais. A secretária Adriana chamou-a a participar do projeto e ela me repassou o convite, pois não pode assumi-lo sozinha. Foi então que sugerimos o nome de Plano de Diretrizes Gerais para o que antes era apenas uma intervenção pontual na praça central e em alguns edifícios históricos. Sugerimos também a execução em etapas e a necessidade de adotar um conceito inicial para o plano. Como seria um trabalho remunerado, fizemos uma proposta comercial de trabalho de projeto para o Alphaville. A partir do momento que o contrato foi firmado a Secretaria acompanhou o desenvolvimento do trabalho estabelecido entre o escritório e a fundação Alphaville.

2. Como nasceu a ideia de realizar o Plano de Diretrizes Urbanas para o Distrito de Bonfim Paulista em parceria com a empresa Alphaville?

Como disse, partiu da pasta da Secretaria da Cultura, mas o conceito e a forma final do projeto foram concebidos e formatados pelo escritório em conjunto com a Secretaria. O contrato foi fechado com a Fundação Alphaville e deixaram-nos bastante livres para trabalhar, possibilitando-nos o acesso a dados e projetos da empresa, ou seja, foi tudo bastante tranquilo e amistoso.

3. Como foi acolhida da ideia pelo Alphaville?

Inicialmente, o Alphaville não tinha uma ideia muito precisa do que seria o resultado final do Plano, pois sua proposta inicial estava focada em ações pontuais na praça central e/ou edifícios específicos. Como sugerimos que as ações no Distrito de Bonfim Paulista estivessem contidas em um plano de diretrizes urbanas, os representantes do Alphaville aceitaram a proposta e confiaram no trabalho desenvolvido pelo escritório em parceria com a Secretaria da Cultura.

4. Em algum momento o projeto foi visto como uma compensação do impacto econômico/patrimonial/cultural que a instalação do condomínio viria a causar sobre Bonfim?

Acredito que não, conforme afirmou a secretária Adriana Silva. Não percebi em momento algum que a empresa tinha qualquer receio de ser vista como o vilão da história, tanto que se empenhou em divulgar o projeto, ou seja, isso acabou se convertendo em algo positivo para ela. Acho que a Secretaria agiu de forma inteligente, pois sabiam que a Fundação Alphaville tinha verbas disponíveis para esse tipo de projeto.

5. Desde o preâmbulo o Plano fala da importância em levar em consideração os valores da população. Como o projeto foi recebido pela população? Como foi a participação dos moradores?

Foi contratada uma pessoa especialmente para essa tarefa, o Guilherme, jornalista que já havia desenvolvido trabalhos em conjunto com os pesquisadores da rede no Distrito de Bonfim Paulista. Ele foi o responsável pela concepção, condução, aplicação e tabulação da pesquisa e acredito que tudo foi conduzido de uma forma adequada. Nesse contato com os moradores de Bonfim, pudemos perceber que grande parte das referências que eles tinham em relação ao patrimônio urbano-arquitetônico da antiga Vila eram visuais, conhecendo, no entanto, pouco sobre as histórias por trás daquelas imagens.

6. Como está o plano hoje?

Hoje o plano está nas mãos do IPCICC (Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais). Ele é o responsável pelo encaminhamento do projeto e pela possível realização das etapas seguintes. O que já foi feito e entregue ao Alphaville foi a primeira etapa que consistia nos levantamentos iniciais, o Plano de Diretrizes Urbanas propriamente dito e as propostas de reorganização dos espaços públicos. As próximas etapas seriam a realização dos projetos de revitalização dos espaços públicos existentes, os projetos de reabilitação de espaços históricos e os projetos de parques urbanos nas margens dos cursos d'água, todos a serem pensados seguindo as diretrizes lançadas no Plano.

7. Como você vê o fato do plano estar nas mãos do IPCICC (Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais), sendo ele o responsável pelo encaminhamento do projeto?

Na verdade eu vejo que o IPCCIC nasce a partir do projeto de Bonfim, no que eu e a secretária Adriana Silva parecemos concordar. Como não havia perspectivas de que o novo secretário tivesse a *expertise* ou a vivência necessária para conduzir o processo, a incorporação pelo IPCCIC me pareceu algo natural.

8. Como ficam os papéis de cada um nessa nova configuração, poder público, Alphaville, IPCCIC e você como profissional?

Como disse, a partir do momento que o contrato foi firmado a Secretaria acompanhou o desenvolvimento do trabalho estabelecido entre o escritório e a fundação Alphaville. Ao terminar a primeira etapa e entregar o projeto ao Alphaville vi que seria necessário que alguém assumisse o papel de dar andamento às próximas etapas atuando como intermediário entre o poder público e o poder privado, sendo que acredito que o IPCCIC é quem melhor pode operar essa articulação.

9. Você vê perspectivas de que as próximas etapas do Plano de Diretrizes sejam cumpridas?

Acredito que sim. Acho que deveríamos dar continuidade ao projeto procurando novas parcerias além do Alphaville, sendo que cada empresa poderia financiar um projeto específico, ancorado ao Plano de Diretrizes realizado. Isso trará coerência e sentido ao conjunto de intervenções. Penso numa grande equipe trabalhando de forma articulada: alguns sendo os responsáveis por contactar os proprietários das glebas e lotes a serem trabalhados, outros cuidando dos contatos com o poder público e os trâmites burocráticos das aprovações, outros realizando as tarefas técnicas de projeto, etc.

Acho importante frisar que a rodovia que atravessa Bonfim é um dos problemas mais sérios a serem abordados. Acredito que se deve valorizar a escala do pedestre na reestruturação do Distrito de Bonfim. Em contato com o DER (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem) durante a elaboração do Plano de Diretrizes, este Órgão mostrou-se inicialmente disposto a rever a existência do trecho da rodovia que passa dentro da área central do Distrito, a partir de uma proposta a ser apresentada pela Prefeitura Municipal. No entanto, essa mudança ainda não faz parte das diretrizes viárias do município.

10. Hoje como se configuram a participação de cada um dos possíveis parceiros do Plano tais como a Secretaria Municipal da Cultura do município de Ribeirão Preto, gestão 2013/2016, a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública, e Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a Transerp?

Após a conclusão da primeira etapa, nenhum destes órgãos manifestou-se ou procurou saber sobre o Plano. Não sei se há interesse na realização do mesmo.